Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História

Edmar Bacha e Pedro Malan

Visões de uma Alta Modernidade periférica

Ciência econômica, intelectualidade e política no Brasil (1960-1980)

(Versão Corrigida)

Pedro Hoeper Dacanal

São Paulo

2019

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História

Edmar Bacha e Pedro Malan

Visões de uma Alta Modernidade periférica

Ciência econômica, intelectualidade e política no Brasil (1960-1980)

(Versão Corrigida)

Pedro Hoeper Dacanal

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Alexandre Macchione Saes

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

D117e Dacanal, Pedro Hoeper
 Edmar Bacha e Pedro Malan: Visões de uma Alta
Modernidade Periférica / Pedro Hoeper Dacanal ;
orientador Alexandre Macchione Saes. - São Paulo,
2019.
 155 f.

 Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de História. Área de concentração:
História Econômica.

 1. Pensamento econômico brasileiro. 2. Modernidade
Brasileira. 3. Disseminação internacional das ideias
econômicas. 4. Redemocratização. 5. História Econômica.
I. Saes, Alexandre Macchione, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Pedro Hoeper Dacanal

Data da defesa: 06/06/2019

Nome do Prof. (a) orientador (a): Alexandre Macchione Saes

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 02/08/2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

A Dinorah e José Hildebrando

A todos meus bons professores

Resumo

O texto procura relatar a trajetória de dois economistas que viveram ativamente as intensas transformações da segunda metade do século XX. As interpretações econômicas de Edmar Bacha e Pedro Malan sobre a realidade brasileira, publicadas do final dos anos 1960 aos anos 1980, estão imersas no contexto de uma Alta Modernidade periférica, caracterizada por expectativas de grandes transformações sociais, que seriam levadas a cabo por uma política governamental cientificamente informada e procuravam alçar a nação a patamares sociais estabelecidos pela realidade dos países desenvolvidos e pelos seus discursos. A partir de uma simbiose entre influências intelectuais regionais e internacionais – isto é, autores latino-americanos e brasileiros e autores estrangeiros, principalmente norte-americanos – as interinterpretações de ambos procurarão desvendar os caminhos para a superação do subdesenvolvimento, em um contexto nacional de autoritarismo que acaba por condicionar posturas e propostas. Considerados economistas de esquerda até praticamente os anos 1990, Bacha e Malan serão os mais experientes do grupo de economistas da PUC-Rio, testemunhas e personagens ativas do episódio de queda “precipitada” da Alta Modernidade brasileira, compelida e estimulada pelas diversas faces do fenômeno da globalização.

Abstract

This text seeks to report the trajectory of two economists who actively lived the intense transformations of the second half of the twentieth century. The economic interpretations of Edmar Bacha and Pedro Malan on the Brazilian reality, published from the late 1960s to the early 1980s, are immersed in the context of a peripheral High Modernity, characterized by expectations of major social transformations that would be carried out by a government policy scientifically informed and sought to raise the nation to social levels established by the reality of developed countries and their speeches. From a symbiosis between regional and international intellectual influences - that is, Latin American and Brazilian authors and foreign authors, mainly North American authors - the interjections of both will seek to unravel the ways to overcome underdevelopment, in a national context of authoritarianism that ends up conditioning postures and proposals. Considered left-wing economists until the 1990s, Bacha and Malan will be the most experienced of PUC-Rio's group of economists, witnesses and

active characters of the "precipitate" fall of the Brazilian High Modernity, compelled and stimulated by the various faces of the phenomenon of globalization.

Sumário

Agradecimentos	7
Introdução	8
Capítulo 1 - Área: Ciência, História e enfim HPE	13
Capítulo 2 - Contexto e formação como economistas (1960)	44
Capítulo 3 - Ascensão oposicionista e heterodoxa na década de 1970	93
Capítulo 4 - Crise, redemocratização e reorientação 1980-1990: conclusões e linhas de pesquisa futura	187
Referências	222

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Polarizações políticas e intelectualidade (Brasil 1970) p. 106

Gráfico 2 - Racionalidade e transformação social (Brasil 1970) p. 184

Agradecimentos

Agradeço ao contribuinte brasileiro que, por meio do CNPq, financiou a pesquisa acadêmica aqui exposta. Também à FEA-USP, que de diversas formas deu suporte a essa pesquisa. Aos professores Ana Maria Afonso Ferreira Bianchi, André Roncaglia de Carvalho e Ramon Vicente Garcia Fernández, que compuseram a banca. Ao pessoal do centro de memória da PUC-Rio, cujo material enviado a mim ainda servirá para outras publicações.

Agradeço a meus familiares, um sempiterno suporte. Aos amigos de Porto Alegre. Aos amigos de São Paulo. À Victoria, que esteve a meu lado nessa empreitada, e, claro, agradeço a quem me convidou para aquele evento em que a conheci e ela me conheceu.

Em termos intelectuais, mas também fraternais, agradeço pela orientação do professor Alexandre (conhecido também como Xixo), e pela oportunidade de integrar o grupo de estudos Brancalone, onde foi possível discutir diversos temas relevantes para mim, dialogar com pessoas interessadas genuinamente e – o amigo Luiz não me perdoaria se não dissesse – construir amizades duradouras e encontrar companheiros de pesquisa.

Enfim, como já consta na dedicatória, agradeço a todos os professores que de uma forma ou outra conduziram minha visão até onde ela não sabia poder alcançar.

Introdução

O cais imundo dava-lhe saudade do futuro (...)

No cais do porto viu um arco-íris. Experimentando o leve êxtase, ambicionou logo outro: queria ver, como uma vez em Maceió, espocarem mudos fogos de artifício. Ela quis mais porque é mesmo uma verdade que quando se dá a mão, essa gentinha quer todo o resto, o zé-povinho sonha com fome de tudo (...)

Macabéia, Ave Maria, cheia de graça, terra serena da promessa, terra do perdão, tem que chegar o tempo, ora pro nobis (...)

Macabéia lembrou-se do cais do porto. (...)

- Quanto ao futuro.

Trechos de *A hora da estrela*, Clarice Lispector, 1977

Não me faça rir. Não existe nem mesmo uma literatura brasileira, com semelhanças de estrutura, estilo, caracterização, ou lá o que seja. Existem pessoas escrevendo na mesma língua, em português, o que já é muito e tudo. Eu nada tenho a ver com Guimarães Rosa, estou escrevendo sobre pessoas empilhadas na cidade enquanto os tecnocratas afiam o arame farpado. Passamos anos e anos preocupados com o que alguns cientistas cretinos ingleses e alemães (Humboldt?) disseram sobre a impossibilidade de se criar uma civilização abaixo do Equador e decidimos arregaçar as mangas, acabar com os papos de botequim e, partindo de nossas lanchonetes de acrílico, fazer uma civilização como eles queriam, e construímos São Paulo, Santo André, São Bernardo e São Caetano, as nossas Manchesteres tropicais com suas sementes mortíferas. Até ontem o símbolo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo eram três chaminés soltando grossos rolos negros de fumaça no ar. Estamos matando todos os bichos, nem tatu aguenta (...) Não dá mais para Diadorim.

Passagem do conto *Intestino grosso*, Rubem Fonseca, 1975

A passagem do mundo rural ao urbano, as ambições de preenchimento e integração territorial, o domínio de novas tecnologias de produção e comunicação, as expectativas coletivas, os modelos da modernidade, o conhecimento racional em expansão, o Estado que atua pelo bem geral, a constituição de um povo e de sua identidade, a ânsia por consumir as etapas de uma civilização industrial, uma nação soberana entre suas iguais. A miséria que não se dissolve, a complexidade e a violência que corrompem os sistemas imaginados, o patamar estrangeiro onipresente e inalcançável em suas estruturas, o caos das aceleradas aglomerações urbanas, a desigualdade e a incorporação assimétrica aos padrões de vida modernos, os indivíduos entre classes, minorias e si mesmos, o reconhecimento de incoerências reais e discursivas, a nação entre a soberania tardia e uma inescapável inserção global, paulatina suspensora de antigos anseios. Aí estão inseridos Lispector e Fonseca.

As epígrafes nos trazem, com a imaginação e poder de síntese dos autores, narrativas produzidas sobre um Brasil que pela primeira vez poderia ver a si mesmo e ser visto como de fato um país urbano e moderno, e por esse mesmo motivo estava em posição de questionar essas qualificações e os próprios fundamentos dessa imagem (auto)projetada. Dentre outras variadas e possíveis aptidões, o artista tem a capacidade de perceber as características essenciais das conjunturas, e assim, em sua liberdade estética e temática, consegue expor as fissuras do arranjo social cotidiano – confrontando discursos oficiais, crenças tradicionais, o senso comum etc. O artista não teria vez na República ideal de Platão, por suas irreverências éticas e estéticas. Rubem Fonseca não teve vez no regime ditatorial brasileiro na década de 1970, censurado por anos o seu livro de contos *Feliz Ano Novo* – um concentrado de acidez brutal em forma e conteúdo, no qual expõe o toldo da imaginada “ordem social moderna” sendo invertido. O trecho aqui selecionado do conto “Intestino Grosso” de Fonseca nos traz a referência a um personagem de Guimarães Rosa, no sentido de mostrar a inadequação da narrativa do sertão no contexto do Brasil dos anos 1970. É possível compreender melhor esse fato ao observar um pouco da trajetória desses dois escritores.

João Guimarães Rosa nasceu em 1908, e José Rubem Fonseca 17 anos depois, ambos em Minas Gerais; mas, em suas infâncias, enquanto o primeiro mudou-se do distrito rural-interiorano de Cordisburgo para a ainda pequena cidade administrativa de Belo Horizonte e pelas terras do estado de Minas viveu até a idade adulta; o outro deixou a florescente Juiz de Fora para viver no Rio de Janeiro, então capital da República e maior cidade do país, e em tal metrópole viveu desde então. Rosa tem suas principais publicações por volta das décadas de 1940 e 1960, e Fonseca entre as de 1960 e 1980; a obra capital de Rosa foi publicada em 1956 e falava sobre o interior aracaico “semi-medieval” do Brasil entre 1910 e 1930, que foi se modificando e desaparecendo nas décadas seguintes; a obra capital de Fonseca é de 1975 e falava sobre o então presente,¹ revelando a jusante do processo: a dinâmica industrial, urbana em seu lado violento e mesmo doentio. Se Rosa recriara a vida e os embates em um mundo ainda agrário mítico-sacral que viria a desaparecer, como contou Riobaldo, suplantado pelo processo e pelos projetos de modernização, industrialização e suas racionalidades impositivas; Fonseca exporia as deformações desse projeto já em boa parte concretizado, em seu caos, suas frustrações, envolto em brutalidade acentuada.

¹ Falamos de *Feliz Ano Novo*, porém *O Caso Morel*, de 1973, também pode ser considerada a principal obra de Fonseca. O que, no fim, não altera nosso raciocínio.

Em menos de 20 anos, que separam os autores e as obras, as mudanças foram tão bruscas que autoriza a personagem do conto “Intestino Grosso” (escritor e uma espécie de segunda voz excêntrica de Fosenca) a afirmar que a única relação que guarda com outros escritores, como Rosa, é que todos escrevem em língua portuguesa. E é justamente essa a sua argumentação, um tanto irônica e revoltosa, a da diferença abissal: em vez de latifundiários e jagunços, o poder da ordem rural e religiosa, teríamos então as relações fluidas das cidades, onde burguesia, classe média e plebe dividem espaços, e se “empilham”; todos permeados pela projeção de uma ideia de Estado coordenador, pois os tecnocratas planejam a suposta racionalidade a ser aplicada (“afiam o arame farpado”) àquele amontoado humano. Em vez das terras, as zonas industriais que não só haviam suplantado e suprimido aquelas configurações sociais agrárias (talvez os expulsado para bem mais longe)² como ameaçavam com seus dejetos destruir o próprio cenário natural que abrigara: a FIESP ia acabar terminando com o tatu e todo resto. Não dava mais para Diadorim... Quem sabe daria, em doses fragmentadas, para os personagens de Fonseca: para Oswaldo Peçanha, o editor de um jornal escrito por homens e pensado para “mulheres da classe C”, para o assaltante Pereba e seus comparsas, para a travesti Viveca que trabalhava na zona sul, ou para Zé, um jogador de futebol de várzea que ansiava mas não sabia o que seria do seu futuro no Brasil, no Rio, em 1970.

A expectativa do futuro, a ansiedade, também será o ponto alto da história de Macabéa, personagem de *A hora da estrela*. Clarice Lispector, em termos cronológicos, faz parte da mesma geração de Rubem Fonseca, com uma diferença de apenas quatro ou cinco anos; os seus romances, no entanto, serão marcados por um estilo muito mais subjetivo, íntimo, pouquíssimo atrelados a narrativas (fragmentadas ou não) das relações e conflitos sociais (de classe, grupo, facção, etc). Lispector era uma *dépaycé* – ucraniana-russa judia, chegada ao Brasil em sua infância, cresceria com os pais que procuravam viver as comunidades judaicas no Nordeste, naturalizou-se brasileira somente em 1943, aos 23 anos.³ Escrever dramas intimistas de certa forma seria até mesmo um tipo de sintoma dessa condição. Entretanto, sua vida no Brasil corre em paralelo com um processo social muito presente, o exôdo de nordestinos em direção ao Sudeste, e as condições precárias de vida. A escritora vivera em Maceió até os 4 anos,

² Para a fronteira Centro-Oeste-Norte (Mato Grosso, Amazonas, Pará etc.).

³ Lispector “conseguiu” viver fora do Brasil sem grandes dificuldades, casou-se com um diplomata e morou nos Estados Unidos, assim como em outros países.

depois no Recife até os 14, quando se muda para o Rio de Janeiro. Assim, Clarice era uma espécie de *dépaysé*-retirante, e em seu livro mais contundente (nossa avaliação), unirá a força de seu estilo de caráter complexo para explorar as subjetividades da história trágica de uma retirante. Macabéa vivera em Maceió após ficar órfã no sertão de Alagoas, chegara ao Rio de Janeiro e se tornara datilógrafa, vivendo em uma pensão com mais outras moças, e sua história é contada por ainda outro retirante, que fora “menino no Recife” – Lispector expõe claramente o paralelismo dessas vidas que eram e não eram a sua própria. Narra pela voz do recifense, o ápice das esperanças da alagoana, que mistura perspectivas íntimas e características de ascensão social: após ouvir previsões sobre sua prosperidade futura, Macabéa de fato encontraria o anunciado homem rico, estrangeiro – mas quem lhe proporciona esse encontro trágico é o caos e a violência urbana. Lispector nos mostra que o fado da pobreza urbana era o silêncio e a morte, mesmo em vida. A autora teve sua história exposta até em salas de cinema, ao que tudo indica não censurada tanto por expressar sua contestação em estética mais subjetiva e indireta quanto por não haver subversão na superfície de sua narrativa, isto é, a autora relatava apenas uma certa ordem conhecida: sem crimes, sem agitações, sem impulsões políticas na vida desditosa de uma pobre jovem na cidade grande.

Os trechos literários e os comentários colocados ao início dessa introdução pretendem enunciar algumas das faces do amplo processo em curso no Brasil ao longo do século XX, em ritmo mais acelerado entre 1930 e 1980 – as aspirações alcançadas somente em parte e os fracassos não de todo absolutos. Eles conformam o cenário das obras ficcionais de Lispector e Fonseca, o mesmo contexto no qual Pedro Malan e Edmar Bacha se tornarão economistas e intelectuais públicos. Os problemas da industrialização, de como direcionar a necessária atuação do Estado, superar a miséria e a desigualdade eram constantes em suas interpretações acadêmicas e em seus posicionamentos públicos. Nisso, não se diferenciavam de seus pares, cientistas sociais brasileiros sob o Regime Militar: eram essas as questões prementes que, segundo o espírito da época, precisavam ser analisadas e debatidas.

O que os torna diversos do conjunto mais amplo de economistas de esquerda é sua formação e seu contato com a ciência econômica norte-americana, suas correntes e debates. Tal característica não gerava contrastes nítidos nos anos de oposição ao regime, as convicções políticas em torno do conceito de democracia – amplo, por vezes vago, mas muito incisivo – reuniam uma intelectualidade que, assim como a sociedade, estava em processo de ampliação e diversificação de suas convicções políticas. Diversificação

que, no entanto, não tinha a possibilidade de se concretizar, abafada pela necessidade de manifestar discordância a esse adversário comum que era o autoritarismo.

Herdeiras de um longo e histórico imaginário, e insufladas pelo altíssimo crescimento econômico do período, as grandes expectativas da modernidade nos anos 1970 ainda teriam força para de certa forma se sobrepor às já existentes constatações de obstáculos reais e empecilhos práticos ao processo de desenvolvimento nacional. O quadro passa a se inverter à medida que os anos da década de 1980 vão se sucedendo. Além de antigos problemas tomarem maior vulto, como a dívida externa e a inflação, novas questões vêm à tona nesse momento de crise econômica: a capacidade estatal de comandar um processo de desenvolvimento, a estruturação e manutenção de uma democracia em um país ainda desigual. A instauração de amplas liberdades civis e políticas permite que as associações se deem mais livremente em um processo adiado de diferenciação dentro da esquerda – e mesmo dentro da direita também. Ao longo do desgaste social e econômico dos anos 1980, Bacha e Malan procurarão uma nova fórmula que viabilizasse a existência conjunta de democracia, estabilidade e crescimento econômico e a mitigação de desigualdades. Seu contato com a realidade e com a literatura econômica internacional influencia a escolha, em direção à diminuição do papel do Estado como coordenador, empreendedor e protetor da economia brasileira, a qual foi pouco aceita entre parte de seus antigos colegas, mas que foi também a visão que norteou a política dos anos de governo que estabilizariam a inflação e consolidariam a prática democrática no país – apesar de não terem conseguido consolidar uma significativa redução da desigualdade.

No capítulo 1, faremos uma leitura sobre a história do pensamento econômico como área do conhecimento; no capítulo 2, veremos como se deu a formação econômica de Edmar Bacha e Pedro Malan nos anos 1960; no capítulo 3, veremos a sua ascensão como economistas de esquerda e sua atuação nos anos 1970; e no capítulo 4, exporemos as suas reorientações na década de 1980.

1. História do pensamento econômico: área, perspectivas, proposta.

Parece evidente que nenhuma área do conhecimento vem a existir sem que se processe o movimento de sua institucionalização: em algum momento a arregimentação de indivíduos em torno de interesses intelectuais comuns e, então, a constituição de agrupamentos para a discussão e o compartilhamento de ideias sobre temas afins. Esse processo institucionaliza de fato uma “área” quando logra consolidar a percepção da sociedade (ou de partes dela) de que um determinado conjunto de saberes e conceitos são trabalhados e discutidos nesse espaço de reflexão, de concordâncias e discordâncias.

Partindo desse breve esboço de definição ideal – que prescinde de contexto – podemos buscar a sua problematização frente às evidências históricas relacionadas à formação de “áreas do conhecimento” para assim introduzirmos a nossa discussão. O objetivo é chegar ao caso da História do Pensamento Econômico (HPE), sendo ela considerada uma área ou subárea; e analisando, sem grandes aprofundamentos, sua trajetória geral, discutiremos determinadas tendências, para então apontar por qual senda conduziremos nosso trabalho.

Cabe desde já a nota de que não se parte aqui com a aspiração por inovar, renovar, ou mesmo complementar o tanto quanto já foi escrito a respeito das questões metodológicas da ciência em geral e da economia, ou acerca do escopo e da função da HPE. De modo que esperamos que o leitor, ao se deparar com certos graus “liberdade textual” que permeiam partes desse capítulo, identifique não uma pretensão despropositada, mas sim um exercício de articular ideias e proposições que servem ao autor como forma de buscar fazer-se claro.

Área: ciência, história e enfim HPE

As “áreas do conhecimento” assumiram diversas formas práticas ao longo da história humana e apresentaram diferentes trajetórias em seus processos de consolidação. Pode se dizer que o que chamamos hoje de filosofia, por exemplo, tem milênios de institucionalidade – fluida e variada, é verdade. Perpassando variados contextos sociais, foi institucionalizada em muitos territórios e nações – lidando com temas centrais como ética, poder, justiça, liberdade, verdade, lógica, tempo, espaço, matéria etc, carregava em seu bojo incipientes conhecimentos que pertencem hoje a diferentes ciências humanas e exatas. Assim, sendo uma forma originária de pensar

criticamente a realidade, a filosofia tornou-se uma espécie de progenitora de muitas outras áreas. Relacionadas a ela e tão antigas quanto, a matemática e o direito (como as designamos), originaram, por sua vez, ainda diversas outras. Todas as áreas reunidas formam um amplo conjunto na contemporaneidade, ao qual é atribuído um caráter científico e/ou intelectual que o diferencia de pregações religiosas, político-partidárias ou mesmo de “charlatanices”.

Nenhum texto a respeito da história da ciência e do conhecimento poderia evitar mencionar a sua relação íntima com a religião.⁴ Por muitos séculos na Europa, a institucionalização de áreas do pensar esteve absolutamente dependente da Igreja; no Império Chinês, filosofia, conhecimento e religião se mesclavam, como na obra de Confúcio e de outros pensadores dos séculos VI – II a. C; na história dos povos do Oriente Médio e da Ásia central, também pode ser encontrada essa relação – e em alguns países ainda hoje é bem pronunciada. E não é necessário aprofundar mais a questão, entrando em relatos de estudiosos da antropologia para confirmar esse argumento. O fato é que saberes que hoje consideraríamos religiosos e aqueles que designaríamos como científicos se confundiam na busca por explicações para os fatos percebidos no mundo.

Recapitular essa indistinção pode nos fazer pensar sobre os limites entre as duas espécies de saber que hoje são tão separadas institucionalmente. Em que grau a religião pode ser uma forma de ciência? E por que não o inverso: em que grau a ciência pode ser vista como uma religião? Certamente – além de parecerem um pouco forçadas – essas insinuações hoje em dia seriam muito mais ofensivas ao cientista que ao religioso, pois a ciência e suas instituições (universidades, centros de pesquisa, laboratórios etc.) foram no Ocidente – e por enquanto ainda são – as vitoriosas na busca por dominar o espaço de definição da verdade. “Científico” é hoje um sinônimo quase perfeito para “verídico”.

Essa dominância da ciência gerou, e ainda gera, conflitos. Claro, ao longo de todo o processo de laicização do Estado e de ascensão da ciência, houve reação de parte das religiões, mas que decresceu com o tempo, a ponto de hoje as religiões não saberem como se portar exatamente frente ao saber científico – ou criando uma secção de raciocínio (um para o mundo espiritual e outro para o real) ou relativizando afirmações

⁴ Entre tantas referências possíveis, ver, por exemplo, na tradição anglo-saxã e ainda com alguns traços positivistas, DAMPIER, William. *A history of science and its relations with philosophy and religion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

pouco científicas da “palavra sagrada”, ou ainda, para os mais primitivos, negando a validade da ciência. Não obstante, não é esse conflito que nos interessa, mas sim o conflito intelectual, que vêm dos pensadores que se posicionam de maneira crítica à proclamada veracidade e confiabilidade das proposições científicas. O conjunto de intelectuais pós-modernos no Ocidente é representativo dessa atitude – e aqui utilizaremos o “pós-moderno” como um tipo ideal.

Indo ainda um pouco além do espírito da famosa tirada “toda língua é um dialeto com um exército por trás”, um adepto do pós-modernismo poderia afirmar que, se no Ocidente a ciência desbancou a religião, foi porque conquistou o poder político – conquistou seu “exército”. O Estado desvinculou-se dos sacerdotes e vinculou-se aos cientistas; e o discurso científico difere na superfície, mas se iguala em essência ao discurso religioso: ambos existem na esfera da política, em uma ordem das relações sociais. Essa é uma posição um tanto radical e pode ser encontrada elaborada de diferentes formas e graus, e com conceitos variados,⁵ mas em essência o argumento é esse: o discurso conforma o que é “a verdade”, e dado que o discurso é um fato social e político, a verdade está completamente dependente de questões sociais e políticas, o que torna praticamente uma farsa a noção de que existe progresso no conhecimento sobre a realidade.

Essa visão encontra seu extremo oposto na crença positivista de que a ciência evolui por tentativa e erro, e o conhecimento sobre a realidade é cumulativo, aumenta com o passar do tempo e com a elevação da quantidade e da qualidade dos testes. Na medida em que o conhecimento acumulado foi mostrando que os saberes religiosos não eram adequados para descrever a realidade, a religião perdeu espaço nos núcleos de poder. Tal interpretação, inclusive, tende a ser a mais comum fora das faculdades de humanas, longe do pós-modernismo. Essa exposição de ideias nos leva às discussões mais específicas sobre o que é ciência e qual a sua dinâmica.

As duas propostas intelectuais um tanto extremistas sobre a ciência não nos parecem satisfatórias. Usando a conceituação proposta por Chalmers,⁶ cremos que nem

⁵ Feyerabend talvez discordasse de que sua argumentação leva a tais conclusões, porém em vários aspectos seus trabalhos sobre metodologia e ciência podem ser considerados pós-modernos. Ver FEYERABEND, P. *Against method*. Londres: Verso, 1993. Dentre os influentes pós-modernos franceses, estão Jacques Derrida e Foucault. Desse último, ver FOUCAULT, Michel. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969. Bruno Latour e Steve Woolgar são exemplos de um pós-modernismo contemporâneo que estuda a história da ciência e tende a misturar um pouco a tradição francesa mais sociológica e as discussões clássicas sobre metodologia da ciência. Um contraponto mais positivista pode ser encontrado nos textos de Richard Boyd.

⁶ CHALMERS, A. F. *What is this thing called science?* St Lucia: University of Queensland Press, 2013.

os “realistas científicos” (positivistas) nem os “anti-realistas” (pós-modernos) são bons guias para compreender do que se trata a ciência. Direcionamos nossa atenção, então, às visões que evitam os extremos do debate; e encontramos as perspectivas já clássicas de Karl Popper, Thomas Kuhn e Imre Lakatos. De certo modo, suas visões estariam orbitando o centro: Popper e Lakatos tendendo ao “realismo” e Kuhn tendendo ao “anti-realismo”. Estão centralizados, pois não acreditam na ideia de cumulatividade do conhecimento, mas também não negam a possibilidade de avanço em direção à verdade.⁷

Popper formulou de forma filosófica qual a lógica da pesquisa científica, descrevendo o tipo de procedimento desse profissional do saber: o cientista deve propor e verificar afirmações falseáveis (que podem ser negadas pela empiria). Kuhn partiu da perspectiva da história da ciência, e revolveu fontes históricas para formular os diversos tipos de procedimentos possíveis ao cientista em cada período determinado no qual existe um paradigma: fazer ciência normal, procurar encaixar anomalias, acelerar a revolução etc. Lakatos procura manter a visão filosófica de Popper e descer ao nível dos fatos para encará-los, assim apresentando uma alternativa à visão “factual” de Kuhn.

Nesse debate de centristas, nos parece que o que está em jogo é mais a dinâmica que a essência, ou seja, mais como os cientistas abordam as verdades e menos se eles são capazes de se aproximar delas. É claro que esses limites podem ficar borrados, pois a definição do que é ciência (essência) depende da sua materialidade (dinâmica) e vice-versa. Em tratando do que chamamos de “essência”, nos parece que os três concordariam com a afirmação: a verdade existe e é onipresente; é sempre perscrutável, mas impenetrável em sua forma primordial.

Assim, talvez seja mais importante o lado do qual se parte para depois encontrar o contraditório. Nesse sentido, partir de Kuhn para chegar a Popper significaria de uma certa maneira, partir da história para chegar ao debate sobre teorizações. E partir de Popper para chegar a Kuhn seria construir as teorias e então descer à história para debater sua adequação. Não obstante, as disputas acabam sem conclusão definitiva tanto no nível histórico quanto no teórico. Então, dado que “o que é ciência?” é uma pergunta

⁷ Para Popper e Kuhn, as referências clássicas são seus livros: POPPER, Karl. *The logic of scientific discovery*. Routledge, 2005; E KUHN, Thomas. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: University of Chicago Press, 2012. Dentre as referências para Lakatos, ver LAKATOS, Imre. Falsification and the methodology of scientific research programmes. Em LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (Eds.) *Criticism and the Growth of Knowledge: Volume 4: Proceedings of the International Colloquium in the Philosophy of Science, London, 1965*. Londres: University Cambridge Press, 1970, pp. 91-195.

sem respostas definitivas, e que tanto as perspectivas mais filosóficas de Popper quanto as perspectivas mais ligadas a um estudo histórico, como a de Kuhn, são razoáveis e passíveis de aceitação, o que importa ao pensar a ciência é decidir onde firmar as bases iniciais de investigação e onde abrir espaço aos questionamentos.

Por exemplo, tomemos a visão de Popper sobre o “cientista normal” de Kuhn (aquele que só busca confirmar o paradigma que conhece e segue), acreditava que esse era um tipo de cientista digno de pena.⁸ Nesse caso, então a ciência normal de Kuhn existe, mas é sustentada por cientistas que são pouco ou nada científicos segundo a conceituação de Popper sobre o que é ciência. O erro está na definição filosófica de Popper ou em Kuhn achar que o cientista normal faz ciência? Ou ainda, se pensarmos em um caso hipotético de um pesquisador levar em frente, ao mesmo tempo, algumas inquições com elevado e outras com baixo grau de cientificidade segundo o critério de Popper, ele seria um cientista normal de Kuhn? Seja como for, acreditamos que uma explicação sobre a dinâmica da ciência está no espaço entre o realismo brando de Popper e Lakatos e o anti-realismo também brando de Kuhn, e longe dos extremos positivistas e relativistas.

Esse é um debate que nos serve para introduzir a questão da relação entre ciência e história, a qual veremos brevemente como se deu nos últimos séculos. Utilizaremos a palavra paradigma para nos referirmos ao conjunto de ideias científicas que é dominante em uma área do conhecimento em um determinado período de tempo. Aderir ao termo de Kuhn não necessariamente significa que aderimos integralmente a sua visão – de fato, não acreditamos que haveria grande perda de sentido se utilizássemos o termo “programa de pesquisa”, cunhado por Lakatos.

Retomando a trajetória histórica das áreas do conhecimento, podemos perceber que as disputas pela verdade não se restringiram ao embate do que era científico com o que, diríamos hoje, era religioso ou com o que no fim era pura charlatanice (ou similares); mas elas ocorriam dentro do próprio “campo científico” – como fica muito claro a partir das exposições de Kuhn e Lakatos. Sejam considerados “paradigmas” ou “programas de pesquisa”, tais conjuntos de ideias vão se sucedendo, e é assim que a ciência caminha. Mas, então, poderíamos indagar qual o status da proposição científica (“laica e séria”) que foi deixada para trás? A ciência e suas áreas do conhecimento deveriam esquecer as proposições enfeitadas ou mantê-las como um tipo de fonte de

⁸ POPPER, Karl. *Conjectures and refutations: the growth of scientific knowledge*. Nova York: Routledge, 2002, pp. 3–79.

conhecimento necessário a um cientista? No caso das ciências não sociais, genericamente designadas pelo conceito de “filosofia natural” até a passagem do século XVIII ao XIX, ocorre um longo processo que vai desvinculando o conhecimento científico do seu passado. Isto é, as proposições e os debates científicos passaram a se debruçar somente sobre o conjunto de conhecimentos do presente, ou do tempo recente, e cada vez menos a tentar vinculá-lo a um passado, a uma trajetória histórica das ideias.

A partir do final do século XVII, mas principalmente a partir do século XVIII com o Iluminismo na Europa, ocorre um grande aumento de instituições para a produção de conhecimento e um avanço de sua transmissão e conservação, de tal modo que o acúmulo físico e mental do saber começa a se tornar quase que “exponencial”. Isso significa que os paradigmas enquanto vigentes passaram a se sustentar em cada vez mais trabalhos de ciência (“normal” ou não), e que contrapor-se a uma teoria de forma consistente ia se tornando uma tarefa crescentemente trabalhosa. À medida que a ciência caminhou no tempo, os propositores de novas tendências, de novos rumos para a perscrutação da realidade, discutiam com seus opositores e se dedicavam aos debates do momento. Em seus textos, poderiam realizar uma recapitulação de fatos ou ideias, daquelas a que queriam se contrapor e daquelas que queiram seguir; mas certamente esses filósofos naturalistas e/ou cientistas, com o passar do tempo, dedicarão cada vez menos espaço a uma discussão do passado, dos episódios de superação de proposições relegadas ao esquecimento. A própria quantidade de conhecimento que se acumula acaba por influenciar a divisão entre a produção da ciência e o entendimento de sua própria história. Essa é uma leitura quase “materialista” sobre o processo de desvinculação entre ciência e história, o qual se consolida no século XIX. Leitura que expõe a tendência secular, mas não evidencia as variadas concepções sobre a história e o estudo histórico ao longo do tempo. É preciso recapitular brevemente essa questão para podermos chegar ao estudo da economia no século XIX e XX e o papel da história aí.

Na época que antecede o iluminismo, o conhecimento do passado ainda era entendido pelos pensadores expoentes como uma parte integral do conhecimento sobre o presente e a verdade – Copérnico e William Harvey, por exemplo, consideravam-no fundamental, pois conhecer a história era conhecer a realidade.⁹ Na questão da natureza

⁹ Sobre historiografia da ciência: KRAGH, Helge. *An introduction to the historiography of science*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. E também CHRISTIE, John RR. “The development of

da matéria, por exemplo, alguns retomavam a figura de Demócrito ao buscar legitimação para a ideia do atomismo; nesse mesmo intuito, Robert Boyle e Isaac Newton invocaram a figura bíblica de Moisés – e isso ajudou o atomismo a ser investido de autoridade no século XVII.¹⁰ A noção geral era de que se estava na mesma sequência temporal da Antiguidade Clássica ou até das vetustas histórias religiosas – como que um “tempo eterno”, ou pelo menos muito longo. Posteriormente, essa percepção vai desaparecendo, e tomando seu lugar uma outra de ruptura e diferenciação no tempo. Podemos notar essa mudança com a visão que surge no Iluminismo, significativamente anticlerical, de forte distanciamento e oposição à Idade Média, tida como idade das trevas.

Alguma forma de consciência histórica e historicizante faz parte dos processos de disputa dentro das áreas do conhecimento e assim também do surgimento de novas áreas – mesmo que seja na forma do próprio debate corrente, que captura o passado geralmente de forma rasa. Talvez não possamos retomar a crítica de Sócrates aos conhecimentos que os sofistas ensinavam – uma crítica tanto moral quanto científica. Mais frutífero seria, na área da economia, lembrar do caso de Adam Smith e os mercantilistas.

Professor de Filosofia Moral, Smith é, no senso comum, considerado o pai-fundador da área de Economia, pois teria elaborado a sua pedra fundamental, que ensinou o seu descolamento da filosofia e indicou os caminhos pelos quais a área deveria seguir nas décadas seguintes – talvez no século seguinte. O caso é que, em partes de *A Riqueza das Nações*, Smith faz uma recapitulação de certas ideias econômicas até ali aplicadas e transmitidas, não com o intuito de escrever alguma história das ideias econômicas, mas de refutar raciocínios ou admitir a razoabilidade de outros. Enquanto propõe algum elogio às propostas dos fisiocratas como Quesnay, transforma as ideias dos mercantilistas em uma caricatura e pretende alijar suas perspectivas do âmbito do estudo das questões econômicas.¹¹ É uma forma de

the historiography of science”. Em OLBY, R. et al. *Companion to the history of modern science*. Londres: Routledge, 1990, pp. 5-22.

¹⁰ KRAUGH, 1987, pp. 2-3.

¹¹ Ver *Riqueza das nações* Livro IV. Também SUPRINYAK, Carlos Eduardo. *Moeda, mercadoria e crise mercantil: os debates econômicos na Inglaterra na década de 1620*. Belo Horizonte: FACE/UFMG, 2010. Tese de Doutorado, pp. 3-18. Passagem da p.4: “A principal preocupação de Smith, é claro, não era escrever a história das ideias econômicas, mas sim refutar alguns preceitos arraigados ao longo da história recente da Europa, de forma que sua representação do “sistema mercantil” era compreensivelmente esquemática e caricatural. Em suas mãos, ele se tornou muito mais um ideário do que uma doutrina – um conjunto de “noções populares” convertidos em política econômica por meio da ação de indivíduos auto-interessados sobre autoridades públicas ignorantes”. Ver também WINCH, Donald. *Adam Smith: Scottish*

recapitulação histórica, apesar do pouco aprofundamento histórico (em termos contemporâneos).

Como dissemos, com a ampliação da conservação e da produção de textos intelectuais/científicos, os paradigmas se alteram e o entendimento e recordação do cientista sobre os autores do passado e sobre as linhas históricas que levaram até o debate que está travando torna-se cada vez menor frente ao conhecimento acumulado. É nesse processo, tanto influenciado pelo crescimento da produção de conhecimento em si quanto pelo interesse em “teorias passadas” ou paradigmas que ficaram para trás, que surge o interesse e os trabalhos sobre história da ciência.

Com o avanço do Iluminismo, o passado clássico (greco-latino) ainda se prestará à legitimação, mas o conceito de história passa a adquirir ainda um outro sentido muito relacionado à explicação da realidade; um “fenômeno histórico” seria um fenômeno real, concreto, verdadeiro, em oposição ao campo metafísico. A história serviria ao entendimento dos fatos reais, e assim quando se fazia “história” poderia se estar falando do passado ou de fatos absolutamente atuais para a época, de fatos naturais ou sociais. Esse significado, por exemplo, permaneceu até meados do século XX na designação “História Natural” – o que veio a se tornar biologia, botânica, zoologia etc. Mas a Filosofia Natural, que se tornava aos poucos “ciência”, também era ligada ao escrutínio da realidade, de modo que esses dois conceitos, de história e ciência, vão conviver por mais de um século. Nessa convivência, por vezes se harmonizavam, ou se fundiam, ou ainda disputavam, sempre como meios para atingir a verdade.

Na virada do século XVIII ao XIX, o termo “filosofia” passa a ser cada vez menos utilizado para se referir aos diversos tipos de conhecimento. A “filosofia natural” vai desaparecendo, consolida-se a ideia de ciência e, na primeira metade do século XIX, é cunhado o termo “cientista” – por William Whewell em 1834. Nesse processo, a “história” utilizada pelos cientistas vai se diferenciando da “história” utilizada para pensar o social. As ciências naturais se inflam de autoridade e se afastam das humanidades, assim surge um cisma entre a história da ciência e campos como história da civilização e teoria da história. A percepção de que a filosofia e a história (agora

moral philosopher as political economist. *The Historical Journal*, v. 35, n. 1, 1992. E ainda, MAGNUSSON, Lars. *Mercantilism: the shaping of an economic language*. Londres: Routledge, 2002. Sobre fisiocratas e o iluminismo: VARDI, Liana. *The Physiocrats and the World of the Enlightenment*. Nova York: Cambridge University Press, 2012.

mais ligadas a questões humanas e sociais) tinham que abraçar os ensinamentos da ciência, enquanto esta não tinha nada a aprender com as primeiras, generalizou-se.¹²

Os cientistas profissionais que ainda utilizavam de alguma maneira a história acabam por escrever sobre seu assunto sempre com vistas ao seu status contemporâneo. A maioria das obras passou a ignorar a perspectiva histórica e concentrou-se unilateralmente na produção de um relato preciso e especializado. No máximo, os autores faziam ao início de seus livros uma breve recapitulação de pensamentos ideias que os influenciaram, mas isso dizia mais sobre o autor do que sobre a história da ciência – como no caso da *Origem das espécies* de Darwin; e assim esse já era um gênero mais próximo do relato individual do passado, que estava longe de ser visto como meio imprescindível para entender a realidade presente.¹³

O conceito de história ainda guardará o significado de explicação da realidade, mas agora afastando-se das ciências naturais e ligando-se fortemente às sociais, que se consolidavam em suas formas mais contemporâneas no século XIX. Enquanto a “história da ciência” (os relatos sobre o conhecimento científico através do tempo) se torna um misto de positivismo e curiosidade por ideias passadas e caminha para seu alijamento completo do “fazer ciência”; ganha força a visão de que o estudo aprofundado da história da dinâmica humana serviria como meio para se compreender a realidade social: seria no âmbito do estudo da sociedade que ciência e história se encontrariam. Nos historicismos do século XIX, por exemplo, ocorre uma nova fusão da ideia de história com a de ciência: pois o método histórico se torna o método científico para entender as questões sociais.¹⁴

Ao longo do século XIX, pode-se ver um período de disputa aberta e clara pela preponderância na capacidade de entender a realidade: agora seriam os cientistas e filósofos cietificistas que avançariam sobre o estudo da história e das humanidades. Almejavam expandir o alcance do método científico já “pronto e testado”, e afirmavam que o estudo da história devia se pautar por ele: a imagem de grandeza das ciências exatas, sua “evidente superioridade”, vai levar autores a correntes de pensamento como monismo, por exemplo. As ciências exatas explicavam tudo, e as humanas deveriam se

¹² KRAGH, 1987, p. 8

¹³ Segundo Kragh, “apenas alguns acadêmicos excepcionais conseguiram combinar a especialização com um verdadeiro senso e conhecimento da história. Hoje essa combinação feliz já não existe mais”. KRAGH, 1987, pp. 8-9.

¹⁴ Sobre o historicismo, ver CURI, Luiz F. B. *Nationalökonomie nos trópicos: pensamento econômico alemão no Brasil (1889-1945)*. São Paulo: FFLCH/USP. Tese de Doutorado, 2018, pp. 106-107.

pautar por elas, era o que indicavam as ideias de Wirchow, Ostwald e Haeckel –¹⁵ segundo esses pensadores, a ciência deveria se sobrepor, praticamente “engolir” a história.

Enfim, a “história da ciência” como área autônoma se constrói ao longo do processo em que o conhecimento histórico é alijado do âmbito da produção do conhecimento científico. Ao final do século XIX, a área de fato se institucionaliza e a profissão *historiador da ciência* passa a ter independência. A primeira conferência internacional desses historiadores foi realizada em Paris em 1900, e foi, então, seguida por uma série regular de congressos semelhantes. Estabeleceram-se também sociedades nacionais para o estudo da história da ciência – desde na Alemanha em 1901, até nos Estados Unidos em 1924 – e assim começaram a ser publicados periódicos específicos.¹⁶ Não se pode esquecer que existem as influências dos contextos nacionais em todo esses processos, e que fazemos aqui é dar um panorama geral, correndo todos os riscos que advém das simplificações.

Talvez o exemplo da relação das ciências naturais-exatas com a história sirva para fazermos uma comparação com o processo ocorrido nas ciências econômicas, em período posterior mas impactado pelos processos da primeira. O estudo da economia se institucionaliza na Inglaterra nas primeiras décadas do século XIX, sob os auspícios do livro de Adam Smith. Com o decorrer dos anos, deixam-se para trás os conceitos de filosofia moral, de ética, e a disciplina passa a se chamar diretamente *political economy*, sendo Malthus seu primeiro professor. A trajetória é diferente em outros países da Europa, porém, mesclando tendências internas com influências inglesas, França, Alemanha, Austria, Italia já teriam o estudo da economia institucionalizado até finais do século XIX.

¹⁵ KRAGH, 1987, p. 14. Passagem dessa mesma página: “No final do século XIX, havia uma tendência entre alguns cientistas de enfatizar unilateralmente o método da ciência em detrimento dos métodos que prevaleciam nas humanidades, incluindo a história. Cientistas eminentes como Wirchow, Haeckel e Ostwald sustentavam que o estudo da história deveria ser radicalmente alterado e subordinado à nova cultura dominada pela ciência” (tradução nossa).

¹⁶ “De acordo com seu programa positivista, Auguste Comte (1798-1857) argumentou em favor desse tipo de história da ciência. Em 1832, embora sem sucesso, ele pediu o estabelecimento de uma cadeira de história da ciência no College de France: tal cadeira, a primeira do tipo no mundo, foi criada em 1892 e depois entregue a um seguidor leal de Comte. (...) Não foi até a virada do século que as atividades dispersas foram organizadas e a história da ciência começou a se estabelecer como uma profissão independente. (...) Na Alemanha, a Gesellschaft für Geschichte der Medizin und der Naturwissenschaften foi fundada em 1901, 23 anos antes da fundação da American History of Science Society. Em conexão com as sociedades, vários periódicos foram iniciados para a comunicação da pesquisa histórica”, ver em KRAGH, 1987, pp. 11-15 (tradução nossa). Sobre a associação de história da ciência nos EUA, ver o site institucional, disponível em <https://hsonline.org/about/history-of-the-society/>, acesso em 02/04/2019.

Nessa trajetória europeia dos estudos em economia, a perspectiva histórica terá de conviver com a produção mais teórica e “abstrata”. Do século XVI ao XIX, as ciências naturais-exatas tiveram uma relação fluida e variada com as perspectivas históricas, trazendo o passado como argumento de legitimação, como parte do método científico e também como meio para evidenciar método. A economia em seu processo de consolidação abrigará algumas correntes que tenderão a ver a ciência econômica crescentemente como uma disciplina a-histórica. Não obstante, proveniente do campo das humanidades, também existia a perspectiva de que, para ser vista de forma científica, a sociedade deveria ser entendida historicamente. Assim, se a economia buscava alcançar o patamar de conhecimento científico, e dado tal dilema da cientificidade, a coexistência das perspectivas mais históricas e outras mais teóricas dentro dos estudos econômicos existiria e não deixaria de ser variada e mesmo conflituosa.

Como expôs Margareth Schabas,¹⁷ da segunda metade do século XVIII às primeiras décadas do século XIX, o estudo da economia no mundo britânico estava muito relacionado à noção do mundo natural. Observando os fundamentos conceituais da economia clássica, a autora mostra que a descrição dos fenômenos econômicos estava fundamentada em uma concepção de natureza física. Isto é, mesmo que oficialmente fizessem parte da filosofia moral, os discursos dos teóricos econômicos apresentavam os fenômenos estudados praticamente como uma parte da filosofia natural. Como nesse período ainda havia algum espaço para visões históricas inclusive nas explicações do mundo natural, Hume e Smith, por exemplo, não deixariam de basear certos princípios por meio do uso de algum tipo de análise histórica. Ao longo do século XIX, contudo, ocorreria, então, um processo de desnaturalização da economia, para o qual a figura de Stuart Mill foi fundamental, pois procurou fazer explícito o papel da agência humana como estrutura para a análise econômica.

Os economistas clássicos levaram a economia a ser uma entidade natural e viram o *homo economicus* como uma criatura de paixões e instintos animais imbricados em eventos como o excesso de população e o temido estado estacionário que estavam em desacordo com os ditames da razão. Economistas posteriores, como Mill e os primeiros neoclássicos, retiraram o homem da natureza. A economia seria vista como o resultado de uma agência racional e, portanto, não mais diretamente governada por forças naturais. O bem-estar econômico não seria como o fluxo e refluxo dos oceanos, como Hume sugerira uma vez (...), mas algo que poderia ser planejado, se não controlado. Os seres humanos não precisam mais lutar contra a natureza. Lembre-se do hino de Mill: “Os caminhos da natureza devem ser conquistados, não

¹⁷ SCHABAS, Margaret. *The natural origins of economics*. Chicago: University Of Chicago Press, 2005.

obedecidos” (...). Os economistas vitorianos, assim, tomaram uma direção diferente de Darwin e dos darwinistas sociais.¹⁸

Essa visão de Mill, que abria espaço para um livre-arbítrio do agir humano, em decidir seu futuro racionalmente, independentemente de qualquer natureza, é uma ideia geral que permeará o pensamento econômico até o século XX. Na verdade, nesse sentido de relação com a ideia de natureza, o pensamento econômico, em linhas gerais, parece se bifurcar. Por um lado, poderia indicar que, ao se afastar de uma concepção de conhecimento da natureza, os estudos econômicos britânicos se afastariam também de uma abordagem que procurava leis e relações a-temporais. Não é, entretanto, o que ocorre. Na verdade, no que toca à teorização, vai se passando de um tipo de ciência econômica que mescla a natureza total a-temporal e evidências históricas, como em Smith, para uma atemporalidade completa, baseada agora em naturezas autônomas em relação à natureza total: a natureza do indivíduo e a natureza dos agregados.

Assim, talvez o processo descrito como desnaturalização também pudesse ser visto como uma renaturalização da economia. O que se consolidará em meados do século seguinte é uma ciência econômica que assumia e testava padrões de comportamento dos agentes econômicos, tanto em termo agregados quanto individuais (ordinariamente: macro e micro), e a partir daí produzia suas conclusões. De qualquer forma, uma corrente importante da ciência econômica, de Smith aos economistas pós-Marshall, mantendo a aspiração ao patamar científico definido pelas ciências naturais-exatas tende a acompanhar a modificação ocorrida nessas ciências: vai se desfazendo do conhecimento histórico.

Enquanto isso, outras linhas de pensamento também iam se constituindo. Segundo Schabas, as ideias econômicas ligadas ao socialismo foram baseadas na recusa da “falácia naturalista”, contudo, ao observarmos as ideias de Marx podemos perceber uma certa herança dessa concepção de leis naturais, configurada então de outra maneira, como uma lei histórica. Não seria absolutamente historicista, no sentido de que mais projeta um “modelo” lógico para ler a história e menos esmiuça a história em seus dados para encontrar traços de teoria. Enfim, na teorização marxista está subjacente um motor primeiro e imanente que não é nem a natureza total,¹⁹ nem a do indivíduo, é uma

¹⁸ SCHABAS, 2005, p. 150 (tradução nossa).

¹⁹ Com algumas ressalvas, como em algumas passagens de *O Capital*, por exemplo no capítulo 25 quando Marx faz paralelos entre o movimento do exército de reserva e as leis da natureza. Ver MARX, Karl. *Capital, Volume I*. Nova York: International Publishers, 1967, p. 633. Também pode ser lembrada a

natureza das relações de classe, que era tanto histórica quanto científica. Sem entrar em maiores discussões, vale lembrar que Marx era tributário de Hegel, e dedicou *O Capital* a Darwin.

O debate dos historicistas alemães com os teóricos britânicos mostra um caso de compreensões distintas sobre a relação entre os conceitos de história e ciência. Os historicistas procuravam minar as crenças nas leis advogadas pelos teóricos, e trabalhar com os dados históricos, analisando as especificidades de cada evento. Tal qual outras importantes correntes, como o institucionalismo norte-americano por exemplo, também o historicismo não estará mais presente nas escolas de economia em meados do século XX. Na primeira metade do século, ocorre a decadência da história como método de investigação para a economia, tendo a história econômica se tornado uma subárea, que se institucionaliza também criando associações como a Economic History Society, fundada em 1926, e a Economic History Association, em 1940.²⁰ E ao final do século teria até mesmo desaparecido dos currículos de graduação da maior parte das faculdades de economia dos países desenvolvidos. A história do pensamento econômico parece seguir um caminho parecido.

Tendo o estudo da economia se institucionalizado no século XIX, ampliou-se e expandiu-se em várias subáreas, também ensejando um espaço para a reflexão histórica sobre si. Segundo Keith Tribe, a história do pensamento econômico se estabeleceu pela primeira vez na Grã-Bretanha como um campo reconhecível durante as primeiras décadas do século XX. O livro de Edwin Cannan *As Teorias de Produção e Distribuição na Economia Política Inglesa de 1776 a 1848* (1893), suas edições de *Smith's Lectures* (1895) e de *Wealth of Nations* (1903) haviam estabelecido novos padrões acadêmicos no tratamento histórico da economia, que influenciaram muito seu ensino na *London School of Economics* (LSE).²¹

Assim, no mesmo período – a passagem do século XIX ao XX – história e ciência estão tendo pelo menos três tipos de relação diferentes: a área da história da ciência se institucionalizava já alijada do campo das ciências naturais-exatas; a história econômica disputava o campo da ciência econômica; e a história do pensamento econômico dava seus primeiros passos mais concretos. Os trabalhos em HPE cresceram

tentativa globalizante de Engels em seu *A dialética da natureza*. Ver ENGELS, Friedrich. *A dialética da natureza*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

²⁰ Conferir em <http://www.ehs.org.uk/the-society/history-of-the-ehs.html>; e <https://eh.net/eha/about/>, acesso em 03/05/2019.

²¹ TRIBE, Keith. Donald Winch 1935–2017. *The European Journal of the History of Economic Thought*, v. 25, n.1, 2018, p. 196.

dentro do campo da economia, mas chegariam a um ponto crucial também. Como explica Tribe sobre o caso britânico, Donald Winch, nomeado para uma cadeira de história da ciência econômica (*history of economics*) na Universidade de Sussex em 1969, foi um dos últimos estudiosos de HPE a conseguir um cargo importante dentro de departamentos de economia. O último economista britânico a ser nomeado para uma cadeira de interesse especializado em história da ciência econômica foi Denis O'Brien, que se tornou professor em Durham em 1972. Ao final dos 1970 não existiria mais a perspectiva de contratar profissionais com essa especialização.²²

Assim como ocorrera com as outras áreas, em meio a seu alijamento do campo da economia, na Europa e nos Estados Unidos, a história do pensamento econômico passa por um processo de institucionalização na segunda metade do século XX. A revista da Universidade de Duke, *History of Political Economy*, foi criada em 1969; o primeiro encontro da norte-americana *History of Economics Society* se deu 1974; já os historiadores do pensamento econômico no Reino Unido fundaram a *The History of Economic Thought Society* em 1968. Por fim, a *European Society for the History of Economic Thought* (ESHET) seria fundada em 1995, e a Associação Latino-Americana de História do Pensamento Econômico surgiu nos últimos anos.²³

A HPE, no entanto, ainda não desapareceu completamente do horizonte da ciência econômica. Como as associações gostam de lembrar, alguns reconhecidos profissionais da teoria econômica ainda acreditam que o conhecimento sobre história do pensamento pode ser uma boa contribuição à formação de novos economistas.²⁴ No Brasil, a graduação ainda comporta essa disciplina. Em termos de melhoramento do nível de nossa discussão econômica, dois objetivos nos parecem claros e estão relacionados. O primeiro é um tanto óbvio: formar bons economistas profissionais – o que implica dominar as teorias *mainstream* (e por que não algumas heterodoxas?) e as técnicas estatísticas em padrões internacionais, compreender a constituição histórico-

²² TRIBE, 2018, pp. 196-201. Trecho: “... sobreviventes de duas gerações sobrepostas de economistas britânicos seniores, para quem o interesse na história do pensamento econômico não era uma desqualificação do emprego em um departamento de economia. Os principais executivos da paisagem britânica da HPE faleceram em rápida sequência – Bob Coats e Terence Hutchison em 2007, Bob Black em 2008, Mark Blaug e Andrew Skinner em 2011” (tradução nossa).

²³ Conferir em <http://www.eshet.net/>; <https://www.alahpe.org/>; <https://historyofeconomics.org/about-the-society/>; <https://hope.econ.duke.edu/node/49>; <https://thets.org.uk/>, acesso em 03/05/2019.

²⁴ Exemplos de frases selecionadas pelos pesquisadores de HPE e expostas na página da ESHET: “Economic thinking proceeds both by accumulation and elimination. Elimination is not always for the best. The global financial crisis is a vivid example. Many discarded theories turned out to be relevant. More knowledge of history of thought would have prepared us better” (Olivier Blanchard). “I believe the students we train would end up as better economists if they had greater exposure to the history of economic thought (which, at this point, is pretty much null)” (Dani Rodrik).

social dos sistemas econômicos internacional e nacional e ter uma perspectiva da trajetória dos debates econômicos nacionais e suas relações com os debates internacionais. O segundo objetivo, então, diz respeito justamente ao último ponto, aquele que, nos parece, ainda carece de fontes acadêmicas. Enquanto a qualidade de aulas de teoria, estatística-econometria, história econômica e HPE (“de Smith a Samuelson”) dependem em sua maior parte do esforço didático e da capacidade comunicativa do professor, uma aula sobre pensamento econômico brasileiro, seus debates e relações com os debates internacionais ficaria limitada pela falta de trabalhos que possam fornecer conteúdo. Assim, é necessário produzir mais trabalhos, como parece estar acontecendo, mas principalmente transmitir o conhecimento gerado aos alunos, futuros economistas, que devem ter a oportunidade de compreender tanto o contexto nacional das ideias quanto o internacional, e a relação entre eles. Afinal, como bem sintetizou Keynes em *The End of Laissez-Faire*, um estudo sobre a história das opiniões é uma condição preliminar para a emancipação da mente.

Nossa contribuição é procurar oferecer uma leitura do contexto e da produção intelectual das décadas de 1960, 1970 e 1980, abordando a trajetória de dois economistas brasileiros.²⁵ Como fica claro pelo título da dissertação, não utilizamos uma classificação para designar o pensamento de Bacha e de Malan, preferimos deixar em aberto. Primeiramente, porque estamos cientes da complexidade que envolve os processos de criação e supressão de ideias e assim compreendemos a recorrente dificuldade de classificação e divisão de correntes e períodos com alguns rótulos. Classificar economistas (e o seus pensamentos) como clássicos, neoclássicos, institucionalistas, etc. é sempre uma imprecisão um tanto quanto incontornável – enquanto a realidade é dinâmica, a qualificação é estática.²⁶

A dificuldade de classificação intelectual parece um tanto mais significativa para o contexto de países do terceiro mundo no século XX, onde as influências foram

²⁵ Não sendo exceção, também nosso trabalho tem suas condicionantes históricas, e em nossa percepção talvez possa ser visto como uma reação a certas características encontradas em diversos outros trabalhos de HPE, a certo modelo e propósitos aparentemente já estabelecidos por uma parte de quem faz história do pensamento econômico no Brasil. Lidamos com algumas questões nessa “reação”, talvez a primeira seja evitar o internalismo, com sua visão mais estreita sobre as determinantes do pensamento econômico, e também evitar tanto a canonização das figuras históricas quanto os efeitos deletérios de preterir o critério e o compromisso com a historicização em prol de qualquer espécie de agenda política. Para um texto que dá boas direções para a HPE, ver BIANCHI, Ana Maria. Challenges of doing research in the history of economic thought: A Latin American perspective. *Estudos Econômicos* (São Paulo), v. 48, n. 2, 2018.

²⁶ Para uma visão do espaço das ideias econômicas como “sistema complexo”, ver COLANDER, David; HOLT, Richard PF; ROSSER, Barkley. The changing face of mainstream economics. *Review of Political Economy*, vol. 16, n.4, 2004.

bastante variadas, sobrepostas e cambiantes e onde os aspectos políticos sempre foram muito pronunciados. Mesmo um termo consolidado como “estruturalista” pode representar um recorte limitado, de um determinado conjunto de ideias característico de um período principal (anos 1950), mas parece não ser muito útil para descrever a evolução das ideias nas décadas seguintes (1960-1980), mesmo que se tenha um empenho nesse sentido.²⁷ Não é preciso se esforçar muito para perceber essas características “instáveis”, fluidas, e por vezes criativas do pensamento latino-americano: a mistura, alternância, sobreposição de ideias que poderiam ser chamadas de neoclássicas, marxistas, estruturalistas e institucionalistas nas muitas obras de Celso Furtado é exemplo disso.

Em seu já clássico trabalho de 1988, Ricardo Bielschowsky captou essa questão,²⁸ e assim utilizou uma classificação tanto intelectual quanto histórico-prática, isto é, englobou todos os pensadores estudados dentro de um ambiente ideológico – o “ciclo ideológico do desenvolvimentismo” – e os dividiu segundo tendências que têm um caráter político bastante acentuado: desenvolvimentista do setor público, desenvolvimentista do setor privado, nacionalista, não-nacionalista, socialista, liberal. Contudo, o estudo do autor se restringe ao período 1930-1964, não avançando às décadas seguintes quando surgem novos economistas e novas interpretações, mesmo que ainda dentro de um quadro “desenvolvimentista”.²⁹ Diversos outros trabalhos de outros economistas e historiadores do pensamento trabalhariam com os mesmos assuntos ou bastante similares, o desenvolvimento e as ideias desenvolvimentistas, e isso acabaria se tornando uma espécie de Meca temática na área. O livro de Bielschowsky então veio a ser o pioneiro de uma tradição: a de estudar e reestudar o desenvolvimentismo brasileiro.

O que deveria ser uma continuação da análise de Bielschowsky, o livro *Ecos do Desenvolvimento*, está mais próximo a um conjunto heterogêneo de resumos e análises críticas de certos textos dos anos 1964-1985,³⁰ no qual não há uma tentativa de

²⁷ RODRIGUEZ, O. O Estruturalismo latino americano. Rio de Janeiro: Cepal, 2009.

²⁸ BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1988.

²⁹ O desenvolvimentismo é definido por Bielschowsky como o “projeto de superação do subdesenvolvimento através da industrialização integral, por meio de planejamento, e decidido apoio do Estado” (1988, p. 33). De modo que até a crise econômica que se prolonga nos anos 1980, o desenvolvimentismo continuava a ser em grande medida um “projeto” compartilhado pelas elites políticas, industriais e intelectuais do país.

³⁰ MALTA, Maria Mello de et al. *Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 2010.

interpretação maior – fala-se um pouco da relação com o que o antecedeu e quase nada sobre o que o sucedeu. E essa é uma das únicas obras que se lança a falar sobre o pensamento econômico de tal período de forma mais geral.³¹ Ainda que tenha análises que servem à discussão e trazem conteúdo sobre ideias e autores daqueles anos, o livro é entrecortado e acaba não construindo um cenário do movimento histórico realizado no período em questão – o que ocorre geralmente com livros que possui capítulos de autoria diversa. Como notou Aloisio Teixeira em seu pós-fácio ao livro, não se pode dizer que, ao analisar o período 1964-1989, o livro dê continuidade ao esforço de pesquisa de Bielschowsky. Existe uma diferença metodológica: “Ecos do desenvolvimento extrapola o campo estrito da história do pensamento e invade com êxito o campo da economia política”.³² A obra seria, então, um produto da “nova geração do marxismo” na UFRJ, que também parece ter fortes traços de conexão com as ideias heterodoxas sobre o desenvolvimento.

Talvez se possa dizer que uma parcela da produção em HPE no Brasil é tributária do “paradigma da formação”, que enfatiza o conceito e as práticas do “desenvolvimento” como pensado e praticado em meados do século passado. Assim, entre outras coisas, acaba supondo uma espécie de cenário contínuo para o que ocorre entre 1950 e 1990, não relatando as profundas consequências intelectuais provocadas pelas mudanças sociais, políticas e econômicas do período, tanto no âmbito nacional quanto internacional.

Em parte significativa ocorreu no Brasil nas últimas décadas uma espécie de inércia intelectual no campo dos estudos sobre o pensamento econômico brasileiro ligado aos ideais de desenvolvimento e similares. Não é segredo que na área (de quem estuda pensamento econômico brasileiro) as tendências à heterodoxia e à esquerda estão bastante presentes, o problema, no entanto, surge quando essas tendências teórico-políticas se confundem com o método de investigação histórica. A inércia se revela no sentido de que parte significativa dos trabalhos publicados desde os anos 1980-90 vêm acompanhados de uma carga imagético-conceitual característica do “ciclo ideológico do desenvolvimentismo”, que é justamente o que procuram analisar e historicizar. Assim, muitas vezes os autores não se diferenciam de seus objetos, escrevem sobre aquilo com o que se identificam e não parecem ter problema em repetir, reafirmando com outras

³¹ Com discussões voltadas a outros pontos, há também MANTEGA, Guido. *A Economia Política Brasileira*. São Paulo: Vozes, 1984.

³² MALTA et al., 2010, pp. 332-333.

palavras (ou até as mesmas), as ideias que seus objetos (economistas do passado) colocaram em pauta décadas atrás – Celso Furtado é praticamente o patrono de uma indústria acadêmica no Brasil, papel que no cenário internacional é ocupado por Adam Smith, ao que parece. Se, contudo, os autores escrevem sobre o que não gostam, continuam utilizando as ideias dessa espécie de desenvolvimentismo difuso para embasar a sua crítica – Eugênio Gudin talvez seja o mais apedrejado (embora também louvado por uma minoria, no lado oposto).

Ocorre no Brasil uma grande indistinção conceitual entre historiar o pensamento e debater de forma avaliativa o pensamento, de tal modo que talvez fosse melhor – mera sugestão – separar a área em duas subáreas irmãs: uma seria “Pensamento Econômico”, sem compromisso com a história e com seus métodos, e focada em debater as ideias que valham a pena, sejam do passado ou atuais, procurando interligar ambas no tempo; e a outra manteria o nome, História do Pensamento Econômico, na qual haveria compromisso com os métodos de historicização e, para se diferenciar de fato de sua co-irmã debatedora política, na maior parte do tempo deveria proceder em uma atitude monacal, restringir os julgamentos de valor, jurando imparcialidade frente ao objeto. É claro que a proposta não se sustenta, mas serve para evidenciar o estado do campo da HPE no Brasil quando se trata de temas brasileiros ou latino-americanos, ou ainda de ideias socialistas – e, em escala muito pequena, de ideias liberais. O fato é que posicionamentos políticos de profissionais dentro de uma área de humanidades não fazem mal por si só, o problema é quando passam a implicar falta de critério historiográfico nos trabalhos acadêmicos, que acabam focando mais na disputa política, na defesa de um ideário ou algo similar, que na exposição histórica. Vale refrisar: é um sintoma geral mas não absoluto, ainda há e haverá bons trabalhos sobre pensamento econômico brasileiro, mesmo sobre o tema desenvolvimento.

De qualquer forma, o desenvolvimentismo e o “paradigma da formação” são característicos de um período que já se encerrou no Brasil, mas cujo fim, como fica claro em diversos textos, inclusive em *Ecos do desenvolvimento*, parece não ter sido bem assimilado por boa parte da intelectualidade no campo da economia historicizante heterodoxa. O livro foi lançado em 2011, nos anos de auge de crescimento econômico da Nova República, durante os quais houve no âmbito intelectual e na própria política oficial uma espécie de reavivamento da ideia do desenvolvimento e do desenvolvimentismo, que pouco depois começaria a se esvanecer e cair em descrédito, não só, mas principalmente pela crise econômica que se seguiu. Em meio a esse

processo, ainda antes da crise, parece ter ocorrido o estalo para que ao menos um pensador brasileiro interessado na relação entre política e economia percebesse e escrevesse abertamente, contra “a corrente”, com boa argumentação e visão abrangente histórica, que o Brasil não poderia ser interpretado como fora décadas atrás: o “paradigma da formação” já se esgotara.³³

Se algo se esgotou, é preciso entender o que primeiramente permitiu que tenha existido e, então, o que o ensejou seu esgotamento, e nos parece que é preciso uma visão de mais longo prazo para tal tarefa. É com o intento de abarcar os dois períodos, 1930-1964 e 1964-1985, e de lançar alguma luz interpretativa sobre o que surgiu depois deles (1985 em diante), que utilizaremos o conceito de Alta Modernidade. Como toda visão que procura ser mais ampla, a nossa também tenderá a suprimir aspectos mais específicos, porém terá as vantagens de ser mais comparável com outras realidades – pois é um exercício útil procurar estabelecer comparações – e de dar uma noção do sentido geral histórico. Claro que a complexidade das transformações ocorridas requereria um espaço de exposição e argumentação maior para aprofundar a interpretação aqui sugerida, porém não será possível fazê-lo neste trabalho. O objetivo final é mostrar como esse quadro geral da Alta Modernidade implica certos traços no pensamento da intelectualidade, os quais tendem a desaparecer ou se modificar com o encerramento das características alto-modernistas.

A Alta Modernidade periférica

A matriz original para extração de tal conceito é constituída pela realidade de países europeus como Inglaterra, França, Alemanha e outros, de meados do século XIX até a Segunda Grande Guerra – e de uma forma um pouco diferente, e um pouco posterior, pelos Estados Unidos.³⁴ O que caracteriza, então, uma Alta Modernidade? É um período caracterizado pela ocorrência de rápidas transformações econômicas, sociais e intelectuais. Engloba, assim, fatos de tipo mais material-econômico como a urbanização e o êxodo rural, a industrialização, o crescimento populacional, as inovações tecnológicas, o crescimento dos mercados nacionais, das trocas

³³ NOBRE, Marcos. Depois da formação. Piauí, edição 74, novembro de 2012. Disponível em <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/depois-da-formacao/>

³⁴ Os processos são diferenciados no tempo: a Inglaterra é a pioneira em vários dos fatos que caracterizam a Alta Modernidade: marcadamente na industrialização e urbanização. Ficam excluídos os países ibéricos e o Leste Europeu, que tem trajetórias diversas. Os Estados Unidos é ainda um pouco posterior em sua Alta Modernidade, e é um tanto peculiar, mas não a ponto de não se encaixar na definição, como veremos.

internacionais, e, no caso europeu, da competição imperialista; fatos mais sócio-políticos como a consolidação das burguesias nacionais, e a passagem (normalmente demorada e conturbada) de uma sociedade de tipo aristocrático para uma democrática, (que somente depois desaguaria na consolidação dos Estados democráticos de direito); e, enfim, fatos ligados à mentalidade e à intelectualidade, como a expansão científica, a crença na capacidade da ciência e no discurso científico e as expectativas tanto da continuidade das transformações em curso quanto de transformações de maior vulto.

Todos esses fatos estão absolutamente conectados e cada um deles é uma face dos outros. É possível recortar e sugerir relações causais entre eles, que exemplifiquem tal período de intensa mudança. Por exemplo, uma cadeia de causação para “explicar” o socialismo científico e suas expectativas: com o avanço científico-tecnológico, a dinamização da vida econômica e a crescente concentração populacional urbana, surgiram demandas mais prementes e organizadas pela diminuição da opressão aristocrático-burguesa, e nesse ambiente a imagem cientificista seria utilizada por uma parte da intelectualidade que propunha transformações sociais e o fim da opressão dos poderosos. Nessa leitura, a expectativa de que era possível realizar uma revolução proletária (uma mudança imensa), como na visão marxista, é reflexo daquele momento de mutabilidade contínua e das possibilidades aparentes.

Mas quem de fato comandava e executava as transformações em curso era quem dominava o poder econômico e político, a burguesia (e em algum nível a aristocracia ligada à terra). Assim, outro recorte pode expor um tipo de transformação não só almejada como efetuada: a renovação das cidades. As classes dirigentes que comandam o processo precisam organizar (para melhor controlar) a vida e os fluxos da sociedade que se complexifica; e, sendo essa elite a classe (laica) que tinha amplo acesso ao conhecimento, se investe da razão científica para legitimar e aplicar suas políticas. Entre incontáveis outras, a muito lembrada reforma de Haussmann na cidade de Paris (1852-1870) pode ser lida de tal maneira.

Consolidados, os Estados europeus do século XIX poderiam ser lidos de fato, sem grandes perdas interpretativas, como os comitês dos poderosos, das classes dirigentes. Era aquele um contexto em que havia miséria, não existia sequer sombra de algo como um Estado democrático de direito e assim, colocando em termos marxistas, manifestava-se a luta de classes, de forma aberta e pouco ou nada processual. As nacionalidades também afluíam, lideradas pelas elites, colocando as visões de futuro e progresso de uma nação em íntima relação com a existência de outras nações – existia

a possibilidade de transformar inclusive as fronteiras. Enfim, há *um espaço dinâmico alto-moderno que parece poder proporcionar tanto conquistas quanto perdas de direitos, de posições, de bem-estar, de salários, de lucros, de terras* – e isso mesmo em termos agregados, de grande de escala. Já em décadas posteriores, ao final da Alta Modernidade, tanto o fascismo italiano quanto o nazismo alemão foram regimes que frutificaram nesse caldo de expectativas que envolviam sobretudo transformação real e aplicação da racionalidade. Nesse sentido, a experiência da União Soviética também exemplifica, mas de um lado ideológico de certa forma oposto, a ascensão, prolongamento e queda dessas visões transformativas racionalizantes.

Se o ser humano pode ser visto tanto como um animal político quanto como um animal racional, nesse espaço dinâmico alto-moderno, a tendência é a razão ser mais acreditada, e mesmo superestimada, em suas potencialidades. Nação, país e sociedade, conceitos que se baseiam no território e na população – essa em sua ampla maioria constituída de remediados, pobres, e miseráveis – são os receptores e os objetos das ações da elite, os potentados privados e o Estado. A maior parte dos raciocínios que se efetivam em transformações, sejam eles originados da iniciativa privada, do próprio aparato estatal ou de ambos, encara poucos níveis de contraditório, ou seja, encontra escassas razões contrárias que tenham a força de impedi-lo – apesar das manifestações, greves e movimentos sociais que já existiam, e tenderiam a crescer. Se havia ampla possibilidade de variadas intenções de membros das classes dirigentes serem colocadas em prática (e de fato eram) – a construção de fábricas, ferrovias, estradas, portos, a expulsão do campo, as reformas urbanas, as reformas administrativas, arregimentação de exércitos, arrecadação de impostos etc. – afetando e modificando em variados graus a vida do agregado populacional, haveria, por consequência, a possibilidade de uma razão outra que não a da burguesia ou da elite também transformar a sociedade, bastava que essa razão chegasse ao poder. De forma crua e genérica: seria, então, possível *o humano transformar profunda e racionalmente a sociedade com vistas ao progresso*.

Dado que o conhecimento e a racionalidade dele advinda não eram absoluto monopólio das classes diregentes e nem essas totalmente homogêneas, as elaborações intelectuais sobre as transformações para o progresso tanto poderiam vir de estadistas como um Bismarck, um Theodore Roosevelt, um Naopoleão III e os burocratas, técnicos e cientistas que os acompanhavam e aplicavam suas razões em forma de política do governo; quanto de pensadores críticos ao status quo, como Marx e Engels, Louis Blanc, Henry George, ou mesmo do lado reacionário (o passado como progresso), como

de um Charles Maurras, entre tantos outros. Dentro desse ambiente de expectativas de grandes mudanças, a crença na potencialidade da razão como a colocamos aqui configura de certa forma a crença na antidesordem, certamente indicativa de lógicas que lembram o positivismo de Comte e seguidores. Algo praticamente oposto a ideias como as de Proudhon ou as de Thoreau – ainda que existissem expectativas de mudança nas propostas do tipo anarquista, essas não ambicionavam a imposição de sua própria razão. A Alta Modernidade europeia (e mesmo a norte-americana) não foi um ambiente muito favorável a posturas liberais no sentido mais contemporâneo, ou seja, não favoreceu as ideias de igualdade de oportunidades e direitos, de não imposição de políticas pela força etc. O liberalismo da época era mais um liberalismo anti-nobreza e contra amarras estatais, pró-burguesia, desejoso da liberdade para acumular e investir o capital, expandir a produção, utilizar novas técnicas e contratar mão-de-obra, leia-se, explorar o trabalho e os recursos físicos.

Fossem lideradas politicamente e executadas pela elite, ou fossem pensadas de forma crítica à elite e ansiada por variados estratos mais desfavorecidos, as transformações econômicas e sociais eram um dado consolidado na segunda metade do século XIX: existiam e continuariam a existir. Nesse cenário, quanto maior o entendimento do objeto a ser controlado e submetido a mudança, maiores e mais bem executados poderiam ser o controle e as modificações. Assim, os construtos intelectuais para ler e entender a nação e a sociedade foram fundamentais nesse processo de racionalização das transformações – desde mapas e estatísticas meteorológicas, até as ciências como sociologia e economia política, em suas empirias e teorizações.

Os mapas são o símbolo que o cientista político James Scott usa para exemplificar esse tipo de pensamento da imposição racional. É preciso dizer que, se não as ideias mais gerais, o conceito de Alta Modernidade surgiu após a leitura do seu livro *Seeing like a state*, no qual descreve tentativas frustradas (segundo ele) de transformação forçada da sociedade empreendidas por Estados nacionais no século XX. Scott se refere a uma mentalidade, a qual chama de “ideologia do alto modernismo”. Em suas palavras

uma versão robusta, pode-se até mesmo dizer hipertrofiada, da autoconfiança sobre o progresso científico e técnico, a expansão da produção, a crescente satisfação das necessidades humanas, o domínio da natureza (incluindo a natureza humana), e, acima de tudo, o desenho racional da ordem social compatível com a compreensão científica das leis naturais. Originou-se, é claro,

no Ocidente, como um subproduto de um progresso sem precedentes na ciência e na indústria.³⁵

A Alta Modernidade europeia é então o contexto geral no qual se encaixa o alto modernismo europeu, o qual, na visão de Scott teve sua crista nos empreendimentos beligerantes (principalmente da Alemanha) na década de 1910, dos quais uma das figuras chave foi Walther Rathenau – pois a mobilização econômica alemã foi “a maravilha tecnocrática da guerra”. Um dos exemplos que utiliza para mostrar os princípios históricos do alto modernismo é o campo intelectual-prático da engenharia florestal nascida nos Estados germânicos ao final do século XVIII, o qual viria a se expandir no século seguinte, sendo um método de domínio da natureza para utilização produtiva-comercial que seria utilizado na França, Inglaterra, Estados Unidos, e outros países, inclusive no Terceiro Mundo posteriormente.³⁶ Scott usa bastante o exemplo alemão porque, em sua definição do alto modernismo, o Estado é importante (ainda que não totalmente indispensável), e no caso do desenvolvimento germânico ao longo do século XIX, se comparado ao britânico e mesmo ao francês, a esfera estatal burocrática-cienfificizante foi mais presente. De qualquer forma, todo o ambiente europeu era modernista:

Teria sido difícil não ter sido um modernista de alguma tipo no final do século XIX no Ocidente. Como alguém poderia deixar de ficar impressionado - até mesmo admirado - pela vasta transformação causada pela ciência e pela indústria?

As transformações sem precedentes do século XIX podem ter empobrecido e marginalizado muitas pessoas, mas até tais vítimas reconheciam que algo revolucionário estava em andamento. Tudo isso soa bastante ingênuo hoje, quando estamos muito mais sóbrios sobre os limites e custos do progresso tecnológico e adquirimos um ceticismo pós-moderno sobre qualquer discurso totalizante. Porém, essa nova sensibilidade ignora (...) o grande entusiasmo e arrogância revolucionária que eram parte do alto modernismo.³⁷

Vejamos então como isso ocorre na periferia e por que usamos tal conceituação para o Brasil de 1930 a 1980 – o que poderia servir para outros países latino-americanos, como o México, por exemplo. A Alta Modernidade periférica é posterior no tempo e mais acelerada/intensa, pois recebe e procura aplicar, com maior ou menor

³⁵ SCOTT, James C. *Seeing like a State*. New Haven, CT: Yale University Press, 2011, pp. 4-6. Tradução nossa. Nessas mesmas páginas, outro trecho explicativo: “Não surpreendentemente, seu solo social mais fértil era encontrado entre planejadores, engenheiros, arquitetos, cientistas e técnicos cujas habilidades e status eram celebrados como os projetistas da nova ordem. A fé modernista não respeitava as fronteiras políticas tradicionais; podia ser encontrada em todo o espectro político da esquerda para a direita, mas particularmente entre aqueles que queriam usar o poder do Estado para provocar mudanças enormes e utópicas nos hábitos de trabalho das pessoas, nos padrões de vida, na conduta moral e na visão de mundo. Essa visão utópica também não era perigosa em si mesma. Onde isso animava os planos nas sociedades parlamentares liberais e onde os planejadores tinham que negociar com os cidadãos organizados, isso poderia estimular a reforma” (tradução nossa).

³⁶ SCOTT, 1998, pp. 17-18.

³⁷ SCOTT, 1998, p. 90.

adaptação, instituições e modelos de produção e organização já antes desenvolvidos nos países de modernidade “completa”. O entusiasmo pelo progresso ainda existirá, porém a “arrogância revolucionária” será um tanto mitigada, principalmente sua retórica cientificista. Será uma marca a presença do Estado na economia, e isso tanto pela condição histórica da falta de consolidação e coesão das burguesias, que direcionou os impulsos para a capacidade intrínseca ao Estado de organizar, coletar e alocar a renda, quanto, claro, pelo momento que favorecia intervenções, inclusive nos países avançados (com as práticas keynesianas). Também não é um período de esses Estados procurarem criar poderes imperiais-coloniais, mas de se posicionarem em relação às nações vistas como preponderantes; de 1945 em diante, frente a um poder consolidado, em disputa com outro que procura se contrapor – EUA e URSS.

Em termos de fatos materiais, temos uma urbanização e um crescimento demográfico mais acelerados que nos casos europeus. Façamos uma comparação com Inglaterra, Alemanha e Brasil –³⁸ os dados para o México também se adequariam a essa comparação.³⁹ Enquanto a população rural da Inglaterra consistia em 66% do total em 1801, passando para o nível de 50% em 1851 e 23% em 1901, tendo a população total quadruplicado de 9 milhões para 36 milhões nesses mesmos 100 anos;⁴⁰ e a Alemanha em 100 anos (1820-1920), praticamente triplica sua população de cerca de 22 milhões para mais de 63 milhões,⁴¹ sendo que a população rural era 64% em 1871, 40% em 1910,⁴² e chegaria a 28% somente em 1960; o Brasil quadruplica sua população em menos de 60 anos, passando de cerca 30 milhões em 1920 para mais de 120 milhões em 1980 (e chegaria a 170 milhões em 2000).⁴³ Também em menos de 60 anos, o Brasil ultrapassa a urbanização inglesa, em um processo intensamente acelerado e com direção constante, encolhendo sua população rural de cerca de 69% em 1940, para 55% em

³⁸ Dado que utilizaremos fontes diferentes para cada país, pode haver alguma variação no método de mensuração, o que, no entanto, não interfere na essência da proposição comparativa.

³⁹ SOBRINO, Jaime. La urbanización en el México contemporáneo. *Notas de población* (Cepal), n. 94, 2012.

⁴⁰ Law, C. M. The Growth of Urban Population in England and Wales, 1801-1911. *Transactions of the Institute of British Geographers*, n. 41, 1967.

⁴¹ Dentro das fronteiras do Estado alemão unificado em 1871. Para 1820, conferir PFISTER, Ulrich et al. The population history of Germany: research strategy and preliminary results. Max-Planck-Institut für demografische Forschung, 2010. Para o ano de 1910, ROSENTHAL, Erich. Trends of the Jewish Population in Germany, 1910-39. *Jewish Social Studies*, v. 6, n. 3, p. 233-274, 1944.

⁴² REULECKE, J., & Reuleke, J. (1977). Population Growth and Urbanization in Germany in the 19th Century. *Urbanism Past & Present*, (4), 21-32.

⁴³ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000. p. 221. Entre 1901 e 2000, a população brasileira saltou de 17,4 para 169,6 milhões de pessoas, e 10% desse crescimento se deve aos imigrantes. Ver em <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxhtml.shtm>, acesso em 20/04/2019.

1960 para 18% no ano 2000, tornando-se neste último ano mais urbanizado que a maioria dos países do Primeiro Mundo.⁴⁴

Ainda sobre os fatos materiais, o crescimento econômico é acelerado como fora o europeu e o norte-americano. A América Latina aumentou sua parcela no PIB mundial significativamente entre 1930 e 1980, e o Brasil foi o país que mais cresceu no mundo nesse período:⁴⁵ entre 1932 e 1977, o PIB atingiu uma taxa anual média de crescimento de 6,7%.⁴⁶ Isso se deu, no caso brasileiro, com um processo de industrialização por absorção, antes que por “invenção” ou aprimoramento, de técnicas e tecnologias de produção. Geográfica e economicamente, em vez de empreender um imperialismo extrativista-mercantil em outros territórios e criar empresas internacionais, no Brasil empreendeu-se a expansão para o interior e lidou-se com as empresas multinacionais já em ritmo de entrada pela fronteira, e ainda enfrentou-se a difícil tarefa de adentrar competitivamente nos mercados internacionais, cada vez mais “ocupados”.

Em termos sócio-políticos, como dissemos, comparativamente ocorre uma “consolidação menos sólida” das burguesias nacionais e expansão das funções do Estado como coordenador e empreendedor, e nesse cenário se colocam idas e vindas turbulentas, quase sempre com tensões sobre o regime político, descompassado entre o arranjo de forças reais internas e os padrões democráticos que eram assimilados a partir da realidade dos países avançados.

Em termos intelectuais, existem tendências similares às presentes no processo anterior europeu – valorização da ciência e do discurso científico e expectativa de grandes transformações – mas com alguma diferença. Estando abertas à sua contemporaneidade e em contato com ela, as ideias propostas na periferia no século XX iam se adaptando às ocorrências históricas e às novas referências intelectuais europeias e norte-americanas, que em grande medida já haviam se desfeito dos cientificismos socializantes da virada do século. Ainda teria ocorrido na América Latina um breve contato com o fascismo, mas depois restaria somente o socialismo soviético, que, no entanto, também seria crescentemente “menos científico”. Na área das ciências exatas-naturais, já existirão patamares bem avançados e por isso serão mais difíceis de

⁴⁴ Dados do Banco Mundial, <https://data.worldbank.org> e IBGE, https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1940_1996.shtm

⁴⁵ A afirmação comparativa surge por vezes em análises histórico-econômicas do Brasil, como em SOUZA, Nilson Araújo. *Economia brasileira contemporânea: de Getúlio a Lula*. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

⁴⁶ Ver em <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxhtml.shtm>, acesso em 20/04/2019. Enquanto o PIB brasileiro cresceu 110 vezes entre 1901 e 2000 – e manteve-se, ao longo do século XX, numa taxa média de 4,8% ao ano – PIB per capita, multiplicado por 12

alcançar, exigindo muitos recursos, e no caso das ciências sociais como a economia, um tanto mais sofisticadas e com mais métodos matemáticos e estatísticos – ambas agora tendendo a emanar principalmente dos EUA.

As expectativas de grandes transformações existiam, mas o Pós-Guerra oferecia muito menos espaço que os cem anos anteriores para apostar na “criatividade”, mesmo que alguns ainda assim a buscassem. Na verdade, na América Latina, essa inventividade intelectual alto-modernista nas ciências sociais será direcionada menos para a leitura e proposição renovadora de mudança interna e mais para uma transformação que tem seu foco na relação com o exterior (e que, por consequência lógica, tinha implicações internas). Tanto o cenário global era diferente e muito presente para essa periferia, que as suas principais teorizações serão sobre as relações econômicas (de traços políticos) com os países desenvolvidos do centro: as ideias da Cepal e as teorias da dependência. Não se produziu com vigor novas leituras científico-intelectuais da sociedade em si – e, em termos mais práticos, os modelos da modernidade foram herdados: fascismo e nazismo descartados, restavam as formas de comunismo e de capitalismo (sem falar em minorias como os anarquistas).⁴⁷ Com a pesada carga histórica e com os mercados internacionais se expandindo e o mundo econômico-financeiro se globalizando, a realidade prática estreitava o horizonte de possibilidades de algum possível modelo alternativo de sociedade, e não incentivava produções intelectuais que sugestionassem algo do tipo.

Sem discutir diretamente tais causas que mencionamos, Gabriel Palma acusa a falta de ilustração/iluminismo nas ciências sociais latino-americanas no século XX: pouca criatividade, principalmente se comparada às criações artísticas da região.⁴⁸ A crítica é um pouco mesquinha, mas serve para tentarmos perceber qual era o grau de viabilidade de imaginação sobre sistemas sociais. O alto modernismo no Brasil ensaiou propor e discutir traços de arranjos sociais que fossem em algum grau alternativos, no sentido de que o Brasil comportava uma (maior ou menor) capacidade de trilhar um caminho próprio na combinação entre democracia e desenvolvimento econômico. Inclusive podem ser citados três economistas de características distintas como Roberto Campos, Celso Furtado e Edmar Bacha. E esses o fizeram, não por acaso, nos anos

⁴⁷ A título de curiosidade, nos Estados Unidos ainda haveria um grupo absolutamente minoritário que defendia o regime da tecnocracia. Ver AKIN, William E. *Technocracy and the American Dream: The technocrat movement, 1900-1941*. Los Angeles: University of California Press, 1977.

⁴⁸ PALMA, José Gabriel. Latin America's social imagination since 1950. From one type of 'absolute certainties' to another-with no (far more creative)'uncomfortable uncertainties' in sight. *Cambridge Working Papers in Economics*, 2014.

1970, quando o crescimento econômico parecia garantido, as transformações de vulto ainda se concretizavam e se expectava por uma grande mudança política, a abertura. Campos e Furtado, na verdade tinham mais uma ânsia por que surgissem – da sociedade e/ou de intelectuais – opções criativas de rumos para a sociedade brasileira, os próprios termos “criatividade” e “imaginação” seriam bastante utilizados por ambos – pelo primeiro em um sentido mais tecnocrático e pelo segundo de forma mais social-democrática. Já Bacha elabora de fato uma proposta, criativa e alternativa, mas que era em grande parte uma apropriação de ideias que espocavam em outros países no período. Se Malan cabe nessa história é como avaliador da “criatividade prática” dos governos Médici e Geisel, pois sua postura intelectual é mais reflexiva, enquanto a de Bacha é mais propositiva. Com a crise que se seguiria na década de 1980, no entanto, todas as expectativas por criatividades foram engolidas. Palma tem certa razão, de fato, a Alta Modernidade brasileira parece ter sido mais criativa e fértil em sua produção artística, um campo muito mais aberto à experimentação.

Em uma Alta Modernidade, há presença da ideologia do alto modernismo, e a manifestação mais clara no Brasil talvez tenha sido a sua capital idealizada: a cidade de Brasília. Scott faz uma leitura interessante sobre a questão.⁴⁹ Sua análise vai no sentido de criticar a incapacidade de aquela miniaturização urbana idealizada ser de fato funcional e servir de exemplo para o resto das cidades do país. Era algo fora da tradição brasileira, uma quase aberração, que não funcionou como queriam seus projetistas: não se provou uma cidade racionalizada em sua dinâmica e nem inspirou a racionalidade em outras cidades. No plano ideal, deveria ter deixado toda pobreza, corrupção, conflitos, enfim todas deformidades para trás, no plano real ficou absolutamente aquém de tal objetivo. É preciso enfatizar outro aspecto, não tratado diretamente por Scott: Brasília deveria ser racional porque seria a cabeça do governo. Ela não só seria um tipo de exemplo, como seria o órgão propulsor das transformações que viriam, a própria estrutura central de onde a racionalidade se espalharia pelo resto do território nacional, assim o transformando. Estaria ali naquele espaço organizado e racionalizado o governo funcionando – Executivo, Legislativo e Judiciário federais, com seus corpos burocráticos ativos e bem posicionados naquela cidade planejada.

De certa forma, Brasília foi uma espécie de contradição, pois procurava reunir a racionalização típica do alto modernismo e a dinâmica política diversa e democrática,

⁴⁹ SCOTT, 1998, pp. 117-130.

duas proposições que não são muito afeitas uma à outra. Como comenta Scott, a ideologia do alto modernismo tende a desvalorizar ou banir a política.

Os interesses políticos só podem frustrar as soluções sociais concebidas por especialistas com ferramentas científicas adequadas à sua análise. Como indivíduos, os altos modernistas poderiam ter opiniões democráticas sobre a soberania popular ou visões liberais clássicas sobre a inviolabilidade de uma esfera privada que os restringia, mas tais convicções são externas e muitas vezes estão em guerra com suas convicções de alta modernidade.⁵⁰

Como toda época histórica tem alguns capítulos que podem ser lidos como contraditórios, o caso brasileiro não fica de fora. Dentre muitos outros exemplos, temos, de um lado, Oscar Niemeyer, um arquiteto modernista alinhado ao comunismo (reconhecidamente ditatorial em seus regimes), que desenhou a praça dos três poderes para a democracia brasileira – o ideário socialista-comunista latino-americano sempre flertou com ideias democráticas. E de outro, Roberto Campos, economista alinhado a um capitalismo norte-americano (reconhecidamente democrático), que atuou numa ditadura desenvolvimentista e propôs a estruturação da sociedade democrática brasileira como sendo uma missão da elite modernizante em um continuismo tecnocrático. É um fato um tanto comum aos processos históricos, principalmente na periferia, mas talvez valha a pena frisar novamente: não existe uma aplicabilidade direta de conjuntos de valores e ou de modelos recebidos e idealizados.

As conjunturas políticas tinham, como ainda tem, talvez em menor grau hoje, intenso peso nas variações dos valores a serem defendidos. Um caso que parece exemplar no campo da economia é o da “inversão de papéis” na avaliação do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) lançado por Ernesto Geisel. Um plano ousado, intervencionista e estatizante, pensado para “concluir” a industrialização brasileira, antes que a crise internacional a encerra-se – talvez o plano mais alto-modernista concebido no Brasil, no sentido de que acreditava nos estudos que o embasaram e acreditava na capacidade de o Estado não só transformar mas sim remar contra a maré dos fatos. Cabe destacar que foi motivo de elogios dos industriais ao governo inicialmente, mas que logo depois se tornariam reprimendas e reclamações. Mas o importante é constatar que o plano foi criticado pela heterodoxia, constituída por economistas de esquerda como Carlos Lessa, Maria da Conceição Tavares, Luiz Gonzaga Belluzzo, enquanto aqueles que mais próximos estavam de uma visão liberal no Brasil, os economistas da FGV-Rio, calaram, pois eram governistas. A exceção entre os heterodoxos foi Antonio Barros de Castro que publicou o livro *Economia brasileira*

⁵⁰ SCOTT, 1998, p. 94.

em marcha forçada, descrevendo com bons olhos os resultados do II PND, não estranhamente foi muito criticado pelos seus pares na Unicamp e na UFRJ.

Resumindo, na Alta Modernidade brasileira ansiava por transformações econômicas e sociais levadas a frente pela esfera do Estado. Assim como em países europeus do século anterior e do início do de então, havia um tendência geral (não de todo compartilhada) entre a intelectualidade em ver a sociedade como um grande objeto, o qual, estando em evolução acelerada, permitia que raciocínios quando aplicados o moldassem significativamente. O corpo social, tal qual o território, estaria sujeito a alterações de monta, as quais, para muitos, seriam melhor efetivadas se deixadas a cargo do Estado racionalizado. Mesmo pensadores democratas acabavam por compartilhar de certa forma desses ideais – o planejamento econômico era forma de racionalidade da política econômica estatal, e tinha aceitação ampla (até porque poderia ter formatações também amplas). Ainda que fosse concebido em um ambiente medianamente democrático como o existente no período 1946-64, o planejamento estaria a cargo de alguma parcela da elite política e intelectual, com seus métodos e suas razões, e não de conselhos populares ou similares. Havia certos gêneros de planejamento nos países europeus do pós-guerra,⁵¹ contudo o planejamento em um cenário como brasileiro tinha lidar com questões muito mais complexas e de maior vulto, que teriam implicações posteriores imensas, estava-se lidando com constituição da nação moderna, com os seus fundamentos. Para o Brasil, a sua modernização era a sua recriação.⁵²

Talvez pareça que o que se está sugerindo aqui é que se pegarmos qualquer publicação na área de economia (ou outra ciência social) dos anos 1960-1980 no Brasil, encontraremos inescapavelmente uma argumentação globalizante e propositiva de grandes mudanças. Não é este o caso, e não fora assim nem nos anos 1950 – mesmo com as ideias dos pioneiros do desenvolvimento (Nurkse, Lewis, Prebisch e outros), os debates acerca do tema do planejamento, e ainda o pano de fundo do escancaramento da estratégia nacional-desenvolvimentista de Vargas e o Plano de Metas de Kubitschek. O que estamos tentando mostrar é o movimento mais geral, o grande solo sobre o qual a

⁵¹ Por exemplo, ver os trabalhos e a carreira do engenheiro e economista francês Pierre Massé.

⁵² E nesse sentido, em maior grau que os casos europeus, talvez um pouco parecido com o germânico dadas as fortes lideranças políticas, as rupturas institucionais e o papel da esfera estatal. Sobre o debate historiográfico acerca das causas e da história do Nacional Socialismo alemão, que envolve a ideia do caminho diferenciado germânico (*sonderweg*), ver STACKELBERG, Roderick. *Hitler's Germany: Origins, interpretations, legacies*. Londres: Routledge, 2002.

intelectualidade se movia e que tendia a condicionar sua visão sobre a economia e a sociedade brasileira.

Todo o processo de criação e institucionalização do campo da ciência econômica no Brasil foi também um processo de absorção de ideias estrangeiras. O que quer dizer que parte significativa da ciência econômica no Brasil se dedicou à divulgação, à aplicação de testes dessas ideias e, assim, ao diálogo com pensamento econômico de outros países. No que toca ao período do pós-guerra, com a institucionalização de fato dos cursos de graduação em economia e depois da pós-graduação, o contato se torna ainda maior, e os temas das publicações nacionais também se comporiam de ramos da pesquisa contemporânea internacional que nada tinham de globalizante, como por exemplo, teorias ligadas à área da microeconomia, textos sobre instrumentos analíticos estatísticos e econométricos etc.

Mesmo se observarmos estudos da economia internacional; estudos setoriais da indústria e agricultura, mercado financeiro, ou mesmo mais macroeconômicos não necessariamente revelavam algum traço de alto-modernismo. Isso ocorria tanto porque, primeira e obviamente, nem todas as pesquisas lidam com aspectos agregados e causações de grande vulto, quanto porque os principais moldes textuais, retóricos e conteudísticos eram colocados pela ciência econômica de ponta, produzida nos países desenvolvidos, onde já não existia uma Alta Modernidade e onde os construtos intelectuais estariam mais voltados aos problemas daquela Modernidade Tardia, como por exemplo a manutenção do emprego e a estabilização da inflação nas sociedades industriais. Ainda que aí coubesse alguma discussão sobre um intervencionismo transformativo, como era o caso das propostas dos economistas de Cambridge.

Como a Alta Modernidade era brasileira e latino-americana, não estranhamente os autores que reivindicavam uma leitura diferenciada para a situação nacional, regional ou do subdesenvolvimento como um todo eram autores que ansiavam por grandes transformações e acreditavam em suas razões para trazê-las – o exemplo claro são os professores que se agruparão na Unicamp e também na UFRJ. Os marxistas (nacionalistas ou não) também comungavam de tal caldo de expectativas. E os mais pragmáticos e menos teorizantes, governistas como Reis Velloso, não só ansiavam como as colocavam em prática nos anos 1970. Se essas eram correntes importantes, entretanto, nada impedia que, em meio a um cenário de II PND e de reuniões e publicações da intelectualidade de esquerda para pensar “o futuro do Brasil”, fossem publicados textos sobre aspectos da economia brasileira, de cunho setorial ou

microeconômico, ou ainda sobre economia internacional, e que não se ligassem diretamente a essas “grandes questões”.

Não obstante, para quem estava interessado no debate econômico-político dos “grandes temas”, a questão que se colocava nos anos 1950-1980 era como ler a experiência da Alta Modernidade brasileira e entender suas cadeias de causação? Com teorias do desenvolvimento? Com ferramentas keynesianas? Com o monetarismo? Com o marxismo? Com a teoria da modernização impulsionada pelos norte-americanos? Cada leitura implica algumas ideias e possibilidades de transformação. Talvez Furtado seja o economista mais representativo da Alta Modernidade brasileira porque seus trabalhos revelavam em si mesmos os dilemas de interpretação desse processo na periferia. Edmar Bacha e Pedro Malan, por sua vez, possuem trajetórias que demarcam claramente quando essa Alta Modernidade chega ao seu fim.

Ao final do trabalho discorreremos mais sobre o encerramento da Alta Modernidade brasileira, mas aqui cabem algumas indicações. O que tende a ocorrer em termos intelectuais com o fim da Alta Modernidade é um recuo da potencialidade imaginada da razão. Um passo na direção de perspectivas mais liberais, no sentido de menos impositivas de fato (nem do Estado nem dos potentados privados), e assim menos transformativas. No caso europeu, esse recuo é mais lento porém mais consolidado, levando algumas décadas; no caso brasileiro, esse recuo é abrupto e pouco consolidado, o que guarda relação com a perpetuação da desigualdade social no país. Mas, isso será debatido no capítulo 4, ao retomarmos o conceito e a trajetória da Alta Modernidade periférica. Passemos à exposição contextualizada da formação de Bacha e Malan como economistas no Brasil dos anos 1960.

2. Contexto e formação como economistas - 1960

Edmar Lisboa Bacha nasce em fevereiro de 1942, em Lambari, pequena cidade do Sul de Minas Gerais. Por parte da mãe, sustentava o sobrenome português de uma família tradicional do estado, e, pelo lado paterno, herdava a origem libanesa de imigrantes que haviam se integrado e ascendido socialmente na região.⁵³ Em condições socioeconômicas não muito diferentes, Pedro Sampaio Malan nasce um ano depois – fevereiro de 1943 – em Petrópolis, na região serrana do Rio de Janeiro. O sobrenome de sua mãe também era português tradicional, mas por parte do pai, possuía ascendência italiana, advinda do avô naturalizado brasileiro que seguiu a profissão militar, chegando ao posto de General de Exército – assim como seu filho Alfredo Malan, tio de Pedro.⁵⁴ Pelas condições financeiras e culturais de suas famílias, tanto Edmar quanto Pedro cresceriam como membros das elites regionais do Sudeste – estas já de caráter mais urbano que rural –⁵⁵ e teriam as oportunidades e os incentivos para uma futura carreira próspera, em qualquer ocupação que viessem a escolher, no Brasil do pós-guerra.

Nos primeiros anos de vida dos dois, o Brasil ainda recebia com ansiedade as notícias da grande guerra iniciada entre as nações do continente europeu em 1939 – a qual, àquela altura (1942-45), já acarretava operações e conflitos em escala global. As rádios e os jornais difundiam essas informações todos os dias e com destaque, ainda mais a partir do envio de tropas brasileiras para o *front*. Antes de chegarem ao público, entretanto, as notícias da guerra deviam passar pelo crivo – isto é, pela censura prévia – do Departamento de Imprensa Propaganda (DIP), órgão do Estado Novo chefiado pelo então presidente-ditador Getúlio Vargas. Uma república democrática não era o que se

⁵³ Conferir verbete do CPDOC: LEMOS, R.; LAMARÃO, S.; PINHEIRO L. BACHA, Edmar. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. E a entrevista de Bacha para o canal de TV da Assembleia Legislativa de Minas Gerais: ECONOMIA: EDMAR BACHA. Memória e Poder. Belo Horizonte: TV Assembleia, 17 março, 2018. Programa de TV. Vídeo disponível em https://www.almg.gov.br/acompanhe/tv_assembleia/videos/index.html?idVideo=1314743&cat=87, acesso em 15/01/2019.

⁵⁴ Verbetes CPDOC: COSTA, M.; LEMOS, R.; PINHEIRO L. MALAN, Pedro. In: ABREU et al., 2010. Conferir também os verbetes *ANGROGNE, Malan d'* e *MALAN, Alfredo Souto*. Disponíveis em <http://www.fgv.br/cpdoc/busca>.

⁵⁵ Ainda que as elites urbanas ainda mantivessem alguma relação com a posse da terra, de latifúndios, as novas gerações da classe tenderiam a se desprender desses laços – não totalmente, é verdade – e encontrariam novas fontes de renda e prestígio social dentro do processo acelerado de urbanização e industrialização.

vivia no Brasil nesses anos e também não constituía necessariamente um ideal a ser alcançado.⁵⁶

Com as irresoluções do momento da guerra a respeito da viabilidade da paz frente ao poderio bélico em expansão, e a fragilidade das liberdades e do direito de voto diante do autoritarismo e do totalitarismo, o Ocidente (e o mundo com ele) se encontrava naqueles anos de conflito global em uma situação de incerteza penumbrosa. No entanto, a Segunda Grande Guerra acabou revelando-se uma antessala que daria passagem a um período caracterizado, em grande medida, por movimentos antiautoritários, pró-democracia, anticolonialistas, e que, embora não possa ser classificado como pacífico, foi de certa forma contido em termos das possibilidades destrutivas alcançadas.

Nos meses finais de 1945, tanto a guerra quanto a ditadura do Estado Novo encontrariam seus desfechos. Dar-se-ia início à reconstrução econômica e social da Europa e do Japão, e ao estabelecimento paulatino de instituições de bem-estar voltadas à população, que seria algo generalizado nesses países assim como nos EUA. O Brasil viria a fazer seu primeiro ensaio de um sistema político democrático de massa, encetado em 1946. A Guerra Fria se consolidaria logo ao findar da década, e o Terceiro Mundo estaria absolutamente envolvido na disputa das potências. Os acontecimentos dali até a década de 1960 vieram a assentar os cenários político nacional e geopolítico internacional, acomodando novas estruturas de relações de poder, que influenciariam os caminhos institucionais e profissionais que a geração da elite brasileira, da qual Pedro e Edmar faziam parte, viria a trilhar nas décadas seguintes.

Cenário do pós-guerra

No cenário internacional do pós-guerra, dentre os múltiplos acontecimentos relevantes, ressaltamos três processos abrangentes, aos quais os intelectuais, inclusive os economistas latino-americanos, não poderiam se furtar: i) a consolidação da Guerra Fria, conflito de caráter imperial pela hegemonia no globo, com a oposição entre os sistemas capitalista e socialista-comunista; ii) o surgimento do Terceiro Mundo, e principalmente a ascensão da América Latina como região de importância geopolítica

⁵⁶ A ideia da democracia, das liberdades partidárias e da alternância de poder, não dispunha exatamente de uma base firme de sustentação nos anos 1940. Como se sabe, ganhará solidez no Brasil somente ao final do século.

estratégica e como conjunto de países que viam em si mesmos novas potencialidades sociais e econômicas; iii) e, talvez de mais complexa análise e compreensão, a tendência de crescimento das perspectivas políticas “progressistas” (antiautoritárias, libertárias, igualitárias etc) nos países da Europa Ocidental e nos Estados Unidos, que se combinará com a crença no papel transformador do Estado, e que será compartilhada por jovens intelectuais e artistas dos países latino-americanos, com grande força a partir dos anos 1960.

Como esperamos que fique claro com o decorrer do texto, os três processos estão intimamente ligados às perspectivas político-intelectuais sobre a relação entre sociedade e Estado. Passemos, então, a uma breve análise, procurando traçar a relação entre eles.

A oposição entre Estados Unidos e União Soviética, como conflito, pode ser desagregada em dois níveis: o material e o simbólico. O nível material do conflito se refere à esfera de embate real, pragmático, baseado no empenho pela defesa de si e de seu território e pela subjugação do outro; em suma, se refere ao confronto físico (refletido no domínio espacial-territorial) entre poderes nacionais e/ou imperiais. Já o nível simbólico do conflito se refere às ideias, imagens e visões de mundo que são colocadas em contraposição e lançadas à propagação ideológica por entre as populações, buscando agregar adeptos. Os dois níveis do conflito geopolítico estão absolutamente interligados – não há potência material sem a arregimentação simbólica; e as ideias quando desprovidas de materialidade, de poderio real, não constituem uma (o)posição.⁵⁷ A intermediação entre os dois níveis se dá no âmbito das ações políticas, isto é, a política é a liga inescapável que tanto pode fazer o símbolo cooptar materialidade quanto fazer uma conquista física expandir o alcance simbólico.

No caso da manifestação real de combate na Guerra Fria, que se consolida do final dos anos 1940 a meados dos 1950, prontamente surgem dois agrupamentos muito claros em oposição: a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), criada em 1949, alinhando EUA e Europa Ocidental; e o Pacto de Varsóvia, de 1955, constituído pela União Soviética os e pelos países socialistas do Leste Europeu que orbitavam em torno dela. Essas duas alianças bélicas se mantêm com poucas mudanças em suas configurações até os anos 1980.

⁵⁷ No sentido que utilizamos aqui, uma ideia sempre terá alguma materialidade, pois no limite o próprio corpo pode ser a sua manifestação material e, nesse caso, o conflito será entre esse poder unitário ideologizado e seus opositores; é o caso clássico dos mártires.

Já o confronto simbólico surgia a partir da contraposição entre duas concepções da evolução social e do escopo de atuação do Estado. De um lado, as teorias revolucionárias ligadas ao marxismo-leninismo, que viam o destino das sociedades na passagem do capitalismo ao socialismo, com o desmantelamento da antiga divisão da propriedade privada e a estatização dos bens de produção – e posteriormente a chegada ao comunismo, absolutamente igualitário. Do outro, as ideias antirrevolucionárias que invocavam as liberdades individuais e o desenvolvimento gradual das sociedades – sob os parâmetros da propriedade privada (ligada à produção ou não) garantida pelo Estado, junto a certas medidas mitigadoras da desigualdade.⁵⁸

No entorno dos dois polos, que emanavam suas potencialidades materiais e simbólicas, havia uma miríade de outras nações que juntas constituíam a maior parte do globo em termos territoriais e populacionais, e que serão fortemente atingidas em seus contextos internos pela polarização global. Esse agregado era composto por muitos países em situações bastante diferentes: um conjunto heterogêneo que ficou conhecido como Terceiro Mundo.⁵⁹ Os países da OTAN liderados pelos EUA e os do Pacto de Varsóvia comandados pela URSS terão de estabelecer inicialmente, nos primeiros anos após o final da guerra, conexões de aspecto mais material com alguns desses países, como os casos da Turquia e da China.⁶⁰ A busca por aliados (ou subjugados) continuou, criando alguns alinhamentos mais firmes, outros frágeis, mas de qualquer forma, era necessário empenhar-se politicamente para conquistar o nível simbólico e consolidar os compromissos materiais. Mesmo com tais esforços, as duas potências não teriam a capacidade de controlar a dinâmica das ideias naquela miríade de países e adequá-las a seus desígnios. Assim, Estados Unidos e União Soviética disputavam o Terceiro Mundo simbólica e materialmente, para conquistar na medida do possível o alinhamento a seu respectivo bloco.

⁵⁸ Em termos das concepções intelectuais-políticas, ambos exerceram repressão às ideias contrárias ao seu sistema. Os governos dos países socialistas do pacto de Varsóvia de forma total, expurgando violentamente os focos de oposição; e os governos dos países capitalistas de Primeiro Mundo normalmente de forma menos abrupta, que às vezes, entretanto, se exacerbava, como no caso do McCarthysmo (sobre a grafia desta última palavra: a forma que escolhemos parece-nos a melhor para manter a origem do termo e concomitantemente assimilá-lo à língua portuguesa).

⁵⁹ O termo “Terceiro Mundo” foi cunhado ao início da década de 1950 pelo demógrafo e historiador francês Alfred Sauvy.

⁶⁰ Sobre as diferenças entre o socialismo Chinês e o Soviético, ver FRIEDMAN, Jeremy. *Shadow Cold War: The Sino-Soviet Competition for the Third World*. Chapel Hill: UNC Press, 2015. Sobre a Turquia como enclave do Ocidente, ver KUNIHOLM, Bruce R. Turkey and the West. *Foreign Affairs*, v. 70, n. 2, 1991.

Ainda que boa parte das nações no globo estivesse distante da possibilidade real de se tornar socialista ou, tão longe quanto, de conseguir consolidar um sistema capitalista moderno, as duas perspectivas de configuração social tendiam a dominar os horizontes de expectativa – do começo dos anos 1950 até a década de 1970. Dado o imenso peso da geopolítica dicotômica do pós-guerra nesse período de mais de 20 anos, parecia – tanto ao senso comum quanto às elites intelectuais e políticas – que havia unicamente esses dois destinos para o futuro das sociedades.

As nações do Terceiro Mundo absorverão as tendências dos dois sistemas “extremos ortodoxos”, contudo também desenvolverão gradualmente perspectivas de que elas mesmas se propunham a uma terceira via, a um caminho particular que não dependesse necessariamente daqueles dois destinos manifestos e, até mesmo, conseguisse desenvolver suas próprias concepções da dinâmica social e do escopo de atuação do Estado. Uma espécie de conjunto ideológico alternativo vinha se formando, como já manifestado, por exemplo, na ideia de “não-alinhamento”, mote da Conferência de Bandung em 1955. Em uma expressão de Vijay Prashad, um pouco forçada, mas que resume a ideia: “O Terceiro Mundo não era um lugar. Era um projeto”.⁶¹

Um dos mais expressivos movimentos dentre aqueles que caracterizaram a existência do Terceiro Mundo certamente foi a ascensão da América Latina. Região de tamanho continental que conquistara sua independência havia cerca de um século e meio, era constituída de nações que tinham forças políticas, econômicas, intelectuais e militares já mais organizadas e mais “autossuficientes” se comparadas às dos países recém-independentes de África e Ásia. Não é com outro retrospecto que os latino-americanos puderam fazer emergir perspectivas sobre si próprios, fosse na sua produção literária que ganhava renome internacional, fosse na proposição de teorias econômicas e sociológicas.⁶² Importantes para pensar as estruturas internas e as relações que o continente latino-americano mantinha com as economias do Primeiro Mundo, as ideias econômicas ligadas à Cepal e posteriormente as teorias da dependência tiveram grande

⁶¹ PRASHAD, Vijay. *The darker nations: a people's history of the third world*. New York: The New Press, 2007, p. xv. Tradução nossa. Ressalte-se que na visão de Prashad o “Third World Project” era muito relacionado ao socialismo, uma espécie de projeto de socialismo alternativo ao soviético. Trecho da p. xviii: “Uma consequência desse fracasso da agenda do Terceiro Mundo foi o crescimento de formas de nacionalismo cultural nas *darker nations*. Atavismos de todos os tipos surgiram para preencher o espaço antes ocupado por várias formas de socialismo. Religiões fundamentalistas, raças e formas obsoletas de poder de classe emergiram a partir dos destroços do projeto do Terceiro Mundo” (tradução nossa). Talvez também por isso não aborde muito a história da América Latina, e ao falar das ideias da Cepal afirme terem sido apropriadas pela burguesia.

⁶² A força da literatura latino-americana seria reconhecida pelos prêmios Nobel que ganhou já na época e também depois por obras publicadas naquele período.

reconhecimento internacional durante a Guerra Fria (principalmente, claro, entre acadêmicos e políticos de tendências “progressistas” e/ou de esquerda).

Em um primeiro momento, na década de 1950, a Cepal se voltaria à questão da distribuição da riqueza no processo do comércio internacional efetuado entre Terceiro e Primeiro mundos, e também às condições e necessidades para o desenvolvimento interno. Assim se conformaria o pensamento estruturalista latino-americano, declarando que alcançar o desenvolvimento de um capitalismo nacional era possível. Em um segundo momento, em meados dos anos 1960, as teorias da dependência trariam ao estruturalismo uma visão menos “otimista”, destacando o peso que o capital estrangeiro ganhara e a inviabilidade de um “desenvolvimento independente”. Mesmo para o Brasil, país que apresentou o maior crescimento no globo em termos de porcentagem do PIB entre 1930 e 1980, o caminho não seria diferente segundo tal teoria sociológica.

Mesmo assim, ao longo dos anos 1970, ainda perseveravam as perspectivas de que os países da América Latina poderiam criar novas configurações sociais. Expectativas que foram ampliadas no campo da esquerda latino-americana por conta da oposição aos regimes autoritários, isto é, esperava-se que quando a direita saísse do poder as ideias renovadoras poderiam ser colocadas em prática. Ideias que surgiam de um corpo cultural-político difuso composto por visões estruturalistas, marxistas, democráticas, socialistas etc. e que se permitiam vislumbrar um “futuro melhor”, sem o autoritarismo de direita interno e com soberania para lidar com as questões econômicas e políticas internacionais, por sobre as quais pairava o espectro do imperialismo norte-americano.

As relações entre Brasil e Estados Unidos dos anos 1940 aos 1970 serão fundamentais para a definição do percurso histórico brasileiro – tanto pelas ações da potência capitalista para manter o país como aliado e alinhado quanto pelas ações brasileiras em busca de assistência ao seu desenvolvimento (incluindo-se aí questões financeiras, tecnológicas e militares entre outras).⁶³ Contudo, não só as políticas externas (públicas ou sigilosas) constituíam as influências que o Brasil recebia dos EUA: as tendências culturais e intelectuais também chegavam por aqui. Afinal, mesmo que a América Latina estivesse tendo o seu ápice histórico em termos de influência cultural-intelectual, os EUA no pós-guerra estavam em plena consolidação como o

⁶³ Sem falar no capital privado norte-americano dentro do Brasil.

maior polo tecnológico,⁶⁴ intelectual e comercial-cultural; deixando para trás de vez a Europa Ocidental.

Não seria ilógico supor que as produções culturais e intelectuais do Primeiro Mundo nada teriam de “anticapitalismo” ou similares. Na verdade, porém, até os anos 1950, as ideias comunistas emanadas pelo socialismo soviético chegaram a influenciar tanto EUA quanto Europa, e não só o Terceiro Mundo. Essa tendência irá se enfraquecer e praticamente desaparecer como força política no Primeiro Mundo nos anos 1960. Há diversos fatores que podem explicar a queda do apoio ao comunismo soviético nos anos 1960: a denúncia em 1956 dos crimes de Stalin, a alta prosperidade econômica vivenciada no pelos países capitalistas até meados dos anos 1970, a mudança geracional – e claro também contribuíram certas ações repressivas, como o *McCarthyism* nos EUA.

Tradições intelectuais críticas ao capitalismo – ou a um status quo capitalista – em suas variadas formas, eram mais comuns à Europa que aos EUA.⁶⁵ No velho continente, aparecendo como pensamento sério e científico de meados do século XIX em diante, as obras críticas somente irão realizar sua entrada de “cabeça erguida” na institucionalidade intelectual europeia (universidades e centros de estudo essencialmente) a partir do período Entreguerras e principalmente no pós-guerra. As duas gerações de intelectuais nascidos entre as décadas de 1880 e de 1910 são os atores principais dessa oficialização do “pensamento crítico” dentro de sociedades capitalistas – os integrantes da Escola de Frankfurt, e György Lukács, Arnold Hauser, Jean Paul Sartre, entre outros, podem ser citados como exemplos. Classificar as posições desses autores genericamente como “anticapitalistas” talvez não seja a melhor solução, mas a alcunha de “pensamento crítico” (e crítico ao *status quo* capitalista) nos parece razoável.

Nos EUA da primeira metade do século XX, essas tradições praticamente não existiam. Ali, além de despontarem outras correntes mais autóctones de intelectualidade, como por exemplo os institucionalistas na economia, o pensamento

⁶⁴ Apesar de que até o final da década de 1960 ainda se acreditasse que a União Soviética poderia rivalizar com os EUA em termos tecnológicos. Um dos principais campos de disputa, e o mais alardeado, era a corrida espacial. Em termos intelectuais, nesse período, as grandes universidades americanas consolidaram e ampliaram seu renome; e no âmbito cultural-comercial os EUA montavam grandes estruturas de produção, o que veio a ser descrito como indústria cultural.

⁶⁵ Ver, por exemplo SCHECTER, Darrow. *The History of the left from Marx to the present: theoretical perspectives*. Londres: Continuum, 2007. Para uma análise um tanto crítica sobre os críticos: KAHAN, Alan. *Mind vs. money: The war between intellectuals and capitalism*. Nova York: Routledge, 2017. Ou ainda, uma análise weberiana sobre cultura religiosa e visões socialistas-anticapitalistas e seu florescimento na Europa e não nos Estados Unidos: ALEXANDER, Jeffrey C. *Marxism and the spirit of socialism: cultural origins of anti-capitalism* (1982). *Thesis Eleven*, v. 100, n. 1, 2010.

crítico em termos socialistas ou marxistas aparecia via de regra em termos esporádicos, individuais e quase sempre frágeis, e se houve algum ensaio de intelectualidade crítica nos anos 1950, o McCarthyismo foi colocado para reprimir essa centelha. Apesar desse histórico, nas duas décadas seguintes ocorrerá um amplo florescimento de posições críticas dentro dos EUA. E essas manifestações intelectuais e políticas já nascem em consonância com o momento de metamorfose das “tradições críticas europeias”, ou seja, em afinidade com o surgimento do “pós-modernismo” e suas posturas libertárias anti-tradicionais.

Em termos da polarização global, as massas de jovens rebeldes do final dos anos 1960 e dos 1970, já não acreditavam que a URSS poderia apresentar o futuro alternativo ao capitalismo do Primeiro Mundo, e muito menos respaldavam os EUA com seu poderio imperial, que se mostrava exacerbado e violento na Indochina e outras regiões. De alguma forma acreditavam em um outro sistema possível – sem saber descrevê-lo exatamente – que parecia tender a algo próximo ao anarquismo, porém não se caracterizava, no pensamento geral, pela visão de que o Estado deveria ser absolutamente reduzido ou extinto, mas antes que poderia e deveria adotar uma agenda de políticas “progressistas”, não opressoras, mais democráticas etc. É o momento da emergência das “novas esquerdas” no cenário do primeiro mundo, que terá seus reflexos no terceiro mundo também.

Esses movimentos adquiririam visões utópicas, mesmo que não revolucionárias, e são reflexos da conjunção de duas ideias (ou ideologias), uma ascendente e outra decadente. A ideologia do “alto modernismo”,⁶⁶ com suas perspectivas de que era possível e necessário ao Estado ler a sociedade e aplicar políticas racionais para modificá-la, agindo em prol do bem geral,⁶⁷ estava em decadência, mas ainda resistia e faria, nos anos 1970, o seu canto do cisne – importante lembrar que a URSS e outros países socialistas ainda existiam, e que o marxismo era uma relevante fonte intelectual-política do alto modernismo para a esquerda.⁶⁸ E a ideologia libertário-individualista que se elevava e tendia a desfazer a ideia de classe, fragmentando-a (ou negando sua existência). A superação da opressão passava pela conquista de direitos para minorias,

⁶⁶ Conceito de James Scott, como explicado no cap. 1.

⁶⁷ O direcionamento da sociedade ainda era um “monopólio” estatal e parecia possível utilizar esse poderio de forma direta e transformadora para o bem de todos.

⁶⁸ Neste mesmo momento, as técnicas de avaliação de custo-benefício avançam rapidamente no plano das políticas de Estado, o que poderia indicar o inverso de nosso argumento. No entanto, a visão do alto modernismo é de mudança em grande escala, e, de certa forma, quanto mais se estuda e se discute custo benefício, menor se torna o espaço do alto-modernismo, pois a concepção do “decisionismo”, tecnicismo e a crença na razão permanecem, mas propondo modificações reais de baixa intensidade.

pelas questões de raça, gênero, orientação sexual e até mesmo pela “liberdade” do Terceiro Mundo. O próprio opressor não era mais tão identificado: seria a burguesia ou a moralidade da sociedade, ou ainda de grupos dela? Em suma, é no encontro da perspectiva confiante na capacidade de transformação para o bem geral sociedade – que em sua face mais superficial não precisava se associar à esfera do Estado ou à racionalidade, ainda que daí proviesse – com a perspectiva de alcançar maiores liberdades individuais, que surgem as novas esquerdas dos anos 1960-1970.

Apesar de ocorrerem em todo Primeiro Mundo, essas novas esquerdas terão suas manifestações mais conhecidas nos Estados Unidos e na França – em Portugal, por exemplo, a Revolução dos Cravos em 1974 colocará algumas dessas tendências em destaque nos anos seguintes. Elas também aparecerão na América Latina, mas com menos força; o que ocorre no Brasil, até mesmo porque o alto-modernismo estava em alta por aqui, no governo Geisel a onda ideológica atingiria sua crista,⁶⁹ logo antes de quebrar-se nos anos 1980.

Ainda que capitalismo e comunismo continuassem sua polarização, e tivessem mesmo algumas implicações internas (guerrilha e repressão), o horizonte de expectativa da intelectualidade brasileira não se condensava em torno do socialismo soviético, e nem o governo planejava exatamente alcançar um capitalismo primeiro-mundista. A posição quase unânime era a de esperar e almejar uma conformação social que tivesse suas características próprias, fosse em um novo socialismo reunindo influências dos exemplos cubano, chinês; fosse em uma via para um novo Socialismo (democrático) como propôs Salvador Allende; ou fosse ainda na perspectiva – não tão bem explicitada no discurso político – da via para o capitalismo desenvolvido por meio de um Estado forte, nacionalista, como levado à frente no governo Geisel.

Enfim, Guerra Fria, América Latina e as perspectivas de esquerda serão fatos retomados ao longo do capítulo, pois são eles que condicionarão o decurso das carreiras de Edmar Bacha e Pedro Malan, como a da geração de economistas brasileiros que adentra a profissão nas décadas de 1960 e 1970.

⁶⁹ MUSACCHIO, Aldo; LAZZARINI, Sérgio. *Reinventando o capitalismo de Estado. O Leviatã nos negócios: Brasil e outros países*. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2015, p. 109-114.

Formando-se economistas no Brasil de 1960

Em meados do século passado, os cursos de medicina, direito e engenharia eram – ainda mais que nos dias atuais – aqueles que proporcionavam as principais carreiras seguidas pelos membros da elite brasileira.⁷⁰ Entre as décadas de 1930 e 1950, a grande expansão universitária iniciou paulatina mudança dessa configuração: aumentou sensivelmente a variedade e o número de cursos e também a quantidade de alunos. Integrado a esse processo, ao final dos anos 1950, o curso de economia começava timidamente a se fazer notar como caminho aos jovens que almejassem uma carreira que oferecesse oportunidades de renda e reconhecimento profissional-público – além disso, que cada vez mais parecia oferecer a promessa de entendimento das questões nacionais prementes.

Nos EUA, pelo menos desde os anos 1930, o ensino e a pesquisa em economia já estavam assentados institucionalmente nos moldes que se perpetuariam pelo resto do século, com pequenas mudanças; e em boa parte da Europa, o estudo de economia já estava bem estabelecido desde meados do século XIX, e veio a incorporar tendências do modelo americano no pós-guerra. No Brasil, o processo de institucionalização da profissão e da carreira acadêmica em economia havia começado timidamente nos anos 1930-40 e se consolidaria somente nos anos 1970 – seguindo, com algumas variações, o modelo norte-americano. Malan e Bacha são personagens ativos nesse processo de assentamento da carreira, no qual se estabelece o saber dos economistas como fundamental aos debates de importância nacional e ocorre a ascensão de vários deles ao status de intelectuais públicos.

Os cursos de graduação em economia foram oficializados no Brasil de forma concreta em 1945,⁷¹ mas pelo menos até a década de 1960, em sua grande maioria, mantinham um caráter precário e “antiquado”, com quadros docentes ainda herdeiros da junção de professores de direito e de contabilidade (por vezes de filosofia e engenharia também), ocorrida nos anos 1930-1940. Ao início dos anos 1960, a pessoa que quisesse ser reconhecida como economista no país tinha, grosso modo, duas opções: ou concluir o curso de ciências econômicas no ensino superior; ou – em caso de ter feito outra graduação – cursar alguma especialização em economia posteriormente. Em termos de cursos de especialização, existiam dois ao final dos anos 1950 – o do Conselho

⁷⁰ Essa também é a visão tanto de Malan quanto de Bacha em depoimentos sobre a época.

⁷¹ Pelo Decreto-Lei n.º 7.988 de 22/12/1945. Ver FERREIRA, Manoel Orlando. A Formação do Economista no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, 1966.

Nacional de Economia (CNE) e o da Cepal-BNDE –⁷² e ainda um terceiro de curta duração surgiria ao início dos anos 1960 – o Centro de Aperfeiçoamento de Economistas (CAE) da Fundação Getúlio Vargas. A década de 1960 veria o fim desses cursos, de moldes um tanto preambulares, como as únicas alternativas de especialização, pois surgiriam os primeiros programas de pós-graduação *stricto sensu*. Na FGV-Rio a Escola de Pós-graduação em Economia (EPGE) sucede o CAE,⁷³ e na USP é criado o Instituto de Pesquisas Econômicas, em 1966 – os quais inicialmente ofereciam somente o curso de mestrado.

Cerca de uma década e meia depois do surgimento desses programas, a precariedade geral do quadro de professores já seria passado nas principais faculdades de economia, e não se veria mais escassez de programas de pós-graduação: a profissão se consolidara. Nesse contexto, tanto Edmar Bacha quanto Pedro Malan foram alunos em cursos de especialização (CAE e Cepal-BNDE, respectivamente) e depois realizaram o doutorado nos Estados Unidos. Veremos como Bacha acabou seguindo um caminho um pouco precoce e acadêmico-universitário, e Malan uma via mais espaçada ligada à pesquisa governamental passando a se envolver crescentemente com a academia.

Bacha, de aluno a economista na FACE-UFMG

Tendo passado a adolescência em Belo Horizonte, Edmar Bacha termina os estudos escolares em tradicional colégio da capital mineira no ano de 1959 e inicia a graduação em economia na Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) em 1960. Em seu período como estudante universitário (1960-63), encontra o departamento de economia ainda configurado como uma junção “antiquada” de professores de direito, contabilidade etc. A estrutura do curso, no entanto, começava a acompanhar certas tendências internacionais da área que se manifestaram com força na década anterior, duas em especial: a responsabilidade do Estado em manter o crescimento e planejar o desenvolvimento econômicos tanto em sociedades de capitalismo moderno quanto em nações terceiro-mundistas; e a dominância internacional que passou a ter a teoria econômica produzida nos EUA. Disciplinas tratando de técnicas de planejamento e de

⁷² Encontra-se na literatura tanto a forma Cepal-BNDE quanto BNDE-Cepal. Ambas se referem ao mesmo centro e ao mesmo curso organizado pelo centro.

⁷³ Atualmente, manteve-se a sigla EPGE, porém o nome do centro foi alterado para “Escola Brasileira de Economia e Finanças”.

programação econômica haviam sido inseridas no currículo da FACE poucos anos antes; e, paulatinamente, ia ganhando espaço a “abordagem neoclássica” americana – cuja obra de maior alcance foi o livro-texto de Paul Samuelson.⁷⁴

O fato de a maioria dos departamentos de economia no país não contarem ainda em 1960 com quadros de professores que tivessem feito pós-graduação em ciências econômicas, ou que se dedicassem integralmente à pesquisa e produção de conhecimento econômico, certamente era um fator de limitação às possibilidades acadêmicas dos seus alunos.⁷⁵ Porém, Edmar Bacha e seus colegas acabaram por acompanhar uma onda de modernização e melhoramento do curso de economia em Belo Horizonte. Um professor de economia política da FACE, Yvon Leite de Magalhães Pinto – advogado de origem –, ao exercer o cargo de diretor da instituição (1946-1960), veio a chefiar importantes reformas. Agindo como um “déspota esclarecido”,⁷⁶ em 1954 montou uma ótima biblioteca, criou um programa de bolsas dentro da faculdade, passando a remunerar um grupo de alunos com cerca de um salário mínimo (cada) em troca de dedicação extraclasse ao estudo, trouxe ao regime integral os bons professores, reservando salas específicas a bolsistas e docentes. Assim, o diretor conseguiu estabelecer um núcleo dinâmico de ensino e pesquisa, voltado totalmente ao conhecimento econômico, e acelerou a superação do contexto acadêmico original relativamente precário.⁷⁷

⁷⁴ A partir de 1957, foram introduzidas disciplinas como Programação Econômica, Projetos I e II, Política e Programação Econômica, Pesquisa Operacional em Economia, Economia Regional. A padronização do ensino de Economia, fruto da academia norte-americana, deu-se com a chamada síntese neoclássica, “codificada no manual de Paul Samuelson – Introdução à Análise Econômica. Este livro, que teve extraordinário sucesso, veio substituir os manuais franceses tradicionais, que até então eram usados, como os de Raymond Barre e Henri Guitton”. Ver PAULA, João Antonio de. O ensino e a pesquisa em economia na Universidade Federal de Minas Gerais. *Análise* (PUCRS) v.17, n. 2, 2006, pp. 338-340.

⁷⁵ Segundo relato de Claudio de Moura Castro: “Éramos todos autodidatas, porque os professores também não sabiam quase nada; a partir do segundo ano, já sabíamos mais do que a metade deles”. FERREIRA, M. M.; MOREIRA, R. L. (Orgs.). *CAPES 50 anos: depoimentos ao CPDOC/FGV*. Brasília, DF: CAPES, 2002, p. 85. A ideia de limitação expressa por Castro só surge porque havia a consciência de um estágio mais avançado de ensino e pesquisa em economia: os cenários acadêmicos de países como Inglaterra e EUA. Faculdades de economia como a da UFRJ e da USP eram tidas como as mais avançadas nesse objetivo de alcançar o estágio aprimorado, e o que ocorre na UFMG é um episódio de aceleração até esse objetivo.

⁷⁶ Segundo relato do ex-aluno do curso de economia da UFMG e historiador, José Murilo de Carvalho. CARVALHO, José Murilo de. 1964 meio século depois. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, janeiro-abril de 2014, pp. 9-14.

⁷⁷ PAULA, 2006, p. 338. E relato de Claudio de Moura Castro em FERREIRA, M. M.; MOREIRA, R. L., 2002, p. 85. O grupo de alunos era escolhido por uma seleção, segundo Claudio de Moura Castro, eram escolhidos 6 ou 7 por ano. Ver também KLÜGER, Elisa. *Meritocracia de laços: gênese e reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil*. São Paulo: FFLCH/USP. Tese de Doutorado, 2017, pp. 224-228.

As reformas do diretor Yvon Leite mantiveram-se e renderam frutos por muitos anos. Em 1960, Edmar Bacha foi um dos alunos selecionados em sua turma para receber a bolsa e escolheu utilizar o período de dedicação remunerada para se familiarizar com os debates contemporâneos de economia brasileira. Nessa linha, ainda na graduação, escreveu alguns textos em que discutia ideias de economistas como Ignácio Rangel e Roberto Campos a respeito do café e da inflação –⁷⁸ vai ao primeiro congresso de estudantes de economia, no Recife em 1962, apresentar seu trabalho e chega a ganhar um prêmio nacional.⁷⁹

Apesar da alta politização que existia na FACE naqueles anos,⁸⁰ os relatos que o próprio Bacha faz de sua graduação não indicam que a partir das experiências no curso universitário tenha aderido a alguma corrente estudantil (ou partido político) que porventura viesse a influenciar seu entendimento e engajamento no campo da ciência econômica. Seus relatos, na verdade, sugerem que apresentava certa objeção à

⁷⁸ Se nos propusermos a identificar alguma incipiente inclinação de Bacha a partir das referências de seus artigos da época de graduação, essa inclinação seria a algo próximo da heterodoxia e da economia do desenvolvimento (do que, no Brasil, naquele momento praticamente só Gudin não compartilhava de nenhuma das duas), pois Ignácio Rangel era um autor idiossincrático de viés heterodoxo e Roberto Campos, à época, trabalhava com ideias da economia do desenvolvimento. Segundo Alkimar Moura: “As principais influências intelectuais sobre os bolsistas emanavam de textos de economistas da Cepal (Raul Prebisch, Aníbal Pinto e Oswaldo Sunkel), de publicações e artigos na imprensa por alguns dos membros do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), como Guerreiro Ramos, Roland Corbisier, Helio Jaguaribe, Ignácio Rangel. Com a publicação da Formação Econômica do Brasil, Celso Furtado assumiu uma liderança intelectual indiscutível na profissão, ao propor uma abordagem para a evolução da economia brasileira que funcionava de acordo com os princípios macroeconômicos então aceitos”. Ver MOURA, Alkimar. “Lembranças de uma amizade mais do que cinquentenária”. IEPE, 2017. Discurso de Alkimar Moura nos 75 anos de Bacha. Alkimar foi colega de Bacha na UFMG e no CAE. Disponível em http://iepecdg.com.br/wp-content/uploads/2017/02/Bacha_texto_Alkimar_final.pdf, acesso em 20/04/2019.

⁷⁹ Segundo um artigo atribuído a Claudio de Moura Castro (“O PET visto por seu criador”): “Em 1962, anuncia-se o primeiro congresso de estudantes de economia. A Faculdade organiza então um concurso para escolher as melhores monografias, cujos autores iriam ao congresso. Ganham Edmar Bacha e eu. Vamos assustadíssimos para o Recife, morrendo de medo das vacas sagradas da USP e UFRJ. Mas, de repente, nos damos conta de que os outros participantes não sabiam quase nada de economia, [seus trabalhos eram improvisações de última hora e o critério de escolha puramente político]. Assustavam-se com nossas críticas técnicas e melhor informadas. [Os seus trabalhos eram risíveis, simplesmente grotescos para as nossas exigências técnicas]. Pouco adiante, o trabalho do Edmar ganha um prêmio nacional”. Em CASTRO, C. M. O PET visto por seu criador. [S. l.: s. n., s. d.]; disponível em http://www.pet-odonto.ufpr.br/pet_claudiocastro.pdf, acesso em 20/04/2019. Tal relato de Castro é conhecido por Edmar Bacha, o qual, no entanto, não se recorda de ter ganhado um prêmio em tal congresso BACHA, Edmar. Entrevista concedida ao autor. Rio de Janeiro, 24 abr. 2019.

⁸⁰ “Em uma instituição como a FACE/UFMG, em que estudantes e professores de economia conviviam com alunos e professores das áreas de sociologia e política, em uma época de profunda conturbação social, era inevitável que os primeiros também se envolvessem nos acalorados debates que ocorriam nos corredores da Faculdade, que já mostravam a separação entre direita e esquerda e que prenunciavam o movimento militar de março de 1964. Provavelmente, para o bem ou para o mal, a FACE era certamente a instituição de ensino superior mais politizada do país à época, com intensa presença nos debates políticos e nas disputas por cargos nos centros e diretórios acadêmicos entre os vários grupos em que se subdividia a esquerda estudantil, e onde também atuavam os estudantes vinculados à Juventude Universitária Católica (JUC) e à Política Operária (POLOP)”. Ver MOURA, 2017.

abordagem “neoclássica americana”, restrição que, afirma, era parte constitutiva de seu “ecletismo intelectual” à época.⁸¹ Revela que não se entusiasmou em face das argumentações contidas no livro-texto de Paul Samuelson; havia lhe atraído mais o manual de economia do francês Raymond Barre,⁸² *Economie Politique*, pois – explica em tom espirituoso – esse livro “tinha três atrativos: era razoavelmente ininteligível, escrito em francês, e supostamente ‘estruturalista’”.⁸³ Uma comparação entre os dois livros revela que o manual de Barre abordava o conhecimento econômico como uma apresentação sequenciada de diferentes teorias correntes, em uma configuração pouco doutrinária e até mesmo pouco coesa; diferentemente da proposta de Samuelson, que apresentava a disciplina de um modo mais uniforme em termos metodológicos, construindo didaticamente a sua proposta. Não obstante, o que cabe deixar indicado aqui não é exatamente o interesse de Bacha pelo manual francês, mas sim o seu desinteresse pela normatividade neoclássica: não houve um engajamento ou decisão sobre o método correto para a ciência econômica, mas antes uma propensão a se desviar do caminho *mainstream* norte-americano. Tal propensão que também se faria presente quando surgiu a oportunidade de fazer o doutorado no exterior: Bacha preferiria Cambridge na Inglaterra (sem sucesso), pois naquele tempo “não gostava muito dos Estados Unidos”.⁸⁴

Para falar desse episódio e poder avaliar o direcionamento que Bacha tomou ao procurar um caminho para ser um “economista profissional” em uma carreira com boas perspectivas, é necessário ilustrar um pouco mais o cenário do processo de profissionalização em economia àquela época. Desse modo, veremos também como Malan após formar-se engenheiro toma o rumo da pesquisa econômica.

⁸¹ BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe; e REGO, José Márcio. *Conversas com economistas*. São Paulo: Editora 34, 1996, p. 232. A família de Bacha por parte de mãe e pai tinha políticos, os da parte de mãe eram todos ptbistas; avô de Bacha fora presidente da Assembleia Legislativa de MG, ver em ALBERTI;SARMENTO;ROCHA. *MH Simonsen – um homem e seu tempo*. Depoim. Cpdoc, 2002, p. 94.

⁸² Raymond Barre era àquela época professor da Faculdade de direito de Caen na França. Posteriormente, em 1976, veio a ser primeiro ministro do Governo de Valéry Giscard D’Estaing, um momento de luta contra a inflação e a estagnação, a postura de Barre não era considerada heterodoxa ou “de esquerda” àquele momento.

⁸³ BIDERMAN; COZAC; REGO, 1996, p. 232.

⁸⁴ ALBERTI;SARMENTO;ROCHA, 2002, p. 95. No relato de Alkimar Moura: “Edmar provém de uma família culta, com preferência política pelas posições ditas progressistas. Sem abandonar tais princípios, ele não se envolveu nas intermináveis querelas ideológicas, preferindo concentrar sua energia intelectual nos temas macroeconômicos, principalmente a partir do terceiro ano do curso de graduação, sob a influência de textos de clara inspiração keynesiana. A Cambridge da Inglaterra e não a Cambridge de Massachusetts parecia-nos então o lugar ideal para que um jovem com pretensões acadêmicas pudesse continuar seus estudos no exterior, em um programa de pós-graduação”. MOURA, 2017.

Em meados da década de 1960, existiam já diversos cursos habilitados para conceder o diploma de bacharel em economia no Brasil, porém, como explicado acima, a maioria não oferecia aos alunos o necessário para que alcançassem um patamar razoável. Os estudantes formavam-se com pouco conhecimento matemático-estatístico e escasso entendimento do método da ciência econômica nos moldes atualizados (cada vez mais) internacionais (leia-se norte-americanos e europeus), e também não recebiam uma mínima visão das instituições e da prática de política econômica. Havia uma pequena variação nesse cenário, pois em meio à precariedade geral existiam algumas poucas boas escolas – como vimos estar se tornando a FACE-UFMG – e ainda outras que ficavam no meio do caminho, de modo que Mario Henrique Simonsen afirmava em 1966: “o economista diplomado no Brasil é um produto altamente heterogêneo”.⁸⁵

Simonsen deu sua avaliação, um tanto dura, justamente no encontro de Itaipava em 1966, momento em que um projeto de superação da precariedade foi organizado em conjunto e posto em prática. Ali, sob o patrocínio da Fundação Ford, foram lançadas as bases para o ensino de pós-graduação em economia no país, e criou-se uma instituição para coordená-lo, a Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC) –⁸⁶ episódio o qual é bem relatado por Fernández e Suprinyak.⁸⁷ Antes desse “projeto” consolidar seus frutos, entretanto, o que havia era especializações de caráter um tanto paliativo ou excepcional.

Nesse sentido, o curso de especialização oferecido pelo Conselho Nacional de Economia funcionava como um curso de revisão e melhoramento, pois pretendia complementar a insuficiente formação dos alunos oriundos de graduações precárias e alçá-los ao patamar profissional.⁸⁸ Já o curso de especialização Cepal-BNDE buscava,

⁸⁵ Essa era a percepção compartilhada pelos “líderes” da profissão. Ver SIMONSEN, M. H. O ensino de economia em nível de pós-graduação no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, v. 20, n. 4, 1966. Esse número da revista foi dedicado ao tema do ensino de economia no Brasil, conforme os debates realizados no encontro de Itaipava.

⁸⁶ “Estiveram reunidos representantes dos dois primeiros cursos de pós-graduação criados para preparar economistas para doutorados no exterior, o da FGV-RJ e o da USP, ambos financiados pela USAID. Os debates foram conduzidos pelos representantes destas instituições, respectivamente Mário Henrique Simonsen e Antonio Delfim Netto. Estiveram igualmente representantes de universidades que ainda não haviam montado seus cursos de pós-graduação mas se preparavam para fazê-lo, como a UFRJ, a PUCRJ e a UFRGS”. Ver VERSIANI, Flavio. “Intercâmbio, verbas e pluralismo: a ANPEC na evolução do ensino e da pesquisa em economia no Brasil”, in SZMRECSÁNYI, Tamas e COELHO, Francisco S. . *Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Atlas/Ordem dos Economistas do Brasil, 2007.

⁸⁷ FERNÁNDEZ, Ramón García; SUPRINYAK, Carlos Eduardo. Creating Academic Economics in Brazil: the Ford Foundation and the beginnings of ANPEC. *Economía*, v. 19, n. 3, 2018.

⁸⁸ O Conselho Nacional de Economia foi um órgão criado pelo governo na década de 1940 com o status de conselho autônomo, não respondia à presidência (ao executivo). Suas diretrizes eram elaborar análises econômicas sobre a realidade brasileira e disponibilizá-las ao “mundo político”. Ao final dos anos 1950

em uma perspectiva mais abrangente, proporcionar a alunos com diferentes formações uma visão estruturalista das questões econômicas – o que será tratado mais à frente. Por sua vez, o Centro de Aperfeiçoamento de Economistas da FGV foi criado em 1961 como uma pós-graduação *lato sensu*, pensada para avançar o conhecimento de alunos que eram selecionados em processo com concorrência.⁸⁹ Todos os três cursos tinham suas sedes na cidade do Rio de Janeiro – apesar de o curso Cepal-BNDE ter passado a ser ministrado de modo itinerante em outras capitais de estados a partir de 1963.

Malan, da engenharia para a economia

A trajetória de Pedro Malan antes da pós-graduação distingue-se da de Bacha. Aos 15 anos se muda de Petrópolis para o Rio de Janeiro a fim de ingressar no Científico (antecessor do atual ensino médio) em um tradicional colégio da então capital federal. Conclui os estudos escolares e presta vestibular em 1960, decidindo-se pela Engenharia Elétrica. O ano de 1961 é seu primeiro como aluno do curso na PUC do Rio de Janeiro, ali fez colegas próximos que também seguiriam a carreira de economista: Regis Bonelli foi seu colega da mesma turma na Engenharia Elétrica e Marcelo de Paiva Abreu cursava Engenharia Mecânica, sendo um ano mais novo.⁹⁰ Enquanto universitários, envolvem-se com o movimento estudantil, pois tinham interesse em história e política, nas questões nacionais e internacionais – a situação conturbada do Brasil à época era também fator que contribuiu para sua adesão ao movimento discente.⁹¹

Malan relata que esse interesse foi o que o levou a se aproximar da ciência econômica: em 1965, concomitantemente ao último ano de engenharia elétrica na PUC, começou a cursar no período noturno,⁹² junto a Regis e Marcelo, a Faculdade de

foi criado o curso do CNE que visava a dar maior profissionalização aos economistas brasileiros. O CNE perde importância com a criação de outros órgãos governamentais destinados a pesquisar assuntos econômicos. Verbete CPDOC: *Conselho Nacional de Economia (CNE)*. In: ABREU et al., 2010. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conselho-nacional-de-economia-cne>).

⁸⁹ A respeito do CAE ter origem no IBRE, ver <http://epge.fgv.br/files/Projeto-Pedagogico-do-Curso.pdf>.

⁹⁰ KLÜGER, 2017, p. 407.

⁹¹ Malan em D'ARAUJO, Maria Celina; FARIAS, Ignez Cordeiro; HIPOLITO, Lucia. (Orgs.). *IPEA 40 anos: uma trajetória voltada para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA, 2005, pp. 57-58.

⁹² Em 1965, Malan tinha as manhãs ocupadas com as aulas na PUC, e as tardes com estágio no Departamento de Planejamento e Controle da Companhia de Aços Especiais Itabira (Acesita) e posteriormente com aulas de programação de computadores. Segundo texto introdutório sobre vida de Malan: BACHA, E. et al. (Orgs.). *Estado da Economia Mundial - Desafios e Respostas - Seminário em Homenagem a Pedro Malan*. Rio de Janeiro: LTC, 2015, pp. x-xv.

Ciências Econômicas da Universidade do Estado da Guanabara.⁹³ Segundo Reis Velloso, que também fora aluno da faculdade, anos antes, aquele era um curso de economia “razoável”, havia “alguns bons professores que eram, por exemplo, do BNDE”, mas outros péssimos.⁹⁴ A avaliação negativa acabou prevalecendo entre os três jovens colegas, que, apesar de tentarem – sem sucesso – superar as deficiências do curso estudando por si mesmos e em grupo, não se manteriam matriculados por muito tempo.⁹⁵

Nessa primeira metade dos anos 1960, enquanto era universitário, Malan lia livros publicados pela editora mexicana *Fondo de Cultura Económica*, como, por exemplo, o livro de “Prebisch sobre Keynes, o do Alvin Hansen, Sunkel, Norberto Gozalez...”, pois “tinha interesse nesses textos da Cepal”. Dessa forma, também leu livros de Celso Furtado – *Formação econômica do Brasil e Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* –, assim como faziam muitos outros estudantes do seu círculo – “todos nós líamos Celso Furtado”. Nessa mesma linha, porém fora do âmbito da Cepal, um livro que o “marcou muito” foi *A estratégia do desenvolvimento econômico* de Albert Hirschman.⁹⁶ Já formado engenheiro, ao iniciar o segundo ano da graduação em economia, em 1966 tranca sua matrícula na faculdade.

Em 1965, fizera um curso de programação oferecido pela IBM, que o encaminhou a trabalhos de curta duração no início de 1966, “como programador de computador na Sul América Seguros e, depois, na Petrobras”.⁹⁷ As novas tecnologias de processamento de dados surgiam com força no Primeiro Mundo expandindo possibilidades de análise e transformando parte da rotina de certas profissões, como a de

⁹³ A Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado da Guanabara (UEG), anteriormente à criação da Guanabara como unidade da federação, chamava-se Universidade do Rio de Janeiro (URJ) e após a integração da Guanabara ao estado do Rio de Janeiro em 1975, passou a ter o nome atual: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Na faculdade de economia da UEG, João Paulo dos Reis Velloso concluiu a graduação em economia em 1960, e receberia o título de doutor honoris causa da UEG em 1972. Ver MANCIBO, Deise. *Da gênese aos compromissos: uma história da UERJ (1950-1978)*. Rio de Janeiro : EdUERJ, 2016, p. 286. Tendo trancado o curso de economia, Malan não veio a viver como estudante os episódios de recrudescimento do regime. Caso concluísse o curso, teria se formado ao final de 1968, já com a forte pressão pós-AI-5 sobre as manifestações políticas de membros de universidades; inclusive sua virtual turma teve problemas com o processo da formatura e com o paraninfo, por conta da repressão. Ver MANCIBO, 2016, pp. 272-474.

⁹⁴ Ver D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. (Orgs.). *Tempos modernos: João Paulo dos Reis Velloso, memórias do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 65. E também D'ARAUJO, Maria Celina. (Org.). *Fundação Getúlio Vargas: Concretização de um ideal*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 179.

⁹⁵ Marcelo Abreu abandonou o curso da UEG primeiro, Régis ao fim do ano e Malan ficou lá até o início de 1966. Ver KLÜGER, 2017, p. 409.

⁹⁶ ALBERTI; SARMENTO; ROCHA, 2002, p. 97-98. Em 2002, afirmaria que leu tudo o que Hirschman escreveu e que valia a pena ler “até hoje”.

⁹⁷ BACHA, E. et al. (org.), 2015, pp. x-xv.

cientistas e pesquisadores, incluindo aí os economistas – e essas transformações difundiam-se pelo terceiro mundo.⁹⁸ Um curso de programação computacional qualificava Pedro Malan em termos práticos: além de dominar a matemática e a estatística pela formação em engenharia, também saberia lidar com as novas técnicas para acelerar o processamento de conjuntos de dados, a qual era cada vez mais utilizada nos trabalhos em ciência econômica, tanto no âmbito do governo quanto no da academia.

Diferentemente de Edmar Bacha, Malan não cursa o CAE da FGV e em nenhum de seus relatos menciona que fosse uma opção a seguir após formado (provavelmente porque para entrar no CAE fosse necessário o diploma em ciências econômicas, regra a qual Simonsen afirmou na época que gostaria de relativizar para poder receber engenheiros interessados em economia).⁹⁹ Também não faz o curso do CNE; enfim, para adentrar de vez a área da economia, toma o caminho de caráter mais latino-americano e estruturalista, o que era coerente com suas leituras da época. Em 1966, Pedro Malan e Régis Bonelli continuarão colegas, agora em Vitória (ES), cidade que naquele ano sediaria o Curso de Treinamento em Problemas do Desenvolvimento Econômico (CTPDE), promovido pelo Centro de Desenvolvimento Econômico Cepal-BNDE – e em 1967, Marcelo de Paiva Abreu seguiria o passo dos dois colegas.

O curso Cepal-BNDE tivera seu primeiro ensaio no Brasil em 1956 e se manteria por mais de uma década com o mesmo perfil de ensino.¹⁰⁰ De caráter intensivo em conteúdo e abrangente em tipo de público, o curso durava cerca de 16 semanas, recebia de vários estados da federação tanto formados em economia quanto não-economistas, como advogados, engenheiros, agrônomos, sociólogos – boa parte agentes da burocracia de diversos níveis – e também militares, oferecendo uma visão ampla do desenvolvimento que ultrapassava a discussão estritamente econômica.¹⁰¹ Contava com

⁹⁸ O primeiro computador no Brasil fora importado em 1957 e fora fabricado pela IBM.

⁹⁹ Nas palavras de Simonsen: “Em virtude da regulamentação da profissão de economista, parece conveniente, no momento, exigir que os candidatos sejam economistas formados (ou que se formem antes do início do curso). Se não fôsse essa regulamentação, seria interessante aceitar como candidatos engenheiros com especialização em engenharia econômica, e outros profissionais afins. Todavia, tendo em vista a atual legislação, tais profissionais se tornariam ‘Mestres em Economia’ mas não seriam economistas com as prerrogativas legais”. Em SIMONSEN, 1966, p. 24.

¹⁰⁰ Em 1956, uma espécie de comitiva do Chile veio ao Brasil para firmar compromissos entre Cepal e BNDE – Celso Furtado esteve envolvido no episódio. A partir de 1963 o curso começou a ser realizado em outras capitais. O ano de 1967 marca o encerramento da parceria Cepal-BNDE, mas a Cepal continua dando cursos, agora ligada ao IPEA. Ver KLÜGER, 2017, p. 66-67.

¹⁰¹ Segundo Bonelli, o curso dava uma “visão muito ampla”. De acordo com Gusso, que fez o curso em 1967, em Curitiba: “Era um curso duríssimo; em poucos meses estudava-se o que hoje se estuda no mestrado”. Ver D'ARAUJO; FARIAS; HIPOLITO, 2005, pp. 70 e 110.

um núcleo básico de disciplinas, no qual constavam *Contabilidade Social, Programação do Desenvolvimento Econômico, Financiamento do Desenvolvimento Econômico, Elaboração e Avaliação de Projetos*,¹⁰² que era complementado por outras disciplinas e palestras variáveis a cada ano. Os professores que ministravam as disciplinas eram ligados a Cepal ou convidados. Entre os cepalinos, foram professores, ao longo dos anos, economistas como Jorge Ahumada, Aníbal Pinto, Osvaldo Sunkel, Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa, e diversos outros.¹⁰³

No ano de 1966, houve cursos de treinamento em São Paulo, Salvador e Vitória.¹⁰⁴ Segundo relato de Malan, em Vitória teve aulas com Samuel Lichtenstein,¹⁰⁵ uruguaio; Ferdinando Figueiredo e Antônio Barros de Castro, brasileiros; e o argentino Norberto González deu uma palestra.¹⁰⁶ Todos economistas ligados à corrente estruturalista-cepalina e que assim se mantiveram ao longo de suas carreiras. Malan diz que os professores eram competentes e a interação “era positiva”, e que terminou bem o curso.¹⁰⁷ Vale lembrar que foi a partir dos anos de aula nesse curso que Antonio Barros de Castro e Carlos Lessa (este já asilado no Chile em 1966) produziram o livro-texto *Introdução à economia: uma abordagem estruturalista*, um sucesso editorial das ideias da Cepal (1ª ed. brasileira 1967).

¹⁰² Ver KLÜGER, 2017, p. 66. Exemplos de outras disciplinas: “Estudo dos recursos naturais (do país ou região), Estudo de economia agrícola; Orçamento; Estudos Demográficos e Sociais; Estudos de Comércio Internacional etc”, trecho retirado de “Treinamento em problemas do desenvolvimento na Cepal”. *Diário de notícias* (RJ), 15 jan. 1963, p. 6.

¹⁰³ Em 1960, por exemplo, foram professores do curso A. Franchis do Banco Central da Argentina, Julio Melnick da Cepal, Muños Amato da Universidade de Porto Rico, Anibal Pinto, Osvaldo Sunkel (diretor do centro e do curso). Já em 1963 foram professores em Curitiba: Aníbal Pinto, M.C. Tavares, Carlos Lessa, Retórico Fretes, Jayme Santiago e outros. Ver *O jornal* (RJ), 10 dez. 1960, p. 6; e “Cepal promoverá curso para treinar técnicos”. *Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados* (PR), 10 fev. 1963, segundo caderno, p. 2.

¹⁰⁴ BNDE. *Exposição sobre o Programa de Reaparelhamento Econômico, 1966*. Rio de Janeiro: BNDE, 1967, pp. 49-53.

¹⁰⁵ Em 1966, Lichtenstein era um jovem economista uruguaio (nascido em 1934), professor da Universidade da República no Uruguai, que havia feito o curso do Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social (ILPES) Cepal em Santiago no Chile em 1964. Em 1972 se tornaria reitor da Universidade, e com a tomada do poder pelos grupos de direita em 1973, se exila no México. Foi ministro da educação e cultura do Uruguai (1995-98). Manteve ao longo de sua vida uma postura intelectual estruturalista/heterodoxa. Faleceu em 2018. Ver <http://fcea.edu.uy/informacion-general/breve-historia/academicos-destacados/420-samuel-lichtensztejn.html> e http://historiasuniversitarias.edu.uy/wp-content/uploads/2016/09/Lichtensztejn_Samuel-1.pdf. Acesso em 10/12/2018.

¹⁰⁶ Malan também cita Guilherme Vassallo (grafado erroneamente como “vassalo” em Alberti; Sarmento; Rocha). Não encontramos muitos dados históricos sobre Luiz Guilherme dos Santos Vassallo, somente algumas matérias de jornais da época: foi colega de Ferdinando Figueiredo na turma que se formou na FNCE (atual UFRJ) em 1963, e seguiu inicialmente carreira de economista ligado a Cepal. Ver “Seminário de Análise Econômica na FNCE”. *Correio da manhã*, terça-feira, 21 de março, 1961, p. 14; e “Niterói reúne os acadêmicos de economia”. *Correio da Manhã*, Sábado, 16 de setembro 1967, p. 7.

¹⁰⁷ D'ARAUJO; FARIAS; HIPOLITO, 2005, pp. 58-60.

Fica claro por nossa exposição que, no processo para serem reconhecidos como economistas, Edmar Bacha e Pedro Malan tomam rumos diferentes. Bacha “arriscou” já na graduação escolhendo o curso de ciências econômicas – ainda não muito consolidado, mas aparentemente promissor – e assim aos 21 anos conclui o bacharelado, tornando-se oficialmente um economista e engatando uma especialização em instituição “tradicional” reconhecida no Rio de Janeiro. Malan se decide pela graduação em engenharia, que conclui, mas não sem flertar com o curso de ciências econômicas por cerca de um ano. Seguindo essa inclinação, parte para uma especialização em economia ligada às ideias cepalinas-estruturalistas, em um curso de caráter mais plural em termos de conteúdo e de alunos. Foi com o certificado de especialização do curso Cepal-BNDE que Malan deu o primeiro passo “oficial” para dentro do campo dos economistas.

Ao abraçarem a ciência econômica no Brasil em meados dos anos 1960, ambos não terão como não se deparar com uma influência institucional e intelectual quase impositiva à época: os Estados Unidos – com suas agências de auxílio técnico e financeiro e seus quadros acadêmicos. Não por coincidência, ambos irão a universidades norte-americanas para realizar seus doutorados (PhDs).¹⁰⁸

Bacha e a escolha de Yale

Junto a colegas, Edmar Bacha resolve seguir o caminho que alguns bolsistas da graduação na FACE já haviam trilhado: fazer a prova para o CAE-FGV. Concluindo a graduação ao final de 1963, passam no exame e são aprovados para iniciar o curso no Rio de Janeiro em 1964 –¹⁰⁹ dos 15 que entraram no CAE, 5 eram da UFMG. Segundo Bacha, o curso “consistia em umas tinturas de Micro, Macro, Matemática, Estatística e Inglês, em aulas indo de janeiro a junho de 1964”, contando com Mário Henrique Simonsen como principal professor, o que tinha maior carga de aulas, mas também com professores como Werner Baer e João Paulo dos Reis Velloso que “ensinavam algo de desenvolvimento econômico”.¹¹⁰ O Ibre-FGV no Rio – do qual se origina o CAE –

¹⁰⁸ Alkimar Moura e Flávio Versiani haviam sido colegas de Bacha na UFMG, e também fizeram o curso da FGV. Todos os três fizeram pós-graduação nos EUA na década de 1960. Diversos pesquisadores do IPEA também foram aos EUA para realizar cursos de especialização e pós-graduação.

¹⁰⁹ O exame era constituído de três provas: matemática, estatística e teoria econômica. Ver SIMONSEN, 1966, p. 24.

¹¹⁰ BIDERMAN; COZAC; REGO, 1996, p. 233. Segundo Bacha, estudou “menos que devia, pois logo ficou claro que iria na primeira turma para o exterior”. “Mas foi vendo Mário Simonsen dar aulas que, pela primeira vez, fiquei consciente de meus limites intelectuais: jamais seria tão proficiente quanto ele nas matemáticas, me dei conta”.

assim como o Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (IPE-USP), contava com a cooperação e os recursos americanos, da United States Agency for International Development (USAID), e com esse suporte montou a sua estrutura educacional na primeira metade dos anos 1960.¹¹¹

Simonsen era a cabeça à frente do CAE e posteriormente teria a mesma posição na EPGE. Moldava o conteúdo do curso, e procurava aprofundar conhecimento dos alunos em matemática e estatística, normalmente precário. O que era ensinado em teoria econômica era predominantemente a visão “neoclássica”, de roupagem um tanto keynesiana. Os livros-texto de macroeconomia neoclássica-keynesiana de Ackley (*Macroeconomic Theory*) e de Dernburg & McDougall (*Macroeconomics*),¹¹² utilizados por Simonsen no CAE e ao início da EPGE, deixam clara essa posição. Algumas variações existiam, como em microeconomia, junto aos livros de Hicks e de Samuelson-Dorfman-Solow, utilizava também *Price Theory* de Milton Friedman, o que não borrava o caráter de ensino *mainstream* norte-americano da época – na verdade, confirmava a absorção da forte irradiação intelectual a partir dos Estados Unidos.¹¹³

Desse modo, segundo seus próprios relatos e de pessoas próximas, mesmo tendo objeções à visão neoclássica, Edmar Bacha decidiu estudar na instituição em que mais se ensinava esse tipo de abordagem, onde mais se seguia o *mainstream* norte-americano, no Brasil – preterindo a alternativa “estruturalista”, o curso da BNDE-Cepal. Talvez o que resolva essa contradição seja o caráter intensivo, que visava ensinar a “não economistas”, do curso da Cepal; mas também uma importante peculiaridade do CAE: a oportunidade de fazer o doutorado no exterior.¹¹⁴ Em um de seus relatos, Bacha diz que ao ir para o CAE estava “pesando em ir para fora”, mesmo que ainda não cogitasse uma posterior carreira acadêmica: “o que eu queria naquele momento, era aumentar o meu capital humano. Estava tratando de me habilitar para avaliar as alternativas mais

¹¹¹ “...em 1959, iniciou-se um programa com a Rockefeller Foundation, por meio do qual sete economistas brasileiros treinados na FGV seriam enviados aos EUA. Em 1961, com o apoio da USAID, começou a funcionar o Centro de Aperfeiçoamento de Economistas (CAE) coordenado por Mário Henrique Simonsen. Logo em seguida, o CAE inaugurou um curso de pós-graduação *lato sensu* e, ainda em 1964, a FGV começou a negociar com a USAID a transformação do CAE em Escola de Pós-Graduação em Economia. O acordo foi finalizado em 1965, e a Escola de Pós-graduação em economia (EPGE) começou a funcionar em janeiro de 1966, como uma unidade do Ibpe”. Fundação Getúlio Vargas. *70 anos de lutas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, pp. 78-79. Sobre o IPE-USP e sua relação com o financiamento americano ver SAES, A. M. et al. *Fipe 40 anos: pesquisa, ensino e debate sobre a economia brasileira*. São Paulo: Narrativa Um, 2014, pp. 44-51.

¹¹² Livros textos do auge do keynesianismo. Ver DE VROEY, Michel. *Involuntary Unemployment*. London/New York: Routledge, 2004, pp. 110-114. E DE VROEY, Michel. *IS-LM à la Hicks versus IS-LM à la Modigliani*. *History of Political Economy*, v. 32, n. 2, 2000, p. 293.

¹¹³ SIMONSEN, 1966, p. 27.

¹¹⁴ ALBERTI; SARMENTO; ROCHA, 2002, p. 95.

adiante”.¹¹⁵ As bolsas eram financiadas com recursos norte-americanos de instituições como a USAID e a Rockefeller Foundation.

Certamente um doutorado no exterior parecia (e de fato era) algo que viria a ampliar significativamente as alternativas na carreira profissional, e essa “subida de nível” ocorreria independentemente de o economista ter posições mais à esquerda ou direita – o status ganho com o selo “pós-graduação no Primeiro Mundo” ainda hoje é uma realidade. As bolsas oferecidas eram estritamente para universidades nos Estados Unidos, não contemplando Cambridge na Inglaterra para onde Bacha relata ter pretendido ir à época. Dentre as opções, acaba optando por Yale, onde Werner Baer tinha alguns laços, e por onde Reis Velloso havia passado; a Universidade de Harvard não estava disponível, e não cogitava o Massachusetts Institute of Technology (MIT) por não se identificar com a escola – “MIT nem pensar, não tinha nenhuma conexão”. Bacha não chega a concluir o curso do CAE, a bolsa estava garantida e em setembro de 1964 parte para os EUA.

Malan vai a Berkeley via IPEA

O certificado do curso Cepal-BNDE foi a peça que complementou o currículo de Malan para que pudesse entrar como “analista de planejamento e pesquisa” no recém criado Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA) do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral –¹¹⁶ transformado oficialmente em Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em fevereiro de 1967.¹¹⁷ Junto a Bonelli, se candidatou em agosto de 1966, e, aprovados, começaram a trabalhar em setembro do mesmo ano.¹¹⁸ Entraram em um “um grupo novo que estava se expandindo no Ipea, dentro do setor conhecido como indústria geral”, trabalhando com Arthur Candal na pesquisa que daria origem ao documento *Industrialização brasileira: diagnósticos e perspectivas*. Essa obra integrava o projeto do Plano Decenal, encomendado pelo ministro Roberto Campos, e teve repercussão naquele ano de 1967, ficando conhecida como *Diagnóstico*.¹¹⁹

¹¹⁵ BIDERMAN; COZAC; REGO, 1996, p. 232-234.

¹¹⁶ BACHA, E. et al. (org.), 2015, pp. x-xv.

¹¹⁷ Decreto Lei nº 200, 25 fev. 1967.

¹¹⁸ D'ARAUJO; FARIAS; HIPOLITO, 2005, p. 58.

¹¹⁹ Ver D'ARAUJO; FARIAS; HIPOLITO, 2005, p. 58; 70-71. E BRASIL. IPEA. *A Industrialização brasileira: diagnóstico e perspectivas* (versão preliminar). Rio de Janeiro, 1968.

Redigida e assinada por Candal, que era o líder do projeto,¹²⁰ a obra parece consciente das visões que existiam sobre a indústria brasileira àquele momento, e adota uma postura cautelosa, evitando conclusões taxativas. A economia brasileira enfrentava um momento crise em meados dos anos 1960, e a palavra “estagnação” estava na ordem do dia, principalmente impulsionada pelas análises de Celso Furtado. A sua interpretação estruturalista, compartilhada por muitos outros economistas, era a de que aquela economia estagnada não poderia voltar a crescer sem que políticas estruturais geradoras de redistribuição de renda, em conjunto a outras políticas desenvolvimentistas, fossem aplicadas por parte do Estado. O que cabe ressaltar aqui é que, mesmo tendo tomado “as precauções necessárias para evitar que o quadro conjuntural crítico da indústria viciasse as conclusões sobre sua dinâmica de longo prazo”, como afirmado na apresentação da obra, isto é, mesmo evitando a conclusão de estagnação presente e futura, o *Diagnóstico* foi considerado um texto estruturalista.¹²¹ Essa também era a opinião de Mario Henrique Simonsen, coordenador das pesquisas do Plano Decenal: achava que o documento acabava sendo um “corpo estranho” dentro do plano, este mais tendente a interpretações “ortodoxas”.¹²²

A impressão não estava equivocada. Já na apresentação em uma nota de agradecimentos, a primeira a ser citada é Maria da Conceição Tavares, do Centro Cepal do Rio de Janeiro, “cujo espírito criador e crítico muito auxiliou a elaboração desse trabalho”. A “bibliografia geral” do trabalho é composta apenas de obras sobre desenvolvimento, a maior parte ligada à Cepal, ou seja, ao estruturalismo: dentre 19 referências, quatro são textos oficiais da Cepal, sem autoria, duas são de Furtado, duas de Aníbal Pinto, uma de Conceição Tavares, uma de Carlos Lessa. Os dois livros de Furtado eram *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, de 1967, que seguia a ideia de explicar (e prever a continuidade da) a estagnação, e *Formação Econômica do Brasil*, edição de 1959. Essa segunda obra talvez constasse ali por um motivo específico.

¹²⁰ Candal já havia estudado na Cepal em Santiago do Chile e em Varsóvia, trabalhado no governo do estado do Rio Grande do Sul e em um projeto da Cepal para planejamento na Bolívia. Foi contratado pouco tempo antes de Malan e Bonelli, ainda em setembro de 1966. Ver D'ARAUJO; FARIAS; HIPOLITO, 2005, pp. 43; 70-71.

¹²¹ Na apresentação fala-se da “estagnação industrial que se instalou a partir de 1962”, mas “estagnação” não será um conceito muito utilizado ao longo do texto.

¹²² D'ARAUJO; FARIAS; HIPOLITO, 2005, p. 44.

Consta no trabalho uma pequena resenha histórica da industrialização nacional, conformando o capítulo III, que é de autoria de Pedro Malan.¹²³ Nesse texto de 12 páginas, Malan discorre sobre o “modelo exportador” brasileiro formado a partir de meados do século XIX e baseado no café, sobre os surtos de industrialização durante a primeira república, e sobre as inversões visando o mercado interno como o novo “fator dinâmico” a partir de 1930. Fala da nova noção de que o governo deveria ter papel ativo no desenvolvimento, “dinâmico e inovador”, e do crescimento de sua participação no PNB. Caracteriza o processo brasileiro como uma “industrialização reprimida e adiada por muito tempo” que teria necessariamente de apresentar uma “nova sequência” em relação à “sequência clássica” de industrialização (sem especificar em quais países esta teria ocorrido). Nessa nova sequência, o Brasil com seu perfil de distribuição (concentração) de renda herdado do modelo exportador, acabou entrando “‘prematuramente’ na faixa de consumo de bens característicos de países de alta renda per capita”. A produção de bens duráveis, para consumo da elite, teria tido efeitos negativos no sentido de que o setor se caracterizava por ser oligopolista e de que havia ocasionado a diminuição da poupança pessoal privada, por ambas as vias utilizando parcelas crescentes da renda nacional para reinvesti-la em bens de consumo da elite. No entanto esses setores difundiriam tecnologia moderna, ensejando desenvolvimento de outras indústrias, o que tornava “difícil, com a informação existente, emitir um juízo definitivo sobre a eficiência da sequência de industrialização brasileira”. Em seguida a essa fase, com o crescimento acelerado da produção do setor de bens de consumo duráveis e em decorrência dos investimentos em infraestrutura e das crises recorrentes da capacidade de importar, ocorreu o desenvolvimento da produção de bens de capital e intermediários. Enfim, nos anos 1960, o Brasil havia chegado às portas da fase de consolidar a produção de bens de capital, porém a escassez de divisas e a disputa com outros setores para obtê-las estariam impedindo que essa fase ocorresse – Malan não usa o termo “estagnação” para descrever o cenário. Com ressalvas, entretanto, parece sugerir que deveria haver maior distribuição de renda e maiores gastos do governo para que o crescimento econômico deslanchasse.¹²⁴

¹²³ Segundo relato de Arthur Candal, ver D'ARAUJO; FARIAS; HIPOLITO, 2005, p. 40. Apesar de essa informação estar muito clara no relato de Candal, Pedro Malan não se recorda exatamente de ter redigido essa resenha histórica. MALAN, Pedro. Entrevista concedida ao autor. Rio de Janeiro, 24 abr. 2019.

¹²⁴ BRASIL. IPEA, 1968, pp. 78-79.

Se o *Diagnóstico* era uma obra estruturalista produzida dentro do órgão de pesquisa de um governo que sustentava o afastamento das perspectivas econômico-políticas estruturalistas, é porque ali havia liberdade de pensamento, como é consenso geral entre os economistas que lá estiveram. Diversos pesquisadores estrangeiros desembarcaram no IPEA naquele período, tanto consultores como Rosenstein-Rodan e Benjamin Higgins, que chegam nos primeiros anos por iniciativa e convite do ministro Roberto Campos, quanto os pesquisadores que viriam do convênio com a Universidade da Califórnia-Berkeley, um pouco depois – o IPEA se tornava um órgão robusto de pesquisa. Malan afirmaria que o ambiente era “altamente estimulante para um jovem interessado em economia do Brasil”, havia dinâmica e muitas discussões interessantes.¹²⁵ Contribuia também o fato de o regime dos contratos de trabalho serem sob a CLT, o que tornava mais flexíveis as possibilidades da instituição.¹²⁶

No início de 1968, na altura de seus 25 anos, Malan participaria de um grupo de trabalho misto IPEA-Ministério da Fazenda, criado pelo então ministro Delfim Netto, que estava preocupado com o crescimento insuficiente de 5% ao ano registrado naquele momento. Do lado do Ministério, vinham os economistas da assessoria de Delfim, como, por exemplo, Afonso Celso Pastore, e do lado do IPEA o grupo coordenado por Candal, dispunha de Malan, Bonelli, Marcelo de Paiva Abreu e Albert Fishlow. Segundo relato de Candal, a partir do estudo teriam recomendado que o governo “expandisse o crédito e afrouxasse a política monetária, o que não teria impacto inflacionário, pois o impacto se daria na ocupação da capacidade ociosa” – foi o que Delfim fez e, assim, “começou o milagre brasileiro”,¹²⁷ percebido de fato somente na passagem de 1969 para 1970.

Em outubro de 1968, Malan concluiu uma pesquisa sobre a proteção industrial brasileira, que fizera conjuntamente ao economista americano Joel Bergsman instalado no IPEA pelo acordo com Berkeley, e que geraria seu primeiro artigo publicado – em

¹²⁵ D'ARAUJO; FARIAS; HIPOLITO, 2005, pp. 60; 20-25

¹²⁶ Em 1967, Malan “cursou o programa de desenvolvimento econômico, oferecido pelo Centro de Desenvolvimento Econômico (Cendec), instituição educacional de pós graduação lato sensu, associada ao IPEA. Nessa época, seu interesse pelo estudo de relações econômicas internacionais se manifestou com mais intensidade”. BACHA et al (org.), 2015, pp. x-xv. O Cendec (Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico e Social) tinha como objetivo qualificar pessoal para as secretarias gerais dos ministérios e as secretarias de Planejamento dos estados, além de manter um programa dedicado ao envio de economistas do Ipea e de outras instituições para fazer doutorado no exterior. Reis Velloso em D'ARAUJO; FARIAS; HIPOLITO, 2005, p. 26. O Cendec tornou-se uma das principais fontes de formação da tecnoburocracia da maioria dos estados brasileiros Bacha um dos professores no ano de 1970. Em 1971 cendec vai para Brasília e perde o caráter acadêmico. D'ARAUJO; FARIAS; HIPOLITO, 2005, pp. 114, 188, 195.

¹²⁷ D'ARAUJO; FARIAS; HIPOLITO, 2005, p. 46.

1970 na *RBE* – “A Estrutura de Proteção Industrial no Brasil”.¹²⁸ Na pesquisa, buscavam realizar uma análise quantitativa para aferir as taxas de proteção efetiva de que “usufruíam” as indústrias brasileiras. O tema das tarifas do comércio havia sido discutido globalmente nos anos 1960, no âmbito da última rodada de negociações do *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT). Apesar de Bergsman e Malan não citarem a instituição e os acordos que ela estabelecia, a pesquisa estava totalmente atrelada a essa conjuntura.

A criação do GATT, no imediato pós-guerra, teve como intuito reconstruir e organizar o comércio internacional que havia encolhido drasticamente a partir da crise dos anos 1930. Sua estrutura jurídica foi baseada em acordos de comércio que os EUA haviam feito de 1943 em diante, fundados na reciprocidade e na cláusula da nação mais favorecida. Por estabelecer-se como uma instituição fundamental da ordem capitalista, os países socialistas, claro, não estavam incluídos –¹²⁹ mas não deixariam de procurar exercer alguma influência na economia internacional. Nos anos 1960, os EUA já estariam atentos à necessidade de modificar as políticas comerciais, inclusive porque percebiam os desígnios do bloco socialista de conquistar espaço e parcerias no comércio, por fora do GATT. Assim, na “Rodada Kennedy” (1963-1967), os norte-americanos estabeleceriam uma integração mais liberalizada com a Europa, reduzindo tarifas para estimular o crescimento, e prometeriam avanços nas concessões aos países do Terceiro Mundo capitalista.¹³⁰

Enquanto a Europa, em sua nova forma integrada de negociações comerciais, a Comunidade Econômica Europeia (CEE), e os EUA rumavam ao liberalismo para os bens industriais e também ao protecionismo em relação a sua agricultura (principalmente, no caso da CEE), os países em desenvolvimento procuravam quase o perfeito oposto, e continuavam insatisfeitos com os “não-resultados” nas negociações do GATT. Embora existisse a regra da “não reciprocidade”, que significava a

¹²⁸ BERGSMAN, Joel; MALAN, Pedro. A Estrutura de Proteção Industrial no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, v. 24, n. 2, 1970. Bergsman fazia parte do grupo de pesquisadores de Berkeley que integrava o IPEA naqueles anos. Era norte-americano, e assim como Malan, formado em Engenharia Elétrica, fizera mestrado e doutorado em Stanford. HALDANE, J. B. S. et al. *Economic Research Relevant to the Formulation of National Urban Development Strategies: Volume 1*. Londres: Routledge, 2017.

¹²⁹ Jackson, John Howard. The puzzle of GATT: legal aspects of a surprising institution. Em: Jackson, John Howard. *The jurisprudence of GATT & the WTO: insights on treaty law and economic relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 17-33.

¹³⁰ COPPOLARO, Lucia. *The making of a world trading power: the European Economic Community (EEC) in the GATT Kennedy round negotiations (1963–67)*. Burlington: Ashgate, 2013, p. 33.

necessidade de tratamento especial aos países em desenvolvimento,¹³¹ e essas questões tenham sido levantadas na Rodada Kennedy, nenhum resultado oficial foi alcançado. As nações industrializadas não tinham a intenção de fazer concessões nos dois tipos de bens cruciais para os subdesenvolvidos, têxteis e produtos agrícolas e “tropicais”; e estes estavam interessados em proteger suas indústrias, sendo elas nascentes ou não.¹³²

Aos poucos, os produtos industrializados começavam a entrar na lista dos bens para os quais os subdesenvolvidos demandavam a entrada nos mercados do Primeiro Mundo, e a década presenciou um aumento decisivo da pressão dos países em desenvolvimento. Inicialmente, em 1946, o GATT possuía 23 membros, 10 subdesenvolvidos; em 1960, o número total de membros havia aumentado para 37, dos quais 16 eram países em desenvolvimento. No início de 1970, havia 77 membros, dos quais 52 eram países em desenvolvimento.¹³³

Apesar de cálculos feitos já nos anos 1970 mostrarem que os países em desenvolvimento tinham sido beneficiados com o acordo sobre a redução de tarifas estabelecido por EUA, CEE, Reino Unido e Japão para produtos industrializados (que não discriminava origens, ou seja, era geral e não só válido entre eles), pois responderam com aumento de exportações desses bens para o Primeiro Mundo, a demanda por acesso preferencial aos mercados dos desenvolvidos continuou. Na visão de alguns economistas, ao pressionar por preferências, poderiam estar buscando uma vantagem de que não precisavam, pois parecia provável que eles se beneficiariam de uma redução geral das barreiras comerciais, inclusive das suas – deveria ser esse, na verdade, o seu interesse de longo prazo.¹³⁴ Não era isso, entretanto, que entendiam os numerosos países do Terceiro Mundo com cada vez mais voz nas discussões, de tal modo que buscariam uma alternativa ao GATT, na criação da *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD) ainda durante a década de 1960 e

¹³¹ As definições de preferências comerciais já existiam no momento de criação do GATT, sob o rótulo de “*special and differential treatment*” ou “S & D treatment”.

¹³² COPPOLARO, 2013, p. 211. “O GATT funcionava como um bazar e, para obter concessões, era necessário dar-lhes em troca. As regras de não-reciprocidade marginalizaram os PMDs [países menos desenvolvidos] no jogo de negociação. Somente na Rodada Uruguai, na década de 1980, os PMDs decidiram participar mais ativamente do GATT e da liberalização do comércio internacional” (tradução nossa).

¹³³ HUDEC, Robert E. GATT and the Developing Countries. *Columbia Business Law Review*, n. 1, 1992. Embora o GATT não aprovasse as medidas por maioria de votos, o tamanho numérico do bloco de países em desenvolvimento ajudou a avançar na campanha pelo tratamento preferencial.

¹³⁴ FINGER, J. M. Effects of the Kennedy Round Tariff Concessions on the Exports of Developing Countries. *The Economic Journal*, v. 86, n. 341, 1976, p. 95. E também KREININ, Mordechai E.; FINGER, J. M. Critical Survey of the New International Economic Order. *Journal of World Trade*, v. 10, n. 6, 1976.

na Declaração da Nova Ordem Econômica Internacional nos anos 1970 – que veremos mais adiante.

Enfim, com esse pano de fundo – de uma ordem econômica capitalista internacional liderada pelos países do Primeiro Mundo, que estavam tendendo a uma liberalização gradual de seu comércio, e seguida com críticas por um grupo crescente de países que não viam como o ato de baixar suas tarifas aduaneiras poderia ajudar na difícil tarefa de gerar desenvolvimento econômico – o artigo de Bergsman e Malan recapitula as configurações e os instrumentos de proteção comercial que o Brasil praticara no pós-guerra. Às considerações sobre proteção às indústrias nacionais, somava-se o fato de que o câmbio era um recurso escasso, assim o comércio do Brasil com o exterior era limitado não só pelo desejo de garantir mercados aos produtores nacionais, mas também pelo arbítrio do governo sobre como utilizar os (relativamente) poucos dólares de que dispunha. Nesse contexto, a política cambial se confundia com a política de tarifas.

Como consta na exposição dos autores, depois da pouca duradoura liberalização do câmbio em 1946-47, de 1947 a 1953 fora aplicado um sistema de licenciamentos para importações, ou seja, a burocracia decidiria o que e quanto poderia ser importado, baseada em um ranking de prioridades. As licenças foram substituídas por leilões cambiais de 1953 a 1957, e daí até 1967 prevaleceu um sistema de tarifas, com apenas duas categorias de bens: geral e especiais – para esses últimos ainda havia leilões de divisas e o lance inicial era elevado por escolha do governo. As tarifas eram altas e se por um lado foram aplicadas com razoabilidade para os bens gerais, por outro não teriam qualquer efeito sobre a demanda por bens especiais, pois, segundo os autores, os preços do câmbio leiloados já eram proibitivos, ou seja havia uma proteção redundante e ineficaz – ao peso elevado do câmbio, adicionavam-se as tarifas, que para os bens especiais eram as mais altas.

Malan e Bergsman tinham o intuito de calcular as taxas de proteção efetiva, mas essas não eram tão simples de serem calculadas, era preciso fazer a comparação do conjunto de preços real na economia com o conjunto de um cenário contrafactual de livre comércio. O problema é que na passagem para um contexto de livre-comércio, não só as tarifas seriam suprimidas, como haveria a consequência de a taxa de câmbio se alterar, o que implicaria novos preços relativos e uma significativa mudança na configuração dos níveis de competitividade. Era necessário, então, saber até onde se alteraria a taxa de câmbio num ambiente liberalizado.

Sabe-se que esta fica em algum ponto entre a taxa de câmbio real para exportação e a taxa de câmbio real para importação, incluída nesta as tarifas. Tudo o que se pode fazer é utilizar a melhor avaliação das respostas a variações de preço (e outras) e obter estimativas da estrutura de proteção relativamente à taxa de pseudo-livre comércio.¹³⁵

Esse tipo de cálculo contrafactual passou a ser bastante utilizado a partir da década de 1960. No caso do contrafactual-livre-comércio, servia tanto para a estimação dos níveis de “distorção” e indicar as melhores opções de política cambial e tarifária em direção a uma economia menos fechada, quanto para serem utilizados como instrumentos de avaliação de projetos de investimento (com o mesmo objetivo implícito) – como veremos adiante em um artigo de Bacha e Lance Taylor.

Após fazerem algumas ressalvas sobre a possível falta de precisão das estimativas numéricas, Bergsman e Malan apresentam diversas tabelas com resultados que parecem confirmar que, de junho de 1966 a abril de 1967, havia ocorrido uma redução tanto da proteção sobre produto quanto da proteção efetiva. O resultado significava que a – não mencionada no texto – gestão econômica do governo Castelo Branco, liderada por Bulhões e Campos, tivera algum êxito em sua intenção de reverter a tendência prevalecente no país, a qual era de garantir os mercados internos para aos produtores brasileiros, e não incentivar a indústria a competir nos mercados internacionais.

Em suma, segundo a leitura dos autores, havia ainda um elevado protecionismo concedido às atividades produtivas domésticas, principalmente às já bem estabelecidas, e isso em uma estrutura desigual entre os setores: “geralmente baixa proteção para matérias primas, mais elevada para bens de capital, mais elevada ainda para bens intermediários e a mais alta proteção para bens de consumo final”.¹³⁶ O que era complementado por uma tendenciosidade contra as exportações, também de produtos primários, mas principalmente de manufaturados, exercida por meio de uma taxa de câmbio sobrevalorizada, que apesar de “extremamente útil para o caso do café, foi certamente desastrosa para todas outras exportações”.

Para exportação de manufaturados, a tendenciosidade é ainda maior. Não seria preciso ir mais a fundo para compreender porque o Brasil apresenta tão reduzidas exportações regulares de manufaturas (...)

¹³⁵ Apresentam a partir de cálculos estatísticos estimativas para as porcentagens das desvalorizações da taxa de câmbio quando o cenário fosse o de livre comércio (sem tarifas), propondo 5 cenários com combinações de elasticidades de exportações e importações diferentes que foram obtidas a partir de regressões com dados de 1946-1966.

¹³⁶ BERGSMAN; MALAN, 1970, pp. 132-133.

A proteção extremamente elevada permitida a muitos processos de produção, ao que tudo indica, é de difícil justificação. Se qualquer teto é arbitrário, isto não significa que nenhum teto é apropriado. Por mais que se acredite em argumentos tipo *infant industry*, economias externas, efeitos de aprendizado, etc., ainda resta por responder se é benefício para o Brasil proteger indústrias que requerem, por exemplo, mais de 100 por cento de proteção efetiva.

Se a proteção é um instrumento útil e poderoso na criação de indústrias internas, não é contudo um instrumento tão útil para desenvolver uma indústria que deve se formar competitiva em período razoável de tempo. As tarifas ajudam a induzir o investimento doméstico e a torná-lo mais lucrativo, porém reduzem a motivação pela eficiência. Esta, mesmo a longo prazo, tem sido de importância secundária enquanto objetivo das políticas de industrialização no Brasil.¹³⁷

As tendenciosidades contra a exportação haviam sido reduzidas nas reformas de 1966-67, porém ainda continuavam altas, e o futuro não se mostrava promissor, pois reduções nos custos e proteções eram “algo muito raramente considerado”.¹³⁸ Esse era um fato preocupante pois as políticas que de fato o país deveria adotar eram: a) redução da disposição em cascata e da proteção excessivamente elevada concedida a alguns setores; b) uma real desvalorização no sentido da taxa de câmbio de livre comércio; e finalmente c) a promoção de exportações de produtos manufaturados. Um novo sistema que ainda provesse proteção, mas em um grau um pouco menor e mais organizado, retirando o peso redundante sobre as importações “especiais” e minimizando o “efeito cascata” das tarifas, seria desejável e

teria a grande vantagem de deixar explícito que a estrutura tarifária destinar-se-ia, basicamente, a objetivos básicos de desenvolvimento, e não a contornar problemas circunstanciais de balanço de pagamentos ou a simplesmente responder a pressões de grupos industriais específicos. (...)

Redução de proteção demasiadamente elevada, e condições para reduzir custos, são, ambas condições necessárias para que a indústria brasileira se torne mais eficiente. Em qualquer caso, a política comercial deve ter como meta competitividade futura e redução das ineficiências correntes, e não um indefinidamente continuado suporte à produção aos custos elevados.¹³⁹

Importante notar que se as reformas tarifárias de Bulhões e Campos deram um passo em direção a uma economia menos fechada, esse não será exatamente o caso dos governos militares seguintes: apesar de uma nova política de câmbio, de minidesvalorizações, as importações continuaram fortemente taxadas. Nesse sentido, os governos seguintes serão, de fato, bastante “nacional-desenvolvimentistas”, mesmo que fossem “não trabalhistas”. Apesar do tom contundente desse artigo aqui analisado, as críticas de Malan aos próximos governos militares será menos pela via da oposição ao

¹³⁷ BERGSMAN; MALAN, 1970, pp. 133-134

¹³⁸ BERGSMAN; MALAN, 1970, p. 128

¹³⁹ BERGSMAN; MALAN, 1970, pp. 137 e 139.

fechamento exacerbado da economia que pelo lado da questão da distribuição de renda e do endividamento externo.¹⁴⁰

Malan cumpriria suas funções de pesquisador tanto no “laboratório”, calculando, quanto no campo. Em 1969, por exemplo, foi enviado ao Nordeste junto a Davi Goodman para realizar um levantamento de tudo que já fora realizado na região “em termos de desenvolvimento industrial, com o objetivo de possibilitar aos órgãos governamentais um conhecimento exato das inversões de capital”. Os dois comunicam-se com a SUDENE, passam por Recife e depois vão a Fortaleza, travando contato com os burocratas dos bancos e órgãos regionais, coletando dados e informações para a pesquisa sobre a industrialização no Nordeste.¹⁴¹

Dentro do IPEA, Malan se aproximaria de Albert Fishlow, pesquisador grupo de Berkeley que chegara em agosto de 1967 à instituição. Após o Ato Institucional Número 5, o economista americano voltaria para os EUA em 1969.¹⁴² Nesse mesmo ano, Malan se candidataria para o doutorado em algumas universidades dos EUA e da Inglaterra, e seria aceito em Oxford e em Berkeley, para onde parte em agosto de 1969. Lá, receberá a orientação justamente de Fishlow em sua pesquisa, tendo mais uma vez Bonelli como companheiro de estudos.

Pós-Graduação: Estados Unidos, parada obrigatória

O fato de estudantes latino-americanos darem início a um doutorado em economia no exterior na década de 1960 era algo mais que o resultado da confluência entre os interesses desses alunos e os das instituições acadêmicas que os recebiam. É certo que os EUA eram – como continuam sendo – um centro irradiador de conhecimento e “atraidor de cérebros”, e que havia processos para seleção de alunos com maior dedicação e destaque. Contudo, não há como escapar ao fato de que àquele momento, em que os EUA acentuaram sua política de atração de estudantes e pesquisadores em todas as áreas, as oportunidades de pós-graduação também foram diretamente influenciadas pela geopolítica.

¹⁴⁰ Parece interessante tentar entender como esse posicionamento a favor de mais competitividade se encaixaria com os argumentos a favor de incentivos a investimentos em indústrias e projetos trabalho-intensivos (ou seja, menos competitivos). A mesma questão se colocará a Bacha, como veremos.

¹⁴¹ “Técnicos vieram ver como Nordeste está empregando investimentos industriais”. *Diário de Pernambuco*, 14 maio 1969, p. 7. Ver também *Diário de Pernambuco*, 29 maio 1969, p. 7.

¹⁴² D'ARAUJO; FARIAS; HIPOLITO, 2005, p. 51.

Os auxílios como bolsas a estudantes estrangeiros e mesmo o envio de técnicos aos países em desenvolvimento, que se tornaram a “regra” nos anos 1960, são parte integrante daquilo que ao final do século XX seria descrito como *soft power* por Joseph Nye.¹⁴³ Políticas que visavam ter um impacto gradual e duradouro no intento de trazer os países, principalmente subdesenvolvidos, a compartilhar determinadas ideias, modos de pensar e agir oriundas do país hegemônico, os Estados Unidos. Os esforços foram grandes nesse sentido e envolveram a cooperação entre os setores público e privado dos EUA na construção do poder e das influências norte-americanas no globo. Algumas instituições não-estatais chegaram a funcionar virtualmente como uma extensão do aparato governo, como por exemplo a Fundação Ford.¹⁴⁴

Ao olhar-se para a história do conhecimento e da ciência na América Latina no século XX, percebe-se que influência norte-americana foi significativa. No Brasil, tanto na área de exatas quanto na de humanas, a participação dos EUA foi fundamental para a formação e organização de programas de pós-graduação e das associações nacionais desses programas, pois muitas surgiram a partir do trabalho de profissionais brasileiros em cooperação com profissionais norte-americanos.¹⁴⁵ Para falar da influência que as relações entre Brasil e Estados Unidos tiveram na trajetória de Malan e Bacha, é necessário ilustrar brevemente certos acontecimentos da década de 1960.

Ao despertar da Guerra Fria (1946-1950), o alinhamento geopolítico brasileiro com os americanos não destoaria do histórico das relações entre as duas nações – era a política externa americana para os países da América Latina. Mesmo com a suspensão de suportes técnicos e financeiros a partir do início do governo Eisenhower em 1953, o Brasil ainda estaria de certa forma pacificamente dentro da zona de influência, e essa parecia ser uma situação confortável para os norte-americanos, que tinham um diagnóstico similar para o restante da América Latina. No entanto, o período entre o final dos 1950 e início dos 1960 veio a ser o mais conturbado da oposição entre as potências capitalista e socialista, e de forma grave no que dizia respeito à influência sobre os países latino-americanos e o futuro de suas sociedades: a Revolução Cubana ocorre em 1959 e a crise dos mísseis em outubro de 1962.

¹⁴³ NYE, Joseph S. *Soft power. Foreign policy*, n. 80, 1990, p. 153-171.

¹⁴⁴ BU, Liping. Educational exchange and cultural diplomacy in the Cold War. *Journal of American Studies*, v. 33, n. 3, 1999, p. 415.

¹⁴⁵ Ver, por exemplo, DOS SANTOS, Cássio Miranda. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. *Educação & sociedade*, v. 24, n. 83, 2003.

Naquele início da década de 1960, parte da classe política brasileira começou – ou recomeçou – a apresentar uma ideia de independência em suas relações externas, o que queria dizer que o Brasil passaria a dialogar em seus próprios termos com os países socialistas – mesmo que o significado desses “próprios termos” não fosse claro. Experimentaram-se flertes com o socialismo: na onda de popularidade de Che Guevara, Jânio Quadros lhe dá a medalha da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul; e em novembro de 1961, Goulart reatava relações diplomáticas com a URSS – dentre outros acontecimentos no mesmo sentido.¹⁴⁶ E mesmo que em realidade àquele momento não se houvesse constituído nenhum grande “perigo vermelho”, muitos entendiam que era válido preocupar-se com a sombra comunista e, ainda mais, combatê-la.

Sob o governo dos democratas John F. Kennedy e Lyndon B. Johnson, as políticas ativas de aproximação dos EUA para com o Brasil ganham ainda maior intensidade que as observadas na transição 1940-50 e terão grande relevância na década de 1960 – a relação entre os dois países apresentará substancial harmonia após a tomada de poder pelos militares em 1964. Além de oportunidades financeiras, comerciais e de cooperação militar e tecnológica, nesse momento de *contribuição cooptativa* da diplomacia norte-americana, apareceram também oportunidades acadêmicas.¹⁴⁷

O momento era de luta contra as ideias comunistas em muitas frentes. Como W. W. Rostow falava, em 1961, a uma plateia de oficiais militares de países aliados dos EUA: era necessário lutar com as ideias contra a expansão do comunismo e não só com armas bélicas.¹⁴⁸ Uma das “armas intelectuais” lançadas foi a teoria (ideologia) da modernização, segundo a qual seria possível aos países pobres se modernizarem sem revoluções, sem grandes conflitos. E nesse caminho, os EUA se tornariam aliados, pois seria criada uma nova e mais construtiva “relação pós-colonial entre as metades do Norte e do Sul do mundo livre”: uma nova parceria entre homens livres - ricos e pobres. Descrevendo a modernização como um processo benevolente, universal, científica e historicamente comprovado, cientistas sociais, políticos e a mídia nacional norte-americana procuravam suprimir a ideia de que o poder dos EUA fosse imperialista. E de fato, estavam convencidos de que essa interação sob seus desígnios

¹⁴⁶ MOTTA, R. P. S. O Perigo é Vermelho e vem de Fora: O Brasil e a URSS. *Locus*, v. 13, n. 2, 2007. Ver também LOUREIRO, Felipe. “Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart”. São Paulo: FFLCH/USP. Tese de Doutorado, 2012.

¹⁴⁷ Nye utiliza o termo “poder cooptativo”.

¹⁴⁸ LATHAM, Michael E. *Modernization as ideology: American social science and "nation building" in the Kennedy era*. London: Univ of North Carolina Press, 2000, p. 2.

seria o melhor para os subdesenvolvidos e para os do primeiro mundo, de modo que lançaram diversos programas de cooperação.¹⁴⁹

O programa Aliança para o Progresso começou em março de 1961, quase no mesmo momento da posse de Jânio Quadros, e foi o resultado de diversos fatores – incluindo certas demandas dos países latino-americanos, ansiedades estratégicas, preocupações com movimentos militares e esforços para moldar os laços no continente. Assim, uma das ideias basilares do programa era tentar garantir que o perigoso “período de transição” fosse feito sem revoluções sociais que impedissem o processo devido.¹⁵⁰

Ainda em 1961, o John F. Kennedy assinaria a Lei de Assistência ao Exterior, criando a USAID. Com o início dos trabalhos dessa instituição, as oportunidades de assistência internacional ao desenvolvimento cresceram tremendamente. O discurso do presidente em março de 1961 mostrava o alto otimismo que tinham: ao final da década, pretendia-se acabar com a fome e prover educação básica universal, deixar o controle do progresso nas mãos das nações, que alcançariam um crescimento autossustentado em sistemas democráticos. O tempo dos governos de Kennedy e Johnson tornou-se conhecido como a “década do desenvolvimento”.¹⁵¹

No governo dos dois democratas, alguns intelectuais tiveram papel importante na luta contra a expansão do comunismo. Por exemplo, Rostow, que era o professor e pesquisador no MIT, foi trabalhar como conselheiro na Casa Branca e no departamento de relações internacionais; assim como Lincoln Gordon, economista de Harvard, licenciou-se da instituição e se juntou à força tarefa do governo Kennedy, tornando-se embaixador norte-americano no Brasil do final de 1961 ao início de 1966.

Se a política norte-americana para com o Brasil sustentava um sentido que classificamos como “cooptativo”, não resta subentendido que estudantes que seguiram o caminho da pós-graduação nos EUA tiveram suas mentes “cooptadas” pelo imperialismo (ou similares), como talvez seria a leitura mais pobre ou enviesada dos fatos. Por certo, os EUA não financiavam estudantes para aprenderem e melhorarem técnicas de planificação soviéticas dentro de universidades como Harvard, Yale etc. (e nem os jovens que se propunham a estudar lá gostariam que assim fosse); mas também não impunham uma camisa de força pró-capitalista à sua academia e intelectualidade. Apesar do espectro do McCarthyismo dos anos 1950, em meio às ideologias pró-

¹⁴⁹ LATHAM, 2000, p. 16.

¹⁵⁰ LATHAM, 2000, p. 71.

¹⁵¹ LATHAM, 2000, p. 81.

capitalistas de “combate” ao comunismo, também haveria diversidade a partir dos anos 1960.

A realidade norte-americana

Não seria equivocado afirmar que todas as décadas do século XX poderiam ser descritas com certos eventos marcantes e fatos que alteraram com força o decorrer histórico. A década de 1960, porém, é vista pela historiografia como um período de mudanças ainda mais intensas e “abruptas”, que se dão essencialmente no campo cultural, comportamental e intelectual, e originam-se nos países do Primeiro Mundo. Nos EUA, entre a eleição de John Kennedy em 1960 e o primeiro mandato de Richard Nixon (1969-1972), a sociedade norte-americana passa por uma espécie turbilhão, com diversos movimentos políticos e culturais, que resultaram tanto em leis progressistas quanto em violência e assassinatos, e com o envolvimento em uma guerra na Ásia, como veremos brevemente.¹⁵² Tendo como pano de fundo essas movimentações políticas agitadas que se espalharam rapidamente no período, Edmar Bacha e Pedro Malan terão sua experiência de serem estudantes em importantes universidades.

Bacha chega no segundo semestre de 1964 aos EUA, sob a presidência do democrata Lyndon Johnson – sendo vice de John F. Kennedy, assassinado em 1963, Johnson assumira o cargo – que estava em campanha eleitoral buscando sua permanência até 1968, e a conquistou com ampla vantagem nos votos. Antes da campanha, em julho de 1964, acabara de assinar e promulgar a Lei dos Direitos Civis, a qual eliminava oficialmente as políticas de segregação racial ainda permitidas no país – a Marcha sobre Washington havia ocorrido em agosto 1963, tendo demonstrado a força expressiva dos movimentos políticos antissegregação e amplificado a nível nacional a figura de Martin Luther King Jr., pastor evangélico e um dos principais líderes do movimento negro. Fazendo crescer essa onda progressista, Johnson colocaria em prática o programa *Great Society*, um conjunto amplo de políticas públicas internas voltadas para a redução da pobreza e da desigualdade econômica e racial, com medidas efetivas

¹⁵² Para uma visão geral da história política e social dos EUA nos anos 1960, Ver SUNDQUIST, James. *Politics and policy: the Eisenhower, Kennedy, and Johnson years*. Washington: Brookings Institution Press, 2010; LYTLE, Mark Hamilton. *America's uncivil wars: the sixties era from Elvis to the fall of Richard Nixon*. Nova York: Oxford University Press, 2005. E ainda KUTULAS, Judy. *After Aquarius Dawned: How the Revolutions of the Sixties Became the Popular Culture of the Seventies*. UNC Press Books, 2017.

para maior acesso à educação e à saúde.¹⁵³ Dentre as muitas promessas que se colocaram na primeira metade dos anos 1960, uma de bastante apelo era que o Estado conseguiria sanar os problemas sociais.

Dois outros fatos históricos terão muita importância e apresentarão uma espécie de “vida paralela” entre 1960 e 1970. Ainda na primeira metade da década, começaram a surgir movimentos libertários de estudantes que questionavam as hierarquias, a moral tradicional da sociedade, a opressão das minorias, com seus protestos políticos e expressões artísticas destacadas. Nesse mesmo momento, rebentavam as primeiras ocorrências contundentes na Indochina, que prenunciavam a escalada do conflito armado. A Guerra do Vietnam e os movimentos políticos insuflados pelos jovens serão duas faces do processo em curso claro nos EUA a partir de 1963-64.

Cinco anos depois, no segundo semestre de 1969, Pedro Malan se depara com um cenário ainda bastante conturbado, sob o governo do republicano Richard Nixon, empossado em janeiro daquele ano. Martin Luther King Jr. já era uma figura a ser recordada, pois havia sido assassinado em abril de 1968 – poucos meses antes do homicídio do possível candidato à presidência, o democrata Robert Kennedy, político popular e irmão do ex-presidente. O movimento negro mantivera sua atuação nesses anos para fazer valer as leis promulgadas, isto é, para garantir que a igualdade racial fosse de fato alcançada – assim, também evoluíra em direções mais radicais, como, por exemplo, as sustentadas por Malcolm X, que também fora assassinado, ainda em 1965. Ao findar da década, novos grupos que reivindicavam direitos estavam construindo sua identidade: de latinos e de homossexuais, o movimento feminista, já existente, também ganharia novo e grande fôlego – e ainda os movimentos ecológicos. Mesmo que perturbada pelos ataques reacionários, a onda cultural libertária alcançará seu pico no festival de Woodstock em agosto de 1969, mas começará imediatamente sua queda como ideal revolucionário-pacífico, como exposto na violência entre os próprios jovens no festival de Altamont em dezembro do mesmo ano.

Na entrada dos anos 1970, surgiam questionamentos internos e ocorria a fragmentação do que anteriormente parecia um todo em marcha progressista. Contudo, ainda havia um grande alvo para a unificação da reivindicação política antiviência: a

¹⁵³ Criticado pelos radicais de esquerda e direita, e apenas retoricamente pelos direitistas tradicionais, o programa teve uma avaliação geral mais positiva que negativa, com políticas que se mantêm até hoje, como os sistemas *Medicare* e *Medicaid*. Estudiosos concordam em grande parte que os programas de Johnson aumentaram os benefícios da Previdência Social, auxiliando os idosos pobres; e assistiu afro-americanos na década de 1960, cuja renda cresceu cerca de 50% na década. A porcentagem de famílias que viviam na pobreza também diminuiu.

Guerra do Vietnam era o assunto que tendia a dominar as discussões políticas. Foi prometendo acabar com o conflito que Nixon se elegera em 1968 – vencendo tanto o candidato democrata Hubert Humpfrey, quanto o candidato do partido independente, George Wallace, defensor da segregação racial que conseguiu maioria em 5 estados do Sul.

Se em termos políticos o que se relata é uma convulsão social, em termos estritamente econômicos a sociedade norte-americana viveu tempos de prosperidade sem sobressaltos. Seguiu-se a tendência dos anos 1950, de crescente consenso entre economistas e políticos em torno da necessidade de atuação do Estado e do crescimento do gasto público. Para os EUA, assim como para os outros países do Primeiro Mundo, os anos 1960 foram mais uma década de aumento dos gastos do governo e do déficit público, feito de forma “consciente” com vistas, não só, mas principalmente, a manter o emprego e o crescimento.¹⁵⁴ A média do gasto público como porcentagem do PIB passou de cerca de 28% para cerca de 43% nos países da OCDE entre o ano de 1960 e o de 1980 – apesar de o crescimento ter sido mais modesto nos EUA, os gastos aumentaram em quase 5% sua participação no produto total: de 27 para 31,4. Considerando somente as transferências sociais (pensões, saúde, seguro desemprego etc.) os números dos EUA são mais próximos aos da média dos países da OCDE, passaram de 7% em 1960 para 15% em 1980. Dado que o PIB per capita norte-americano era cerca de duas vezes a média dos países europeus e Japão por volta de 1970, o mesmo nível aumento percentual se tornaria um ganho maior de transferências reais nos EUA, isto é, o crescimento absoluto per capita dos gastos norte-americanos com políticas sociais foram tão grandes quanto ou maiores que o dos países europeus.¹⁵⁵

Em sintonia com a prática, no campo da ciência econômica, mais precisamente na macroeconomia, ocorria a dominância da curva de Phillips, segundo a qual existia uma relação inversa entre inflação e nível de desemprego. A economia neoclássico-keynesiana tornara-se popular e justificava a atuação direta governamental na forma de políticas anticíclicas ou de estabilização; o que teria no *fine-tuning* fiscal a sua versão mais confiante no intervencionismo.¹⁵⁶ Do “outro lado”, aparecia com significativa

¹⁵⁴ TANZI, Vito; SCHUKNECHT, Ludger. *Public Spending in the 20th Century: A Global Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, pp. 10-13.

¹⁵⁵ TANZI, Vito. *Government versus markets: The changing economic role of the state*. Cambridge University Press, 2011, pp. 9-10.

¹⁵⁶ Fine tuning: através de seus poderes fiscais e monetários, o governo poderia fazer “ajustes (finos)” na economia, a fim de eliminar as flutuações econômicas, tão presentes até 1940, de uma vez. Sobre o fine-tuning ser ou não ser condizente com o keynesianismo, ver, por exemplo, SMITHIN, J. *Macroeconomic*

relevância a “Escola de Chicago” e suas proposições monetaristas. O monetarismo tinha mais força no debate interno das economias nacionais, mas se espalhava para as discussões sobre economia internacional também, como veremos nas ideias que Malan critica em sua tese na década seguinte.

A razoável liberdade intelectual que surgirá nos anos 1960 no campo da ciência econômica contrastava com a anterior “histeria” da década de 1950, quando sob o influxo do McCarthyismo mais de 30 Estados da federação americana “exigiram que acadêmicos nas universidades públicas fizessem juramentos de lealdade”, e os que se recusassem, independentemente do motivo, perderiam seus empregos.¹⁵⁷ A *American Economic Association* (AEA) chegou inclusive a colaborar com o FBI em suas investigações sobre subversivos, assim como outras associações de acadêmicos norte-americanas. Criou-se um “lista negra” com os nomes dos intelectuais radicais, para que não fossem contratados – assim, muitos deixaram a academia ou foram embora do país.¹⁵⁸

Os juramentos de lealdade foram perdendo força e são declarados inconstitucionais em 1967.¹⁵⁹ Se comparada aos anos 1980 e 1990, a ciência econômica ainda apresentava um caráter razoavelmente plural, no sentido de que o *mainstream* estava de certa forma mais aberto a discussões que extrapolavam a “ciência econômica hard”, com suas hipóteses um tanto rígidas e matematizações, por vezes demasiadamente complexas. Até mesmo pelo cenário internacional heterogêneo – no qual existiam países socialistas e países vistos como ainda por consolidarem conformações sociais, políticas e econômicas –, e por ainda estarem vivos e atuantes intelectuais respeitados que tinham formações e origens nacionais e acadêmicas diversas. Então existiam alguns espaços para os não-ortodoxos se fixarem institucionalmente, convivendo e debatendo dentro e fora o *mainstream*. Mesmo que, de uma perspectiva mais radical, o que se enxergasse fosse uma dominância quase absoluta da ortodoxia.¹⁶⁰

Policy and the Future of Capitalism: The Revenge of the Rentiers and the Threat to Prosperity. Aldershot, UK: Edward Elgar, 1996, pp. 56-58.

¹⁵⁷ LEE, Frederic. *A history of heterodox economics: challenging the mainstream in the twentieth century*. Nova York: Routledge, 2009, p. 36.

¹⁵⁸ Lee, 2009, p. 37. Segundo o relato, um pouco radicalizado de Frederic Lee, uns silenciaram, outros foram perseguidos, outros morreram (homicídio e suicídio). Casos de censura que ocorreram com intelectuais hoje bem conhecidos foram “Stanford contra Paul Baran” e “Harvard contra Samuel Bowles”.
¹⁵⁹ “Embora o governo dos EUA ainda usasse o Acto McCarran-Walter para impedir que economistas marxistas-radicais entrassem no país”, Lee, 2009, p. 38.

¹⁶⁰ “Assim, o domínio neoclássico e o anti-pluralismo do período anterior à guerra continuaram na década de 1960, o que significou que dos 10,784 doutores produzidos de 1941 a 1970, provavelmente menos de

Nesse ambiente em que culturalmente ocorria uma convulsão e existindo essa liberdade minimizada e aparentemente reprimida nas ciências econômicas, parecia haver espaço para radicais aflorarem na área de economia, influenciados por toda aquela onda progressista, e requisitarem voz dentro do campo, inclusive nas instituições oficiais. A *Union for Radical Political Economics* (URPE) é formada em 1968, e adentrará os anos 1970 com suas causas políticas e questionamentos intelectuais à produção do conhecimento econômico e à profissão do economista.¹⁶¹ Bacha se envolveria com as ideias radicais ao longo da década de 1970, dialogando com as tendências do “centro” e também trazendo perspectivas radicais para analisar o contexto brasileiro.

A partir do estabelecimento da revista dos radicais, *Review of Radical Political Economics*, criou-se um canal de interação intelectual entre os não-ortodoxos. E, assim, de menos de 50 membros (entre pesquisadores e alunos) em 1968, a URPE alcançará mais de 950 em meados de 1971, e ultrapassará os 1600 em 1975 – sendo que havia cerca de 15.000 economistas nos EUA em 1970, a maioria ligada ao neoclassicismo e membro da AEA.¹⁶² Segundo Lee, ao final da década de 1960, os economistas neoclássicos pareciam estar “na defensiva”, pois estavam tendo de se acostumar com algumas pautas da heterodoxia, no entanto, na década seguinte viriam a ser criados os rankings de periódicos e departamentos, que em sua visão foram os mecanismos de controle social mais potentes da ortodoxia, que estabeleceram “critérios ‘objetivos’ para atacar economistas heterodoxos e varrer a heterodoxia dos departamentos econômicos e programas de pós-graduação”.¹⁶³ Ainda assim, pós-keynesianos surgiram nos EUA na década de 1970, ensinando teorias e modelos baseados nas ideias dos “pos-keynesianos originais”, de Cambridge, como Kaldor e Robinson, ou ainda apresentando ideias próximas mas com traços singulares como as de Sidney Weintraub.¹⁶⁴

três por cento tinham alguma exposição real à economia heterodoxa. Mais especificamente, dos melhores programas de doutorado, apenas Columbia, Michigan, Yale e Harvard tiveram alguma promoção significativa da economia heterodoxa no final da década de 1960 até 1974”. Lee, 2009, pp. 40-41.

¹⁶¹ MATA, Tiago Jorge Fernandes. *Dissent in economics: Making radical political economics and post Keynesian economics, 1960-1980*. Londres: London School of Economics and Political Science, PhD Thesis, 2006. E também TINEL, Bruno. *A quoi servent les patrons: Marglin et les radicaux américains*. Lyon: ENS éditions, 2004.

¹⁶² LEE, 2009, p. 63.

¹⁶³ LEE, 2009, pp. 42 e 67.

¹⁶⁴ O termo “pós-keynesianos” se consolida, de fato, entre 1973-75: “Finally, with the publication of Eichner’s and Kregel’s 1975 *Journal of Economic Literature* (JEL) article “An Essay on Post-Keynesian Theory: a new paradigm in economics” the term became widely accepted as the name for the new paradigm”, em LEE, 2009, p. 82. Ver também WEINTRAUB, E. Roy. Sidney Weintraub and American Post Keynesianism: 1938-1970. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 37, n. 1, 2014.

Enfim, fazer pós-graduação nos EUA não significava que, após a titulação, voltariam ao Brasil com a cabeça moldada, referências trocadas, por economistas ou correntes de pensamento americanos, radicais ou conservadores. Até porque as pesquisas de Bacha e Malan tinham, e continuaram tendo, como foco a economia brasileira – ainda que Bacha tenha publicado com um pouco mais de diversidade. Na verdade, havia no Brasil um ambiente de desenvolvimentismo e compromisso com o planejamento, com destaque para ideias estruturalistas no campo da esquerda, as quais qualquer um que desejasse se inteirar do debate público sobre os rumos do país não poderia ignorar. Ambiente com o qual Bacha já tomara contato desde a graduação, e no qual Pedro Malan estava imerso por ser pesquisador do IPEA oriundo do curso Cepal-BNDE. No caso das influências norte-americanas, o que ocorre é a assimilação de técnicas, teorias e debates que tinham nos EUA seu principal centro irradiador, e então diversos tipos de adaptação (seleção, aceitação, recusa) e aplicação ao contexto brasileiro, em um processo dinâmico, isto é, mutável ao longo dos anos.

Bacha em Yale

Quando Edmar Bacha chega a Yale, havia variados tipos de possíveis orientadores, e parecia haver uma relativa aceitação do pluralismo no ambiente universitário e na pesquisa econômica lá realizada. Sobre isso, é interessante relatar a ida de Celso Furtado para lá no mesmo momento, setembro de 1964,¹⁶⁵ convidado a participar de atividades intelectuais no *Economic Growth Center* (EGC), criado em Yale em 1961, no qual se procurava estudar as economias nacionais do Terceiro Mundo, seu processo de desenvolvimento e suas relações com os países desenvolvidos, com certa pluralidade.¹⁶⁶

Ao falar sobre o EGC em sua *Obra autobiográfica*,¹⁶⁷ Furtado transparece um pouco ambíguo. Ao mesmo tempo em que diz existirem ali bons pesquisadores, como Carlos Diaz Alejandro, e mesmo alguns que o influenciaram, como Stephen Hymer,¹⁶⁸ afirma também que ali existia uma visão um tanto dogmática predominante. Werner

¹⁶⁵ Ver dado em http://www.centrocelsofurtado.org.br/geral.php?ID_M=483, acesso em 08/03/2019.

¹⁶⁶ O centro continua ativo e com a mesma proposta, segundo sua página na internet, disponível em <https://egcenter.economics.yale.edu/>, acesso em 08/03/2019.

¹⁶⁷ FURTADO, C. *Obra autobiográfica: fantasia organizada, a fantasia desfeita, os ares do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

¹⁶⁸ Stephen Hymer teria influenciado Furtado no sentido de fazê-lo perceber a crescente importância das empresas transnacionais para as relações econômicas entre os países, principalmente entre centro e periferias. Hymer havia sido orientado por Charles Kindleberger em seu PhD no MIT, e após lecionar em Yale, transfere-se para a New School for Social Research.

Baer e sua análise da América Latina não teriam sido valorizados pelas figuras influentes do Centro, no qual o senso comum dizia que “trabalhar fora do paradigma do equilíbrio geral era autodesqualificar-se”. Quem, como Furtado, quisesse trabalhar com o conceito de “excedente” seria taxado de marxista, e sofreria as consequências disso, o desprestígio entre os pares.¹⁶⁹

A descrição é de um eixo central que se deixava permear por certas tendências variadas, de modo que parece justa uma caracterização de Yale como uma escola de pluralidade relativa, talvez bem representativa da “média das posturas” das instituições acadêmicas de economia norte-americanas. O que o relato de Frederic Lee confirma: havia espaço para heterodoxos em Yale nos anos 1960, que acabou por ser ampliado em 1970, ainda que continuasse como um parcela alternativa do departamento.¹⁷⁰

Edmar Bacha, contudo, não fará sua pesquisa com o pessoal do Centro, mas sim com Marc Nerlove, um econometrista de Yale vindo do MIT, que já tinha renome na área, apesar de jovem. Nerlove trabalhava com modelos econométricos de análise da economia agrícola e de mercados de commodities, e seus estudos ganhavam destaque a ponto de lhe render em 1969 a medalha John Bates Clark.¹⁷¹ A pesquisa de Bacha seria sobre o mercado internacional de café, com vistas a entender o seu funcionamento e a inserção do Brasil nesse comércio. Da teoria à prática, o interesse se justificava no sentido de que o café ainda era o principal produto de exportação do Brasil em meados dos anos 1960, e a política de preços do café continuava a ser muito importante para “maximizar” o valor da receita em dólares, o que ajudava a suprir as divisas necessárias para as importações, fundamentais ao processo de industrialização brasileiro. O intuito de Bacha seria encontrar um modelo com diversas equações de produção (oferta) e consumo (demanda), em um formato de equilíbrio geral.

Nos meses finais de 1966, no terceiro ano de Bacha em Yale, ocorre a publicação de seu primeiro artigo: *Comparación entre la productividad industrial de*

¹⁶⁹ FURTADO, 2014.

¹⁷⁰ LEE, 2009, p. 74.

¹⁷¹ A medalha John Bates Clark é dada pela *American Economic Association* a economistas com menos de 40 anos que tenham se destacado na produção acadêmica – de 1947 a 2007 foi um prêmio bianual, sendo anual hoje em dia. Entre os premiados constam diversos economistas muito conhecidos, como Paul Samuelson (1947), Milton Friedman (1951), Robert Solow (1961), Paul Krugman (1991), dentre outros. Disponível em <https://www.aeaweb.org/about-aea/honors-awards/bates-clark>, acesso em 08/03/2019. Eram trabalhos de Nerlove à época, por exemplo: NERLOVE, M. Estimates of the Elasticities of Supply of Selected Agricultural Commodities. *Journal of Farm Economics*, 38, 1956, p. 496-509; _____. *The Dynamics of Supply Estimation of Farmers' Response to Prices*. Baltimore: The Johns Hopkins Press, 1958a; _____. Distributed Lags and Estimation of Long-Run Supply and Demand Elasticities: Theoretical Consideration. *Journal of Farm Economics*, 40, 1958b, 301-314.

México y de los Estados Unidos – provavelmente elaborado ao longo de 1965, antes de se debruçar especificamente sobre o tema do café.¹⁷² A ideia do artigo era seguir a interpretação e o teste realizados por Díaz Alejandro – seu professor à época – em artigo publicado no ano anterior.¹⁷³ A “hipótese modificada de Hirschman”, formulada por Díaz Alejandro a partir de um trecho do livro *The Strategy of Economic Development*,¹⁷⁴ é o que está em questão: a hipótese é que a tecnologia moderna incorporada ao capital elevaria a eficiência da gestão e do trabalho, e que esse efeito seria de particular importância para as economias subdesenvolvidas, onde as tarefas de coordenação e de cooperação enfrentavam dificuldades especiais.

Os países subdesenvolvidos teriam em suas indústrias trabalho-intensivas uma produtividade muito menor que a dos países desenvolvidos nessas mesmas indústrias, enquanto naquelas em que o capital é intensivo as produtividades dos dois tipos de países se aproximariam. Díaz Alejandro fez a comparação entre Argentina e EUA e sua conclusão foi de que a hipótese se confirmava, o capital do setor capital-intensivo tenderia mesmo a diminuir as diferenças de produtividade. Já Bacha, realizando algumas regressões com os dados que dispunha de México e EUA, conclui de que quaisquer que fossem as influências, “a maior intensidade de capital parece ter resultado em uma diferença menor na produtividade do trabalho”, e que isso se deve a uma maior semelhança nas proporções de fatores em indústrias de capital intensivo”.¹⁷⁵

Seu primeiro artigo publicado nos informa de algumas características desse início de atividades como acadêmico na altura de seus 23-24 anos: o esperado contato e o diálogo a literatura da economia do desenvolvimento, o domínio das técnicas para realizar testes estatístico-econômicos colocando pressuposições e hipóteses econômicas à prova, e a incipiente internacionalização de sua produção, já que, sendo um brasileiro, estudando em Yale, publicou seu artigo em língua espanhola em um periódico mexicano.

¹⁷² BACHA, Edmar. Comparación entre la productividad industrial de México y los Estados Unidos. *El Trimestre Económico*, Vol. 33, No. 132(4), Out-Dez. de 1966, pp. 657-673.

¹⁷³ DIAZ ALEJANDRO, C. "Industrialization and Labor Productivity Differentials". *Review of Economic and Statistics*, vol. XLVII, maio de 1965.

¹⁷⁴ Primeira publicação de 1958. HIRSCHMAN, Albert O. *The Strategy of Economic Development*. New Haven: Yale University Press, 1958. FURTADO, C. *Obra autobiográfica: fantasia organizada, a fantasia desfeita, os ares do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. WEINTRAUB, E. Roy. Sidney Weintraub and American Post Keynesianism: 1938-1970. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 37, n. 1, p. 31-42, 2014. MATA, 2006; e TINEL, 2004.

¹⁷⁵ Apesar desse trecho, em uma decisão um tanto inesperada, Bacha refuta a princípio “hipótese modificada de Hirschman”, e ao fim do texto decide adotar uma “posição de agnosticismo” até que novas pesquisas sobre os temas em questão jogassem luz sobre os resultados.

De 1966 a 1968, Bacha se voltará para o estudo do mercado de café e de como a economia brasileira nele se inseria, e a partir desse esforço produzirá alguns textos e, claro, sua tese de conclusão. Um dos artigos parece ter circulado somente mimeografado, talvez tenha sido a primeira formulação do conteúdo de seu doutorado: *A distributed lag supply function for coffee in Brazil*, que data de abril de 1966.¹⁷⁶ Nele, Bacha procura ainda de forma um tanto preambular, como admite, encontrar uma equação que pudesse definir a quantidade de café produzida pelo Brasil, analisando desde as questões meteorológicas até os efeitos das variações de preço sobre a escolha futura dos produtores sobre plantar e investir.

Parte da pesquisa sobre o café teria de ser feita no Brasil, e Bacha esteve no primeiro semestre de 1967 no Rio de Janeiro. Nesse momento, conheceu Pedro Malan e Regis Bonelli: “já impregnado pelo clima de *flower power* nos Estados Unidos, onde estava desde 1964, lembro-me de os haver achado muito elegantes em seus suéteres que imaginei serem de cashmere inglês”.¹⁷⁷

Em 1967, é publicada na *Revista Brasileira de Economia* da FGV (RBE) uma resenha feita por Bacha sobre estudo de Delfim Netto e Carlos Alberto Pinto a respeito do problema do café,¹⁷⁸ o qual fora publicado pela ANPES em 1965.¹⁷⁹ No texto, faz elogios aos autores por terem elaborado “a melhor análise crítica” sobre a política cafeeira do Brasil no quadro do mercado internacional. Apesar de algumas ressalvas de interpretação, corrobora as propostas apresentadas: políticas de preços mais racionais que substituíssem os “preços absolutos rígidos” por preços flexíveis (“diferenciais de preços constantes”, que levariam em conta o preço do café africano para estabelecer o preço do café brasileiro).¹⁸⁰ Assim, observando o cenário da produção de café internacional, seus produtores concorrentes e a demanda, seria possível, segundo Bacha, garantir ao Brasil a “manutenção de uma fatia adequada no mercado internacional do

¹⁷⁶ BACHA, E. *A distributed lag supply function for coffee in Brazil*. Yale University, abril de 1966. Disponível no acervo Delfim Netto da biblioteca FEA-USP.

¹⁷⁷ BACHA, Edmar. Múltiplos encontros. *Conjuntura Econômica* – FGV, janeiro de 2018. Próximo encontro em Berkeley “para alguma conferência acadêmica”, pois no período em que Bacha trabalha no IPEA (1970-72), Malan e Bonelli estariam fazendo seus PhDs.

¹⁷⁸ BACHA, Edmar. Crítica bibliográfica - O Café do Brasil: Vinte Anos de Substituição no Mercado Internacional por Antônio Delfim Neto e Carlos Alberto de Andrade Pinto. *Revista Brasileira de Economia*, v. 21, n. 4, 1967.

¹⁷⁹ Sobre Delfim e a Associação Nacional de Planejamento Econômico e Social (ANPES), Ver HESPANHOL, Gian Carlo Maciel Guimarães. *Um estudo sobre o pensamento econômico de Delfim Netto*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, 2017, p. 117.

¹⁸⁰ Utilizando uma fórmula em que uma parcela fixa do preço do café brasileiro (25%) dependesse do preço do café africano.

café”. É oportuno lembrar que quando essa resenha foi publicada, Delfim já havia se tornado ministro da fazenda, indicado por Costa e Silva em março de 1967.

Sobre o café, ainda produziria dois artigos em 1967, que serão publicados posteriormente. “A política cafeeira do Brasil 1952/1967” com uma abordagem próxima a de Netto e Pinto sobre preços e mercado internacional;¹⁸¹ e “O papel do café na economia brasileira: do pós guerra a meados dos anos 60” com vistas a entender como o setor cafeeiro se relacionava com a economia interna brasileira e seu crescimento: a estimativa “grosseira” é que as transferências do setor do café, pela via cambial, ao restante da economia, foram responsáveis por cerca de 11% do crescimento do PNB entre 1947 e 1962 (sem elas, o crescimento cairia de 6,9% a.a para 6,2% a.a.).¹⁸²

Tornando-se PhD em economia no ano de 1968, sua tese *An Econometric Model for the World Coffee Market: The Impact of Brazilian Price Policy* não foi publicada na íntegra.¹⁸³ Além de aparecerem nesses artigos parciais, as ideias gerais da tese seriam publicadas em português no texto “Análise econométrica do mercado internacional do café e da política brasileira de preços” (Ensaio Econômico da EPGE, Nº 2, maio de 1970) publicado pela FGV, quando lá dava aulas.

Após concluir o doutorado e passar por algumas indecisões sobre seu futuro acadêmico, Bacha não volta ao Brasil imediatamente. O próximo passo de sua carreira veio a se dar em um projeto conjunto do MIT e da *Oficina de Planificación Nacional* chilena (ODEPLAN), realizado em 1969 e composto por reconhecidos economistas: coordenado por Rosenstein-Rodan, contava com Hollis Chenery, Richard Eckaus e outros, além de Díaz Alejandro e Lance Taylor –¹⁸⁴ este último que dali em diante seria o contato acadêmico mais prolífico na vida intelectual de Bacha até os anos 1990. Dentro do contexto dos auxílios técnicos dos EUA à América Latina, foram convocados para ajudar nos cálculos dos projetos de investimento do governo do Chile, sob o governo democrático centrista de Eduardo Frei Montalva. O trabalho de um ano em solo chileno e o conhecimento ali adquirido renderiam o primeiro artigo de Bacha em

¹⁸¹ BACHA, Edmar. A política cafeeira do Brasil, 1952/1967. *Dados*, n. 5, 1968: 144-61. Reproduzido com correções em BACHA, Edmar. *Mitos de uma Década*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, pp. 137-58.

¹⁸² “O papel do café na economia brasileira: do pós guerra a meados dos anos 60”. Em *Os Mitos de uma Década*. Paz e Terra, 1976.

¹⁸³ Utilizado mais por economistas nos EUA que lidavam com o tema. no livro didático de Fernando de Holanda Barbosa: BARBOSA, F. H. *Microeconomia – teoria, modelos econométricos e aplicações à economia brasileira*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1985.

¹⁸⁴ A coletânea dos estudos do projeto foi publicada posteriormente por Rodan e Eckaus. ECKAUS, Richard; ROSENSTEIN-RODAN, P. (Eds.). *Analysis of Development Problems: Studies of the Chilean Economy*. Amsterdam: North Holland Publishing, 1973.

uma revista norte americana conceituada, em coautoria com Lance Taylor: “Foreign exchange shadow prices, a critical review of current theories”, publicado na revista de economia de Harvard – onde Taylor havia feito seu PhD e onde iria trabalhar em seguida.¹⁸⁵

Esse texto se encaixava na área de avaliação de projetos: para selecionar qual (ou quais) receberia(m) financiamento, dentre diversos investimentos possíveis, era necessário fazer um cálculo do tipo custo-benefício. Dado que projetos de investimentos dos governos dos países do Terceiro Mundo exigiam importações substanciais de bens (sempre em dólares) e que a escassez de dólares em poder desses países era um fato, fica clara a necessidade de se calcular o benefício que cada dólar utilizado traria em cada um dos projetos. Em suma, os autores queriam encontrar a melhor equação de taxa de câmbio para ser utilizada na avaliação entre projetos concorrentes: uma expressão algébrica para a taxa, a qual pudesse ser aritmetizada com os dados existentes.¹⁸⁶ Essa taxa de câmbio – dadas as intervenções governamentais no seu valor, as variadas falhas de mercado no processo de desenvolvimento, ou ainda a “incapacidade de precificação” correta pelo mercado, todas relacionadas – diferiria das praticadas no comércio internacional e/ou estabelecidas pelos governos, e por isso seria chamada de “preço-sombra do câmbio” (*foreign exchange shadow price*).

Bacha e Taylor, tendo tido de encontrar uma solução para tal problema de cálculo, fizeram uma ampla revisão de bibliografia, entrando em diálogo com outros economistas que discutiam essas questões. Dentre as fórmulas que desaconselharam, estava o “preço-sombra” proposto pela Cepal, que era basicamente a taxa de paridade do poder de compra – tal abordagem, que era muito utilizada, deveria ser descontinuada pois não serviria para muita coisa além de mostrar que os subdesenvolvidos não estavam em situação “tão ruim”, diminuindo assim o peso na consciência dos desenvolvidos. A solução estaria no cálculo de uma taxa de câmbio de equilíbrio de livre comércio, a qual, se de fato aplicada como condição na escolha de projetos, tenderia na prática a encaminhar a economia para um patamar mais baixo de tarifas.

¹⁸⁵ BACHA, Edmar; TAYLOR, Lance. Foreign exchange shadow prices, a critical review of current theories. *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 85, No. 2, maio de 1971, pp. 197-224

“Considerações finais dos autores foram às custas da Fundação Getúlio Vargas e do Grupo de Pesquisa para o Desenvolvimento, Harvard, com fundos fornecidos por A.I.D. contrato nº CSD-154”.

¹⁸⁶ Uma versão parcial do texto foi publicada por Bacha no Brasil em 1970 na RBE. BACHA, Edmar. “Taxas de câmbio de equilíbrio: formulação teórica e exemplificação”. *Revista brasileira de economia*, v. 24, n. 1, 1970.

Essa recomendação está baseada na suposição de que o livre comércio é um bom primeiro passo em direção a uma alocação “ótima” de recursos que levaria em conta temas como redistribuição de renda, aplicação de tarifas ótimas (...) e estrutura adequada de impostos sobre ganhos pessoais e comerciais. Dada a suposição de que muitos países subdesenvolvidos têm hoje tarifas muito acima de qualquer nível que poderia ser “ótimo”, usar o livre comércio como uma base para reconstruir o sistema de preços é uma primeira aproximação apropriada. Se nós usamos o livre comércio como um ponto de referência, nós desejamos uma regra de decisão de investimentos que leve até ele.¹⁸⁷

Mesmo que façam ressalvas sobre a aplicação dessas ideias aos países subdesenvolvidos, é interessante notar como nesse artigo, os dois autores, que se encaminhariam ao longo dos anos 1970 para posições distantes do neoclassicismo, parecem adotar não só o método como também um resultado – ou um valor – caro aos neoclássicos (ou pelo menos à maioria deles): o caminho em direção à liberalização do comércio.¹⁸⁸ Isso talvez se deva ao fato de que haviam ficado impressionados com o tamanho excessivo das tarifas e das restrições de importações praticadas ainda nos anos 1960 no Chile, e em outros países da América Latina – o que dificultava a integração econômica na região. Tal posição estava em harmonia com as propostas de Malan e Bergsman para a economia brasileira – muito embora Bacha e Taylor ainda não tivessem tido contato com a pesquisa para citá-la como fonte (o que ocorreria somente na próxima publicação de Bacha). Sobre uma fórmula proposta por Haberger, Schydlofsky e Fontaine, afirmariam que

Em um país subdesenvolvido que por anos promoveu indústrias não-econômicas por meio de tarifas proibitivas e proibições, esse tipo de cálculo é demasiadamente respeitoso para com as posições estabelecidas das indústrias infantis protegidas que nunca crescem. Uma avaliação mais completa das perspectivas de comércio de uma economia deve levar em conta a abolição das proibições (...) Até recentemente no Chile, (...), 40% dos importáveis em uma amostra de 300 itens feita pela LAFTA estavam proibidos, e os preços domésticos de algumas importações proibidas, como carros, são de três a cinco vezes o nível mundial.¹⁸⁹

No período de publicação desse texto, Bacha já havia retornado ao Brasil e agora trabalhava como professor na EPGE e como pesquisador no IPEA – como um dos PhDs brasileiros (vistos como promissores quadros técnico-intelectuais) foi “recrutado” para o

¹⁸⁷ BACHA;TAYLOR, 1971, p. 223.

¹⁸⁸ Uma das limitações era inclusive a inviabilidade de cálculo pelos computadores da época. Os autores abordam três tipos de cálculo de taxa-sombra: “(i) O preço-sombra cambial deve refletir o valor em termos de bem-estar para a economia de um dólar adicional (SeçãoII); (ii) O preço-sombra deve refletir o custo de oportunidade de um dólar em outros usos (Seção III); (iii) O preço-sombra deve ser a taxa de câmbio de “equilíbrio” - com suposições variadas sobre qual pode ser a taxa de equilíbrio (Seção IV).”

¹⁸⁹ BACHA;TAYLOR, 1971, p. 206. LAFTA: Latin American Free Trade Association, também conhecida como ALALC - Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

IPEA logo que chegou ao Brasil.¹⁹⁰ O momento econômico era de confiança, e o político de repressão e apreensão, muitas vezes no sentido mais físico da palavra, como Bacha bem soube quando, ao desembarcar no aeroporto, a Alfândega confiscou livros que trazia, por considerá-los subversivos, provavelmente a culpa era de *The Keynesian Revolution*, de Lawrence Klein. A liberação teve de contar com a interferência do então ministro Delfim Netto, contatado pelo seu antecessor no cargo, o professor Octavio Bulhões da FGV.¹⁹¹

Malan em Berkeley

A cidade de Berkeley presenciou diversas atuações dos movimentos libertários e contrários à Guerra do Vietnam nos anos 1960 e 1970, nas quais os alunos da Universidade da Califórnia estiveram bastante engajados politicamente – a cidade, de fato, ficou conhecida pelas recorrentes manifestações. Um dos casos de maior relevância deu-se pouco antes de Malan chegar: foi a manifestação de maio de 1969, no local em que hoje fica o *People's Park*, para onde o então governador Ronald Reagan enviaria 800 policiais, e um jovem acabaria morto a tiros pela polícia.

Apesar da politização e mesmo radicalidade difundida entre os jovens, o corpo docente do departamento de economia não se destacava por apresentar grande heterodoxia ou ideias radicais, tal qual ocorria em outras universidades americanas naquele período, como UM-Amherst e Utah por exemplo.¹⁹² Pelos dados de Frederic Lee, assim como em outros departamentos (como Columbia e Wisconsin), o ecletismo e o pluralismo que tinham existido em Berkeley no pós-guerra estavam quase totalmente suprimidos por volta de 1970.¹⁹³ Manteve-se, entretanto, ao longo da década ainda uma pequena parcela de heterodoxia relacionada à área de Economia Política dentro do programa de pós-graduação, no qual também havia uma “filial” da URPE.¹⁹⁴ Esse era o

¹⁹⁰ Como era a política do IPEA, segundo relato de Reis Velloso, ver em LOUREIRO, Maria Rita et al. *50 anos de ciência econômica no Brasil (1946-1996): pensamento, instituições, depoimentos*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997, pp. 332-334

¹⁹¹ MOURA, 2017. Importante lembrar que Bacha ainda não havia se tornado um “economista de esquerda”. Além disso, as diferenças de visão sobre a ciência e a sociedade ainda não havia afastado profissionalmente os economistas (talvez até porque no fundo todos compartilhavam de algum tipo de desenvolvimentismo), e existia um coleguismo – Maria da Conceição Tavares, por exemplo, já havia contado com o apoio de economistas governistas como M. H. Simonsen.

¹⁹² Universidades com departamentos de economia onde havia alto componente radical-heterodoxo: American, CS-Fort Collins, UC-Riverside, UM-Amherst, New Hampshire, New School, Notre Dame, e Utah— que não foram classificadas nos rankings em 1970 e cujas posições declinaram até a década de 1990, todas retiveram ou aumentaram o componente heterodoxo em seus programas de doutorado.

¹⁹³ LEE, 2009, p. 39.

¹⁹⁴ LEE, 2009, p. 73.

caso também de Yale, Stanford, Columbia e outras, que eram bem conceituadas em 1970 e possuíam um “*minor heterodox component*” em seus programas de PhD, os quais acabariam sendo abolidos em meados dos anos 1990.¹⁹⁵

Orientador de Malan, Albert Fishlow era ainda um jovem economista, cerca de apenas oito anos mais velho que seu orientando, e recebera o título de PhD por Harvard em 1963 sob orientação de Alexander Gerschenkron – um economista focado em história, com uma trajetória de posições políticas tendentes à esquerda mas um tanto sui generis.¹⁹⁶ Fishlow continuou a linha de pesquisa em história econômica, e em termos políticos dentro da profissão mantinha posições bem moderadas. Apesar de ter feito parte do restrito comitê da AEA que deu a J. K. Galbraith a presidência da associação para o mandato de 1972 – contra o desejo de Milton Friedman, chefe do comitê –¹⁹⁷ Fishlow não agia deliberadamente em prol das pautas progressistas radicais (embora cedesse a algumas reivindicações),¹⁹⁸ como faria escancaradamente Galbraith em seu mandato na AEA, causando polêmica dentro da profissão ao abordar temas políticos e sociais e “recepcionar” os *radical economists*. Em suma, Gerschenkron e Fishlow estavam ligados intelectualmente por se dedicarem ao estudo da história econômica, e politicamente por serem, dentro de um ambiente democrático, uma esquerda bastante moderada, um tanto “centrista” – que poderia mesmo parecer conservadora frente às ideias dos anos 1960-1970. A descrição talvez não caísse mal a Malan em sua trajetória no período democrático no Brasil, principalmente após os anos 1990, mas não serve para definir sua atuação nos anos da ditadura.

¹⁹⁵ LEE, p. 77 e p. 255, nota 31.

¹⁹⁶ Gerschenkron foi a favor do New Deal nos anos 1930, discordava de Rostow quanto aos estágios da modernização, acreditando em maior pluralidade de possibilidades, mas posicionou-se contra os movimentos radicais da profissão no final dos anos 1960. Estava em Harvard nessa época, e apoiou a não contratação de economistas radicais.

¹⁹⁷ MATA, Tiago. “Migrations and boundary work: Harvard, radical economists, and the committee on political discrimination”. *Science in Context*, v. 22, n. 1, 2009, p. 126. Segundo o jornalista David Warsh, o comitê se revoltou contra Friedman, e suas afirmações de que Galbraith não era um economista de fato. Hollis Chenery tomou a frente, e o comitê elegeu Galbraith. WARSH, David. How Ken Galbraith Became President of the AEA. 9 Maio, 2006. Disponível em <http://www.kwonbook.com/2006/05/09/how-ken-galbraith-became-president-of-the-aea/>.

¹⁹⁸ Em 1973-74, Fishlow chefiava o departamento em Berkeley e, após alguma resistência, atendeu a demanda dos alunos de pós-graduação, e assim David Kotz ministrou o curso “Radical Approaches to Economic Problems”, não sem antes mostrar seu currículo ao chefe. Já em 1985, novamente no cargo, teve de lidar com a pressão repentina de alunos e da imprensa: pediam políticas de ação afirmativa no departamento. Naquele dia, Fishlow saiu com um casaco sobre a cabeça; mas dias depois faria uma reunião com os alunos para anunciar que o departamento adotaria um plano de ações afirmativas. KIM, Marlene. URPE at UC Berkeley: The Activities, Protests, and Legacy of the Economics Students and URPE’s Once Largest Chapter. *Review of Radical Political Economics*, v. 50, n. 3, 2018, p. 525 e 531.

Apesar de ter feito as disciplinas do PhD entre 1969 e 1972, Malan só defenderá seu doutorado em 1977, assim o discutiremos posteriormente, até mesmo porque o tema está mais relacionado a seus artigos da segunda metade da década de 1970.

Enquanto esteve em Berkeley, Malan escreveu o artigo “A rentabilidade macroeconômica de projetos de investimento”, derivado de um trabalho para a disciplina de Planejamento Econômico no primeiro semestre de 1971.¹⁹⁹ O tema da avaliação de projetos passara a ser cada vez mais discutido na década de 1960, mesmo nas questões econômicas internas dos EUA. Uma parte cada vez maior do orçamento norte-americano era destinada aos governos estaduais e locais para investimentos, assim dentro da própria realidade americana surgia a necessidade de entender como fazer os cálculos para avaliar e escolher o melhor projeto. Somando-se ao valor-conceito de “eficiência”, que a literatura até meados dos anos 1960 considerava a qualidade central para avaliação, passou a ser encarado como objetivo o bem-estar, as questões sociais: a equidade ou o suprimento de necessidades da população –²⁰⁰ a literatura se expandiu nessa tendência durante os anos 1960 e continuou durante os 1970.²⁰¹ Os debates sobre avaliação, claro, também se colocariam para os investimentos em países subdesenvolvidos, e Bacha e Malan terão um diálogo através de seus artigos sobre o tema – artigos que serão o primeiro passo na construção sua identidade com intelectuais públicos de esquerda no Brasil da década de 1970.

Para melhor compreensão do que significava ser um economista brasileiro e um intelectual de esquerda nesses anos, no próximo capítulo faremos uma descrição do cenário político, com referências ao campo da intelectualidade. Logo após, apresentaremos nossa análise das ideias de Pedro Malan e Edmar Bacha nesse cenário – se antes haviam estado em contato de forma direta, porém institucional, a partir de 1971-72, o regime ditatorial será mais importante como objeto político em suas vidas.

¹⁹⁹ MALAN, P. A rentabilidade macroeconômica de projetos de investimento. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 2, n. 2, 1972.

²⁰⁰ MCGUIRE, M.; GARN, H. The Integration of Equity and Efficiency Criteria in Public Project Selection. *The Economic Journal*, v. 79, n. 316, 1969.

²⁰¹ Como exemplo de trabalhos dos anos 1960, os citados por McGuire e Garn: MAASS, Arthur. “Benefit-Cost Analysis: Its Relevance to Public Investment”. *Quarterly Journal of Economics*, Vol. LXXX, No. 2, May 1966, pp. 205-26; MARGLIN, Stephen A. *Public Investment Criteria*. (M.I.T., 1967); MERA, Koichi. “Tradeoff Between Aggregate Efficiency and Inter-regional Equity: A Static Analysis”. *Quarterly Journal of Economics*, November 1967, pp. 658-74; FREEMAN III, A. M. “Income Distribution and Public Investment”. *American Economic Review*, Vol. LVII, No. 8, June 1967, pp. 495-508.

3. Ascensão oposicionista e heterodoxa na década de 1970 – Dos interesses intelectuais e da postura política no retorno à periferia.

“...Há muitos modos de afirmar; há só um de negar tudo”

A Igreja do Diabo, Machado de Assis, 1884.

Se é verdade que as ideias que se propõe científicas podem apresentar certa variação no seu grau de distanciamento da esfera político-ética – ou seja, que os indivíduos têm a possibilidade de, em algum grau, compartimentar objetividade e valores – também é verdade que em muitos casos não é possível entender o seu significado sem captar o contexto político no qual foram concebidas. O que Malan e Bacha encontram ao retornarem ao Brasil é um cenário de politização da classe intelectual e artística em uma crescente ao longo da década de 1970 – onde até mesmo pesquisadores das ciências exatas e naturais acabariam manifestando suas posições políticas, valendo-se da sua liderança profissional-institucional. Por sua vez, os cientistas sociais, mais do que envolvidos enquanto figuras institucionais, estariam intelectualmente engajados nas discussões sociais relevantes, isto é, suas ideias e publicações estariam absolutamente imersas no caldo de politização, sem que, por isso, deixassem de apresentar uma formalização científica. Assim, sendo esse um caso bastante claro de imbricação entre ações politizadas e proposições científicas, procuraremos delinear os contornos do quadro político e situar os dois economistas.

A epígrafe desta seção consiste em uma frase dita em um pequeno conto do final do século XIX, e foi trazida para ilustrarmos a política dos anos 1970 no Brasil.²⁰² Como pensado por Machado de Assis, na história, Lúcifer, o grande opositor da Divindade suprema, decide criar a sua própria igreja, e proclama que ela seria muito forte, teria unidade e não se dividiria como as igrejas teístas, pois para negar todos aqueles modos de venerar a Deus que os humanos haviam criado, bastava um só que fosse dedicado ao seu antípoda. A igreja satânica seria una (além de libertária e permissiva) e assim se sobreporia aos cultos fragmentados (e restritivos) de louvor à Divindade. Como tantas vezes ocorre aos despossuídos de onipotência, as coisas não

²⁰² Agradecemos a Ricardo Streich pela sugestão.

funcionarão exatamente como planejado – mas o desfecho e a moral ficam a cargo do leitor, se desejar.

O que relaciona a narrativa ficcional ao contexto real é a dicotomia existente e configurada entre um lado variado e um lado uniforme. Assim como no âmbito do conto existiam diversas formas de religião que compartilhavam a adoração a Deus em oposição ao Diabo, no Brasil dos anos 1970 existiam diversas formas de posicionamento de esquerda, que compartilhavam valores difusos, mas sempre em oposição à direita no poder. Os termos direita e esquerda não são aplicados a posteriori: existiam na época e buscamos utilizá-los aqui como teriam sido aplicados. O regime ditatorial brasileiro dominou, intencionalmente ou não, o campo semântico da “direita” e na via contrária avançaram os movimentos de esquerda, integrados por variados tipos de políticos, intelectuais e mesmo guerrilheiros.

Antes de montar o quadro, é importante esclarecer brevemente a relação entre politização e intelectualidade no debate econômico do momento. As discordâncias e os temas econômicos que surgem em meados da década de 1960 darão o tom dos importantes debates entre economistas (e mesmo outros cientistas sociais) na década seguinte.

Estagnação, milagre e reação

Quando ocorre a tomada de poder pelos militares em abril de 1964, o Brasil vivenciava uma crise econômica que havia começado entre 1962 e 1963 e um desarranjo político que já se prenunciava desde 1961. O golpe militar, em seu próprio conceitual, viera para colocar “ordem” no campo político – afastando o “perigo vermelho” – e também no econômico – reavivando o crescimento e contendo a inflação. Na própria visão do regime, entender-se-ia que ambos os objetivos pareciam alcançados em finais de 1973. O primeiro às custas da repressão, intensificada após o AI-5, a qual com o propósito de combater o que chamava de “subversão comunista” e similares (que de fato existiam em grupos guerrilheiros de orientação anticapitalista) acabou por mergulhar o país em uma franca situação de falta de certos direitos essenciais (livre expressão, ampla defesa etc), que passaria a atingir crescentemente parcelas das classes médias e mesmo altas não identificadas com o regime – além de frustrar qualquer perspectiva de melhora em termos de direitos civis e democráticos das, já excluídas e vulneráveis, camadas pobres da população nos campos e cidades. Ainda que, como qualquer regime ditatorial, sempre mantivesse atenção aos movimentos rebeldes, a

“subversão” perderia sua grande relevância nas preocupações da ditadura a partir de finais de 1973, com a eminente eliminação das guerrilhas do Araguaia – tendo as guerrilhas urbanas já sido desmanteladas anteriormente.

O segundo objetivo, da “ordem econômica”, dependeu da repressão aos movimentos sindicais para a realização do arrocho salarial e a retenção da inflação, e assim pareceu alcançado alguns anos antes da ordem política. Em 1969, já difundia-se a percepção de que a economia estava crescendo com consistência, sem inflação descontrolada, e nos anos seguintes haveria uma forte convicção a respeito disso, até mesmo ensejando uma espécie de populismo ditatorial durante o governo do general Médici. Não obstante, entre 1964 e 1968 não havia existido qualquer certeza quanto a essa instauração da prosperidade econômica, nem mesmo entre os apoiadores e técnicos do regime. A principal tese que circulava em meados da década era a da estagnação, e emanava do pensamento de Celso Furtado.

Dentro do espectro do pensamento cepalino – sendo uma de suas figuras principais –, Furtado sustentava que o desenvolvimento econômico brasileiro, assim como o de outras nações latino-americanas, deveria seguir políticas econômicas distintas daquelas que economistas “ortodoxos” afirmavam ser as mais eficazes para trazer o crescimento e o bem-estar. Seguiria não a liberalização interna e externa (com abertura comercial e investimento nas vantagens relativas), mas antes um processo deliberado de industrialização por substituição de importações, com proteção às indústrias “estratégicas”, planejamento de Estado e participação de empresas estatais. Tal esquema era de fato o que se seguia, e parecia estar “dando certo” até chegarem os anos de 1963 e 1964, quando os ventos mudaram. Ao otimismo que apresentou logo ao raiar a década de 1960, sobreveio a frustração; e as teses sobre o crescimento brasileiro (e até mesmo “revolução”)²⁰³ dariam lugar ao diagnóstico de estagnação.

A partir das teorias da estagnação, ficaria ainda mais patente uma característica da visão de Furtado e de outros estruturalistas: suas propostas comportavam tanto a necessidade de distanciamento quanto o anseio por proximidade em relação à realidade dos países desenvolvidos. Em um primeiro momento (pré-estagnação), a ideia é que por *meios diferentes* dos que os desenvolvidos utilizavam (ou pregavam) poderiam ser alcançados *qualidades e valores idênticos* aos que os desenvolvidos sustentavam – isto é, por meio de intervenções, proteção e subsídios delineados em planos de

²⁰³ FURTADO, Celso. *A Pré-Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

desenvolvimento, em favor da industrialização por substituição de importações, seria possível alcançar as qualidades da alta renda per capita, diversificação de tecnologias e, principalmente, os valores ético-sociais da superação da miséria e da distribuição da renda mais igualitária.²⁰⁴ Claro, todos os valores só seriam passíveis de serem alcançados caso a utilização dos “meios diferentes” lograsse gerar crescimento econômico.

No momento seguinte, em que sustentará o diagnóstico da estagnação, os valores ético-sociais mudarão de função: passarão de objetivos a serem alcançados a premissas necessárias para o próprio crescimento econômico e, assim, para a continuação do processo de industrialização. Se antes a concentração da renda era um *possível* óbice ao processo de desenvolvimento, agora ela assumirá o papel de principal impeditivo do progresso. A distribuição mais equitativa da renda passaria, então, a ser condição indispensável para que o país voltasse a crescer (e a democracia era o sistema necessário para maior possibilidade de que houvesse distribuição de renda). A necessidade de mitigar a assimetria entre ricos e pobres para gerar o crescimento entrará no seu discurso científico e será mesmo formalizada em modelo e testada por Furtado:

Pode-se mostrar, por exemplo, que ainda que se admitam relações capital-produto mais baixos para os setores industriais modernos (...), o crescimento econômico continuaria sendo retardado pelo efeito de uma distribuição de renda crescentemente desigual, somado à grande proporção do consumo dos grupos de alta renda gasto em bens produzidos por indústrias de uso intensivo de capital do setor 5. Estas influências retardatárias seriam ativas ainda que ocorresse progresso tecnológico nos setores modernos, pois seria com toda probabilidade acompanhado por uma tendência ainda maior à concentração da renda nos grupos de alta renda.²⁰⁵

Nesse momento, como notou Octavio Rodriguez (ainda que sem dar muita atenção), ao falar de uma economia em estagnação, Furtado idealiza a configuração de uma economia que não tende a estagnar (o que aconteceria ao Brasil se aplicadas as políticas adequadas), e ao fazê-lo adota uma referência muito próxima aos “modelos” utilizados para descrever o processo dinâmico que existia nas economias centrais – onde havia diversificação industrial e maior distribuição de renda.²⁰⁶ Isto é, em sua nova

²⁰⁴ Ver FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1961.

²⁰⁵ Nesse exercício fica bastante claro que, apesar de outras considerações existirem, a questão central para a estagnação brasileira é a concentração da renda. FURTADO, Celso; MANESCHI, Andrea. Um modelo simulado de desenvolvimento e estagnação na América Latina. *Revista Brasileira de Economia*, v. 22, n. 2, 1968, p. 26. O citado “setor 5” é o setor “dos bens de consumo duráveis e bens intermediários produzidos por uma tecnologia de uso intensivo de capital”, como descrito na página 9 do artigo.

²⁰⁶ Sobre *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* de Furtado, ver COUTINHO, M. Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina, de Celso Furtado. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 19, n. 3, p. 448-74, 2015. “Para Furtado (1966a), os dilemas políticos produzidos pelo

leitura do Terceiro Mundo (Brasil e AL), Furtado amplia o espaço do Primeiro Mundo como paradigma, enfraquecendo teoricamente a ideia do “caminho próprio” – o que parece ter sido um reflexo da necessidade de combater o autoritarismo, a qual se sobrepôs à anterior aspiração de afirmar a viabilidade de um paradigma de desenvolvimento.

Cabe um comentário sobre um anacronismo que Rodriguez comete em sua avaliação: afirma sem maiores explicações que “existe um *non sequitur*” no diagnóstico de Furtado sobre a estagnação, pois não era “demonstrável” que a tendência à concentração de renda seria incompatível com crescimento da economia, da demanda, do desenvolvimento – ou seja, a análise de Furtado estava errada, e errada cientificamente.²⁰⁷ Ora, os textos em que Rodriguez se apoia para “superar” a visão de Furtado são posteriores a 1969, como os de Aníbal Pinto sobre “estilos de desenvolvimento”. É necessário lembrar que, no Brasil, até as confirmações de certos dados econômicos de 1969, a sombra da estagnação ainda pairava sobre as perspectivas e avaliações, até mesmo dos governistas. Assim, o diagnóstico de Furtado só se provou “errado” a posteriori, quando já havia a consciência do retorno do alto crescimento sem terem sido aplicadas políticas de redistribuição. Não obstante, se o valor científico foi desacreditado, o seu valor ético foi vitorioso e rendeu frutos. A principal pauta dos economistas de esquerda e dos intelectuais nos anos 1970 será a redistribuição de renda, e o que o governo deveria fazer para melhorá-la. Furtado seria a referência básica, ainda que não fosse citada diretamente em todos os textos.

Aqui cabe um breve parêntese sobre o episódio da inversão de expectativas, da estagnação ao milagre, o qual é bem ilustrado pela figura de Herman Kahn. Em coautoria com Wiener, Kahn lançara o livro *Ano 2000* em 1967,²⁰⁸ no qual, dentre diversas outras previsões para o mundo, supunham um futuro um tanto pessimista para o Brasil, e manteriam essa visão até 1969, alterando-a oficialmente apenas em 1970, em

modelo econômico levariam a economia e a política a um impasse”. Coutinho fala que o livro trata bastante de política, e que em 1966 Furtado já está “mais internacionalizado”. Talvez viver no Primeiro Mundo, naquele período, tenha reforçado a noção de que era preciso redistribuir renda para obter crescimento, quanto mais em um país tão desigual como o Brasil.

²⁰⁷ Falamos em anacronismo, pois não acreditamos que Rodriguez se proponha a fazer uma “reconstrução racional” das ideias estruturalistas, isto é, a descrever o processo pelo qual as ideias verdadeiramente científicas (que estão de acordo com a realidade) chegaram à atualidade. Se esse for o intuito, então não há que se falar em anacronismo – talvez em “positivismo heterodoxo”. RODRÍGUEZ, Octavio. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 317-320.

²⁰⁸ KAHN, H.; WIENER, A. J. *The year 2000: A framework for speculation on the next thirty-three years*. Nova York: MacMillan, 1967.

face dos novos dados.²⁰⁹ Em resposta às estimativas de 1967 de Kahn e Wiener, Mário Henrique Simonsen escrevera o livro *Brasil 2001*, escrito em 1968 e publicado em 1969, no qual refutava o pessimismo dos estrangeiros. Dada a plena confirmação do “milagre”, ainda em meados de 1972 Simonsen publicará o livro *Brasil 2002*, com maiores convicções e otimismo das expectativas.²¹⁰ Parecia que o “modelo brasileiro” tinha vingado e as críticas estruturalistas dos anos 1960 eram absolutamente passado – o que, contudo, não queria dizer que novas críticas não seriam formuladas.

Como já mencionamos, o pensamento terceiro-mundista tendia à constatação de que os países da América Latina deveriam empreender um “caminho diferente” (a Cepal aí cumpre um papel importante), e o que começara com a defesa um conjunto “diferente” de políticas tarifárias, para proteger as indústrias, foi com os anos ganhando corpo no Brasil e transformando-se em uma visão de que não só econômica, mas até mesmo institucional e politicamente o país poderia e deveria trilhar o seu próprio caminho. E de certa forma, foi com o “milagre econômico” sob o regime ditatorial que um “caminho próprio” venceu, foi concretizado, inclusive em termos de distribuição de renda. O Brasil de fato avançara por sendas políticas e econômicas diversas daquelas dos países desenvolvidos de então: com um Estado altamente planejador, nacionalista autoritário, que incentivava fortemente a industrialização por substituição de importações e que não tinha entre seus principais objetivos mitigar a desigualdade. Desse modo, afastou-se tanto das prescrições de política econômica quanto dos valores ético-sociais que provinham do Primeiro Mundo à época. No fim, o modelo que logrou alcançar as altíssimas taxas de crescimento entre 1968 e 1973 foi estatizante e promotor (ou ao menos mantenedor) da alta desigualdade.²¹¹

A retórica governista, no entanto, não argumentaria que ocorria um processo diferente, muito menos que este apresentava características mais reprováveis que o dos países desenvolvidos. Na verdade, sustentavam um posicionamento que, explicando a ocorrência da desigualdade em termos históricos, afirmava a semelhança entre o processo brasileiro e o ocorrido em países desenvolvidos em períodos análogos, e assim

²⁰⁹ Capa de *O Estado de São Paulo*, 27/08/1970. Kahn justificou a mudança esclarecendo que suas previsões anteriores se basearam nos dados de 1966 e 1967, os quais refletiam uma estagnação – evidência de que 1968 e 1969 foram anos decisivos para a criação da consciência da alta potencialidade econômica nacional.

²¹⁰ Ver também CYSNE, Rubens Penha. ‘Brasil 2001’ e ‘Brasil 2002’ Simonsen X Herman Kahn. *Revista Conjuntura Econômica*, v. 55, n. 1, p. 22-23, 2001.

²¹¹ Há controvérsias sobre a mensuração da desigualdade que poderia ser feita à época. Ver SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. *A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013*. Brasília: UnB. Tese de Doutorado, 2016.

procurava-se atenuar a imagem de ditadura elitista que a intelectualidade de oposição passou a utilizar com ainda mais intensidade. Essa posição governista terá sua manifestação intelectual-científica na tese e nas ideias de Carlos Langoni, as quais afirmariam que o Brasil passava por um processo natural já observado e demonstrado pela curva de Kuznets: no processo de desenvolvimento a desigualdade tende a aumentar até determinado ponto, a partir do qual começará a cair, tendo uma trajetória de “U invertido”.

Como de maneira um tanto irônica observou Simonsen, uma parte inescapável do trabalho do economista é a recorrente justificação: “a economia é a ciência que justifica, no presente, porque suas previsões para o futuro deram errado no passado”.²¹² E é o que Furtado fará em sua “revisão” *Análise do Modelo Brasileiro*, de 1972, no qual procura desvendar como a economia brasileira crescia em meio à continuação da desigualdade. É importante notar que a afirmação de que era um modelo que criava ou mantinha a desigualdade eram convicções sem embasamento estatístico pleno e consolidado até 1973, quando seriam divulgados os dados do censo de 1970 e se efetuariam a comparação com o de 1960.

Os jovens economistas não alinhados ao regime, como Bacha e Malan, estarão bastante engajados na tarefa de entender esse “modelo brasileiro” e suas consequências sociais. Em uma postura a qual, sem qualquer embaraço, era considerada de esquerda. Décadas depois, em 1995, Bacha diria que a economia “se politizou” nos anos da ditadura, que isso fora preciso, pelo bem da democracia.²¹³

Aí vem a Esquerda

“O intelectual típico deixou de ser jurista para se tornar sociólogo, cientista político, economista (...) E do ponto de vista político, a intelectualidade tornou-se de esquerda”

Paul Singer, 1987.

A historiografia sobre os diferentes tipos de manifestações da esquerda brasileira é ampla e pouco concisa, não havendo um trabalho que tenha se proposto delinear com rigor o campo político brasileiro ao longo dos anos 1960-1980 e assim traçado uma definição do que exatamente seria “a esquerda”. Uma obra que, ao modo

²¹² SIMONSEN, 1969, página 12. (Brasil 2001)

²¹³ E concluía afirmando que “agora” isso não é mais necessário. Declarava, assim, sua confiança na ciência econômica do momento (1990-2000), que partia de pressupostos diferentes daqueles por ele esposados durante o regime militar. BIDERMAN; COZAC; REGO, 1996, p. 242.

da pesquisa de Klüger (2017) sobre o campo profissional dos economistas, se voltasse ao campo político certamente seria de muita valia. Tal estudo demandaria ampla pesquisa e seria importante contribuição não só à história política à história intelectual do país, dado o acentuado caráter político da intelectualidade no período.

Trazemos o texto de Paul Singer como ponto de partida para pensarmos o tema.²¹⁴ O argumento central do artigo de Singer versa, na verdade, sobre papel dos intelectuais, especialmente economistas, já no governo democrático iniciado em 1986, entretanto as primeiras seis páginas do texto trazem observações sobre período anterior, e contêm boas indicações para um estudo mais abrangente que venha a ser feito sobre a postura ideológica da intelectualidade brasileira dos anos 1960 ao início da década de 1980.²¹⁵ Assim como Singer, nos arriscaremos a fazer “generalizações arriscadas” sobre o tema, para definir os contornos essenciais do “campo” da esquerda e mostrar porque Bacha e Malan ali se encaixariam no Brasil da década de 1970.

Do início de 1960 ao final da década seguinte, viver no Brasil e sustentar um posicionamento político mais ou menos articulado implicava estar inserido em *duas polarizações*. Uma que se impunha de fora para dentro, geopolítica de vulto global: Estados Unidos *versus* União Soviética, a oposição entre capitalismo e socialismo (ou comunismo).²¹⁶ Como já vimos ao início do capítulo, essa primeira polarização agitou material e simbolicamente não só o Brasil, mas quase a totalidade das regiões do globo no período 1950-1980. A segunda polarização que, apesar de certa influência externa, pode ser considerada uma questão interna: a democracia e o autoritarismo.²¹⁷

²¹⁴ Há diversos trabalhos publicados nas últimas duas ou três décadas, muitos sendo frutos de pesquisas de mestrado e doutorado, sobre os movimentos políticos no Brasil, as guerrilhas, o marxismo. Em sua grande maioria escritos por pesquisadores simpatizantes e tributários desses movimentos e de seus ideais (como alguns inclusive deixam explícito, ver ARAUJO, M. P. N. Por uma história da esquerda brasileira. *Topoi*, v.3, n.5, 2002. Para um trabalho que abarca a questão da heterogeneidade dentro do campo da esquerda nos anos 1970, ver da mesma autora ARAUJO, M. P. N. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. Acreditamos que o conceito de “esquerda” no Brasil do século XX um bom tema para uma pesquisa em história dos conceitos.

²¹⁵ Ao que tudo indica, Singer escreveu essas primeiras páginas com base em sua própria experiência. Nelas, cita somente um trabalho, de Leoncio Martins Rodrigues, mas já com vistas a determinar as ideias principais das bancadas de cada partido na Câmara de deputados eleita em 1986. O estudo de Rodrigues de certa forma confirma as ideias de Singer, e por consequência as nossas.

²¹⁶ Sendo praticamente um sinônimo, porém com maior intensidade ideológica, já que socialismo poderia ter uma associação a políticos e regimes não necessariamente leninistas-marxistas.

²¹⁷ Não falamos na oposição “autoritarismo x Estado democrático de direito”, estamos enfatizando a questão do direito de voto às massas, pois a partir desse direito que outros poderiam vir a ser cumpridos (se já na letra da lei) ou estabelecidos.

Polarização 1 - global

Socialismo/comunismo (anticapitalismo) x Capitalismo (anticomunismo)

Polarização 2 - interna

Autoritarismo x Democracia

Conjugações:

Capitalismo Autoritário

Socialismo Autoritário

Democracia Capitalista

Democracia Socialista

As quatro posições se associavam e se conjugavam de diferentes formas (tanto como ideal futuro ou como realidade a ser imposta no presente). Como veremos, o espectro da esquerda englobava as combinações que não fossem o “capitalismo autoritário” (ou “anticomunismo autoritário”).²¹⁸ Expliquemos a direita, ou seja, aquilo/aqueles a que a esquerda se opunha.

A direita era composta basicamente pelos indivíduos que davam sustentação simbólico-ideológica ao capitalismo autoritário, assim ela nos parece de mais clara identificação, já que percorre dominante os anos de regime militar.²¹⁹ Estar aliado às forças dominantes significava declarar-se de “direita”, ou seja, revelar-se apoiador do autoritarismo que sustentava a dinâmica capitalista interna.²²⁰ No lugar de “capitalismo” poderíamos utilizar o conceito “anticomunismo autoritário”, até mesmo com maior

²¹⁸ Ou o “autoritarismo capitalista”, dependendo da ênfase que se escolha em uma ou outra das polarizações. Singer diz “pode-se sustentar que a maioria dos intelectuais brasileiros adota atitude crítica em relação ao capitalismo periférico, tal qual ele vem se desenvolvendo no Brasil”. O “capitalismo periférico” no Brasil era o capitalismo autoritário – sem entrar na discussão sobre a relação dos intelectuais com o governo Jango. Singer também já tinha em mente a discussão sobre distribuição de renda, travada principalmente por economistas.

²¹⁹ O capitalismo e o autoritarismo foram as características centrais ao longo de todo o regime (1964-1985), apesar das tendências estatizantes (e até anti-imperialistas) acentuadas em meados dos anos 1970 e da contenção progressiva da prática autoritária nos anos derradeiros de regime.

²²⁰ Apesar de haver certo espaço para uma figura como Carlos Lacerda ser considerado parte de uma “direita de oposição”, a direita era praticamente em sua totalidade formada por apoiadores e simpatizantes do regime.

precisão em certo sentido, pois a proposição do discurso dos militares se dava mais pela negação do comunismo do que pela afirmação do capitalismo. E optamos por posicionar “capitalismo” (ou “anticomunismo”) antes da palavra “autoritarismo”, pois acreditamos que o motor primeiro das atitudes políticas da direita encontra-se nas considerações a respeito polarização global.²²¹ Aqui não nos debruçaremos sobre as divisões existentes dentro da direita (por exemplo, militares linha-dura e “sorbonistas”), e consideraremos a direita de uma forma mais homogênea – o que nos parece razoável, dado o alto grau de organização institucional e hierárquica em que se assentava, ainda mais em relação às esquerdas. Perde-se um pouco, assim, a visão sobre os “pontos de interconexão” entre a esquerda democrática mais próxima a um capitalismo com democracia e a direita no poder, que seriam pessoas como por exemplo, no âmbito da economia, Isaac Kerstenetzky.

Enfim, para ser de esquerda era preciso opor-se em algum grau ao poder instalado, ao sistema ditatorial comandado por uma aliança militar-civil de discurso anticomunista. Resta entender brevemente os três posicionamentos ideológicos contrários ao “capitalismo autoritário”.

Refletindo sobre o autoritarismo, podemos dizer que o termo “autoritário” nunca foi exatamente uma bandeira para grupos e movimentos políticos no Brasil pós-Estado Novo. O autoritarismo era, e continuou sendo, uma palavra pejorativa – assim, não era um conceito a ser abraçado, mas antes uma *prática* que poderia ser instaurada. Isto é, o autoritarismo, nunca reconhecido no discurso, só se efetiva no exercício do poder: aqueles que praticam ou tencionam praticar atos arbitrários e violentos não se proclamam nem se prometem “autoritários”. Haveria sempre alguns substantivos ou adjetivos para dissimular a prática de arbitrariedades. Muito em voga na época, “revolução” e “revolucionário” além de encobrirem o autoritarismo, procuravam

²²¹ Apesar de estarmos cientes das tendências autoritárias recorrentes em movimentos políticos na história nacional, a nosso ver o autoritarismo do golpe de 1964 não é o ponto político-intelectual principal, é o meio pelo qual tal ponto principal é alcançado: barrar o comunismo (manter a prática capitalista) por meio da extirpação do populismo (visto como agitador) e dos movimentos pró-comunistas, para assim restabelecer a ordem. Fatos que sugerem essa leitura: inicialmente os militares pensavam em ficar cerca de um ano no poder e, restabelecida a ordem, voltar a algo próximo ao sistema anterior, no qual a democracia não afetasse a ordem e a dinâmica capitalista. Depois de desmontado o sistema político-partidário, será montada uma nova forma de estrutura partidária e eleitoral, uma espécie de “democracia controlada”, que matinha formas mas perdia conteúdo. O autoritarismo vai se intensificando à medida que encontra certa resistência em setores da sociedade, mas principalmente vai se tornando um sistema desejado para governar à medida que os militares se familiarizam com o poder, sem grandes obstáculos, inclusive contando com o respaldo de diversos setores da sociedade. Talvez o momento em que a polarização interna mais ameaçou sobrepujar a externa, e a composição “*autoritarismo* capitalista” foi mais cabível, tenha sido entre 1973-75, com as guerrilhas já superadas, e o modelo autoritário tendo se mostrado capaz de produzir alto crescimento econômico.

justificá-lo, e eram utilizados tanto pela direita no poder quanto pela esquerda mais radical; um outro bastante associado à direita era o termo “ordem”.²²²

Dentro do espectro da esquerda, existia o socialismo de viés autoritário. No entanto, o fato é que os grupos brasileiros que defendiam abertamente regimes socialistas-comunistas autoritários em outros países (URSS, China, Cuba), e que desejavam vir a implantar sistema similar internamente, nunca chegaram ao poder no Brasil. Assim, se falamos em um campo ideológico do “socialismo autoritário” no país, falamos do conjunto de pessoas que defendiam as ideologias e os sistemas de certos regimes socialistas além-fronteiras que haviam se mostrado autoritários – pessoas que normalmente viam a democracia como um teatro liderado pela burguesia.²²³

Igualmente à denominação “capitalismo autoritário”, pensamos que a composição verbal adequada seria “socialismo autoritário”, com a polarização global sendo mais enfatizada. No entanto, este não nos parece ser o caso dos outros dois posicionamentos que se encontram no espectro político da democracia, para os quais a polarização interna é mais importante. Para completarmos a figura da esquerda, precisamos adentrar esse campo que definimos como democrático, assim também chegando ao âmbito partidário.

Após o fim do sistema político constituído na frágil democracia de 1946-1964, apesar de algumas continuidades, houve um processo de ruptura, reagrupamento e redefinição ideológica. As quatro posições políticas de que falamos aqui não existiam antes com a mesma força que passarão a ter do final dos anos 1960 em diante. Se antes tínhamos, resumidamente, o varguismo (PTB), o antivarguismo (UDN) e um partido heterogêneo regionalmente de caráter mais centrista (PSD), que representavam de uma forma não muito clara esquerda, direita e centro; a partir de suas extinções e do AI-2 em 1965 ocorrerá a oficial institucionalização partidária da direita, na Aliança Renovadora Nacional (ARENA), e de uma possível esquerda, no Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Contudo, o MDB não se firmará como partido de oposição de fato até o início dos anos 1970. Bastante ilustrativo dessa carência de representatividade inicial do MDB é o episódio da Frente Ampla, um movimento de oposição ao regime militar lançado em finais de 1966, liderado por políticos como Carlos Lacerda (ex-

²²² Prova disso é a troca de paradigmas dos socialistas-comunistas: quando se revelou Stalin autoritário ou totalitário, desiste-se de seu exemplo. Posteriormente surge Mao e o exemplo chinês, que é também abandonado posteriormente. O exemplo cubano talvez seja o mais relativizado.

²²³ Sabemos, no entanto, que havia aqueles que defendiam tais regimes socialistas autoritários mas consideravam-se também democratas. A distinção entre as variadas visões socialistas não é simples e ultrapassa os limites desse trabalho.

UDN) e seus antigos adversários Juscelino Kubitschek e João Goulart (ex-PSD e ex-PTB, respectivamente). A Frente foi um fenômeno de crise de representação partidária: na ausência de lideranças de peso no MDB e na negação daquele formato partidário imposto, as figuras políticas de destaque no momento anterior procurariam assumir extraoficialmente a oposição.²²⁴

Como as definimos, então, as posições formadas pelas polarizações passam a existir mais propriamente após o golpe de 1964, que catapulta e destaca claramente a polarização interna. No caso da “democracia socialista” e da “democracia capitalista”, são posições que tenderam a confluir para um mesmo caudal ideológico, institucionalmente representado pelo MDB. Nesse grande grupo democrata, quase nunca era clara a distinção entre níveis de defesa do capitalismo e do socialismo, ou quais modalidades de capitalismo ou de socialismo seriam desejáveis –²²⁵ havia “um terreno cinzento de indefinição entre o liberalismo progressista e o socialismo, no qual uma grande parte dos intelectuais executa[va] manobras de avanço e recuo”.²²⁶ Digamos que um opositor democrático do regime militar poderia ir dormir ansiando por um socialismo libertário e acordar imaginando um capitalismo progressista e vice-versa. Existia uma decisão clara pela democracia, porém uma grande indecisão sobre os papéis futuros do capital privado e do Estado, o que se prolongaria até o início dos anos 1980. Na segunda metade da década de 1970 começaria a surgir a percepção entre os intelectuais brasileiros de que estavam imersos em uma oposição de objetivos indefinidos. Como manifestou Wanderley Guilherme dos Santos em 1978: “não está nada claro quem se opõe a quê e quem apoia o quê no Brasil contemporâneo”.²²⁷ Essa indefinição era possível por dois motivos principais.

²²⁴ DAVALLE, Regina A. *A frente ampla: um fenômeno de crise e deslocamento de representação (1966-1968)*. Campinas: IFCH-Unicamp. Dissertação de mestrado em Ciência Política, 1989. Ver também SOARES, Alessandro O.; TAUILL, Rafael M.; COLOMBO, Luciléia. O bipartidarismo no Brasil e a trajetória do MDB. *Sinais*, v. 1, n. 19, 2016.

²²⁵ Em figuras da política dos anos 1970, pertenciam a esse grande grupo heterogêneo, de Leonel Brizola a Ulysses Guimarães, de João Goulart a Franco Montoro, Plínio de Arruda Sampaio, Orestes Quércia, Tancredo Neves, Pedro Simon, Itamar Franco, Eduardo Suplicy, Fernando Henrique Cardoso, entre muitos outros.

²²⁶ SINGER, 1989, p. 65. Singer utiliza o termo “liberalismo progressista”, que a nosso ver se traduz em “capitalismo democrático”, mesmo que os liberais progressistas evitassem empunhar com clareza a bandeira do capitalismo. E talvez por isso mesmo Singer não use o termo capitalismo (-ista), ao passo que usa tranquilamente “socialismo”.

²²⁷ DOS SANTOS, Wanderley Guilherme. *Décadas de espanto e uma apologia democrática*. Rocco, 1998, p. 51. O ensaio foi produzido em 1977-1978, publicado como SANTOS, W. G. dos. A Práxis liberal no Brasil: proposta para reflexão e pesquisa. *Em Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas cidades, 1978.

Primeiro, a questão mais direta e premente: os riscos de marcar qualquer uma das posições. No âmbito da esquerda, existiam tanto o risco físico de ser abertamente socialista quanto o risco moral de afirmar-se capitalista. Os graus de liberdade para um intelectual declarar-se “socialista” e sustentar uma atitude oposicionista eram limitados por causa da repressão política do regime: passado certo limite, ou o enfrentamento, com consequente violência, ou o exílio. Em suma, socialistas autodeclarados existiam mas contidos em sua atuação. Por outro lado, se por ventura alguém dentro da intelectualidade decidisse mostrar-se publicamente “a favor do capitalismo”, isso muito provavelmente viria a ser interpretado por seus pares como um tipo de concordância com a retórica anticomunista, fundação ideológica do regime.²²⁸ Em praça pública, sustentando um grande corpo difuso de ideias, a esquerda acabava se definindo pela posição principal de não concordância com o poder militar-civil instalado. Já que não era necessário afirmar-se claramente a favor do capitalismo ou do socialismo para poder contrapor-se ao autoritarismo, e ainda havendo risco físico-político de um lado e risco de depreciação moral-intelectual do outro, por que marcar posição?

O segundo motivo para a indefinição relaciona-se ao primeiro, mas vai além dele, e diz respeito a um aspecto mais latente e pouco abordado pela historiografia do pensamento político da época. Deixar a indefinição para trás e marcar uma posição clara e rigorosa, do forma geral talvez não fosse visto como algo produtor ou entusiástico pelo futuro do Brasil. Dentro do espectro democrático, mas também entre os autoritários, por vezes de forma não tão explícita, compartilhava-se um pensamento de que o país poderia (e deveria) criar configurações e instituições sociais, econômicas e políticas com traços próprios. Decretar, então, um dos dois sistemas da polarização global como o destino da nação brasileira era algo equivalente a condená-la às mesmas frustrações das nações capitalistas e socialistas já patentes na década de 1970. A ânsia por um “futuro próprio” – característica da posição terceiro-mundista no pós-guerra – acentuou-se nos anos 1970 e, aliada às crescentes objeções aos dois sistemas polarizantes em suas existências concretas, dispensava a necessidade de galvanizar as carcaças do capitalismo primeiro mundista ou do socialismo soviético sobre o objeto pujante e promissor que era o Brasil. Essa talvez seja uma das causas da quase total concentração da pesquisa acadêmica nacional em temas relacionados ao Brasil, que implicava a falta de estudos comparados com outras realidades nacionais — inclusive a

²²⁸ Além de que poderia ser também considerada uma simpatia aos americanos e, para alguns, ao imperialismo, ambas depreciativas no campo da esquerda.

latino-americana — ou do sistema internacional.²²⁹ Apesar de permear mais o campo da esquerda, também influenciava o pensamento da direita – como veremos mais à frente, Edmar Bacha, Roberto Campos e Celso Furtado demonstraram claramente compartilhar dessa percepção, apresentando propostas distintas.²³⁰

Assim se constituiu um ambiente no qual as diversas posturas dentro do campo democrático existiam de forma mais potencial que concreta, pois ou estavam em constante mutação, sem proposições firmes, ou não se revelavam publicamente em todos seus contornos, isto é, não se levavam às últimas consequências lógicas e ideológicas. “O que proponho é capitalismo ou socialismo? De qual tipo? Como alcançá-lo?” não eram questões que os democratas almejassem responder com clareza e rigor.

A esquerda, então, se compunha da junção do “socialismo pró-autoritário” com “democracia socialista” fundida à “democracia capitalista”.

Gráfico 1 - Polarizações políticas e intelectualidade (Brasil 1970)

²²⁹ SORJ, B. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

²³⁰ Lahuerta fala que aos poucos o viés terceiro-mundista, o revolucionarismo etc foram sendo perdendo força; o que é verdade, porém até o final dos anos 1970 eles se manifestarão. Ver LAHUERTA, Milton. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. *Cadernos AEL*, v. 8, n. 14/15, 2010, p. 69.

O Gráfico 1 procura condensar e explicitar o espectro intelectual-ideológico do Brasil na década de 1970. Enquanto o capitalismo autoritário apresenta um corte destacado em relação ao socialismo pró-autoritário, também revela uma transição menos abrupta, ainda que curta e com restrições, para o campo democrático – isso demonstra como associar-se de alguma forma ao regime era algo que, quase inescapavelmente, colocaria um intelectual (ou político, artista etc) dentro do espectro “homogêneo” da direita. Novamente o caso de Isaac Kerstenetzky serve como ilustração: apesar de ter assumido a presidência do IBGE durante vários anos do Regime, assim sendo praticamente um quadro do governo ditatorial, Kerstenetzky não se situou dentro do campo da direita exatamente, permanecendo na zona de passagem entre o campo da democracia e do “capitalismo autoritário”. Se olharmos para como estão representados o socialismo pró-autoritarismo e sua transição para o campo da democracia, veremos uma zona bem mais alongada e um parco e imperfeito corte pontuando a mudança. Isso se deve ao fato de que os conceitos de democracia e de socialismo guardavam uma relação histórica de proximidade – ambos identificados com a ideia de governo do povo, de poder ao povo – que também valia no Brasil, ainda mais em uma conjuntura em que nem as instituições democráticas e nem a simbologia socialista faziam parte dos planos do governo do regime. Assim, existiam indefinições e movimentações dentro dessa grande área ligada ao conceito de socialismo. Contudo, indefinições e movimentações eram ainda maiores dentro do campo democrático, o qual conformava um espaço dinâmico que comportava “idas e vindas” sem grandes custos. Enfim, novamente, percebe-se as variações e heterogeneidades dentro do campo da esquerda (“Democracia” e “Socialismo/comunismo pró-autoritarismo”) e a aparente unicidade do campo da direita (“Capitalismo – anticomunismo – autoritário”)

Intelectualidade

Com vistas a explicar a intelectualidade no Brasil da década de 1970, recorreremos a alguns estudos de autores como Milton Lahuerta, Daniel Pécaut e Bernardo Sorj. Nessas interpretações, os intelectuais estariam inseridos, quase em sua totalidade, no campo que definimos como democrático – o que vai ao encontro da

afirmação de Singer de que o intelectual se tornara de esquerda.²³¹ Por mais objetivas que procurem ser, entretanto, essas análises estão em algum grau direcionadas no sentido de que elas próprias são resultados, ainda que razoavelmente distantes no tempo, do caldo de intelectualidade de esquerda formado entre os anos de 1960 e 1980. Isto é, os textos de Lahuerta, Pécaut e Sorj surgem no âmbito da pesquisa acadêmica-universitária brasileira de 1990 a 2010,²³² na qual a esquerda é o *mainstream* nas humanidades há décadas, tendo sido os anos 1970 fundamentais para o estabelecimento dessa situação. Assim, suas pesquisas sobre a intelectualidade partem de início já com a ideia de estudar “a esquerda”, e lhes escapa estudar o que existia de intelectualidade de direita e traçar a relação entre os dois lados. O que queremos salientar novamente é que a história do pensamento no Brasil por vezes tende a sofrer do não distanciamento em relação ao objeto – o que existe na história intelectual, mas talvez ocorra ainda em maior grau nos trabalhos de história do pensamento econômico. Não obstante, os textos dos três autores citados são boas referências para captar o que era a intelectualidade (de esquerda) àquele momento.

Reconhecendo o valor das análises feitas, não podemos, entretanto, deixar de notar um aspecto um pouco problemático, relacionado à questão abordada no parágrafo acima. Nos três textos, está presente a tendência a classificar como “paradoxal” (ou a expor manifestações no mesmo sentido) o fato de que governo ditatorial de direita colocou-se a criar universidades e valorizar cursos de pós-graduação tanto em ciências exatas quanto humanas, assim não só lançando as bases da moderna pesquisa no país para as décadas seguintes como também nutrindo a própria oposição intelectual-científica coetânea e futura.²³³ Ao utilizarem o conceito de “paradoxo”, “contraditório” ou similares, os autores, talvez mesmo sem intenção, revelam que sofrem alguma influência da interpretação, um tanto esquemática, até hoje dominante em boa parte da academia autorreconhecida como de esquerda sobre a história do período da ditadura.

²³¹ Como Sorj viveu também aquela época e destaca: “No Brasil os temas dominantes da primeira metade dos anos 70 tinham parâmetros que unificavam boa parte da intelectualidade; um inimigo: a ditadura militar; e um objetivo: a democratização.” SORJ, 2008, p. 87. Schwarz relata que depois de 1964 “entretanto, para surpresa de todos, a presença cultural da esquerda não foi liquidada naquela data, e mais, de lá para cá não parou de crescer”. SCHWARZ, R. *As ideias fora do lugar: ensaios selecionados*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

²³² Pécaut é francês mas estabeleceu laços com a academia brasileira e produziu seu trabalho aqui. Pécaut, D.. *Os intelectuais e a política no Brasil: Entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.

²³³ LAHUERTA, 2010, p. 58-59. Sorj se admira com a contratação de intelectuais e técnicos de esquerda pelo governo: “Nesse contexto, é de se admirar o triplo processo de absorção de intelectuais sem cooptação ideológica, de acúmulo de poder de decisão burocrática sem maiores consequências políticas, e de “convivência pacífica” entre o regime autoritário e uma intelectualidade contestadora”, ver SORJ, 2008, p. 69.

Essa visão levada a seu limite desconsidera qualquer tipo de benefício ou avanço que as muitas e diversas políticas aplicadas entre 1964 e 1985 possam ter trazido, pois a atenção está totalmente voltada para os malefícios do regime ditatorial – supressão de direitos, repressão, violência de Estado. É a necessidade política ainda presente de se opor a essas práticas condenáveis do “capitalismo autoritário” e suas derivações posteriores – necessidade herdada dos que de fato a ele se contrapuseram – que enseja o não distanciamento em relação ao objeto. Enfim, se quisermos procurar alguma espécie de “outra versão”, do lado da escassa produção de textos históricos da direita, a tendência é praticamente idêntica, mas com o sinal inverso.²³⁴

Não se trata aqui de afirmar uma pretensa imparcialidade de nossa análise, e sim de buscar na medida do possível uma leitura que não se guie por laços ou constrangimentos políticos ou por visões hegemônicas. Na verdade, a sugestão de interpretação que faremos, sobre o “positivismo tardio” dos militares, surge por vezes tanto na visão da direita quanto da esquerda, mas é pouco ou nada trabalhada por ambas.²³⁵ Refletindo sobre os incentivos à pesquisa e a relativa aceitação da intelectualidade de esquerda vindos do regime, sem nos aprofundarmos muito no assunto, é possível identificar que dentro da ideia de progresso do governo ditatorial militar-civil sempre esteve incluída a necessidade do avanço científico, e em moldes que poderiam ser descritos como ainda herdeiros do positivismo brasileiro – claro, atravessado e moldado por concepções de modernização características do século XX.

Desde o Segundo Reinado, o positivismo no Brasil teve muitas faces e nas primeiras décadas do século XX forneceu substrato a outras concepções que o sucederam – os diferentes tipos de apoio ao “varguismo” (de militares e civis), o socialismo, ou ainda, em menor grau, o integralismo, entre outras possíveis correntes identificáveis.²³⁶ Apesar da complexidade e diversidade positivista e das metamorfoses ocorridas, um traço fundamental da doutrina teve longa duração: a ideologia altamente cientificista, isto é, a valorização das ciências exatas, naturais e também, com bastante peso, sociais que servissem à prática política, como base necessária para o bom

²³⁴ Dentre o pouco que existe de literatura “de direita” sobre o período, os pontos tendem a se inverter: a justificação (ou mesmo desconsideração) do lado opressor do regime.

²³⁵ Pelo lado da esquerda, mais por falta de interesse e por seguir a visão dominante, e pelo lado da direita por falta de amplitude e potencial acadêmico (são minoria e tem escasso apelo, assim as possibilidades de arrebanharem bons quadros acadêmicos são muito pequenas se comparadas às da esquerda).

²³⁶ Sobre integralismo, ver DI CROPANI, Ottaviano de Fiore. Prestes, o nacional desenvolvimentismo e a revolução mundial. *Lua Nova*, São Paulo, n. 31, p. 209-228, Dec. 1993.

governo.²³⁷ Dentre as tendências que sobrevieram nos anos 1920-1940, talvez os socialistas-comunistas tenham sustentado com menor ênfase tal ideal científico, pois, não tendo o poder governamental em mãos, nem a esperança de herdá-lo em sucessões “normais”, estavam interessados em primeiro lugar em realizar uma revolução cujo embasamento provinha de modelos e conceitos científico-sociológicos já determinados, e cujos objetivos gerais não eram exatamente nacionalistas mas antes “internacionalistas”. Isto é, parte significativa dos socialistas creditavam pouco valor às singularidades nacionais e propunham conquistar o poder para construir uma sociedade em aliança com suas similares em um bloco socialista internacional – ainda que tenham existido pensamentos socialistas mais atentos às questões nacionais.²³⁸ Os mais conservadores (ou menos revolucionários) e mais “nacionalistas”, no entanto, pensando no poder estabelecido e em sua continuação ou evolução, sempre sob ordem e autoridade de governo, declaravam enfaticamente essa necessidade do avanço científico e de sua aplicação para entender a sociedade e governá-la com vistas a alcançar o progresso – e assim o caldo positivista ia sendo recheado de novas fontes intelectuais e referências políticas.

Oliveira Vianna é um exemplo de continuação dessa valorização da ciência – e especificamente da ciência social – em um período posterior, o qual o positivismo, seus conceitos originais e fontes não alcançaram (ou no qual já haviam sido reformados e reformulados). Ao final dos anos 1940, Oliveira Vianna exporia claramente suas ideias a este respeito: retomando proposições do republicano Alberto Torres, que fora seu professor, afirmaria que ambicionava a expansão do estudo da sociologia não como uma “investigação pela investigação”, mas antes como um fundamento de “orientação pragmática, como um processo de coleta de dados concretos, sobre os quais se deveria apoiar a solução objetiva e realística dos nossos problemas nacionais”.²³⁹ O autoproclamado “idealismo orgânico” de Oliveira Vianna seria calcado na observação – e assim deveria proceder o Estado, baseado na experiência, com a qual poderia antever o desenvolvimento futuro da sociedade. As elites estatais deveriam entender que “o poder que tem de modificar ou suprimir qualquer elemento da ordem social” só poderá

²³⁷ que em seu limite almejava a criação de uma espécie de “moral científica” no corpo social. Apesar de certas tendências positivistas religiosas terem acabado até mesmo renegando em parte as ciências naturais.

²³⁸ O PCB de 1922 não era identificado com o nacionalismo. Prestes oscilava entre o internacionalismo e o nacionalismo.

²³⁹ OLIVEIRA VIANNA, Francisco J. *Instituições Políticas Brasileiras*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999, p. 405.

ser exercido “eficientemente dentro de certas condições – *obedecendo às leis da ciência social*; do contrário o fracasso é certo”.²⁴⁰ Tal “objetivismo tecnocrático”,²⁴¹ de certa forma, já estava em curso no país.

Dois dos mais importantes avanços nesse intuito de modernização foram o processo de criação e ampliação do IBGE e as políticas de expansão universitária encetados ao longo dos anos 1930.²⁴² Não se pretende alegar qualquer singularidade do caso brasileiro em empreender tal ampliação da produção de bases científicas para a ação governamental, o que há muito já era a regra em diversos países europeus – e o próprio Oliveira Vianna reconhecia exemplos mais contemporâneos, citando os esforços do governo de Herbert Hoover (1929-1933) em prover dados e análises sociais nos EUA.²⁴³ O que talvez distinga esse “cientificismo” brasileiro do caso norte-americano, e o aproxime de alguns casos europeus e latino-americanos, é sua conexão com uma forte preponderância do Estado frente às iniciativas privadas, o que abria um amplo espaço para o dirigismo “científico estatal”, levado a cabo por um eventual autoritarismo.

Tais tendências terão importância na postura dos militares – desde os surtos tenentistas, passando pela Revolução de 1930, o exército de certa maneira foi institucionalizando o espírito modernizante herdeiro do positivismo (não esquecendo que Getúlio, mesmo com suas muitas e cambiantes posições, nasceu, estudou e se tornou político em ambiente altamente influenciado por ideias científicas e positivistas, cujo maior expoente foi Júlio de Castilhos). As novas gerações de oficiais do exército que ascendiam na carreira demonstravam a influência de ideais tenentistas de modernização, na onda da Revolução de 1930, o nacionalismo modernizador de Vargas. Na fundação da Escola Superior de Guerra em 1949 e em seu funcionamento nas décadas seguintes, o pensamento modernizante científicista esteve presente, já

²⁴⁰ OLIVEIRA VIANNA, [1949] 1999, p. 439 (grifo no original).

²⁴¹ Sobre a herança epistemológica do positivismo em Oliveira Viana ver SILVA, Ricardo. Liberalismo e democracia na Sociologia Política de Oliveira Vianna. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 10, nº 20, jul./dez. 2008, p. 252.

²⁴² SAMPAIO, Helena. Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990. *Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo (NUPES)*, Documento de Trabalho, v. 8, 1991.

²⁴³ “...há que destacar, nesta evolução dos espíritos, o ato de Hoover, instituindo e nomeando, em 1929, o President’s Research Committee on Social Trends, que realizou o maior inquérito social até hoje feito, com critério científico, sobre o povo e a sociedade americana. Nele figuraram sociologistas, economistas, estatistas, demografistas, pedagogistas, higienistas, juristas, publicistas, cientistas – mais de meio cento deles – escolhidos entre os mais autorizados professores e sociólogos das suas maiores Universidades – Harvard, Columbia, Yale, Chicago, Washington, Pensilvânia, Michigan, etc., e dos seus maiores centros de pesquisas. O ato de Hoover representou, realmente, a primeira proclamação – e o primeiro reconhecimento oficial do mundo – da íntima conexão entre as ciências do Estado e as ciências da sociedade e da indispensabilidade destas para a solução dos problemas daquelas. Este decreto marcou evidentemente uma nova etapa ou um novo ciclo para a história das ciências sociais”. Oliveira VIANNA, [1949] 1999, p. 385.

influenciado por tendências americanas e francesas mais contemporâneas – se as referências ao positivismo e a seus pensadores haviam sido paulatinamente substituídas, o espírito empírico-positivo se manteve. Importante lembrar que os generais Castelo Branco, Costa e Silva, Médici e Ernesto Geisel, ainda que não fossem radicais, haviam compartilhado de ideais tenentistas renovadores e apoiado ativamente a Revolução de 1930.

Enfim, nos anos 1960, entre boa parte dos oficiais do Exército existia um apreço pelos altos estudos: compreender a nação, sua sociedade, dinâmica econômica, inserção geopolítica etc. eram pontos fundamentais, nos quais comungavam com diversos civis. Isso significava que as ciências sociais não seriam desprezadas pelos militares e civis a eles associados, e sim incentivadas – e com peso. Não obstante, tal incentivo visava impulsionar as pesquisas somente em sua forma “realmente científica”, ou seja, não popularizada nem partidarizada – em uma prática que nos parece bem positivista-autoritária.²⁴⁴ Wanderley Guilherme dos Santos afirma que o movimento militar de 1964 assumiu a agenda dos propositores do “autoritarismo instrumental” dos anos 1930, isto é, seguiu ideias como as de Oliveira Vianna.²⁴⁵ Apesar do conceito de “autoritarismo instrumental” ser bastante discutível, não há como negar as semelhanças entre as atitudes tomadas para ampliar a base científica da atuação estatal pelos militares e o discurso autoritário dos anos 1930-1940.

Enfim, se houve repressão política e violência praticada pelo regime, não é possível afirmar que houve uma profunda ideologização da ciência. De maneira diferente do que houve em regimes totalitários – como nos casos da influência da cosmovisão nazista sobre a ciência social e biologia humana, ou do Lysenkoismo na URSS com seu materialismo biológico-agrícola, nos quais o discurso científico foi

²⁴⁴ Na historiografia, encontra-se normalmente o positivismo como uma ideologia ou um conjunto de ideias presentes no Brasil de meados do século XIX até a Primeira República. Alguns poucos trabalhos falam em um positivismo dos governos de Getúlio, o qual teria herdado tal pensamento dos positivistas sul rio-grandenses, como Júlio de Castilhos. Porém é pouco usual tratar o conceito de positivismo em análises sobre o regime ditatorial dos militares. Por certo desde os governos de Getúlio a fonte intelectual positivista (textos e pensadores) já era considerada atrasada, ou seja, não era mais mencionada como fonte ou argumento. Contudo, o importante é que os fundamentos básicos permanecem no espírito político, principalmente dos militares. A própria Maria da Conceição Tavares, em uma fala que abordaremos no próximo capítulo, afirmou que eram positivistas as intenções dos militares e civis do projeto colocado em frente de 1964 a 1985. Exemplo de obra que cita positivismo de Getúlio: BOSI, Alfredo. O positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração. Em PERRONE-MOISÉS, Leyla. (Org.). *Do Positivismo à Desconstrução – Idéias Francesas na América*. São Paulo: Edusp, 2004.

²⁴⁵ Santos entende que a ideologia econômica pregada desde 1964 fora liberal, mas vê que a prática foi estatal (empresas, monopólios, investimentos). Então afirma que “as ações políticas e econômicas do governo não foram inteiramente coerentes com suas crenças políticas e econômicas, como alguns liberais doutrinários de hoje podem atestar”. Ver SANTOS, [1978] 1998, p. 50.

arreatado pela política, pela ideologia – o que ocorre na ditadura brasileira é a tentativa de compartimentação entre ciência e política: o discurso científico deveria existir, com seus debates, posições e oposições, mas não poderia ultrapassar os limites e adentrar a vida política (partidária, comunitária, de massas etc). Ocorria o cerceamento das liberdades políticas, mas a valorização dos espaços científicos. É claro que a linha divisória entre esses campos de atividade social acabava sendo definida na prática do autoritarismo daqueles que constituíam o governo. Essa posição está posta desde os primeiros anos do regime, mas se intensificaria com o AI-5 e começa a ser flexibilizada em meados dos anos 1970 e com a anistia em 1979 é superada.

O governo não só realizou a reforma universitária de 1968,²⁴⁶ como proporcionou ao longo dos anos 1970 a criação (ou recriação) instituições acadêmicas que abrigariam opositores (como a Unicamp e a UnB),²⁴⁷ e ainda contratou intelectuais e técnicos de tendências democrático-esquerdistas para dentro dos órgãos estatais e paraestatais, em sua maior parte quadros médios, mas alguns também alcançaram quadros de direção na estrutura burocrática, ao nível estadual e mesmo federal – como por exemplo a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), que mantinha ligação estreita com a UFRJ e os acadêmicos de esquerda.²⁴⁸ As políticas e os projetos de modernização e expansão dos aparelhos de Estado requeriam uma elevada soma de profissionais trabalhando, e não era viável ao governo escolher somente quem compactuasse com sua visão política e nem trazer o número necessário de detentores das técnicas e do conhecimento à sua ideologia desenvolvimentista autoritária de direita. Desse modo, a tendência estatizante e propositora de planejamento também acabou por levar economistas (e engenheiros) de esquerda para a administração pública.²⁴⁹

²⁴⁶ Sobre a reforma ver FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006; e MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educação & sociedade*, v. 30, n. 106, 2009. Trecho deste último artigo: “Criaram-se condições propícias para que determinadas instituições passassem a articular as atividades de ensino e de pesquisa, que até então – salvo raras exceções – estavam relativamente desconectadas. Aboliram-se as cátedras vitalícias, introduziu-se o regime departamental, institucionalizou-se a carreira acadêmica, a legislação pertinente acoplou o ingresso e a progressão docente à titulação acadêmica. Para atender a esse dispositivo, criou-se uma política nacional de pós-graduação, expressa nos planos nacionais de pós-graduação e conduzida de forma eficiente pelas agências de fomento do governo federal. Nos últimos 35 anos, a pós-graduação tornou-se um instrumento fundamental da renovação do ensino superior no país”.

²⁴⁷ Sobre a criação da Unicamp, Eloi Lima traz fatos relevantes, apesar da interpretação muito ligada às posturas de esquerda dos anos 1960 e 1970. Ver LIMA, Eloi Jose da Silva. *A criação da Unicamp: administração e relações de poder numa perspectiva histórica*. Unicamp: Dissertação de mestrado, 1989.

²⁴⁸ SORJ, 2008, p. 69

²⁴⁹ Segundo Sorj, esse foi mais um episódio do clientelismo brasileiro entre o poder e as classes médias, pois SORJ, 2008, p. 69. “esses financiamentos tiveram como efeito uma generalização de um novo tipo de acadêmicotécnico, de universitário que adquire uma dimensão tecnocrática. Assim, a velha oposição

Se o pensamento de esquerda existia dentro de universidades federais e outros órgãos do Estado, mas de forma mais contida, ele iria procurar projetar instituições próprias, agregando tanto quem estava fora das organizações estatais quanto quem estava dentro. É o que acontece com o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).²⁵⁰ Apesar de estarem afastadas dos núcleos de decisão central e de serem cerceadas pela censura, as ideias de esquerda continuariam a compor a maior parte da área da produção de conhecimento e cultura, como ocorrera nos anos 1960.²⁵¹

Com sede em São Paulo, o Cebrap foi fundado em 1969 e recebeu financiamento norte-americano por meio da Fundação Ford. Talvez o principal motivo de ter conseguido se manter ativo mesmo durante os anos mais repressivos do regime (1968-1974) – não sem sofrer pressões ocasionais – foi sua atuação pautada pela postura acadêmico-científica e não partidária (pelo menos até o MDB tomar vulto na segunda metade dos anos 1970). O centro não surge com uma proposta intelectual bem definida e sim com um propósito político-institucional, reunindo diversos nomes entre os quais não haveria necessariamente uma convergência teórica: tratava-se em grande medida de garantir espaço e voz a opositores do regime. Não tinham identidade intelectual, mas isso até certo ponto, pois, como quase a totalidade dos jovens acadêmicos nas humanidades, partilhavam, sim, de um “marxismo difuso” – referência necessária ao ethos de esquerda –²⁵² mesmo que a questão mais doutrinária importasse pouco para a maioria.²⁵³ Enfim, o centro transformou-se na principal referência da geração de cientistas sociais nascida nas décadas de 1930 e 1940 e atuante na de 1970.²⁵⁴

USP/ISEB se dissolveu na prática num novo tipo de cientista social com formação acadêmica sólida e visão crítica da sociedade, mas que funciona como especialista (técnico ou consultor) de instituições públicas”. SORJ, 2008, p. 70.

²⁵⁰ LAHUERTA, 2010, p. 58, nota 4. LAHUERTA, 2010, p. 58-59.

²⁵¹ Um episódio ilustrativo da quase impossibilidade de um produtor de cultura manifestar apoio à ditadura foi o caso da ascensão e queda de Wilson Simonal como artista.

²⁵² LAHUERTA, 2010, p. 67. Pécaut mostra, seguindo análise de FHC, que o marxismo servia como identidade coletiva, havia se tornado uma “‘ideologia média’ dos universitários”. PECAUT, 1990, p. 296-297.

²⁵³ “... As correntes que, à esquerda do PCB, recusavam-se a levar em consideração as eleições, o MDB e o tema da conquista da democracia, reiterando — mesmo com a truculenta destruição das organizações de esquerda armada — a expectativa de algum tipo de solução insurrecional para pôr termo à ditadura”. LAHUERTA, 2010, p. 67. (ainda em 1976, um artigo de Leôncio Martins Rodrigues e Ottaviano de Fiore sobre o papel de Lênin na criação da burguesia soviética, publicado na revista *Estudos CEBRAP*, provocou grande alvoroço”

²⁵⁴ SORJ, 2008 pp. 58, 88, 94. Segundo Sorj, vindo das ciências sociais na USP, o Cebrap tinha “cientificidade”, diferente do que ocorrera no ISEB, “os futuros membros do Cebrap adquiriram um sólido treinamento em formular uma análise social expurgada da retórica ideológica. Este será um dos aspectos “fortes” dos trabalhos do Cebrap e, inclusive, de certa forma, facilitará sua sobrevivência no período de repressão do regime militar. A censura tem dificuldades com pesquisadores que não utilizam a

Os economistas não eram a maioria, mas estavam presentes no Cebrap desde o início. Logo ao raiar de 1970, em um dos primeiros e mais importantes debates do Centro, foi colocado em discussão o texto *Além da Estagnação* de Conceição Tavares e José Serra,²⁵⁵ que traria as primeiras visões heterodoxas formalizadas sobre o “milagre econômico” recém-percebido. Paul Singer e Francisco de Oliveira, economistas e pesquisadores ativos da instituição, também publicariam livros com críticas às características do desenvolvimento brasileiro nessa mesma conjuntura.²⁵⁶ Os “mesões” do Cebrap congregavam intelectuais de outras instituições, principalmente do Sudeste, mas a fama e as publicações atingiam a intelectualidade em nível nacional. Para ressaltar a importância das questões econômicas nos debates, dentre todas as conferências realizadas pelo Cebrap de março de 1972 a setembro de 1981, o tema “Economia Brasileira” foi o mais recorrente (27 conferências, sendo 18 entre 1972 e 1976). Pela classificação de Sorj, os outros dois temas de conferências mais recorrentes foram “Teoria social e metodologia” (22) e “Estruturas Sociais” (22).²⁵⁷

Edmar Bacha e Pedro Malan, como jovens economistas do Sudeste, também participariam de reuniões, mesões e palestras do Cebrap ao longo dos anos 1970.²⁵⁸ Dentro desse quadro, os dois faziam parte da “geração intermediária” de cientistas sociais que estava inserida no movimento da crescente profissionalização da “classe”.

retórica de tipo partidária para expressar suas idéias, mesmo que elas sejam, às vezes, de inspiração marxista” SORJ, 2008, p. 16. Francisco Weffort apresentava ideias que davam espaço à rebelião proletária, um movimento organizado pelos próprios proletários era possível. “Essa condição possibilita ao Cebrap exercer um papel diretivo na elaboração intelectual que terá fortes reflexos na cultura política do período e que garantirá a Fernando Henrique Cardoso uma condição de *intelectual que lidera intelectuais*, sem precedentes na história do país. Tal condição afortunada, com o auto-exílio de Florestan Fernandes durante os anos 70, torna-se absolutamente incontestável no cenário acadêmico”. LAHUERTA, 2010, p. 65. Segundo Pécaut, FHC e Cebrap contribuíam para que o marxismo não adquirisse caráter dogmático: “Cardoso e o cebrap têm uma função maior nas estratégias intelectuais, que se revestem de três aspectos centrais: mediação entre as diversas correntes marxistas e entre as correntes marxistas e não-marxistas; teorização em relação direta com a conjuntura; abertura para as organizações políticas”. PÉCAUT, 1990, pp. 296-297.

²⁵⁵ Lahuerta diz que o texto foi discutido em 1969 e Sorj insinua que foi em 1971. LAHUERTA, 2010 p. 68; SORJ, 2008, p. 54.

²⁵⁶ Francisco de Oliveira e Paul Singer “Crítica da razão dualista” (1972) e “As contradições do milagre” (1973).” E de Fernando Henrique Cardoso sobre “O regime político brasileiro”. SORJ, 2008 p. 54.

²⁵⁷ SORJ, 2008, p. 56.

²⁵⁸ “A pós-graduação da Unicamp começa em 1974, se não me engano. O Luciano Coutinho era o coordenador da pós-graduação e nós tínhamos reuniões regulares no Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). Lá, quem participava das discussões eram a Conceição, o Pedro Malan, o Chico de Oliveira, o Paul Singer, o João Manuel, eu o Wilson Cano, e o Celso Furtado, que ia muito lá quando vinha ao Brasil, participava das discussões, mas o Celso era assim muito caladão... O Edmar Bacha ia também. Hoje em dia as pessoas ficam pasmas de ver como é que se reunia tanta gente, mas era um momento de frente única contra a ditadura. Depois houve divergências, o que é muito natural; terminada aquela pressão sobre a ditadura, cada um tomou o caminho que lhe parecia mais compatível com a sua formação”. Entrevista com Belluzzo, em *CADERNOS do DESENVOLVIMENTO* (Rio de Janeiro), v. 6, n. 9, 2011.

Essa geração entrava em choque com a geração anterior a respeito da concepção do cientista social, o qual era concebido como um pensador que procurava entender a sociedade de forma ampla e se propunha a modificá-la. O novo papel que os cientistas sociais tendiam a desempenhar, o de profissionais em uma sociedade “estabelecida”, sob as regras da concorrência, da produção etc. Antonio Candido e Florestan Fernandes serão críticos desse novo papel do cientista social, que viam como não transformador, de profissional apegado às instituições.²⁵⁹ A “geração intermediária” era aquela que ascendia com seus quadros intelectuais nos anos 1970, que prosperou conjuntamente à reforma universitária e surfou na onda da modernização científica realizada com aceitação e a impulsão do Estado brasileiro e de financiadores norte-americanos (ANPEC, ANPOCS, SBF, SBQ etc).²⁶⁰

Na primeira metade da década, começara a surgir uma espécie de grande união institucional-partidária, em uma articulação entre o MDB, o Cebrap, a SBPC, o jornal *Opinião*, e outros, que formariam a base para o protagonismo político assumido pelos intelectuais ao longo da década.²⁶¹ Um dos momentos decisivos para a criação desse partido amplo entre os políticos e intelectuais democratas ocorreu nas eleições de 1974. Em 1972, ainda teria ocorrido de intelectuais se pronunciarem a favor do voto nulo, mas, já em 1974, muitos deles participam da campanha.²⁶² Representantes do MDB haviam ido até o Cebrap no início de 74,²⁶³ e nesse movimento de ampliação da base de apoio conseguiria ótimos resultados nas eleições de 1974. O povo, as massas, entretanto, ainda estavam distantes de qualquer protagonismo na política, e essa era uma das razões da grande importância política da intelectualidade, de certa forma ocupava um espaço político-midiático-formal na ausência da participação popular mais

²⁵⁹ Várias vezes, Florestan Fernandes denuncia esses ‘profissionais’ e universidades que, na realidade, endossam a organização capitalista: ‘A especialização quase sempre é um dos requisitos da maneira pela qual se entende a profissionalização do cientista na sociedade capitalista’ (Fernandes, 1978: 144). Ou ainda: ‘A profissionalização responde muito mais aos requisitos de segurança econômica e de competição estreita do que às grandes ambições de trabalho’ (Fernandes, 1975a: 84)”. Ver em PÉCAUT, 1990, p. 286-288.

²⁶⁰ Sociedade Brasileira de Química, Sociedade Brasileira de Física e Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais.

²⁶¹ LAHUERTA, 2001, p. 58

²⁶² PÉCAUT, 1990, p.300

²⁶³ “Desde os primeiros contatos, quando os intelectuais do Cebrap foram procurados pelos deputados Ulisses Guimarães e João Pacheco Chaves, para ajudar na elaboração do programa do MDB, no início de 1974, o argumento mobilizado para justificar a colaboração fora a necessidade de fortalecimento da sociedade civil. No limite, é como se o MDB, ao buscar os intelectuais, pudesse ser identificado como o partido da sociedade civil, passando a contar com uma “justificação”, com uma “teoria” que poderia lhe proporcionar, inclusive, o eixo de que ele necessitava para estabelecer um nexos mais sólido com as massas urbanas emergentes.” LAHUERTA, 2001, p. 69, nota 18.

significativa. Com o ressurgimento da vida partidária em 1980, e a sua expansão sem precedentes na história do país, os intelectuais começarão a sair de cena.²⁶⁴

Na próxima seção analisaremos as publicações de Bacha e Malan dos anos 1970, ficará claro que faziam parte da esquerda democrática, indefinida em termos propositivos. Na sequência, procuraremos mostrar que as expectativas de uma nova configuração social no Brasil existiram durante os anos 1970 tanto entre a esquerda quanto entre a direita.

Economistas e intelectuais públicos

Nos primeiros anos da década, os economistas estavam imersos na análise dos dados do acelerado crescimento do período,²⁶⁵ em meio ao “milagre” as metas de expansão econômica estabelecidas para os anos vindouros acabavam até mesmo sendo ultrapassadas: por exemplo, era esperado que o nível real de investimento fixo bruto aumentasse 58% de 1969 a 1973 e o resultado prático foi um aumento de 62,9% apenas no período 1970-1973. Entre 1971 e 1973, a formação bruta de capital fixo correspondeu em média a 21% do PIB, chegando a 22,4% em 1973, e não houve diminuição clara da parcela do investimento público dentro do investimento total, dado que os investimentos estatais também cresceram cerca de 20% ao ano entre 1967 e 1973 – mantendo a participação do setor público em cerca de 50% do investimento total ou algo ligeiramente abaixo. O governo também empreendeu um amplo esquema de subsídios e incentivos fiscais para promover setores e regiões específicas, e que passaram a fazer parte da política industrial do governo. O BNDE, em grande medida um financiador de investimentos públicos, vinha aumentando a parcela de seu capital emprestada ao setor privado, de modo que já a partir de 1968 os financiamentos à iniciativa privada concedidos pelo banco seriam mais da metade do total de seus financiamentos.²⁶⁶

²⁶⁴ Já a partir de 1964 e depois se intensificando, “as exigências políticas adquirem, por força das circunstâncias, precedência sobre as exigências sociais. O ‘povo’, no sentido de ‘massas populares’, torna-se longínquo. Sua falta de reação coletiva diante do golpe e sua posterior marginalização pelo regime autoritário fazem ressurgir o sentimento de sua estranheza e, talvez como consequência, o das distâncias sociais. A ‘hegemonia de esquerda’ também se manifesta no desabrochar de uma sociabilidade política que já não tem que se enredar com os andrajos populares”. Em PÉCAUT, 1990, p. 204; Pécaut está falando de 1964-1969, porém a análise é válida para a continuação nos anos 1970.

²⁶⁵ Inclusive discutindo a construção das séries históricas dos dados econômicos que servia a também para entender o que significava “o milagre” em comparação com outros períodos de crescimento no Brasil. BACHA, Edmar. Algumas dificuldades de interpretação dos dados sobre a indústria de transformação nas Contas Nacionais. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 1, n. 2, 1971.

²⁶⁶ LAGO, L. A. C. do. *Milagre Econômico Brasileiro*. In: ABREU et al., 2010.

É nesse contexto de alto crescimento, sustentação do forte papel do Estado como investidor e aumento dos financiamentos estatais aos projetos privados, que Bacha e Malan escreverão seus respectivos artigos discutindo quais deveriam ser os critérios e objetivos dos financiamentos/investimentos e, dessa forma, o próprio sentido crescimento econômico brasileiro. A discussão sobre critérios de aplicação de recursos para o desenvolvimento econômico, claro, não era uma novidade, já ocupava parcela da literatura internacional, com diversos textos publicados nas décadas de 1950 e 1960,²⁶⁷ mas para os economistas brasileiros ainda era um campo a ser explorado, pois praticamente inexistia produção acadêmica nacional sobre o tema – a publicação em uma revista nacional do primeiro artigo dedicado ao tema sendo da autoria de um brasileiro ocorreria somente em 1970.²⁶⁸

Como mencionamos páginas atrás, ao retornar ao Brasil em 1970, Bacha começara a lecionar na EPGE-FGV e também fora contratado pelo IPEA como economista sênior. E é justamente na recém-criada revista do IPEA, *Pesquisa e Planejamento Econômico* (PPE), que serão publicados tais textos: o de Bacha et al., “A análise da rentabilidade macroeconômica de projetos de investimento no Brasil”, em meados de 1971, que condensava as ideias de trabalho mais extenso (o relato de pesquisa *Análise governamental de projetos de investimento no Brasil*);²⁶⁹ e o de Malan, “A rentabilidade macroeconômica de projetos de investimento”, em finais de 1972, quando já havia retornado de Berkeley (nesse mesmo ano) e voltado a trabalhar no

²⁶⁷ Entre diversos outros, por exemplo: CHENERY, H. B. Comparative advantage and development policy. *The American economic review*, v. 51, n. 1, 1961; KAHN, A. E. Investment criteria in development programs. *Quarterly Journal of Economics*, v. 65, n. 1, 1951; CHENERY, H. B. The application of investment criteria. *Quarterly Journal of Economics*, v. 67, n. 1, 1953; TINBERGEN, J. The Relevance of theoretical criteria in the selection of investment plans. Em MILLIKAN, M. F. (ed.) *Investment criteria and economic growth*. Cambridge: Cambridge University Press, 1955.

²⁶⁸ HOLANDA, A. N. Problemas de Avaliação de Projetos em Países Subdesenvolvidos. *Revista Brasileira de Economia*, v. 24, n. 3, 1970. O qual será citado no artigo de Bacha, sendo a única citação não estrangeira e já publicada sobre o tema (excetuando um trabalho interno do IPEA de 1971 da autoria de Clóvis de Faro, e a tese de Carlos Langoni, que ainda era “inédita”). No texto de Holanda, todas as fontes e referências são estrangeiras. Podem ser achados alguns outros artigos similares publicados anteriormente no Brasil, mas ou eram obras traduzidas de estrangeiros ou tinham um propósito um pouco distinto, como a rentabilidade privada (e também utilizavam fontes e referências estrangeiras). Ver por exemplo o texto e as referências de ARAÚJO, G. S; SILVA, J. A. G. da. Benefício-custo: um critério de avaliação de projetos. *Revista DAE*, v. 29, n. 73, 1969. E também de MACHLINE, Claude. Análise de investimentos e inflação. *Revista de Administração de Empresas*, v. 6, n. 18, 1966.

²⁶⁹ BACHA et al. A análise da rentabilidade de projetos de investimento no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 1, n. 1, 1971. Bacha era o principal economista dentre os autores; Aloísio de Araújo, Milton da Mata e Rui Mondenesi haviam acabado de concluir em 1969 o mestrado pela EPGE, e foram contratados no ano seguinte pelo IPEA. Ver também BACHA, Edmar et al. *Análise governamental de projetos de investimento no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1971.

IPEA – parte do texto fora produzida ainda nos EUA como requisito para a cadeira de Planejamento Econômico em 1971.

Já a notar pelo título, o intuito de Malan era dialogar com o texto de Bacha, e aí poderemos perceber indicações de suas tendências políticas e metodológicas. Em retrospectiva, esse diálogo foi uma espécie de preâmbulo das muitas questões que seriam tratadas pelos autores em sua ascensão como economistas de esquerda nos anos 1970, pois enunciava temas (que aparecerão ao longo do capítulo) como a especificidade da dinâmica econômica no subdesenvolvimento; a necessidade do planejamento; a escassez de divisas; a caracterização da economia brasileira como tendo dois setores, o moderno e o tradicional; a diferenciação entre nordeste e sul-sudeste; a necessidade de maior incorporação de força de trabalho pelo setor moderno (sem brusca queda no salário real); e, englobando essa última questão, a necessidade ética e econômica da redistribuição de renda. Com esses pontos em mente, começaremos pela caracterização que Bacha et al. fazem da economia brasileira, da qual Malan não parece discordar.

Sobre as especificidades das economias do terceiro mundo, o raciocínio de Bacha et al. parte da ideia de que tanto nos países capitalistas desenvolvidos quanto nos socialistas era possível teoricamente alcançar um “sistema ‘correto’ de preços”, o qual implicaria uma “extraordinária eficiência alocativa” – a prática não seria tão virtuosa quanto a teoria, mas tenderia a ela.²⁷⁰ Não era esse o caso das economias subdesenvolvidas, nas quais, dados os imensos problemas práticos de falhas de mercado e escassez de capacidade político-administrativa, não se estava nem perto de uma dinâmica concorrencial eficiente nem de um controle estatal eficaz. Nessa situação precária, constatava-se um “fracasso do sistema de preços de mercado”, e os países não teriam os recursos para se autocorrigir via o próprio mercado ou mesmo via planejamento central (fosse socialista ou capitalista de Estado). Assim, o planejamento deveria ser praticado, mas em moldes político-administrativos mais descentralizados, cujos órgãos de aplicação de recursos, no entanto, tivessem regras de decisão comuns estabelecidas centralmente.²⁷¹ É justamente por trás da regra de decisão que se encontra a formulação teórica, o cálculo econômico que fornece as bases para o conceito de

²⁷⁰ Sobre a eficiência alocativa em uma economia socialista, citam os textos clássicos de Oskar Lange e Abba Lerner.

²⁷¹ Pensavam em um organismo central de planejamento, que estabeleceria “parâmetros nacionais de decisão”, delegando a órgãos descentralizados as decisões sobre os projetos de investimento propriamente ditos, desde que fosse estabelecido um “mecanismo de ‘feedback’”, o qual pudesse “realizar ‘checks’” na análise dos órgãos executores e também dispor de mecanismos punitivos, caso necessário

rentabilidade macroeconômica ou social.²⁷² Diferentemente do que ocorria nas análises do setor privado, que não cogitava das distorções globais e utilizava os preços de mercado e suas previsões, a rentabilidade observada pelo governo dependeria de preços que refletissem a escassez relativa dos fatores na economia nacional como um todo – seriam os preços sociais para os três recursos fundamentais: *mão-de-obra*, *capital* e *divisas*. A necessidade dos preços sociais para estes três fatores provinha da existência de distorções em seus respectivos mercados: desemprego e subemprego urbano e rural (excesso de mão-de-obra não ou semiqualeificada); desequilíbrio no balanço de pagamentos (escassez de divisas) que gerava restrição de importações; escassez de fundos de inversão que implicava “uma reduzida taxa global de investimentos”.²⁷³ O tema no limite remonta ao trabalho dos pioneiros Rodan, Nurkse, Hirschman e seu debate sobre a internalização das externalidades.

Não pretendemos entrar mais detidamente nos diversos meandros técnico-empíricos do artigo, mas é preciso dizer qual o sentido dos resultados encontrados, ou seja, dos custos sociais calculados: o custo social da mão de obra seria mais barato que o custo monetário (salário mínimo); o custo social do capital mais caro que o custo privado; e custo social do câmbio maior que o custo de mercado.²⁷⁴ Ou seja, no plano racional, em comparação com o que seria a avaliação privada, haveria três “incentivos” a serem combinados: utilizar mais mão de obra, aplicar menos capital (investir onde o capital fosse mais produtivo que a média), e gastar menos divisas. Cada projeto teria sua combinação de fatores, e assim seriam comparadas pelos seus somatórios dos custos. Após os cálculos, a decisão final ainda dependeria dos objetivos básicos da política econômica do governo – os autores sugerem três: o aumento do padrão de vida

²⁷² Uma análise “estritamente macroeconômica”, tal qual uma matriz de insumo-produto e suas derivações (baseada em conceitos “físicos”, rígidos, como “adequação da estrutura da oferta aos padrões da demanda”, “requisitos de infraestrutura”, “balanços materiais”, “metas setoriais” etc.). que novamente marcava distância de Primeiro e Segundo mundos, já que não se guiava por moldes mais socialistas (tal qual uma matriz de insumo-produto), nem mais capitalistas (próximos ao cálculo com preços de mercado).

²⁷³ BACHA et al., 1971, p. 39.

²⁷⁴ Segundo os cálculos, o custo social da mão de obra no Centro-Sul seria algo entre 60 e 70 por cento do custo privado (o salário-mínimo), no Nordeste de 50 a 60 por cento. Para calcular o custo de oportunidade do capital, usa dados da SUDENE e das 500 maiores S.A's do país, além de cálculos de taxa de retorno contidos no doutorado, ainda “inédito”, de Carlos Langoni. Custo privado de oportunidade do capital: 15% a.a. e a rentabilidade média social será acrescida de 5% a.a., chegando a 20%, mas na verdade 18% seria uma taxa adequada para o cálculo de desconto. Custo social das divisas: utiliza artigo de Malan e Bergsman para falar de proteção redundante e usa seus dados. Em suma, após propor o método que havia desenvolvido no trabalho com Taylor, afirmará que para a “avaliação de projetos no setor moderno, contudo, uma atitude mais protecionista parece indicada; por isso, aconselha-se a utilização de uma taxa superior em 25% à taxa de mercado como um índice crítico de rejeição de projetos de investimentos no Brasil, ainda que se saiba que esta sobretaxa esteja algo superestimada”. BACHA et al., 1971, pp. 55, 66.

geral no presente; a aceleração da taxa de crescimento do produto nacional; e “a melhoria na distribuição de renda gerada, em direção a uma menor desigualdade social”.²⁷⁵ Segundo o raciocínio, no plano ideal, a redistribuição de renda não deveria ser feita por meio de escolha de projetos – em detrimento dos objetivos de eficiência e crescimento – porém, na falta de instrumentos específicos (política tributária-fiscal), a seleção de projetos de investimento acabava sendo um meio eficaz para alcançar o objetivo da redistribuição. Assim, se tivesse tal intuito, o governo deveria priorizar projetos que absorvessem maior quantidade mão-de-obra proveniente dos setores de baixa produtividade (basicamente subsistência).

Ao enveredarem por argumentações como essa, Bacha et al. estavam seguindo bastante de perto um manual de análise de projetos industriais em países em desenvolvimento publicado pela OCDE em 1969.²⁷⁶ Apesar de citarem apenas duas vezes tal texto, traziam do livro não só esse “dilema instrumental” sobre análise de projetos, mas também, notará Pedro Malan, o próprio cálculo do custo social da mão-de-obra e a formulação do custo de capital, de forma que, à exceção do cálculo sobre o custo social das divisas, o trabalho de Bacha et al. estava em grande parte baseado em tal publicação.

Malan escreverá seu artigo com o principal propósito de realizar uma análise crítica da proposta de cálculo desse manual da OCDE, escrito por Ian Little (1918-2012) e James Mirrlees (1936-2018) – a crítica à proposta do texto de Bacha et al. viria por consequência. Os autores, Little e Mirrlees, eram economistas britânicos ligados à Universidade de Oxford, de tendências políticas levemente à esquerda no cenário dos países desenvolvidos, propositores de políticas de redistribuição de renda, e que embasavam seus estudos em concepções teóricas neoclássicas – isto é, eram politicamente progressistas e metodologicamente mainstream.²⁷⁷ Nesse ponto, é

²⁷⁵ BACHA et al., 1971, p. 38.

²⁷⁶ LITTLE, Ian Malcolm David; MIRRLEES, James A. *Manual of industrial project analysis in developing countries, Vol. II: Social Cost Benefit Analysis*. Paris: OECD Development Centre of the Organization for Economic Co-operation and Development, 1969. O parágrafo de Bacha et al. que fala sobre a situação de falta de instrumentos para redistribuir renda e considera a análise de projetos como um meio não ideal mas possível para alcançar tal objetivo parece ser diretamente derivado de uma passagem do Manual de Little e Mirrlees. Ver BACHA et al., 1971, p. 46, e LITTLE; MIRRLEES, 1969, pp. 42-45.

²⁷⁷ Sobre Little: Ver FLEMMING, J. S.; LITTLE, I. M. D. *Why we need a wealth tax*. Londres: Methuen, 1974. “Por muitos anos, o trabalho de Little como economista de desenvolvimento não lhe deu entrada na comunidade de economia do desenvolvimento do Reino Unido. O círculo de economistas de desenvolvimento do Reino Unido era então uma loja fechada dominada por uma visão “estruturalista” que considerava os países subdesenvolvidos uma família separada, à qual os métodos ortodoxos (e especialmente os neoclássicos) não tinham aplicação. O papel dos preços no desenvolvimento econômico foi subestimado porque eles eram vistos principalmente como relacionados à distribuição, no que

possível notar a relação dos dois economistas brasileiros com essas características dos escritores do Manual. Em termos da leitura geral dos problemas do subdesenvolvimento e da “postura ética” frente a eles, não parece haver grande conflito: compartilhavam do mesmo diagnóstico da precariedade social e de certas especificidades econômicas e estavam empenhados em corrigir os mesmos problemas. É na questão metodológica, então, que se concentram as diferenças.

Em seus textos, tanto Bacha et al. quanto Malan citam nominalmente a “economia neoclássica”, no sentido de classificá-la como um método de investigação específico – denotando que a abordagem neoclássica não era o único meio de se fazer ciência econômica, de forma bastante explícita no caso de Malan, como revela uma frase sua na primeira página: “[neste artigo] restringimo-nos de forma deliberada ao universo de discurso da teoria neoclássica”.²⁷⁸ Bacha et al. terão menos problemas com essa autoimposição do método neoclássico e, assim, farão seu exercício intelectual à imagem do de Little e Mirrlees. Com outra postura, Malan tecerá comentários críticos tanto de forma externa quanto interna ao método. Uma das críticas “externas” era que modelos de programação linear, de equilíbrio geral, como os que *Manual* sugeria, não produziam custos sociais verossímeis o suficiente para servir à análise projetos, sempre necessitando de correções *ad hoc*, provenientes da experiência e das perspectivas dos analistas envolvidos no cálculo. Porém, apesar das “evidentes limitações de um modelo de programação geral da determinação dos custos sociais”, um exercício “no marco da teoria neo-clássica” serviria à “importante finalidade de oferecer um contexto teórico para a discussão”.

A crítica “interna” consistia em acusar a falta de clareza do *Manual* ao expor suas hipóteses: as fórmulas para determinação dos custos sociais em “economias mistas” estavam “implicitamente relacionadas a um modelo de otimização extremamente simplificado”.²⁷⁹ O intuito era mostrar as implicações das restrições

poderiam ser facilmente compensados pela taxaço e pela regulaço de preços. John Hicks e Thomas Balogh não apreciavam o trabalho de Little” (tradução nossa); essa passagem em BLISS, C. JOSHI, V. Ian Malcolm David Little 1918–2012. In Biographical Memoirs of Fellows of the British Academy, XIII, 315–349. The British Academy, 2014. Disponível em

<https://www.thebritishacademy.ac.uk/publications/little-ian-malcolm-david-1918-2012>

Já Mirrlees foi assessor do Partido Trabalhista Britânico nas décadas de 1960 e 1970, começou seu trabalho com a suposição de que o governo deveria tirar dinheiro dos ricos e doá-lo aos pobres (apesar de depois ter se tornado defensor do *flat tax*, porcentagem de imposto de renda igual para todos). Ver

<https://www.britannica.com/biography/James-Mirrlees> e também

<https://www.nobelprize.org/prizes/economic-sciences/1996/mirrlees/biographical/>

²⁷⁸ MALAN, 1972, p. 275.

²⁷⁹ MALAN, 1971, p. 276.

aplicadas mas não explicitadas nos cálculos do texto da OCDE. O custo social da mão-de-obra seria dado pela fórmula $C - (C - M)/S$; onde “C” é o salário no setor dinâmico (urbano-industrial), “M” é o salário (rendimento) no setor tradicional-agrícola, e S um indicador de quanto valeria o aumento de renda do trabalhador – $(C - M)$ – em termos de investimento, ou seja, o benefício de um reinvestimento ao invés de uma contratação. Dado que C é maior que M, o custo social do trabalho teria variação entre o maior possível, C, e o menor possível, M – no primeiro caso S seria muito alto (investimento valeria infinitamente mais), fazendo $(C - M)$ tender a zero; e no segundo, haveria um S baixo, tendente a 1. Assim, definir S seria fundamental para definir o custo social da mão de obra e então quais seriam os projetos priorizados para financiamento, e nesse ponto Malan fará a crítica de que Little e Mirrlees haviam utilizado meios pouquíssimos claros e discutíveis de se chegar a um valor para S – um cálculo de otimização temporal com alto grau de arbitrariedade. Tal crítica vale para Bacha et al., mas com os atenuantes de que acabaram chegando a um valor de S baixo em seu exercício, se comparado ao nível de S estimado pelos economistas britânicos, e propuseram escolher projetos com uma maior utilização de mão-de-obra, principalmente em áreas pobres, como o Nordeste brasileiro.

O que Malan deseja destacar é que não é somente após as equações serem estabelecidas e os cálculos feitos que, então, poderiam ser introduzidos juízos de valor e normas sociais dentro do problema. No próprio processo de definição das fórmulas e execução dos cálculos já está implícita uma valoração. Mesmo se houvesse dados detalhados e disponíveis, a ideia de que se pudesse “obter um conjunto de verdadeiros custos sociais”, “objetivamente determinados”, era uma falácia – os custos sociais sempre dependem da “estrutura do modelo de otimização subjacente”.²⁸⁰

Malan não era, no entanto, o único crítico. E relativizando comentários de outros economistas ainda mais duros em relação ao *Manual*, ressalva que o propósito de Little e Mirrlees foi de contribuir para o conhecimento e a prática de como superar problemas do desenvolvimento, ainda que o resultado tenha revelado aspectos bastante controvertidos. As fórmulas utilizadas não eram tão complicadas e misteriosas como dizia uma crítica, e se um economista tivesse dificuldade de aplicá-las efetivamente, isso seria causado não por singularidades e defeitos do livro, mas do próprio método neoclássico em sua empreitada. Assim, pois

²⁸⁰ MALAN, 1971, p. 278-280.

‘o economista profissional’ está sempre sujeito a ficar ‘exasperado’ ao abordar problemas ‘práticos’ do desenvolvimento econômico valendo-se apenas das construções hipotético-dedutivas da teoria neo-clássica.²⁸¹

Vale destacar aqui que o conceito de economia neoclássica era amplamente utilizado mas não era tão bem definido assim. De Vroey e Duarte, caracterizam de duas formas possíveis a “síntese neoclássica” do pós-guerra: ou integrar a economia keynesiana e a walrasiana, sendo a primeira para o curto prazo e a segunda para o longo; ou levar em frente modelos macroeconômicos alternativos em ‘harmonia’ (como Solow, Modigliani e outros teriam feito, ao avançar tanto em ideias keynesianas quanto em ideias walrasianas). Solow, por exemplo, afirmou ter trabalhado com ambos, mas caracteriza o modo keynesiano de fazer modelos como “não market-clearing” e walrasiano como fazer “market-clearing”.²⁸² Assim, constatando que o intento de construir uma síntese de fato dos programas de pesquisa walrasiano e keynesiano não foi bem sucedida, De Vroey e Duarte afirmam que o que existia era um consenso e não uma síntese, havia mais um pluralismo metodológico que uma integração de abordagens. De qualquer maneira, do ponto de vista de muitos economistas nos países do Terceiro Mundo, as críticas às ideias neoclássicas repousariam mais sobre seu caráter “market-clearing”, isto é, sobre sua leitura de eficiência alocativa em uma economia de mercado, o que não acreditavam ser o caso dos países subdesenvolvidos. No caso da crítica de Malan, mesmo que o *Manual* não consistisse em um *market-clearing* total, pois propunha uma leitura para “correção do mercado” e assim um certo espaço para decisões não completamente determinadas por maximizações, no fim a extração de parâmetros para serem utilizados consistia ainda em elaborar funções de produção, com fronteiras de produção e “taxas marginais de transformação” dadas quantidades de capital e trabalho; também funções de utilidade, com maximizações temporais, levando em conta consumo e poupança etc. Como se pode constatar no apêndice para economistas profissionais ao final do *Manual*.²⁸³

Nesses seus primeiros textos como economistas de esquerda, já está de certa forma marcada a diferença entre os dois: Bacha está a meio caminho da posição confiante na racionalidade e no Estado, enquanto Malan está tendendo ao centro. Nesse sentido, dado um razoável nível de “afinidade ético-política” (que compartilhava com Little e Mirrlees), Bacha poderia, em um exercício sobre decisões racionais do Estado,

²⁸¹ MALAN, 1972, p. 299.

²⁸² DE VROEY, Michel; DUARTE, Pedro Garcia. In search of lost time: The neoclassical synthesis. *The BE journal of macroeconomics*, v. 13, n. 1, 2013.

²⁸³ LITTLE; MIRRLEES, 1969, pp. 251-267.

utilizar o método neoclássico, mesmo não depositando nele todas suas fichas.²⁸⁴ E a crítica de Malan à abordagem neoclássica se justificava menos por acreditar em algum outro método claro de raciocínio científico-econômico, e mais por desaprovar a alta confiança que os neoclássicos – mainstream e dominantes – depositavam na capacidade de sua racionalidade ser neutra e assim ser deter o monopólio científico para o embasamento de políticas governamentais que trouxessem transformações benéficas à sociedade.

Nos primeiros anos da década, Bacha e Malan começariam a ter seus nomes citados na imprensa como referências técnicas, mas logo a questão política assumiria contornos claros, e começariam a aparecer publicamente como economistas de oposição.

Bacha nos anos 1970

A primeira citação significativa na imprensa a um trabalho de Bacha que encontramos ocorre em agosto de 1972, André Franco Montoro refere-se a Bacha, como apoio técnico-científico, em argumentação contra a ideia de que o processo de desenvolvimento tinha de ser necessariamente concentrador e intensivo em capital.²⁸⁵ É provável que Montoro estivesse se referindo às ideias do artigo “O subemprego, o custo social da mão-de-obra e a estratégia brasileira de crescimento”,²⁸⁶ no qual Bacha aprofunda sua argumentação sobre a existência de uma grande parcela de população marginalizada do processo de modernização industrial. Tal contingente significava um “imenso potencial produtivo inexplorado na economia”, e a integração dessa mão de obra além de ser uma “necessidade” também seria uma contribuição para o processo de desenvolvimento do Brasil. Dentro do sistema não existia uma contradição entre os objetivos de crescer e redistribuir a renda – uma afirmação que contradizia a já então popularizada “teoria do bolo”, primeiro crescer e depois dividir. O tom é contundente e combativo, como o próprio Bacha admitiria.²⁸⁷

O pano de fundo da análise é um modelo dualista que remonta ao trabalho pioneiro de Arthur Lewis, “Economic Development with Unlimited Supplies of

²⁸⁴ Como ficará claro em suas próximas publicações.

²⁸⁵ *Jornal do Brasil*, 23 ago. 1972, p. 3.

²⁸⁶ BACHA, Edmar. O subemprego, o custo social da mão-de-obra e a estratégia brasileira de crescimento. *Revista Brasileira de Economia*, v. 26, n. 1, 1972. Publicado anteriormente em espanhol, BACHA, Edmar. El subempleo, el costo social de la mano de obra y la estrategia brasileña de crecimiento. *El Trimestre Económico*, v. 38, n. 152, 1971.

²⁸⁷ BACHA, 1976, p. 10.

Labour”²⁸⁸ já um clássico àquela altura, citado indiretamente por meio da citação de Bacha ao artigo de Harris e Todaro, inserido na literatura que se aprofundou no processo econômico-social da migração entre campo e cidade, e que de alguma forma foi reconfigurando e incrementando o modelo original dualista em face de fatos observados no continente africano.²⁸⁹ As modificações vão no sentido de compreender mais detidamente os determinantes da absorção da mão de obra do setor de subsistência pelo setor capitalista e também as características da “excessiva” migração para os centros urbanos e seus arredores.

Nessa linha, Bacha analisa o caso do Brasil e vê o principal foco de subemprego, mão de obra não e semi-qualificada e emigração, na região chamada de “Grande Nordeste”, que abrigava além dos estados nordestinos, ainda Minas Gerais e Espírito Santo. Depreende que, apesar das amplas áreas de pobreza em constante fluxo populacional para as cidades, na decisão do empresariado privado não haveria estímulo para um investimento que empregasse muita mão de obra, mas sim para aquele mais intensivo em capital, pois diversas medidas do arcabouço institucional-econômico orquestrado pelo governo militar tendiam a baratear o custo do capital e a punir relativamente a utilização da mão de obra. Bacha relata que um dos principais argumentos dos economistas governistas era que a taxa de crescimento da economia iria cair caso fossem aplicadas tais políticas de inserção da mão de obra. Respondendo a isso, afirma que, mesmo se ocorresse alguma diminuição na taxa de crescimento devido ao consumo ganhar mais espaço em detrimento da poupança (pois, se incorporada, a mão de obra a nível de salário mínimo teria poupança nula), usar isso como argumento seria uma atitude “simplista além de elitista”.

Simplista porque ignora a possibilidade de o Governo criar esquemas de poupanças forçada tais como os engenhados no Plano de Integração Social, os quais recuperem, pelo menos em parte, as taxas de poupanças anteriores. Elitista, porque prefere uma situação que, apesar de maior taxa de poupança, caracteriza-se por uma alta taxa de consumo suntuário, a uma situação que, a despeito de menor taxa de poupança, caracterizar-se-ia por uma maior taxa de consumo popular. Dados os objetivos de redistribuição de renda, não é nada claro que uma situação com maior taxa de crescimento e maior consumo proporcional dos ricos seja a priori preferível a uma situação de menor taxa de crescimento e maior consumo proporcional dos pobres.²⁹⁰

Quando Bacha escreve em 1971/72 esse artigo, os dados do censo de 1970 ainda não haviam sido divulgados, e o que utiliza para comprovar a desigualdade são dados de

²⁸⁸ LEWIS, W. A. Economic Development with Unlimited Supplies of Labour. *The manchester school*, v. 22, n. 2, 1954.

²⁸⁹ HARRIS, John; TODARO, Michael. “Migration, unemployment, development: a two-sector analysis”. *The American Economic Review*, v. 60, n. 1, 1970.

²⁹⁰ BACHA, 1972, p. 114.

1969 sobre o mercado de trabalho.²⁹¹ Após a argumentação e a apresentação de estatísticas sobre salários e relação trabalho-capital no Brasil, a conclusão de Bacha é de que, tendo “a indústria brasileira uma das piores performances mundiais em matéria de absorção de mão de obra”, a retórica elitista da “teoria do bolo” deveria ser abandonada e dar lugar a uma política de estímulo às indústrias intensivas em trabalho. Ao final, aventa algumas estratégias, retomando a questão dos incentivos a projetos de investimento.

[incentivar] fundos 34/18 forte e exclusivamente ligados à relação capital-mão-de-obra dos projetos; pagamento pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) dos encargos trabalhistas das indústrias do Nordeste, com fundos 34/18; substituição de pelo menos parte dos encargos trabalhistas por impostos indiretos à semelhança do Plano de Integração Social (PIS); etc. Ao nível dos investimentos públicos, devem-se iniciar contabilizações de custos que considerem como encargos os custos sociais da mão-de-obra e do capital e não seus custos privados.

Quando perguntado, em 2019, sobre como poderia ter sido conciliado uma maior abertura do mercado brasileiro (como também propunha) com esses incentivos a indústrias intensivas em trabalho, com menor produtividade e preços maiores, Bacha citou o seu texto “Venezuela y el Grupo Andino”, publicado no *El Trimestre Económico* em 1970. Contudo, é um pouco difícil entender como o arranjo exposto para que a Venezuela conseguisse entrar no grupo sem as condições especiais como possuíam Bolívia e Equador, pudesse se aplicar ao caso brasileiro. Uma proposta que está no texto e que parece poderia ser aplicável ao Brasil consistia em uma sugestão de Kaldor: baixar tarifas, sim, mas desvalorizando o câmbio e aumentando os impostos sobre exportações (que teriam aumentado) para subsidiar importações.

Uma desvalorização geral da moeda combinada com a imposição de direitos de exportação sobre os produtos primários que deixariam inalterada a receita da exportação dos produtores em moeda nacional. O produto do direito de exportação poderia então ser utilizado para subsidiar importações importantes, a fim de evitar os efeitos inflacionários dos preços de importação mais elevados sobre o custo de vida.²⁹²

No entanto, não encontramos o caso de essa proposta ser trazida por Bacha para o caso brasileiro, com vistas a conciliar investimentos intensivos em trabalho e rebaixamento das tarifas aduaneiras.

Ainda em outubro de 1972, outra citação a Bacha na imprensa – dessa vez menos clara em seu sentido político – em matéria sobre uma disputa em torno da alíquota do “salário-educação” – encargo trabalhista destinado a financiar educação

²⁹¹ Quando os dados do censo foram divulgados, ampliou-se a controvérsia, pois os governistas “se defenderam” dos argumentos dos economistas da oposição lançando a tese de Langoni, que seria rebatida.

²⁹² KALDOR, Nicholas. Los tipos de cambio duales y el desarrollo económico”. *Boletín Económico de América Latina*, v. 9, n. 2, 1964.

primária dos filhos de trabalhadores, criado em outubro de 1964 e regulamentado em 1965, que correspondia inicialmente a 2%, e depois a 1,4% do salário mínimo (regional). Consultores do Ministério da Educação afirmavam que um aumento da alíquota teria “consequências inflacionárias” que viriam a corroer o próprio valor real salário-educação, em prejuízo ao trabalhador, e falavam de um trabalho de Edmar Bacha como fonte – o jornal não traz a informação completa, mas provavelmente se referiam a *Encargos trabalhistas e absorção de mão-de-obra*, livro resultante de pesquisa feita no IPEA, junto a Matta e Modenesi.²⁹³

Como já explicitado, havia grande discussão entre economistas no Brasil sobre emprego da mão de obra e do capital, constituição da força de trabalho, taxa de ocupação – tais assuntos movimentavam a intelectualidade e a elite executiva-empresarial e política brasileira (principalmente do sudeste brasileiro). Envolvendo em debates figuras como Francisco de Oliveira do Cebrap, Rubens Vaz da Costa (presidente do BNH à época), o ex-senador João Pedro Gouveia de Carvalho Vieira, Franco Montoro, Octavio Ianni entre outros.²⁹⁴ Bacha terá diversos textos publicados a respeito dessas temáticas, o relato de pesquisa em coautoria com Modenesi e Matta é mais um exemplo.

A visão de que a absorção de mão-de-obra na indústria brasileira no Pós-Guerra havia sido “desconcertantemente baixa” estava presente, dessa vez como ponto de partida da pesquisa. Assim, procuravam os motivos de tal fato, e fazendo os cálculos econométricos, relacionando os custos de empregar trabalhadores na indústria à quantidade de trabalhadores no setor, chegaram ao resultado de que, no percurso 1945-1969, “um aumento de 10% no custo da mão-de-obra correspondeu a uma redução média de 4,3% no emprego industrial”. Não deixavam de enfatizar os fatores tecnológicos para a baixa absorção de trabalhadores, ou seja, o crescimento de indústrias mais intensivas em capital: “os aumentos do custo da mão-de-obra tiveram importância relativa menor do que os fatores tecnológicos” para explicar o fato. Porém, o objetivo principal do trabalho era medir a sensibilidade do emprego aos custos, o que foi feito, e daí provinham suas indicações:

²⁹³ Bacha publica junto com Milton da Mata e Rui Lyrio Modenesi o livro *Encargos trabalhistas e absorção de mão-de-obra*, pelo INPES/IPEA da “coleção relatórios de pesquisa”. BACHA, E.; MATTA, M. & MONDENESI, R. L. *Encargos Trabalhistas e Absorção de Mão-de-Obra*. Rio de Janeiro: Ipea, 1972. Ver *Folha de São Paulo* 15 out. 1972, 2º caderno, p. 21. A alíquota do salário-educação era 1,4% em 1972.

²⁹⁴ *Jornal do Brasil*, 27 mar. 1973, revista econômica/mercado de trabalho, p. 4.

Como, ademais, uma parcela importante desses custos é constituída por encargos trabalhistas, os resultados obtidos autorizam-nos também a prever a eficácia de um programa de absorção de mão-de-obra baseado na progressiva redução desses encargos.²⁹⁵

Assim, dever-se-ia financiar os gastos sociais da previdência não com encargos trabalhistas, que reprimiam o crescimento do emprego, mas com “recursos orçamentários” provenientes de impostos – por exemplo, sobre valor adicionado; haveria margem para implementar esse imposto, sem afetar a rentabilidade das empresas, e assim sem suprimir o aumento da absorção.²⁹⁶ Apesar de não poderem abordar a questão política da implementação, acreditavam que as razões que haviam recolhido a partir de sua pesquisa empírica deveriam fundamentar o raciocínio estatal-governamental:

[dadas] as dificuldades tão claramente visíveis que a econômica brasileira tem encontrado para absorver os excedentes de mão-de-obra no campo e na cidade, parece evidente que as considerações aqui feitas devam ser tomadas em conta na execução da política governamental.²⁹⁷

Antes de seu próximo artigo ser publicado em junho 1973, Edmar Bacha recebe um convite para assumir a reestruturação (quase uma recriação) do departamento de economia da UnB, no qual seria inaugurado um curso de mestrado também. A UnB, ainda mais que outras universidades, nascera no ímpeto desenvolvimentista – como a própria capital Brasília – e com uma identidade muito ligada à esquerda e, assim, foi abalada pela tomada do poder pela direita.²⁹⁸ Após situações conturbadas nos anos 1960, envolvendo demissões e repressão, os militares retomaram a iniciativa de fomentar a universidade.

A reestruturação do Departamento de Economia da UnB se iniciou em 1971-72,²⁹⁹ e a responsabilidade de escolher os quadros que iriam comandar esse processo recaiu sobre Isaac Kerstenetzky, presidente IBGE designado pelo ministro Reis Velloso em 1970 (ficando até 1979). Era um economista de perfil altamente técnico, o que não queria dizer que não dispensasse atenção às questões sociais, na verdade foi a partir de sua gestão que o IBGE passou a produzir estatísticas sociais, que inclusive davam base

²⁹⁵ BACHA; MATTA; MODENESI, 1972, pp. 31-32.

²⁹⁶ BACHA; MATTA; MODENESI, 1972, cap. 4 e cap. 5.

²⁹⁷ BACHA; MATTA; MODENESI, 1972, pp. 32-33.

²⁹⁸ Gunder Frank esteve lá na época da fundação da UnB, fora convidado por Darcy Ribeiro, em 1962, como professor de teoria antropológica, uma das primeiras fontes da Teoria da Dependência. Relacionou-se com Theotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini e Vania Bambirra.

²⁹⁹ CABELLO, Andrea et al. A História das Origens do Departamento de Economia da Universidade de Brasília. *O Eco da Graduação*, v. 1, n. 1, 2016. José Carlos de Azevedo era quem “comandava” financeiramente o projeto. Foi vice-reitor da universidade e, em 1976, reitor; “era da Marinha e era PhD em Física pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT). Apesar de vice-reitor, Azevedo era visto como o centro de poder da universidade”.

para a oposição ao governo. Kerstenetzky acabou por indicar Maria da Conceição Tavares e Edmar Bacha para a tarefa na UnB – os economistas escolhidos teriam “carta branca”, poderiam exercer suas funções acadêmicas e institucionais com liberdade. Tavares não pôde aceitar o convite, mas Bacha sim, e em 1972 começa a organizar o processo e então em 1973 desvincula-se da FGV e do IPEA e vai para Brasília.

O curso de economia tinha, no quadro de professores, Edmar Bacha, Lauro Campos, Flavio Versiani, Teresa Ribeiro, Cristovam Buarque e Luis Paulo Rosenberg. Versiani chegou “em 1971 junto com o Charles [Mueller], e depois vieram o Chico Lopes e o Dionísio Carneiro” – Bacha atraiu esse pessoal. Havia abundância de recursos e isso facilitava a contratação e o financiamento de estudos no exterior.³⁰⁰ A ideia era que o departamento tivesse uma composição eclética. Em mais de um relato, Bacha se refere de algumas formas diferentes a suas expectativas da época, o que indica as diversas ideias e perspectivas que mesclava naquele momento: em um relato diz que aquela seria a “Cambridge do planalto” – podendo ser dos EUA (MIT) ou a inglesa. em outro relato cita a Cepal “que usasse a técnica da academia americana para a análise de temas relevantes da economia brasileira e latino-americana, conforme descortinados pela Cepal”. E também seria uma alternativa aos mestrados liderados por governistas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Nas palavras de Bacha “vamos ter um mestrado que vai poder ser crítico à política econômica da ditadura”, a questão de método existia mas era menos importante, não precisava ser doutrinariamente heterodoxo, mas deveria se concentrar em ser a oposição acadêmico-econômica de fato, até então inexistente.³⁰¹

Lance Taylor e Pedro Malan também estiveram em Brasília como professores convidados/visitantes.³⁰² O primeiro curso de Macroeconomia foi lecionado por Edmar Bacha e por Flavio Versiani, e se compunha de três abordagens, a macroeconomia marxista, a keynesiana e a monetarista.³⁰³ Em termos pessoais práticos, Bacha viveria uma ponte aérea nesses anos, além de congregar o grupo de intelectuais na universidade e em sua casa em Brasília, iria todos os meses a São Paulo reunir-se com os intelectuais de esquerda no Cebrap em São Paulo.³⁰⁴

³⁰⁰ Segundo Relato de Bacha, Lauro Campos achou que iria demiti-lo, mas manteve-o e “fez questão” de que desse um curso de economia marxista no mestrado. CABELLO et al., 2016, pp. 10-11.

³⁰¹ Em relato de Bacha, “a minha intenção era fazer um mestrado que fosse menos ortodoxo. (...) Na verdade essa questão de ortodoxia é relativa pois o problema na verdade era ser contra a ditadura”. Segundo Carlito Zanetti, “não se falava em heterodoxia e sim em ecleticismo, que o departamento era bem eclético”. CABELLO et al., 2016, p. 15.

³⁰² Malan chegou a orientar pesquisas, como o mestrado de Maria de Lourdes Mollo. Cabello et al, p. 15

³⁰³ CABELLO et al, 2016, p. 15

³⁰⁴ BACHA, 2019.

Em 1973, sai publicado um artigo de Bacha em nova parceria com Milton da Matta, investigando algumas características da relação capital-trabalho e da distribuição de renda em um período de 20 anos da então recente história brasileira de crescimento econômico. “Emprego e salários na indústria de transformação 1949-1969” faz uma análise detalhada dos tipos de indústria (com maior ou menor relação capital-trabalho), da evolução de sua participação na produção agregada, das massa salariais como proporção de seus produtos, e ainda da desigualdade salarial entre os tipos de cargo (operários e burocratas).³⁰⁵ A partir de diversas fórmulas econométricas, os dados são apresentados em tabelas e sumariados, e as três conclusões principais são que, no conjunto da indústria de transformação, o coeficiente da utilização de mão de obra em relação ao produto se reduziu significativamente ao longo dos 20 anos; a massa salarial tendeu a se elevar suavemente como proporção do produto em 1949-1958, e nos dez anos seguintes enfrentou uma queda; percebia-se um processo de concentração salarial, em que “a categoria burocrática vai progressivamente ampliando a fatia da massa salarial a ela destinada”. Isto é, dentro da massa de trabalhadores e potenciais trabalhadores, que “perdia” tanto pela queda do ritmo de incorporação ao setor moderno, quanto pela tendência à queda relativa da massa salarial, existia um estrato que saía ainda mais prejudicado: os operários (não burocratas).

[o artigo] teve como objetivo principal salientar, contrariamente à opinião corrente, a quantidade considerável de informação em estado bruto que se encontra disponível e inexplorada, permitindo, a um tempo, a proposição de hipóteses novas e o levantamento de sérias dúvidas sobre hipóteses simplistas em voga na literatura econômica corrente no país. Refere-se aqui tanto a hipóteses de cunho clássico, que levam demasiado a sério seja o modelo simplificado de Arthur Lewis, seja o conceito de custo de reprodução da mão de obra, como a hipóteses de cunho neoclássico, que querem reduzir os movimentos contraditórios do sistema a um problema de acumulação de capital humano.³⁰⁶

Desse período datam algumas de suas mais conhecidas publicações como “O Rei de Belíndia” – uma fábula –, crítica sucinta e clara ao descaso e dissimulação do governo quanto ao caráter de ampliação da desigualdade no chamado “milagre econômico” – os favorecidos viviam na Bélgica e os pobres vivam na Índia, mesmo com os altos números de crescimento, assim o PIB era o “felicômetro” dos ricos. Escreve também o artigo “Sobre a dinâmica de crescimento da economia industrial subdesenvolvida”, cujo pano de fundo era a nova obra de Furtado *Análise do Modelo Brasileiro*, de 1972; nesse texto, também se apropria de ideias de Maria da Conceição

³⁰⁵ BACHA, Edmar; MATA, Milton da. Emprego e salários na indústria de transformação 1949-1969. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 3, n. 2, 1973.

³⁰⁶ BACHA; MATA, 1973, p. 333.

Tavares sobre distribuição de renda, para falar da diferença de remuneração entre chão de fábrica e gerentes.³⁰⁷ Essa última questão, na verdade já trabalhada por Bacha anteriormente, será focalizada em um artigo de 1974, “Hierarquia e remuneração gerencial”, que acabou por constituir a coletânea *A Controvérsia sobre a Distribuição de Renda e Desenvolvimento*, organizada por Tolipan e Tinelli.³⁰⁸

Esse estudo de Bacha se coloca entre a economia e a sociologia, de modo que constrói, a partir de uma revisão da literatura da teoria sociológica das classes e de seus conflitos, as conjecturas e hipóteses a serem testadas pela estatística econômica. *Class and class conflict in industrial society*, de Ralf Dahrendorf, e *What do bosses do? The origins and function of hierarchy in capitalist production*, de Stephen Marglin, são dois exemplos de escritos que se tornariam “clássicos” e que serviram de referência para o texto do economista brasileiro, o primeiro de um cientista social, *stricto sensu*, e o segundo de um economista. Dahrendorf afirmava que a hierarquia era característica necessária de qualquer sociedade industrial, enquanto Marglin acreditava ser uma faceta dispensável dentro de um novo arranjo social. Marglin era um dos *radical political economists* que despontavam nos EUA na passagem dos anos 1960 aos 1970. Conseguiu a tenure em Harvard em 1968, antes não publicava textos de conteúdo mais radical. Bacha relata que o contato com essa literatura veio a partir de Lance Taylor, e que, assim, esteve bastante enturmado com algum pessoal radical, e a “new left” da área da economia.³⁰⁹

Enfim, os dados do artigo de Bacha advinham de pesquisas salariais feitas junto a quatro empresas de grande porte na região Centro-Sul do Brasil: a Grupisa, a Companhia Siderúrgica Nacional, a General Eletrics e a Morris e Morgan. Acreditava, apesar do número restrito de exemplos, que seria possível generalizar para o conjunto da economia o resultado de que era “a hierarquia e não a qualificação a variável chave para explicar a abertura do leque salarial” na década de 1960, contrariando a tese de Carlos Langoni.³¹⁰

Dos anos em Brasília também é o texto que apresenta o modelo formalizado de crescimento para Belíndia – leia-se o Brasil dos militares. O artigo *The unequalizing*

³⁰⁷ TAVARES, Maria da C. *Características da distribuição da renda no Brasil*. Escritório CEPAL/JLPES, Rio de Janeiro, 1969.

³⁰⁸ TOLIPAN, Ricardo; TINELLI, Arthur Carlos (coord.). *A Controvérsia sobre a Distribuição de Renda e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

³⁰⁹ BACHA, 2019.

³¹⁰ Os dados são cuidadosamente analisados por Bacha, que aponta certas discrepâncias que podem divergir da conclusão mais geral que sintetiza e que apresentamos aqui.

spiral: a first growth model for Belindia, escrito em coautoria com Lance Taylor, foi o segundo texto de Bacha publicado nos EUA, também na *Quarterly Journal of Economics* (QJE). Nele é apresentado um modelo de crescimento acompanhado de um processo de concentração renda.³¹¹ Uma sucinta explicação da dinâmica proposta: o crescimento do produto depende da determinação da propensão a investir, que por sua vez é impulsionada pelo crescimento da demanda, sendo mais atrativa ao investimento a demanda por bens de luxo que a de bens populares. Os trabalhadores gerentes consomem bens de luxo e os operários consomem bens populares; o aumento dos lucros aumenta o salário gerencial; assim, partindo de uma situação de pleno emprego, um aumento autônomo do investimento em um dado momento, gerará maiores lucros e então maior renda aos gerentes, que por sua vez farão aumentar a demanda por bens de luxo, e isso acarretará mais investimentos na produção de bens de luxo, de modo que subirão os lucros e isso afetará novamente o crescimento relativo da renda dos gerentes em comparação com o operariado; estabelecendo-se então uma espiral de crescimento do produto e progressiva concentração de renda e desigualdade salarial. A construção desse modelo certamente está atrelada às ideias dos trabalhos anteriores de Bacha, mas nele também se percebe a utilização de princípios keynesianos-kaleckianos, de crescimento ativado pela demanda, que adquiriram maior importância para Bacha na passagem dos anos 1970 para 1980, quando já na PUC-Rio.³¹² Inclusive já citavam o artigo de Amartya Sen que diferenciava claramente o que era “neo-keynesiano” e o que era “neo-clássico”, que voltariam a utilizar no livro publicado pelo Banco mundial em 1980.

Nessas alturas, num ambiente onde o “pensamento crítico” encontrava seu lugar, mais no contexto brasileiro mas também ainda no norte-americano, a contestação seria não só política como metodológica e, assim, Bacha trava contato com as ideias de um questionador dos economistas neoclássicos, que havia estado em evidência na década anterior e continuaria por algum tempo nos anos 1970: Piero Sraffa. Dessa aproximação ao neo-ricardianismo sraffiano surge, em 1975, um artigo em que é apresentado um modelo que formaliza algebricamente algumas ideias do economista italiano, artigo

³¹¹ BACHA, Edmar; TAYLOR, Lance. The unequalizing spiral: a first growth model for Belindia. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 90, n. 2, 1976.

³¹² Para uma análise da apropriação das ideias kaleckianas pelos latino-americanos e brasileiros, ver RUGITSKY, Fernando. Growth, distribution, and sectoral heterogeneity: Reading the Kaleckians in Latin America. *Economía*, v. 17, n. 3, 2016.

feito junto aos colegas de Brasília, Dionisio Carneiro e Lance Taylor.³¹³ Ao início dos anos 1970 ainda ocorria a controvérsia do capital, que havia percorrido toda década anterior e se dava pelo embate entre economistas da Cambridge inglesa e de Harvard (a Cambridge americana). Nesse mesmo período, também apareceram diversos trabalhos discutindo as ideias Sraffa, inclusive em revistas de economia americanas como a de Harvard. O artigo de Bacha, Carneiro e Taylor parece ter tido bem menos “impacto” que, por exemplo, o de John Eatwell sobre Sraffa, publicado em 1975 na QJE,³¹⁴ talvez pela data em que foi publicado e pela revista na qual publicaram (*Metroeconomica* em 1977).

As ideias de Piero Sraffa eram temas caros aos chamados pós-keynesianos, os quais teriam um novo instrumento de publicação e debate no *Journal of Post Keynesian Economics* (JPKE), criado em 1978 nos EUA. Nos anos 1970 e 1980, nem Bacha nem Taylor publicaram nessa revista – a primeira e única publicação de Taylor no JPKE foi em 2008;³¹⁵ Bacha nunca publicou artigo em tal revista.³¹⁶ Na verdade, tanto Bacha quanto Taylor estavam mais ligados à economia do desenvolvimento, onde aplicavam certo grau de heterodoxia, mas não se fundiam exatamente com o pós-keynesianismo. Como já exposto, os dois publicaram juntos dois artigos nos anos 1970 na QJE, de Harvard, que fazia parte do circuito *mainstream* e tinha alguma pluralidade. O primeiro artigo, *Foreign Exchange shadow prices* (1971), não desviava tanto de premissas do *mainstream*, mas o segundo, *The unequalizing spiral* (1976), como vimos, estava mais próximo de ideias heterodoxas. Importante ressaltar que Lance Taylor fez seu PhD em Harvard, orientado por Hollis Chenery e por Simon Kuznets, assim tinha certa passagem entre o corpo de docentes e pesquisadores. Além disso, também os editores da QJE tinham um caráter razoavelmente plural nos anos 1970.

Por exemplo, o editor da QJE em 1971 era Richard Musgrave, um “germano-americano” especialista em finanças públicas, que, tendo conhecimento da *finanzwissenschaft* alemã, trabalharia com a microeconomia e economia keynesiana

³¹³ O artigo é de 1975, mas só foi publicado em 1977 na *Metroeconomica*, em inglês, e no *El trimestre económico*, em espanhol. BACHA, E.; CARNEIRO, D.; TAYLOR, L. Sraffa y la economía clásica: relaciones de equilibrio fundamentales. *El Trimestre Económico*, v.44, n. 173(1), 1977. As ideias de Sraffa são oriundas de seu famoso texto “Produção de commodities por meio de commodities”.

³¹⁴ EATWELL, John. Mr. Sraffa's standard commodity and the rate of exploitation. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 89, n. 4, 1975. De acordo com pesquisa no Google Scholar, o artigo de Bacha, Carneiro e Taylor teve 7 citações em outros trabalhos, já o de Eatwell alcançou 84 citações.

³¹⁵ BARBOSA-FILHO, Nelson; ARNIM, Codrina Rada von ; TAYLOR, Lance; ZAMPARELLI, Luca. Cycles and trends in U.S. net borrowing flows. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 30, n. 4, 2008.

³¹⁶ Não obstante, seria citado, inclusive seus modelos de dois (ou três) gaps utilizados na passagem dos anos 1980-90.

para pensar o efeito dos impostos – além disso, foi “economic adviser” em vários países do terceiro mundo.³¹⁷ O editor da QJE em 1976 era Robert Dorfman, que, apesar de estudar economia matemática, acreditava que na ciência econômica seria necessário compartilhar-se espaço entre ramos matemáticos e outros pouco ou não matematizados, mais ligados às ciências sociais, uma atitude que pode ser lida como plural.³¹⁸ Enfim havia espaço para o debate, inclusive o debate entre as Cambriges, Joan Robinson publicou dois artigos na QJE ainda em 1975 no âmbito das discussões da controvérsia, no mesmo ano Kaldor também publicaria um artigo na QJE, criticando os neoclássicos.³¹⁹ Posteriormente, contudo, esse relativo pluralismo que dava espaço para ideias mais keynesianas se encerrará em Harvard como em boa parte das faculdades de economia norte-americanas. É ilustrativo que Lance Taylor tenha tido três publicações na QJE, as duas com Bacha e uma última em 1985,³²⁰ e então, a partir desse mesmo momento (1984-85), começasse a publicar na revista de economia da Cambridge Inglesa, a *Cambridge Journal of Economics* (criada em 1977), somando de 1984 a 2018, 8 artigos nesse periódico – no qual Bacha não tem publicações.³²¹

Enfim, retornando ao paper de Bacha, Carneiro e Taylor, apesar de os autores terem escrito que *Production of commodities by means of commodities* de Sraffa era “certamente um dos mais importantes livros em economia desde *A Teoria Geral*”, desta aproximação não surgirão consequências para as publicações futuras de Bacha. De modo que as formalizações empreendidas no texto, de ideias de Ricardo e Marx (as principais influências de Sraffa) a respeito do comportamento dos lucros e da exploração do trabalho, serão somente citadas aqui para mostrar a abertura do leque de interpretações possíveis àquele momento, mesmo para um economista com fortes laços com a academia norte-americana.

³¹⁷ Ver <https://www.nytimes.com/2007/01/20/business/20musgrave.html>, acesso em 22/01/2019.

³¹⁸ Apesar de suas realizações na economia matemática, Dorfman mantinha reservas pessoais de longa data sobre a necessidade de “reduzir a quantidade de instrução no lado da ciência social da economia para abrir caminho para a matemática”, como ele disse no prefácio de seus trabalhos reunidos “Teoria Econômica e Decisões Públicas” (1997). Ele permaneceu ambivalente sobre os custos e benefícios da mudança, embora reconhecendo sua inevitabilidade. (<https://news.harvard.edu/gazette/story/2002/07/economist-dorfman-dies-at-85/>), July 18, 2002. Acesso em 22/01/2019.

³¹⁹ KALDOR, Nicholas. What is wrong with economic theory. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 89, n. 3, 1975. ROBINSON, Joan. The unimportance of reswitching. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 89, n. 1, 1975. SAMUELSON, Paul A. Steady-state and transient relations: a reply on reswitching. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 89, n. 1, 1975.

³²⁰ TAYLOR, Lance; O'CONNELL, Stephen A. A Minsky crisis. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 100, n. Supplement, 1985.

³²¹ Dados obtidos em <https://academic.oup.com/qje>; e <https://academic.oup.com/cje>. Acesso em 01/05/2019.

Em meados de 1975, a via alternativa às escolas governistas e aos neoclássicos, essa “parceria” que se formara em torno do curso de mestrado na UnB, chegaria a um impasse com a dissidência de seus principais professores. Bacha iria a Harvard, estudar por algum tempo (1976-77), mas publicações acadêmicas continuariam apreciando no Brasil, assim como artigos em jornais, mais especificamente na *Folha de São Paulo*, onde já vinha publicando anteriormente.³²²

Em 1976, sairia publicado o livro *Os mitos de uma década*, uma compilação de textos publicados entre 1968 e 1975, vários dos quais já citados e tratados aqui. Ao início do livro, Bacha enumera 5 mitos espalhados e perpetuados pelos defensores do regime, que dão o tom claro de seu posicionamento à época. Antes disso, contudo, revela que várias ideias econômicas ligadas à esquerda dos anos 1960 haviam se tornado “mitos” ao olhar dos anos 1970, como inevitabilidade da estagnação das exportações brasileiras, da rigidez da oferta agrícola e da “sangria” dos recursos pela remessa de lucros ao exterior, pois tanto a expansão do comércio exterior quanto a agricultura e o capital estrangeiro foram pilares do alto crescimento observado no “milagre”. Não obstante, ao invés de se livrar de mitos de uma vez por todas, o Brasil criava outros, agora sustentados pelos governistas. O caminho nacional então de novo se desviava, pois, devendo seguir a verdade e a ciência, enveredava por caminhos não racionais.

A história seria sem reparos se os mitos tivessem sido substituídos pela realidade e o pensamento emocional pelo pensamento racional. Infelizmente, a experiência dos últimos 10 anos sugere que, a cada mito que se destrói, um novo mito parece ser criado, a verdade científica nunca conseguindo se instaurar.³²³

O primeiro mito consistia na visão de que empresas estrangeiras não seriam um problema., pois representavam menos de 10% do PIB, podendo o governo controlar seus possíveis malefícios. Na verdade, as multinacionais haviam ampliado consideravelmente sua participação nos investimentos industriais e nas vendas desse setor (de 11 para 35% em 1963-69 e de 29 para 43,5% em 1967-1970, respectivamente). Com essas perspectivas, as empresas multinacionais se tornavam praticamente um dínamo da economia nacional, e assim um entrave ao poder do Estado de planejar o desenvolvimento independentemente dos interesses desse poder. Já o segundo mito era que o “pragmatismo tecnocrático é substituto eficaz para o planejamento governamental, que nunca deu certo no Brasil”, o que na verdade estava em íntima

³²² Na *Folha* publicaria cerca de 15 artigos entre janeiro e setembro de 1977.

³²³ BACHA, 1976, p. 13.

relação com o primeiro mito, pois a política econômica em vista da “internacionalização do mercado interno” não poderia planejar de fato, restando ser “pragmática”. O terceiro: a política salarial trouxe soluções técnicas para os conflitos sociais que em outros países paralisam a economia. A refutação de Bacha nesse ponto é basicamente política na verdade, pois afirmava que com esse argumento da “técnica”, o governo fazia da questão social uma “questão de polícia” e criava um estado geral de insegurança, afastando governantes de governados. O quarto mito dizia respeito à desigualdade: enquanto os governistas afirmavam que a piora na distribuição de renda de 1960 a 1970 era passageira, as evidências empíricas revelavam o contrário, e assim, para reverter tal tendência, seria necessária não só uma reforma agrária como uma reforma empresarial, direcionando-a ao “atendimento das necessidades básicas da maioria da população”. Enfim, o quinto e último mito dizia que só haveria duas alternativas à política econômica então em curso, o “distributivismo prematuro” e o “dirigismo estatizante”. O que era falso, segundo Bacha, pois a concentração de renda era tanta, que havia espaço para redistribuí-la sem estatização adicional, apenas com a carga já substancial de poder em mãos do Estado seria possível que o governo assumisse a liderança ativa no setor econômico e realizasse as transformações necessárias.³²⁴

Nos anos vivendo nos Estados Unidos, produz diversos artigos, dentre eles *An interpretation of unequal exchange from Prebisch-Singer to Emmanuel*,³²⁵ que vinha ainda na senda do impulso ideológico gerado pela “Nova Ordem Econômica Internacional”, declarada no âmbito da UNCTAD, como Bacha revela já ao início do artigo. Assim, o âmago do artigo residia na reafirmação da deterioração dos termos de troca entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. O texto consiste em uma análise da relação entre as trocas desiguais como formuladas através das ideias dos pioneiros Prebisch-Singer (e Lewis) e as trocas desiguais como pensadas pelo economista Arghiri Emmanuel – o qual expunha tais ideias desde os anos 1960. Bacha adapta proposições que eram colocadas em termos marxistas, da teoria do valor, para uma formalização “neoclássica”.

É formulado um modelo de equilíbrio geral razoavelmente simples para lidar com a determinação dos termos de troca no contexto do conflito de classes tanto no centro como na periferia, que são especializados na esfera da produção cada qual em um

³²⁴ BACHA, 1976, pp. 13-16.

³²⁵ BACHA, Edmar. An interpretation of unequal exchange from Prebisch-Singer to Emmanuel. *Journal of Development Economics*, v. 5, n. 4, 1978a.

bem, mas consomem ambos os bens – a la suposições ricardianas de comércio internacional. A fim de modelar a posição inferior da classe trabalhadora da Periferia no processo de barganha, pressupõe-se que as condições de oferta ilimitada de trabalho ali prevalecem, enquanto o pleno emprego é situação no Centro. A suposição de Emmanuel, que não está na interpretação dos pioneiros, é a perfeita mobilidade dos capitais (e dos capitalistas) entre os países, de modo que a classe dominante seria a mesma em todo mundo capitalista e assim as taxas de lucro tenderiam a equalizar-se. As predições do modelo – além daquela também encontrada na literatura ortodoxa, de que o progresso técnico na periferia tende a prejudicar os próprios trabalhadores da periferia sob uma determinada condição –³²⁶ seriam:

O progresso técnico no centro, com uma classe dominante independente na periferia, beneficia os trabalhadores da periferia. Sob uma única classe dominante mundial, o progresso técnico no centro certamente favorece os trabalhadores da periferia somente se a classe trabalhadora do centro conseguir participar plenamente dos benefícios do aumento da produtividade.

O conflito de classe que leva a um aumento do salário real dos trabalhadores do Centro não afeta a Periferia quando os dois sistemas capitalistas estão "desconectados". Quando uma única taxa de lucro governa em toda parte, os interesses do proletariado na Periferia são realçados pelas conquistas econômicas dos trabalhadores no Centro.³²⁷

Em tal modelo, se houvesse perfeita mobilidade do trabalho, em uma “estrutura de comércio Pareto-eficiente”, não haveria mais diferença entre Periferia e Centro, pois isso configuraria de certa forma um único sistema. Bacha de fato parecia ter uma facilidade para reunir proposições e metodologias de campos bastante distintos e assim propor interpretações e formalizações não tão convencionais.

Na vivência em Harvard, Bacha travaria contato com o cientista político Roberto Mangabeira Unger, que já era professor na universidade norte-americana. Unger naquele momento parecia estar interessado em discutir com economistas sobre ideias de mudança na ordem econômica, utilizando-se de conceitos “próprios” em uma argumentação que não seguia exatamente uma via já colocada – fosse por marxistas, estruturalistas, na ciência política ou na economia.³²⁸ Dessa relação intelectual entre Unger e Bacha, nasceria um trabalho que tem bastante a dizer sobre o momento brasileiro de esperanças quanto à redemocratização, pois consistia em uma proposta

³²⁶ “Condição de empobrecimento de John”, entre elasticidade preço da demanda por trabalho e elasticidade renda da demanda pelo bem exportado.

³²⁷ BACHA, 1978a, p. 328.

³²⁸ Um pequeno texto de Mangabeira Unger na *The American Economic Review* em 1978 apresentava ideias de mudança da estrutura produtiva, discutindo democratização, integração, trabalho, comunidade, imaginação para repensar a economia. Enfatizava o “corporativismo” como forma de arranjo social, e procurava debater com os economistas e as teorias econômicas. Unger, Roberto Mangabeira. *Illusions of Necessity in the Economic Order. The American Economic Review*, v. 68, n. 2, 1978.

absolutamente transformadora que incorporava diferentes ideias, algumas já presentes internamente enquanto outras eram “importadas”. Antes de expor os principais pontos dessa proposta, veremos brevemente o que significava o Terceiro Mundo e as suas promessas nos anos 1970, e também mostraremos esse ambiente expectacional, que permeava a sociedade brasileira, pelas lentes de dois economistas de posições e proposições distintas entre si.

Há um número muito grande de análises sobre o que foi a experiência do Terceiro Mundo e do desenvolvimento, desde trabalhos mais empíricos e estatísticos até os que tendem para o lado mais conceitual crítico, como os de Arturo Escobar, Sachs, e Esteva.³²⁹ Em uma perspectiva mais histórica que utiliza um pouco de empiria e de conceituação, encontramos o trabalho de Nigel Harris,³³⁰ que capta de forma mais clara os eventos essenciais e as ideias a respeito do Terceiro Mundo.

A nova percepção de mundo que se colocara para os países desenvolvidos no imediato pós-guerra talvez não englobasse ainda a visão de que os países subdesenvolvidos configuravam um grupo que poderia representar uma alternativa a Washington e Moscou e seus sistemas político-econômicos. Contudo, essa parece ter sido a crescente tendência de autorreconhecimento nos países do Terceiro-Mundo entre 1950 e 1980 e foi também a visão absorvida por uma parte da juventude e da intelectualidade no Primeiro Mundo, que abraçou o terceiro-mundismo e a crítica à desigualdade entre as nações. Ao longo dos anos 1970, parecia cada vez mais que os países do Terceiro Mundo eram o único lugar do globo “onde homens e mulheres ainda lutavam para ser livres e ainda tinham a capacidade de sonhar e lutar por um mundo diferente”, os desenvolvidos tendiam a ver-se como apáticos, egoístas imersos em materialismo. As velhas aspirações pareciam ainda existir somente naquele novo mundo emergente, assim como “a energia para alcançá-las, para saltar as etapas do que parecia uma história burocraticamente definida”. Contribuia para isso, o fato de que boa parte da esquerda, tanto no Primeiro quanto no Terceiro Mundo, apresentava certa confiança (maior ou menor) em algum tipo de socialismo como sistema funcional e transformador que poderia ser alcançado algum dia, em algum lugar.³³¹

³²⁹ ESCOBAR, Arturo. *Encountering development: The making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 2011. SACHS, Wolfgang; ESTEVA, Gustavo. *Des ruines du développement: essai. Le serpent à plumes*, 2003. SACHS, Wolfgang (Ed.). *Development dictionary, The: A guide to knowledge as power*. Londres: Zed Books, 2010.

³³⁰ HARRIS, Nigel. *The End of the Third World*. Nova York: Penguin Books, 1987.

³³¹ HARRIS, 1987, pp. 11-18; 162; 200-201.

Como expõe Harris, no entanto, o terceiro-mundismo vindo da esquerda do Primeiro Mundo acabava se confundindo com o apoio aos Estados desses países menos desenvolvidos. E o que acontecia muitas vezes (não entre os observadores mais atentos) era que, ao pensarem na situação dessas nações, praticamente suprimiam a existência de uma elite de poderosos nelas, ligados ao Estado, em meio ao mar de pobreza (ou fundia-se tudo). Assim, a luta contra o imperialismo americano ou a crítica em geral ao capitalismo globalizante do Primeiro Mundo, vindos dessa esquerda primeiro-mundista, acabava associando a busca por novos ideais de arranjo social ao avanço econômico dos países do Terceiro-Mundo, de forma um tanto indiscriminada. Apesar de claramente existirem grandes diferenças entre as classes e setores da sociedade nos países subdesenvolvidos e o avanço do PIB e outros indicadores não representarem necessariamente qualquer avanço renovador, em uma coisa a esquerda primeiro-mundista parecia estar “certa”: de fato havia um ritmo dinâmico ainda nos anos 1970 e aspirações sobre o futuro arranjo social a ser criado surgiam por entre intelectuais e políticos. No Brasil, existia um socialismo difuso não desprezível, uma esquerda que misturava anseios por democracia e por políticas socializantes, e que ainda era pouco permeada pelos termos das “novas esquerdas” e suas pautas da raça e gênero – estava muito distante do que já se formava nos países desenvolvidos, mesmo que começassem a despontar por aqui algumas manifestações similares.³³² Do outro lado político dessas expectativas estavam os apoiadores do regime, impulsionados pelo “milagre”. Naqueles anos de crescimento econômico acelerado, uma das principais figuras públicas associada à direita brasileira, Roberto Campos, exteriorizava a imagem do país que o Brasil deveria se tornar, esboçando traços de um projeto político-econômico para suceder ao regime militar.

Após ter tido algumas discordâncias com o governo Costa e Silva, fazendo-lhe críticas à condução do país,³³³ Campos veria o engatar do “milagre”, e teria uma postura mais exaltativa ao governo Médici, ampliando as expectativas otimistas.

É preciso sobretudo reconhecer a natureza cambiante de nossos interesses. É possível que em breve metade de nossas exportações seja de produtos industrializados, e que sejamos investidores significativos no exterior, o que nos aproximará cada vez mais dos interesses dos países industrializados, e cada vez menos da retórica acusatória do Terceiro Mundo.³³⁴

³³² ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Editora FGV, 2000.

³³³ CAMPOS, R. Perspectiva do fundo de quintal. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 4, 15 abr. 1969a. E CAMPOS, R. A espada enferrujada. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 8, 12 ago. 1969b.

³³⁴ CAMPOS, R. Os triângulos não amorosos. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 4, 15 ago. 1973.

(...) a atual situação econômica do Brasil já coloca um problema para o Brasil: “Decidir se pode tentar liderar o terceiro mundo como o primeiro dos pobres ou inscrever-se no clube do primeiro mundo como o último dos ricos, ou seja, o primeiro dos indigentes ou o último dos afluentes”.³³⁵

Com boas perspectivas para o crescimento econômico, era possível também pensar mais seriamente na “descompressão” do regime militar, o que queria dizer pensar na redemocratização do país. Um dos problemas de reinstaurar um sistema representativo é que o legislativo havia sido um dos causadores da crise que levava à “Revolução de 1964”, segundo Campos, pois havia se tornado um “engenho de inflação” ao multiplicar o orçamento e um “fator de distorção” de investimentos pela sua “hipersensibilidade a pressões regionais, capazes de destruir a coerência e o equilíbrio de planos e programas”.³³⁶ Então, como lidar com a falta de racionalidade do legislativo? Não era desejável retornar ao que existira. Dever-se-ia imaginar novas molduras para um regime democrático que garantisse a continuidade do desenvolvimento.

Mesmo que Campos almejasse a entrada do Brasil no rol dos desenvolvidos, e isso significava que acreditava no capitalismo de mercado como modelo econômico a ser alcançado, entendia que o Brasil tinha especificidades que deveriam ser analisadas e seus problemas resolvidos com uma combinação entre a esfera política e a econômica. Se o objetivo final era compartilhar da mesa do Primeiro Mundo, era necessário ficar mais parecido a eles e isso principalmente em termos de renda global e sistema político, ou seja, aumentar o PIB e redemocratizar o país. Para conciliar esses dois objetivos com estabilidade, tornava-se indispensável redistribuir renda. É no vislumbre de uma possível receita para alcançar tais objetivos que cabia (e era patente) a diferenciação aos países desenvolvidos: não era possível simplesmente transplantar instituições políticas e instrumentos econômicos, nem ao Brasil nem à América Latina como um todo, era imperativa a “imaginação” para criar os moldes de ação e os arranjos desse cenário (longo) de transição ao patamar último dos desenvolvidos.³³⁷

³³⁵ Matéria sem nome de autor. CAMPOS diz que estabilidade na AL condicionará abertura. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 8, 20 set. 1973c

³³⁶ CAMPOS, Roberto. “O Poder Legislativo e o desenvolvimento”. Em MENDES, Cândido (org.). *O Legislativo e a tecnocracia*. Rio de Janeiro: Imago Editora/Conjunto Universitário Cândido Mendes, 1975, p. 35.

³³⁷ Campos, admitidamente, estava naquele momento bastante influenciado pela leitura do livro de Samuel Huntington, *Political order in changing societies*. (New haven: Yale University Press, 1968). Principalmente sobre a questão da instabilidade política. “muito mais progresso foi feito no entendimento da mecânica do desenvolvimento econômico que na construção de modelos políticos viáveis. Entretanto, a problemática grave e atual da América Latina é como “concentrar autoridade,

a urgência de se imaginarem sistemas de distribuição que sejam novos e de múltiplas facetas, visando tornar o acúmulo de recursos mais compatível (ou menos incompatível) com a justiça social, bem como buscando o desenvolvimento acelerado a par da democracia representativa (...)

Como quer que seja, é bem claro que se exige dos economistas e dos governantes latino-americanos muitíssimo mais imaginação do que até agora foram capazes de demonstrar na criação de meios e modos com que conciliar os reclamos imediatos do estado do bem-estar social com os recursos exigidos pela sociedade que se desenvolve. (...)

A estabilidade política, é claro, resulta de uma delicada e complexa interação entre duas séries de variáveis: primeiro, a relação entre a capacidade que tenha o sistema de gerar aspirações e produzir satisfações; em segundo lugar, o relativo grau de participação popular no processo político em confronto com o nível de institucionalização política. Não há receitas gerais nem modelos políticos infalíveis para uma adequada relação entre aquelas duas séries de variáveis. Cada país haverá de encontrar o seu próprio caminho, por tentativas, a duras penas e com muito trabalho. Como refere o adágio espanhol: "Caminante, no hay camino ... el camino se hace al andar ..."³³⁸

O caminho esboçado por Campos não destoaria de sua postura conservadora com traços de progressismo racionalista. Dever-se-ia proceder à “institucionalização da Revolução” dentro de um quadro que poderia ser visto como democrático, isto é, institucionalizar a ordem e a estabilidade, manter espaço para a aplicação do planejamento econômico responsável. A descompressão, então, seria aos poucos, com a democracia colocada aos poucos, respeitando inclusive senão toda, boa parte da Constituição de 1967, propunha dentre outras coisas que analfabetos pudessem votar mas só no âmbito municipal, e que o presidente continuasse a ser eleito de forma indireta, pelos congressistas.³³⁹ Na questão dos instrumentos de redistribuição de renda, como fizera nos anos 1960, ainda defendia a necessidade de algum tipo de reforma agrária eficiente; arriscava outras sugestões como formas indiretas de redistribuição, “food-stamps” condicionada à assiduidade das crianças na educação. E chegava até mesmo a “ceder” no caso dos incentivos aos investimentos, tema tão debatido entre economistas de esquerda, como Malan e Bacha: “E talvez esteja chegado o momento de repensarmos o sistema de incentivos fiscais, orientado hoje no sentido de baratear o custo dos equipamentos, ao invés de subvencionar a ocupação da mão de obra”.³⁴⁰

O que era muito claro nessas propostas de Campos é que assim como não era um liberal na economia, pois acreditava no planejamento e na intervenção “racional” dos tecnocratas principalmente no âmbito do subdesenvolvimento – ainda em 1975 diria que

diferenciar funções e ampliar participação política”. Ver CAMPOS, R. SIMONSEN, M. H. *A Nova Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, [1974] 1976. p. 36.

³³⁸ Campos, Roberto. Desenvolvimento Econômico E Político Da América Latina - Uma Difícil Opção. *Revista Brasileira de Economia*, 1972, pp. 53-56.

³³⁹ CAMPOS, R. SIMONSEN, M. H. *A Nova Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, [1974] 1976.

³⁴⁰ CAMPOS, Roberto. As válvulas da caldeira. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 5, 4 dez. 1974.

o “liberal-capitalismo, que acreditava na seleção pelas forças livres do mercado, deixou de existir aqui não menos que alhures” –³⁴¹ também não o era em política. Realizar todas essas reformas político-econômicas seria, em suas próprias palavras, uma “missão da elite modernizante”.³⁴²

Passando das expectativas da ala direitista ao seu lado antagônico, onde estava o socialismo difuso e variado, podemos encontrar as ideias de Celso Furtado – na verdade um tanto distantes de conceitos socialistas clássicos mas ainda assim imersas em tal meio. Não parece ser por acaso que expectativas pelo lado da esquerda apareceram de meados para o fim do governo Geisel, em um cenário em que havia crescimento (sem ainda grandes alterações na problemática do desenvolvimento econômico) e a promessa de abertura política se consolidava gradualmente, inclusive com a “vitória” do MDB nas eleições de 1974 para o Congresso.

O livro *Criatividade e dependência na civilização industrial* é a sua obra que se insere nesse período com a temática da expectância.³⁴³ Segundo o próprio autor, o texto seria “antiacadêmico” – de fato não possui citações e pouco se baseia em raciocínios direcionados a episódios específicos com referências claras, na verdade procura reunir abstrações e histórias diversas de um modo mais ensaístico. Como não poderia deixar de ser – assim também para Roberto Campos – o ponto de referência de Furtado é a realidade dos países já industrializados. Faz diversas comparações do caso brasileiro (ou latino-americano) com os europeus, procurando revelar que o processo de desenvolvimento é um processo criativo, embasado nos conflitos sociais e políticos. Em suas palavras,

[na história dos países desenvolvidos] os conflitos sociais e a atividade política a estes ligada constituem o elemento propulsor das transformações estruturais que são substância do que veio a chamar-se “desenvolvimento”. (...) A civilização material engendrada pela industrialização não é outra coisa senão o conjunto de manifestações externas de um processo de criatividade cultural que abrange outras esferas da vida social. Assim, a orientação da tecnologia não é alheia a esse processo de confrontação de forças sociais. Em síntese: a panóplia de bens que a sua disposição tem o membro da moderna sociedade de consumo constitui a resultante momentânea de longo processo histórico, no qual a reprodução de estruturas sociais, sempre postas em xeque, ocorre num quadro altamente dinâmico.³⁴⁴

Já no processo histórico da industrialização em condições de dependência, as transformações estruturais vêm antes por um esforço de adaptação diante das técnicas

³⁴¹ Entrevista com Roberto Campos em janeiro de 1975. Arquivo CPDOC. Localização CPDOC: RC d bem 1975.01.00.

³⁴² CAMPOS, R. SIMONSEN, [1974] 1976, p. 257.

³⁴³ FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

³⁴⁴ FURTADO, 1978, pp. 79-80.

geradas nas sociedades de industrialização mais avançada, e, segundo Furtado, tal situação poderia indicar maiores instabilidades, como ocorrera no Brasil e na América Latina. O autoritarismo que daí surgira acabaria por sufocar o necessário caminho dinâmico intra-social gerador da criatividade necessária para o verdadeiro desenvolvimento econômico e social dos países.

as transformações estruturais são um esforço de adaptação em face do tranplante maciço de técnicas geradas em sociedades que se encontram em fase bem mais avançada de acumulação”. (...) “ao contrário do que ocorreu no primeiro processo, nenhuma evidência existe de que a industrialização dependente conduza a formas sociais estáveis. A crescente heterogeneidade social, que tem na ‘marginalidade urbana’ apenas um de seus sintomas mais alarmantes, parece apontar em direção oposta. Ora, os sinais de uma instabilidade intrínseca em gestação servem de justificativa para o reforço do autoritarismo preventivo. Desta forma, mais do que instrumento destinado a propiciar uma rápida acumulação, o autoritarismo é uma arma repressora das forças sociais que a industrialização dependente não consegue canalizar de forma construtiva. Sendo o desenvolvimento a expressão da capacidade para criar soluções originais aos problemas específicos de uma sociedade, o autoritarismo, ao bloquear os processos sociais em que se alimenta essa criatividade, frustra o verdadeiro desenvolvimento.”³⁴⁵

Se o autoritarismo era ruim, o populismo também não era a resposta, não se devia voltar atrás, precisava-se de fato de algo novo, e se a criatividade tinha sido fundamental na trajetória histórica dos países desenvolvidos seria ainda mais importante para países do Terceiro Mundo.

tanto por via populista quanto por via autoritária, penetram reformas estruturais ou inovações institucionais por vezes de real alcance. Contudo, tais reformas, mesmo quando correspondem a necessidade do processo de acumulação, alimentam-se mais do mimetismo ideológico do que de autêntica criatividade política. Ora, dada a especificidade dos problemas que nesses países coloca a intensificação da acumulação, a inventividade no plano das formas sociais é tanto ou mais importante do que em outros contextos. A tendência ao mimetismo, alimentada pela dominação ideológica, substitui uma forma de imobilismo por outra.³⁴⁶

Ao final do livro, chega a discutir a criatividade dos novos temas que surgiam no Primeiro Mundo, como ecologia e feminismo: “tudo se passa como se o homem houvesse desesperado de ‘aperfeiçoar’ as engrenagens que criou”, cansou “de criticar a razão a partir da própria razão, e defender-se da técnica com mais técnica”. E agora, mudando de rumo, “volta às próprias origens” e toma plena lucidez, em uma ânsia de ser livre.³⁴⁷ Não obstante, não faz uma discussão sobre se essas, aparentemente boas, “criatividades” primeiro-mundistas teriam espaço na discussão brasileira – se sim, não seriam mais um tipo de transplante de soluções?

Em 1979, um ano após a publicação do livro mencionado, o Instituto de Economistas do Rio de Janeiro entregaria a Furtado o título de “sócio número um”. Ali

³⁴⁵ FURTADO, 1978, pp. 79-80.

³⁴⁶ FURTADO, 1978, pp. 90-91.

³⁴⁷ FURTADO, 1978, p. 181.

afirmaria que os economistas tinham “o dever de mudar a doutrina que foi imposta ao corpo social brasileiro e que foi fabricada externamente”. Continua claramente o que expusera em seu livro: “a idéia concebida é a de que não temos História, nossa História já está contada, e que necessitamos somente copiar, moldar”. Seguindo firme com a ideia da criatividade:

Aqui, mais do que em qualquer outro lugar, por nossa colonização medíocre, a importância da criatividade e renovação se faz presente na busca de um período futuro promissor e mais justo. Mais do que nunca a consciência crítica é fundamental para que se perceba a desvalorização e a negação das raízes brasileiras e a impossibilidade, que é feita crer, da incorporação da identidade peculiar à gente deste país (...) As sociedades autoritárias não possuem ciência social porque nelas inexistente a possibilidade de análise e questionamento. As forças de dominação tentam eliminar a consciência crítica.³⁴⁸

Furtado recebeu o título das mãos do presidente do IERJ, Pedro Malan, e foi apontado por este como “aquele que representa toda uma geração de economistas”. Malan falou à numerosa plateia que Celso Furtado era “um grande intelectual e humanista que nunca perdeu a capacidade de refletir sobre o mundo a sua volta e que por isso foi vítima da prepotência e do arbítrio que marcaram a sociedade brasileira”. No agradecimento, Celso Furtado disse ainda que deixaria uma provocação à nova geração: “nós, cientistas sociais, estamos muito próximos de uma transformação que se deve dar na sociedade brasileira. Temos, por isso, a responsabilidade histórica única de inventar uma história original”.³⁴⁹

A diferença que salta aos olhos entre Furtado e Campos é o peso dado à razão e à forma de construção e aplicação para o progresso: enquanto Campos concebe as mudanças democratizantes e equalizadoras como sendo aplicadas mais de cima para baixo, da razão imaginativa para o objeto, Furtado pretende que as razões a serem aplicadas construam-se a partir do “organismo vivo” da sociedade em um processo criativo, mas que também contava com a ilustração do cientista social para isso, não apenas com a política – o que não deixava de implicar uma parcela de aplicação “de cima para baixo”. Resta claro também que imagem a ser emparelhada, não necessariamente copiada, para ambos não deixaria de ser o Primeiro Mundo. Campos, mais pragmático e “continuista”, sugeria algumas possíveis ações de forma preliminar, e Furtado, mais idealista e “transgressor”, procurava apontar um caminho ainda informe. As perspectivas de Furtado nesse sentido avançariam os anos e desembocariam em *Cultura e Desenvolvimento*,³⁵⁰ ainda antes de a democracia se instaurar e o cansaço com

³⁴⁸ “Furtado quer doutrina sem molde alheio”. *Jornal do Commercio* (RJ), 20 ago. 1979, p. 7

³⁴⁹ “Furtado quer doutrina sem molde alheio”. *Jornal do Commercio* (RJ), 20 ago. 1979, p. 7

³⁵⁰ FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

a crise chegar – depois disso, entre 1991-92, o que aparece é a sua visão do Brasil como “construção interrompida”.³⁵¹

Enfim, depois dessa breve excursão por dois importantes exemplos do pensamento brasileiro dos anos 1970, podemos falar das proposições de Bacha. Em julho de 1977, o texto do “projeto de democracia” de Bacha e Unger já havia sido amplamente divulgado, e contava, se não com a adesão completa, com o respaldo de políticos do MDB, que procuravam construir o seu projeto mais geral para a transição e consolidação democrática no Brasil – o senador Saturnino Braga, responsável pelas questões econômicas do projeto do MDB, o senador Franco Montoro e José Goldenberg eram outras figura do MDB envolvidas naquele movimento propositivo do partido.³⁵²

Também chamado de “Mangabacha”, apelido dado por Pedro Malan,³⁵³ *Participação, salário e voto: um projeto de democracia para o Brasil*, era um conjunto ambicioso de propostas.³⁵⁴ Se Furtado falava em criatividade sem enunciar diretamente sugestões, Bacha e Unger fariam o oposto, praticamente não utilizam os termos criatividade ou imaginação no seu projeto, mas ofertavam algo assaz imaginativo. Porém, *ex nihilo nihil*, e mesmo que não citassem outras obras no corpo do texto, toda a proposta estava em sintonia com ideias radicais que espocavam em outras partes do mundo naquele final de anos 1970. No caso de uma das peças centrais da proposta, o sistema de *autogestão*, essa era uma ideia que resistia em alguns campos da intelectualidade havia décadas, desde a “resposta” de Tito à burocracia stalinista. Nos anos 1970, sua difusão contava com a atividade intelectual do economista tcheco-eslovaco Jaroslav Vanek, que obtivera seu PhD em economia pelo MIT nos anos 1950 e havia se tornado professor na Cornell University na década seguinte – segundo Bacha, Vanek era a principal referência intelectual no assunto da autogestão.³⁵⁵ Não obstante, havia também algum espaço de prática, como em Portugal após a Revolução dos Cravos de 1974, quando operários ocuparam diversas fábricas e passaram a geri-las.³⁵⁶ Enfim,

³⁵¹ FURTADO, Celso. Brasil, a construção interrompida. São Paulo: Paz e Terra. 1992

³⁵² “Oposicionistas preparam modelo”, *Folha de São Paulo*, 26 julho 1977, p. 4. O projeto de Bacha e Unger circulou mimeografado, e foi “objeto de debates através da Revista Veja” (contracapa).

³⁵³ BACHA, 2019.

³⁵⁴ BACHA, Edmar; UNGER, R. Mangabeira. *Participação, salário e voto: um projeto de democracia para o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

³⁵⁵ Entre diversas outras obras sobre o tema, uma editorada por Vanek na época é VANEK, Jaroslav (Ed.). *Self-management: economic liberation of man: selected readings*. Harmondsworth: Penguin Books., 1975.

³⁵⁶ Ver, por exemplo, VARELA, Raquel et al. Autogestão e crise econômica na revolução portuguesa (1974-1975). *Sociologia & Antropologia*, v. 5, n. 2, p. 479, 2015.

era uma ideia que ainda existia no Primeiro Mundo,³⁵⁷ vista como “opção” nos circuitos “radicais”, e que teve alguma aplicabilidade e/ou existência nos eventos que se seguiram a mais tardia revolução no continente europeu.

O projeto dos intelectuais brasileiros, no entanto, não começava diretamente pela ideia de autogestão e sim por enunciar medidas diretas de redistribuição de renda a serem tomadas na nova democracia brasileira. Para sustentar-se um sistema democrático, não poderia haver grande nível de miséria na sociedade, assim o passo inicial era uma política redistributiva imediata. Seria preciso reproduzir, no cenário brasileiro de paz, “a redistribuição da renda que a Segunda Guerra Mundial operou nos países ocidentais e no Japão (e que se estendeu a Formosa e Coreia do Sul, por força da revolução chinesa e da guerra da coreia)”.³⁵⁸ Os dois instrumentos utilizados para essa desconcentração de renda seriam uma renda mínima garantida e uma reestruturação tributária. Para financiar o programa de renda mínima e “eliminar a opulência”, propunham uma reforma fiscal em três pilares: 1) revisão do imposto de renda; 2) criação do imposto sobre a riqueza líquida; e 3) implementação do imposto sobre doações e heranças. Além dessas ações haveria muitas outras, como, por exemplo, utilizar universitários recém-formados para melhorar a situação da saúde, educação e moradia.³⁵⁹

A sindicalização ocorreria livremente em todos os setores, e deveriam ser estimulados e promovidos os sistemas de autogestão, tanto no campo quanto nas empresas urbanas. Era “preferível a grande empresa controlada pelos próprios trabalhadores à grande empresa dominada por empresários capitalistas ou por burocratas do Estado”.³⁶⁰ Nesse sentido, apresentam uma proposta de método para estrutura de autogestão em empresas com mais de cem empregados – com conselho de administração, eleição de representante pelos operários, entre outras características institucionais. Seria uma transformação um tanto quanto radical na estrutura das empresas: a obrigação de pagar dividendos seria lentamente diminuída e, desse modo, “a antiga propriedade empresarial se dissipará aos poucos, ao invés de ser repentinamente expropriada e transferida”. A autogestão, assim, extinguiria a exploração do trabalho pelo capital, mas não impediria que as pessoas acumulassem um

³⁵⁷ Obras debatiam o tema entre as décadas de 1960 e 1970, chegando a ser traduzidas para o português e editadas no Brasil. Ver GUILLERM, A; BOURDET, Y. *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

³⁵⁸ BACHA; UNGER, 1978, p. 19.

³⁵⁹ BACHA; UNGER, 1978, pp. 22-23.

³⁶⁰ BACHA; UNGER, 1978, p. 28.

‘pé de meia’ ou desenvolvessem pequenos negócios familiares. Havia muitos preconceitos contra a autogestão, mas eram infundados: não significava uma “febre distributivista”, e ainda, eliminando o consumo desmedido de alguns e preservando “os incentivos de mercado”, tratava-se na verdade de um sistema capaz de altas taxas de crescimento”.³⁶¹

Na medida em que a autogestão fosse se concolidando, as próprias empresas poderiam crescentemente decidir sobre os níveis e diferenciais de salários. A tendência à homogeneização dos rendimentos entre as pessoas nesse caso seria assegurada pelas seguintes medidas: abolição da hierarquia, determinada pelo capital; universalização do ensino médio; estabelecimento de novas empresas; e livre fluxo de mercadorias no comércio internacional. Assim, os autores propunham o fim gradual da exploração do trabalho e da hierarquia impostas nos moldes capitalistas, mas a *manutenção de mecanismos de mercado*.

Em termos de governança econômica, Bacha e Unger imaginavam a criação de um “Conselho Nacional”, que contaria com a participação de todos os importantes setores da economia, implicando a “democratização efetiva do sistema de planejamento”, já que existiria “representação popular nas instituições de planejamento”. Tal Conselho, estabeleceria critérios e taxas de investimento, e cuidaria para que o plano de provisão de bens essenciais não desorganizasse o sistema de preços de mercado”, o que poderia configurar um risco, por muitos motivos, inclusive porque a experiência internacional mostrava que a instabilidade monetária poderia tornar ineficaz qualquer sistema de subsídios alimentares amplo”, como o pretendido pelos autores.³⁶² E em mais um passo radical, Bacha e Unger tinham como proposta a “nacionalização progressiva do setor bancário e a democratização imediata do crédito”.³⁶³

Como seria razoável imaginar, os programas econômicos que o governo seguiria continham muitas ligações com os estudos anteriores de Bacha. Para o primeiro programa, partia-se da constatação da existência de uma situação de subemprego generalizado no país, e as políticas a serem implementadas seriam a) promoção das exportações de setores intensivos em mão de obra, reestruturar incentivos que discriminavam tais setores; b) abolir encargos trabalhistas, Previdência Social seria financiada por um imposto de valor adicionado, como IPI; c) programação de obras

³⁶¹ BACHA; UNGER, 1978, pp. 30-32.

³⁶² BACHA; UNGER, 1978, pp. 22, 35-36.

³⁶³ BACHA; UNGER, 1978, p. 36.

públicas com utilização de tecnologias compatíveis com a disponibilidade de mão de obra nas regiões – tendo havido uma reforma agrária nas regiões mais necessitadas, a política de pleno emprego nas zonas urbanas seria facilitada pela diminuição do êxodo rural que virá após a redistribuição de terras no Nordeste.³⁶⁴

No segundo programa, mais uma vez, a relação com os trabalhos anteriores de Bacha, agora em um sentido mais metodológico e instrumental: seria realizada a “generalização do uso da Análise Social de Projetos no processo de decisão sobre investimentos públicos” e investimentos privados que envolvessem financiamento público – as normas da Análise Social seriam divulgadas pelo Conselho Nacional de Planejamento. Essa nova metodologia teria papel educativo para burocracia: “grande” não é sinônimo de “melhor”, frequentemente pequenos projetos são os que têm maior rentabilidade social.³⁶⁵

A questão da inflação – até aquele momento não tratada diretamente por Bacha em seus trabalhos acadêmicos – entrava de forma direta nesse novo arranjo político e econômico. Para Bacha, a inflação era um fenômeno “obviamente monetário”, porém tanto oferta quanto demanda de moeda eram fenômenos sociais. Então, seria necessário ir além dos fatores monetários, sem desprezá-los, para entender como o conflito entre os grupos sociais gera desequilíbrios entre a oferta e a demanda de moeda. No Brasil, a inflação estava sendo um “instrumento manipulado pelos ricos e poderosos para extrair poupança forçada dos grupos populares e dos produtores de bens de consumo de massa”. Deveria ser abolida a inflação como instrumento de repressão da demanda dos assalariados. Proteger salários e ativos populares contra elevação de preços causada por expansão monetária. A fórmula de reajuste salário: com frequência suficiente para manter poder de compra ao longo dos 12 meses. E de ano para ano, os salários médios seriam reajustados de acordo com a taxa de aumento da produtividade da força de trabalho na economia.³⁶⁶ Dadas essas constatações e propostas, pareciam antever o desenrolar da década seguinte ao afirmarem que a estabilidade monetária configuraria o principal desafio econômico a ser enfrentado no novo regime, e para garanti-la uma *autoridade monetária independente* era a sugestão.

Para exercer um controle efetivo sobre a oferta de moeda, deve estudar-se cuidadosamente a ideia da criação de uma autoridade monetária independente do Ministério da Fazenda. A

³⁶⁴ BACHA; UNGER, 1978, p. 41.

³⁶⁵ BACHA; UNGER, 1978, p. 42.

³⁶⁶ BACHA; UNGER, 1978, pp. 44-45.

política de expansão monetária deve ser elaborada independentemente das necessidades de financiamento do orçamento monetário do governo federal.³⁶⁷

Os autores percebiam que o arranjo proposto poderia parecer não muito coerente, reunindo o fim do capitalismo, manutenção das trocas e incentivos mercantis, e ainda autoridade monetária independente, em uma espécie de socialismo-horizonta de mercado racionalizado. E procuravam explicar que, primeiramente, era preciso “diferenciar o princípio geral de descentralização econômica (o mercado como instrumento de distribuição de bens e serviços) das formas institucionais que marcam o capitalismo”. Essas formas faziam o capital – fosse privado ou estatal – dominar o trabalho e organizar a produção com hierarquias autoritárias. Expõem, assim, que

Cada vez mais, a democracia busca um modo de organizar a produção que descentralize as decisões econômicas sem entregá-las à tirania do capital, e que supere o capitalismo sem cair no socialismo burocrático. Pois esse apenas põe o gerente autoritário escolhido pelo Estado no lugar do gerente autoritário nomeado pelo capitalista.³⁶⁸

Além disso, ter-se-ia que saber diferenciar as formas de hierarquia e especialização que fossem realmente requeridas pela eficiência, dados os recursos e as técnicas disponíveis, daquelas formas que eram somente um método de domínio exercido em nome de uma pretensa eficiência racional, pois “um democrata de verdade não pode tolerar que a racionalidade sirva de pretexto à hegemonia de minorias, quer no Estado, quer na organização da produção”. Era preciso democratizar a razão.³⁶⁹

Bacha e Unger, por fim, acreditavam que o movimento para aprofundamento da democracia era compartilhado por diversos países no Ocidente, e viam o seu próprio projeto como um passo adiante dessas outras tentativas, pois não seria “demais querer para o Brasil uma democracia que dê uma lição de esperança a toda humanidade além de nos livrar dos nossos próprios dilemas”.³⁷⁰

O ambiente dos anos 1970, no qual a esquerda avançou e passou a discutir ideias “novas” e “radicais” – justamente a partir das quais floresceram “novas esquerdas” e, no campo da economia, os *radical political economists* nos EUA –³⁷¹ parece ter sido

³⁶⁷ BACHA; UNGER, 1978, p. 45. Sobre o FMI: “Nos foros internacionais, resistir-se-á com firmeza às tentativas do mundo desenvolvido de readquirir controle sobre os fluxos financeiros internacionais. Não se aceitará que o FMI atue como Banco Central Mundial, a menos que os países do Terceiro Mundo passem a ter participação paritária na condução dos negócios daquele organismo internacional” (p. 47).

³⁶⁸ BACHA; UNGER, 1978, p. 67.

³⁶⁹ BACHA; UNGER, 1978, p. 68.

³⁷⁰ BACHA; UNGER, 1978, p. 74-75.

³⁷¹ Para uma visão elogiosa dos radicais e que analisa diversos pensamentos da época, de onde também podemos extrair a indicação de que se trata do encontro entre o alto-modernismo decadente e o “pós-modernismo”, ver TINEL, B. *A quoi servent les patrons. Marglin et les radicaux américains*. Lyon : ENS Editions, 2004.

marcado pelo encontro entre duas “ideologias” (à falta de palavra melhor), uma decadente e a outra ascendente. Era o alto-modernismo em decadência e o pós-modernismo em ascensão – ainda que o pós-modernismo não seja normalmente identificado como uma “ideologia”, poderia ser descrito talvez como uma “situação ideológica”. A decadência, então, pertencia às ideias racionalistas, como encarar racionalmente a sociedade e modificá-la significativamente com o instrumento da razão transmutada em ação de um poder; as classes, o estado nacional e a intervenção efetiva de um poder hierarquicamente superior aos indivíduos fazia o seu canto dos cisnes nos anos 1970. As ideias ascendentes eram a dos direitos e das liberdades individuais e de grupos – os direitos civis, de mulheres, gays, negros, indígenas – também influenciado pelo relativismo das ideias pós-modernas. É fato que o alto-modernismo nos países desenvolvidos já era muito rarefeito, mas permanecia dentro das perspectivas de parte da esquerda, dentre outros motivos, tanto pela ainda existência de regimes socialistas (o que afirmava concretamente possibilidade de alternativas ao capitalismo) quanto pelo terceiro-mundismo (que indicava, ainda que de forma menos concreta, a possibilidade de alternativas tanto ao capitalismo quanto ao socialismo autoritário). Enfim, o fato de a principal ideia do radicalismo socializante dos anos 1970 ser implementar a anti-hierarquia no arranjo social condiz com a nossa interpretação: como se estava em um espaço sem muitas definições, era como se o alto-modernismo escondesse a sua forma hierárquica de implementação da mudança (de cima para baixo) para manter a possibilidade de mudar, e a situação ideológica pós-moderna, ainda sem a sua crítica total aos modelos totalizantes (“metanarrativas”) e às violações bruscas de posições de direitos adquiridos, se encaixasse nessa abertura à mudança.

Voltando ao Mangabacha, parece claro que nenhum intelectual norte-americano chegaria (nem chegou) ao comitê do Partido Democrata com um projeto de governo para o primeiro (ou um possível segundo) mandato de Jimmy Carter que fosse minimamente parecido com o projeto de Bacha e Unger. Os graus de liberdade para transformar a realidade brasileira ainda pareciam significativamente grandes, mesmo que o projeto provavelmente extrapolasse qualquer grandiosa transformação imaginada no período para o Brasil.

Como já exposto, tendia-se a relacionar de forma direta a democracia à chegada de um modelo menos desigual de sociedade. E Bacha entendia que a segunda metade dos anos 1970 era um período agitado, de “efervescência política”, com perspectivas de esquerda pululando, e via com bons olhos as discussões crescentes

sobre distribuição de renda, como demonstra nos textos do seu livro *Política econômica e distribuição de renda*, publicado em 1978.³⁷² Nele, depois de discutir evidências e diferentes leituras sobre a curva de Kuznets e a desigualdade, Bacha passa às propostas de políticas que poderiam desconcentrar a riqueza e a renda. Frente a variados resultados empíricos, diversos diziam que de fato para conseguir a diminuição da desigualdade não havia uma receita clara a ser seguida.

Havia muitas posições, como as que enfatizavam o *trickle down*, ou seja, as políticas graduais de redistribuição, e havia inclusive as posições revolucionárias, estas que partiam da ideia de que não haveria como por meios pacíficos tornar uma sociedade mais igualitária. E existia certo respaldo histórico a essa ideia, pois até o próprio Kuznets admitia que, junto ao crescimento econômico, “as tendências no sentido da igualdade de renda receberam forte impulso durante e imediatamente após as duas guerras mundiais”.³⁷³ Ao final, Bacha parecia concluir que, se não uma situação de guerra, era de fato preciso um ambiente de mudanças contínuas para que fosse possível as razões dos economistas serem aplicadas e alterarem características estruturais da sociedade.

Com o renascimento de interesse nas questões distributivas, talvez os economistas se disponham a colaborar mais que no passado. Pois só através da imersão em processos de mudanças sociais aceleradas é que os economistas podem esperar diminuir os custos das transformações estruturais, e assim contestar na prática a proposição socialmente inaceitável da curva de Kuznets, de que os ricos têm que ficar mais ricos antes que os pobres possam ter esperanças de melhores condições de vida.³⁷⁴

Depois de voltar ao Brasil e passar o ano de 1978 ainda em Brasília, no ano seguinte já estaria se deslocando para integrar o recém criado programa de mestrado da PUC-Rio. O próximo artigo de Bacha, publicado em 1979, já estará no anuário do departamento de economia da PUC-Rio, no qual aparece como “coordenador de pesquisa”.

³⁷² BACHA, Edmar. *Política econômica e distribuição de renda*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978b. “A efervescência política do final dos anos setenta deverá ter consequências duradouras para o país. Ou reafirmam-se as características concentradoras e anti-democráticas do capitalismo corporativista herdado da Primeira República, ou parte-se para formas avançadas de organização social, em que a democracia se incorpore ao cotidiano e os frutos de desenvolvimento se distribuam de forma mais igualitária entre todos os brasileiros”; BACHA, 1978, p. 11.

³⁷³ BACHA, 1978b, p. 109.

³⁷⁴ BACHA, 1978, p. 110

Malan nos anos 1970

A trajetória de Pedro Malan nos anos 1970 será relacionada tanto ao IPEA, seu local de trabalho como pesquisador, quanto, em um espectro mais amplo, aos encontros e debates da intelectualidade de esquerda no Rio de Janeiro, mas também por vezes em São Paulo. Quanto ao Cebrap, Malan conhecera Fernando Henrique nos anos 1960 por meios pessoais antes de acadêmicos, dentre vários outros caminhos que levavam ao Cebrap, Malan destaca essa relação com um de seus fundadores.³⁷⁵ Mas as reuniões das quais participou parecem ter sido mais as realizadas no Rio de Janeiro. Em 1973, por exemplo, ocorre a XXV Reunião Anual da SBPC, na Ilha do Fundão, e Malan estaria presente na sessão de ciências sociais e econômicas, participam também Bacha da UnB, Francisco de Oliveira e Paul Singer, do Cebrap, Antonio Barros de Castro, da Cepal, Ignácio Rangel, do BNDE, e John Wells. Entre os temas discutidos por alguns dos participantes estavam dependência tecnológica, multinacionais, imperialismo, conjuntura internacional e empréstimos de dólares aos subdesenvolvidos.³⁷⁶

Malan não manteria um contato direto, como Bacha, com a academia norte-americana, e a maior parte de seus textos saem publicados no Brasil, e são análises históricas e da trajetória econômica recente do Brasil.³⁷⁷ Lidando com os muitos dados sobre indústria e comércio externo, por exemplo, construiria panoramas da conjuntura brasileira e apontaria quais eram as principais questões e os rumos que talvez pudessem ser tomados. A modelização ou a proposição de novos modelos é mais rarefeita em seus trabalhos, se compararmos aos de Bacha, este que por sua vez tinha análises “históricas” em menor número relativamente.³⁷⁸

Uma aparente exceção é o artigo em que Malan procura formalizar as ideias que Furtado expusera em seu livro *Análise do Modelo Brasileiro*. Esse artigo foi escrito em coautoria com John Wells, economista inglês que estudava o Brasil e havia sido seu colega no doutorado em Berkeley (também sob orientação de Fishlow), vindo da

³⁷⁵ MALAN, 2019.

³⁷⁶ “O encontro irresistível”. *Jornal do Commercio* (RJ), 12 jun. 1973, p. 10.

³⁷⁷ O único artigo de Malan publicado nos EUA nos anos 1970 parece ter sido MALAN, Pedro S.; BONELLI, Regis. The Brazilian economy in the seventies: old and new developments. *World Development*, v. 5, n. 1-2, p. 19-45, 1977.

³⁷⁸ Além das duas análises sobre o mercado de café no livro os mitos de uma década, a maior parte das publicações de Bacha versava sobre a conjuntura econômica recente do Brasil, isto é, do período da ditadura. Como por exemplo Bacha, Edmar. Issues and evidence on recent Brazilian economic growth. *World Development*, v. 5, n.1-2, 1977. E mesmo nesses trabalhos, tinha uma veia propositiva, lançando afirmações sobre políticas a serem adotadas.

graduação em Cambridge, para onde retornaria posteriormente.³⁷⁹ Já na primeira nota, ao mencionarem a literatura existente, citam Conceição Tavares e José Serra, Albert Fishlow, Paul Singer, Francisco de Oliveira e Edmar Bacha, como exemplos de trabalhos “não apologéticos” sobre a experiência brasileira dos anos 1960 – em suma, um grupo com alguns dos principais economistas de oposição no Brasil da época, o que indica, mais uma vez, a afinidade entre esses intelectuais e a consistência de suas reuniões. Na continuação do artigo, os dois autores deixam claro que seu intento era demonstrar que a essência da argumentação de Furtado em seu livro poderia ser “apresentada através de um simples modelo macroeconômico do tipo Kalecki-Robinson”.³⁸⁰ Malan conhecia o livro de Kalecki e disse ter notado que estava havendo uma influência das ideias do economista polonês no Brasil, até mesmo de forma pouco investigativa e mais ideológica, como no caso de uma frase (um tanto especulativa) de Kalecki que se popularizava à época: “os trabalhadores consomem tudo aquilo que ganham, e os capitalistas lucram tudo aquilo que investem”.³⁸¹ De qualquer maneira, Malan e Wells acharam por bem formalizar algumas ideias relativamente simples de Kalecki e mostrar a sua leitura das proposições desse economista em correspondência com as de Furtado.

Segundo Malan e Wells, a análise de Furtado possuía traços bem definidos de uma teoria do subconsumo, e assim se encaminhava no sentido de afirmar que um sistema capitalista com as características estruturais brasileiras não teria condições de “gerar de forma espontânea o nível e a composição da demanda adequados para a utilização de sua capacidade produtiva potencial”.³⁸² A ênfase no papel da intervenção estatal para influenciar o nível e a composição do dispêndio em consumo seria a face original da análise de Furtado.³⁸³ Em sua leitura, diziam que Furtado pensava que o Estado deveria resolver tanto o problema de curto prazo, assegurando utilização de capacidade já instalada através de estímulo à demanda por consumo, quanto o problema

³⁷⁹ HARCOURT, G.C. John Richard Wells, 1947–1999. Em: HARCOURT, G.C. *The Making of a Post-Keynesian Economist: Cambridge Harvest*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2012.

³⁸⁰ As referências que citam são “M. Kalecki, *Selected essays on the dynamics of capitalist economy*, Cambridge, 1971; e J. Robinson, *The Accumulation of Capital*, NY, macmillan, livro V, 1965”. MALAN; Wells, 1972, p. 441.

³⁸¹ MALAN, 2019. Ou em outras variações “os trabalhadores gastam tudo aquilo que ganham, e os capitalistas ganham tudo aquilo que gastam”.

³⁸² Nota 8: “Em termos gerais, a abordagem de Furtado é semelhante à dos teóricos do subconsumo nas economias ‘maduras’; supõe-se como ponto pacífico a tendência secular ao subconsumo (expressa em desemprego e subutilização de capacidade) e centra-se a análise nas forças que a estariam contrarrestando”. Cita Paul Sweezy e Paul Baran.

³⁸³ MALAN; WELLS, 1972, p. 445.

de “longo prazo, i.e., adequar constantemente o perfil da demanda a uma estrutura de oferta” que por si mesma não é capaz de gerar o nível e a composição de demanda para sua própria sustentação.

No curto prazo, valeria o modelo formalizado (para o qual Malan e Wells só citam Kalecki e não Robinson)³⁸⁴ de dois setores, o tradicional e o industrial. O produto potencial do industrial se divide em produto da indústria de bens não-duráveis de consumo (C^1), da de bens duráveis (C^2) e da de bens de capital (I) – assim a fórmula da oferta agregada seria $Y(\text{potencial}) = C^1 + C^2 + I$, e a capacidade ociosa não seria geral, mas sim concentrada na indústria de bens duráveis C^2 . Já pelo lado da renda, ela seria dividida entre salários (W) e lucros (P). W^1 configuraria a renda dos trabalhadores massa ($W^1=W$); W^2 a renda da classe média alta, que na verdade seria proveniente dos lucros totais.³⁸⁵ A classe média alta ainda receberia o rendimento de seus ativos (P^2); e por fim os capitalistas receberiam seus lucros (P^1).³⁸⁶

Citando Kalecki novamente, Malan e Wells ressaltam que a realização dos lucros depende do dispêndio dos capitalistas e da alta classe média, seja em I , seja em C^2 – e de acordo com Furtado, haveria uma tendência para os lucros aumentarem como proporção da renda ao longo do tempo – $(P/Y_{t+1}) > (P/Y_t)$ – e assim os salários sofreriam a tendência inversa. Como na visão kaleckiana, existiria uma situação em que o consumo dos capitalistas não seria suficiente para alcançar a oferta, “para um dado nível de consumo da classe média alta ($*P^2 + *W^2$) e para um dado nível de investimento $*I_r$ ”, [ocorreria que] $kP^1 + (*P^2 + *W^2) + *I_r < P$. Ou seja, a tendência seria a diminuição do crescimento e da acumulação e por consequência uma crise. Assim, na visão de Furtado, que descrevia como o setor moderno da economia brasileira havia procedido no sentido da plena utilização da capacidade a partir de 1967-68, o processo de investimento fora relegado a uma posição secundária e a recuperação não teria sido o

³⁸⁴ Mas então Malan não explicita qual a contribuição de Robinson, como seu *The accumulation of capital*, para o modelo com o qual descreve a argumentação de Furtado.

³⁸⁵ Nota 15: “como em algumas versões do modelo de Kalecki, op. Cit.,” [1971] “em que os salários de outros que não trabalhadores diretamente engajados na produção são considerados parte do overhead, ou “excedente”.

³⁸⁶ As equações seriam:

$Y(\text{potencial}) = C^1 + C^2 + I$

$Y = W + P$

$W = W^1$

$P = P^1 + P^2 + W^2$

E o lado da Demanda:

$C^1 = W^1$ (trabalhadores massa consomem todo salário em não-duráveis).

$C^2 = W^2 + P^2 + kP^1$ (classe média só consome duráveis, capitalistas consomem parte também).

$I = (1 - k)P^1$ (parte do lucro dos capitalistas investido em bens de capital).

resultado de um incremento nesta componente da demanda. Na verdade, “a recuperação teria ocorrido como resultado de um crescimento nas despesas autônomas do governo (G)” e também de uma elevação autônoma do dispêndio em bens de consumo durável” – esta última causada pelo efeito de concentração da renda nas mãos da classe média, decorrente da compressão da massa salarial operária.³⁸⁷

Para Malan e Wells, a análise de Furtado, apesar de internamente coerente e ainda não refutada por outros trabalhos, permanecia “a um nível altamente especulativo”. De modo que novas “investigações empíricas a um nível bem mais desagregado” seriam necessárias “para substanciar a maioria das hipóteses implícitas no trabalho”. No caso do longo prazo, Furtado não dava muita atenção aos possíveis ciclos de investimento privado, isto é, ao crescimento do produto potencial, pois concentrava-se nas condições para realização dos planos de consumo e não tratava das condições que determinavam o volume de investimento privado, suposto estável e autônomo. As considerações finais de Malan e Wells revelam menos afirmações peremptórias e mais a preocupação metodológica dos autores – não havia adesão direta a princípios teóricos:

Esperamos que esta nota tenha conseguido aquilo que se propôs: apresentar a interpretação de Furtado através de um tratamento que chamasse a atenção para a necessidade e a possibilidade de:

- a) testes mais rigorosos das suposições centrais da análise, em particular das hipóteses de acentuadas discontinuidades nas curvas de demanda e de tendência à saturação do consumo a elevados níveis de renda;
- b) contínua avaliação das principais predições implícitas na análise, como, por exemplo, da necessidade de crescente intervenção do Estado no sentido de criar apropriadas condições de demanda de consumo; e
- c) um tratamento muito mais cuidadoso do processo de investimento como causa independente de variações no produto e de discontinuidades no processo de acumulação.

O próximo texto de Pedro Malan seria uma nova parceria com Wells, no qual discutiriam abertamente a questão da distribuição de renda,³⁸⁸ criticando a tese de Carlos Langoni que interpretava como natural o aumento da desigualdade naquele contexto de alto crescimento. Um debate que teve vários participantes e rendeu exposições na mídia no ano de 1974, nos quais os argumentos da controvérsia sobre distribuição de renda foram amplamente apresentados.³⁸⁹ O texto de Malan e Wells em

³⁸⁷ Segundo Furtado, o aumento “autônomo” no consumo de duráveis se deu como efeito do programa de estabilização, que elevou a proporção W^2/W^1 , ao controlar o salário nominal de trabalhadores de baixo nível de remuneração. Isso concentrou renda nas mãos da classe média alta que só consome C^2 , daí a “injeção de dispêndio autônomo neste setor”. MALAN; WELLS, 1972, pp. 450-451.

³⁸⁸ Publicado em 1973 na PPE, com WELLS. Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil. E a tréplica em 1974.04 na *Revista de Administração de Empresas*: “Ainda sobre distribuição de renda” (não permitiram a Malan publicá-la na PPE).

³⁸⁹ Por exemplo, no *Jornal do Brasil*: “A renda mal distribuída”. *Jornal do Brasil*, Especial, 28 jul. 1974, p. 5.

1973 era uma resenha sobre o livro *Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil* de Carlos Langoni, de 1973. A crítica se instalava em diversos pontos, inclusive sobre o formato da apresentação e afirmação das ideias: o economista da FGV ignorava “de forma deliberada” que existiam interpretações alternativas à que havia apresentado para explicar o aumento da desigualdade, “em particular [ignorava] aquelas enfatizando a condução da política econômica durante a década”.³⁹⁰ A crítica se tornava por vezes um pouco ácida, se encaminhando no sentido de alegar a falta de cientificidade e de busca por ela no trabalho de Langoni. Em uma possível leitura, vemos que Wells e Malan pareciam indicar que o texto consistia de uma “ciência normal” kuhniana não só ligada ao domínio no campo científico mas às leituras dominantes no campo político.

É estranho que esta visão de livro-texto de desenvolvimento econômico – de que as ‘mudanças’ [clássicas] (...) levam a um aumento na desigualdade [nota 13 citando Kuznets] – seja apresentada como ‘a conclusão mais importante (do trabalho)’, isto é, como resultado de sua investigação empírica, e não como um simples e genérico ponto de partida no quadro de um esquema mais amplo de análise”.³⁹¹

Sumarizando suas críticas à teoria neoclássica, afirmam que não há qualquer evidência da principal alegação de Langoni, a de diferentes elasticidades de curvas de oferta de diferentes tipos de mão de obra, e que por ignorar a questão da determinação institucional de certas remunerações (como em explicações alternativas) a análise do economista da FGV “se converte mais em uma *justificativa* para o que efetivamente ocorreu, do que em uma tentativa científica de explicar o porquê do *ocorrido*”.³⁹² Os autores procedem a uma crítica da teoria do capital humano como apresentada por Langoni, novamente questionando a suficiência das variáveis explicativas e das causalidades. Havia um espaço de verdade nas alegações sobre expansão do emprego mais qualificado, mas o quadro geral de análise deveria ser mais amplo, no que Langoni pecava miseravelmente: bastava uma leitura atenta do livro para perceber a omissão do autor no que dizia respeito “às relações entre distribuição de renda com as diferentes formas de condução da política econômica e com o peculiar padrão de desenvolvimento no Brasil ao longo da década de 1960” – e colocam como referências, nesse ponto, M. H. Simonsen, Fishlow, Serra e Tavares e Furtado.³⁹³ Ao final do texto, os autores

³⁹⁰ MALAN; WELLS, 1973, p. 1108.

³⁹¹ MALAN; WELLS, 1973, p. 1108.

³⁹² MALAN; WELLS, 1973, p. 1120 (grifo no original).

³⁹³ “basta a leitura atenta do livro para deixar claro que Langoni é inteiramente omisso no que se refere às relações entre distribuição da renda com as diferentes formas de condução da política econômica (nota 37: cita Simonsen grad. Vs trat choq 1970; e Fishlow “eco. Policy af. 1964” 1972) e com o peculiar

afirmavam que o capitalismo brasileiro permitia uma ampla distribuição do excedente, e o tom das afirmações revelavam claramente os traços políticos da discussão.

Por certo, não pretendemos negar a extremamente rápida expansão do emprego mais qualificado de administradores, técnicos e burocratas variados e seus possíveis efeitos sobre o aumento de desigualdade. É difícil apenas acreditar que esta expansão tenha sido – como acredita Langoni – simplesmente resultante de uma expansão diferenciada associada à aceleração do crescimento e à crescente complexidade do processo produtivo. O capitalismo brasileiro permite claramente uma ampla distribuição do excedente, via criação de empregos públicos e privados, a relativamente elevados níveis de remuneração para um vasto segmento de ‘trabalhadores, sob certo sentido ‘improdutivos’, que são, entretanto, extremamente funcionais para o sistema tal como este opera hoje. Não importa quão imprecisa ou pouco rigorosa seja uma abordagem deste tipo, quando se aproxima muito mais do real que as surrealistas abstrações da “teoria do capital humano”.³⁹⁴

Langoni responderia a esse artigo nas páginas da PPE, e Malan proporia ainda uma tréplica, que no entanto não foi publicada na revista do IPEA, pois a discussão estaria encerrada na visão dos editores. Assim, publicaria “Ainda sobre a distribuição de renda” nas páginas da Revista de Administração de Empresas da FGV de São Paulo, em 1974.³⁹⁵ Dá início a esse artigo com uma epígrafe do teórico da ciência Imre Lakatos:

Se até mesmo na Ciência não há outra forma de julgar uma teoria a não ser avaliando o número, a fé e a energia vocalizada de seus defensores, então o caso é ainda mais forte nas ciências sociais: a verdade está no poder.³⁹⁶

Ao escrever isso, Lakatos estava referindo-se justamente a um pensamento de radicais sem critério, ao qual a posição de Kuhn poderia estar associada. Para exemplificar, a continuação da frase seria: “então a posição de Kuhn justificaria, sem dúvida, não intencionalmente, a crença política básica dos maníacos religiosos contemporâneos (‘estudantes revolucionários’).”³⁹⁷ A nosso ver, Malan não está argumentando no mesmo sentido de Lakatos, e sim se aproximando da visão de Kuhn, ainda que com reservas. Na verdade, tendo deslocado a frase de seu sentido original, o mais provável é que, sem entrar nas discussões epistemológicas mais profundas, estivesse procurando indicar não alguma “impossibilidade de cientificidade nas ciências

padrão de desenvolvimento no Brasil, (nota 38: cita Serra e Tavares, “mais além da estagnação” 1972 e Furtado na. Do mod. Br. 1972) ao longo da década de 60”

³⁹⁴ MALAN; WELLS, 1973, pp. 1122-1123.

³⁹⁵ MALAN, Pedro. Ainda sobre a distribuição da renda. *Revista de Administração de Empresas*, Mar/abr 1974a, pp. 116-123.

³⁹⁶ A citação de Malan é “If even in Science there is no other way of judging a theory except for [“but by assessing” no original de Lakatos] the number, faith and vocal energy of its supporters then this must be even more so in the social sciences: truth lies in power”.

³⁹⁷ LAKATOS, Imre. The Popperian versus the Kuhnian Research Programme. Em GRIM, Patrick. *Philosophy of Science and the Occult*. Nova York: State University of NY Press, 1990, p. 132. No original em inglês: “Thus Kuhn’s position would vindicate, no doubt, unintentionally, the basic political credo of contemporary religious maniacs (‘student revolutionaries’)”.

sociais”, mas antes uma situação em que o poder e a ciência estavam absolutamente conectados – leia-se Langoni e o regime militar.

Ainda no mesmo artigo, Malan também utilizaria um excerto de um texto de Samuelson como epígrafe, no qual o economista norte-americano afirmava que alguns economistas tinham ido muito longe no ímpeto de justificar a concentração de renda com argumentos sobre taxa marginal de produtividade, o que sempre poderia ser feito por convenção, mas poderia não ter conteúdo empírico de fato.³⁹⁸ Essa “falsa objetividade”, era encontrada por Malan em seu adversário intelectual do momento.

forçoso reconhecer, contudo, que a interpretação do Prof. Langoni é bem definida, bem argumentada e aparentemente conta com uma boa acolhida em certas áreas. Afinal, todos gostamos de nos sentir compartilhando de uma supostamente objetiva e imparcial explicação científica.³⁹⁹

Langoni havia dito que a crítica de Malan e Wells tinha uma face “radical”. Ao que Malan respondeu que apenas haviam sugerido problemas que deveriam fazer “um autor” pensar mais vezes antes de “declarar cabalmente confirmada sua interpretação, como o fez Langoni, ao considerar seu raciocínio ‘absolutamente correto para uma economia como a brasileira’”.⁴⁰⁰ Nem eram radicais e nem haviam rompido com a teoria econômica, como insinuara Langoni.

Pelo contrário, sentimo-nos em excelente companhia ao lado daqueles que têm sérias divergências com as teorias de capital humano, com simplistas associações de salários às produtividades marginais e com a metodologia *as if* da economia positiva. Citar nomes de autores, departamentos de economia e escolas de pensamento econômico seria demasiado longo. Afinal, 'Chicago não é o centro do mundo acadêmico, nem a teoria econômica um monolítico bloco de dogmas para aplicação imediata.⁴⁰¹

Em suas divergências com a ortodoxia imperiosa, outra posição de Malan será “responder” às críticas feitas contra as políticas econômicas consideradas heterodoxas aplicadas ao longo da história brasileira recente de então (leia-se de 1930 em diante). Em sua resenha do livro de Raouf Kahil “Inflation and economic development in Brazil 1946/1963”, Malan inicia criticando as explicações imprecisas e superficiais sobre história e geografia do Brasil, depois expõe que Kahil, ainda antes do “confronto com a experiência”, já partia com a suposição implícita de que o estruturalismo não constituía um modelo minimamente coerente, ao contrário do monetarismo.⁴⁰² Procurará mostrar em diversos temas como essa avaliação de Kahil era inconsistente e frágil. Sobre as

³⁹⁸ A citação de Malan é “Samuelson, Paul. Foundations of economic analysis. Harvard, p. 87”.

³⁹⁹ MALAN, 1974a, p. 117.

⁴⁰⁰ MALAN, 1974a, p. 118.

⁴⁰¹ MALAN, 1974a, p. 118.

⁴⁰² MALAN, Pedro. Inflation and economic development in Brazil 1946/1963. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 4, n. 3, 1974b, p. 722.

ideais associadas ao estruturalismo como a inelasticidade da oferta de produtos agrícolas, a pressão inflacionária associada ao intenso processo de urbanização, e da oferta de mobilidade do capital, Kahil havia apresentado o argumento estruturalista de forma simplória, uma “hipotética sequência causal” simplista, quando as questões eram muito mais complexas – enfim, criara uma espantoso. Kahil também deveria ser mais “agnóstico”, já que suas conclusões não parecem fluir naturalmente da análise dos quadros que apresenta.

No tema do estrangulamento externo, mais caro a Malan, Kahil continuará falando contra as teses “estruturalistas” da deterioração nos termos de troca, desequilíbrio na BP, evolução inadequada da capacidade de importar, estagnação das exportações. Em contraposição, Malan afirma que, nos primeiros anos de 1950, os preços dos principais produtos de exportação brasileiros chegaram a seus níveis historicamente mais elevados; o que de fato tornava fácil “comprovar”, de modo “injustificável”, a tese estruturalista ao analisar-se o período 1954-1963. Contudo, Kahil não trabalha a questão de uma forma mais geral, mais teórica, como fizera Prebisch. As observações do autor e as evidências que as suportam “não constituem novidade para quem quer que haja estudado o período”. E chamava atenção “a confiança e a ênfase” de Kahil ao atribuir “os graves desequilíbrios observados no setor externo à inflação e, particularmente, à ‘faulty government policy’”.⁴⁰³ Na visão do Malan, não havia sentido falar em políticas do tipo first-best que poderiam ter sido aplicadas, pois seria uma crítica por demais fácil. Para avaliar a política econômica do período seria mais adequado “partir do reconhecimento do dilema para o qual esta se constituía em uma resposta – ou temporário compromisso entre os atores relevantes”.

Kahil parecia ter certa dificuldade em perceber que: a) havia, da parte dos agentes econômicos relevantes uma clara “preferência revelada”, por outros objetivos, que operava no sentido de subestimar os custos sociais da inflação (e o valor social da estabilidade de preços) e, particularmente, que b) o deplorado intervencionismo do setor público e a permissividade deste ante a inflação viabilizaram uma temporária, mas significativa, transferência de recursos reais do setor exportador para o setor industrial e do setor privado para o setor público (ainda não suficientemente analisadas), no quadro de um peculiar padrão de crescimento.

Se havia intenção de não defender as políticas “heterodoxas” na história, a interpretação e a argumentação propostas poderiam ter sido feitas de forma mais

⁴⁰³ MALAN, 1974b, p. 726. “As conclusões são familiares para qualquer economista brasileiro: a política de sustentação dos preços externos do café no curto prazo teve efeitos deletérios a prazos mais longos, a taxa de câmbio supervalorizada, devido à persistente inflação interna, representou um viés antiexportação, uma abordagem de política do tipo ‘exportable surplus’ frequentemente coibiu a exportação de certos produtos, etc”.

qualificada – Kahil não parecia ter se esforçado para interpretá-las. Ao assumir essa postura, “a contribuição da obra de Kahil para a contínua discussão acerca do fenômeno inflacionário no Brasil é insignificante, apesar de seu esforço”. A visão sobre a inflação era muito convencional, ainda mais naquele momento dos anos 1970, em que o tema estava sendo pensado e repensado em outras formas.

o trabalho de Kahil apresenta um caráter paradoxal. Por um lado, há um sabor de coisa antiga e conhecida, velhas controvérsias à la Gudin as quais Kahil pouco acrescenta em termos de interpretação e crítica teórica, embora haja um considerável esforço de apresentação de dados”.⁴⁰⁴

Em suma, a análise de Kahil era mais “opinião” que ciência. Mas Malan não escreverá somente resenhas críticas, onde poderia expor suas ideias em relação direta a outros economistas. Em uma iniciativa dentro do IPEA para o estudo da história econômica brasileira, Malan, Bonelli, Abreu e Pereira produziram o livro *Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939/52)*, publicado em 1977, que seria o primeiro de três volumes da história econômica nacional recente de então –⁴⁰⁵ o segundo abordaria o período 1953-1963, e o terceiro 1964-1977, ambos, porém, não foram publicados e parecem não ter sido efetivamente escritos.

O livro publicado, sobre 1939-52, destacava em sua introdução a importância e a necessidade “de uma apropriada perspectiva histórica para a discussão informada sobre a atual controvérsia acerca dos rumos da economia brasileira”. A visão histórica acabava sendo “frequentemente perdida” nos debates daqueles anos 1970 sobre a “chamada ‘fase de transição’” pela qual estaria passando a economia brasileira.⁴⁰⁶

A história, então, seria um instrumento integrante da análise econômica séria, de ponta, interessada ali não na reflexão sobre o passado per se mas nas discussões correntes. Entender a história do processo de industrialização brasileira era absolutamente válido, pois “em poucos países a interpretação do passado tão bem define e discrimina entre as opções da política no presente”.⁴⁰⁷ Quanto a objetivos mais concretos, o livro buscava relacionar política econômica externa (a questão do câmbio principalmente) com a situação econômica internacional e ver os efeitos decorrentes (intencionais ou não) sobre a evolução da indústria no Brasil. Além de ser visto como a

⁴⁰⁴ MALAN, 1974b, p.731.

⁴⁰⁵ MALAN et al. *Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939/52)*. Rio de Janeiro: IPEA, 1977.

⁴⁰⁶ MALAN et al, 1977, p. 7.

⁴⁰⁷ MALAN et al, 1977, p. 8. Trecho: “... Em seu livro *O Problema do Café no Brasil* (São Paulo: USP, 1959), p.1, A. Delfim Netto afirma: ‘Aqui, como em todo problema da vida real, a aproximação metodológica que nos parece mais fecunda é através da história’”.

mais moderna e diversificada estrutura industrial dentre os países subdesenvolvidos, o Brasil também procedia a uma das primeiras efetivações, no caso de economias semi-industrializadas, da transição do protecionismo sobre o mercado interno para “uma fase de desenvolvimento com abertura crescente para o exterior”, com promoção das exportações não tradicionais, “da progressiva liberalização do comércio exterior e da crescente integração no mercado internacional de capitais”.⁴⁰⁸

Nos processos de desenvolvimento como o brasileiro, haviam sido realizadas transferências em prol dos setores industriais e de infraestrutura básica, as quais não teriam se dado “apenas via estímulos e desestímulos de mercado”. Como seria natural, em economias semi-industrializadas, marcadas pela imperfeição e fragmentação nos mercados, “a consecução destas transferências não marginais *requer[ia]* um grau relativamente elevado de intervenção do setor público na vida econômica”.⁴⁰⁹ E, assim, com um olhar sobre os fatos históricos, ficava claro que, no Brasil, “em nenhuma área esta intervenção se deu de forma tão conspícua quanto no que se refere ao sistema cambial”. A distância entre intenção e ação foi maior no tratamento da inflação, uma atitude relativamente permissiva. Os autores consideravam que era possível não defender tais políticas (ou falta de políticas) e mesmo assim interpretá-las (de forma razoável, ponderada e acadêmica). Certamente se referindo a argumentações com as de Kahil, afirmavam que até então a “síndrome intervencionista” e a permissividade com a inflação “eram interpretadas tanto por economistas ‘acadêmicos’ quanto por ‘experts’ de organizações internacionais” como clara manifestações de “irracionalidade em termos de comportamento e de ineficiência em termos de resultado”.⁴¹⁰ E colocavam em pauta uma questão interessante sobre qual seria o objetivo, nunca muito explícito, da crítica liberal:

Na verdade, conforme veremos adiante, nunca chegou a ficar claro se a crítica ‘liberal’ ao intervencionismo, às restrições ao comércio externo e à atitude do Governo face à inflação baseava-se na suposta existência de alternativas institucionais (não puramente hipotéticas) que viabilizariam a mesma transferência de recursos (em termos de direção, senão de magnitude) de forma mais eficiente, *ou* se a crítica era quanto à *direção mesma* destas transferências em benefício dos setores industrial e público.⁴¹¹

Ao analisar as políticas econômicas de 1940-1950, então, os autores queriam evitar “a crítica fácil, que via apenas o fato de que a intervenção no sistema de preços

⁴⁰⁸ MALAN et al, 1977, p. 9.

⁴⁰⁹ MALAN et al, 1977, pp. 10-11.

⁴¹⁰ MALAN et al, 1977, p. 11.

⁴¹¹ MALAN et al, 1977, p. 11.

não se constituía em uma política do tipo *first-best*". Utilizam e citam um argumento de Robert Solow:

Como um insuspeito teórico colocou a questão: "... elas não são do tipo de política que se inventaria se se tivesse que inventar políticas do nada. Elas são o tipo de política em que se apoia quando se procura maneiras de proteger uma economia imperfeita das piores consequências do seu comportamento imperfeito. Por esta razão, parece-me que a melhor forma de iniciar uma avaliação (destas políticas) é com o reconhecimento do dilema para o qual elas são uma resposta".⁴¹²

Enfim, os autores pretendiam indicar que os anos do Estado Novo haviam correspondido a um período muito mais importante do que era percebido pela literatura, pois ali se instalara "um certo estilo de intervenção governamental" que se projetava até os anos 1970.⁴¹³ Sobre esse "estilo" falaremos mais adiante, ao analisar outros trabalhos de Malan mais específico sobre as questões coetâneas.

Nos anos seguintes continuará participando de palestras em instituições acadêmicas e profissionais, nas quais se reuniam os economistas de esquerda como em palestra na UFF em 1975 – à qual compareceram os já citados Furtado, Tavares, Ignacio Rangel, Carlos Lessa, entre outros.⁴¹⁴ A SBPC, por sua vez, continuava congregando diversos intelectuais, como no debate sobre energia, ocorrido em Brasília em 1976 – com um pouco de ironia de ser a abertura no ginásio Presidente Médici. Malan participa dos "Simpósios interdisciplinares" – dos quais eram participantes também FHC, Furtado, Florestan Fernandes, Luciano Martins, Paul Singer, Francisco de Oliveira, Flávio Versiani. Haveria também debate sobre estatização com a participação de outros professores, cientistas políticos e economistas.⁴¹⁵

Como podemos perceber por seus textos, as ideias econômicas de Malan se fundavam em bases reflexivas, e pouco parecia haver de afirmações taxativas, a busca era antes por contextualizar as possibilidades práticas que por demarcar princípios a serem seguidos. Não é a toa que, nesse ano de 1976, ao publicar um de seus textos mais conhecidos, junto a Bonelli intitulou-o de "Os limites do possível".

⁴¹² nota 5: SOLOW, R. "Wage and Price Controls" (MIT, 1970), mimeo. Em MALAN et al, 1977, p. 13.

⁴¹³ MALAN et al, 1977, p. 17.

⁴¹⁴ Malan é um dos palestrantes convidados da UFF em 1975 – "Diretórios da UFF atuarão nas férias". 26 junho 1975, *Diário de notícias* (RJ), p. 6.

⁴¹⁵ Nomes: Carlos Estevam Martins (USP) "A Estatização e suas relações com a sociedade civil e a sociedade política"; Braz José de Araújo (USP), "A estatização e a democratização"; S. Abranches (fundação João Pinheiro) "A empresa estatal e a política de desenvolvimento"; J. C. Torres (UFRGS) "A estatização na perspectiva das classes populares"; C. Guimarães (IUPERJ) "A estatização na perspectiva dos setores empresariais". "Congresso da Ciência dá destaque a tema econômico". *Jornal do Brasil*, 7 jul. 1976, p. 15; *Diário de Natal* (RN), 08 Julho 1976, p. 11.

No artigo “Os Limites do Possível: Notas sobre Balanço de Pagamentos e Indústria nos Anos 70”,⁴¹⁶ uma das principais afirmações dos autores era que o crescimento da economia brasileira de 1968 a 1973 havia sido em grande parte produto de uma expansão da economia mundial que possibilitou, entre outras coisas, a não restrição de divisas. Essas marés favoráveis haviam esgotado suas possibilidades e não iriam se repetir nos próximos anos. Nessa sequência do milagre, o primeiro ano *atípico* não fora 1974, mas 1973, no qual já poderia ser vislumbrada uma alteração das condições favoráveis. A situação internacional restringia não apenas as oportunidades de exportações brasileiras, como a entrada de capitais no ritmo necessário a equilibrar o balanço de pagamentos e financiar nova expansão. Não se tratava de mais um dos períodos de crise, como nas décadas de 1930 e de 1950, que despertavam energias renovadoras para a expansão logo a seguir. Essa situação deixava pouca margem às decisões econômicas de Governo, que, “ironicamente, têm apenas reforçado o modelo na mesma direção dos incentivos às exportações e fortalecimento das empresas públicas”. Malan considerava que apenas mudanças institucionais poderiam alterar essa tendência.⁴¹⁷

Não era possível depositar a culpa do aumento do déficit brasileiro em conta corrente apenas à elevação dos preços do petróleo. O choque do petróleo não era a grande causa dos problemas que crescentemente o país estava tendo de enfrentar – contudo, configurava um agravamento dos obstáculos ao desenvolvimento, que já estava sendo analisado tecnicamente pelo governo para encontrar soluções. Inclusive, ao mesmo tempo que divulgava estudos sobre economia brasileira como o de Malan e Bonelli, a mídia publicava matérias sobre técnicos governamentais agindo em prol da maior produção de álcool em detrimento do açúcar, já que o programa Pró-álcool havia sido lançado no final de 1975, como uma das soluções para o problema do petróleo.⁴¹⁸

Na fase em que se encontrava a economia brasileira, de completar o caminho de uma “segunda revolução industrial”, os grandes incentivos estatais não pareciam ter tido efeito deletério, apesar de indicarem certo esgotamento de 1973 em diante. Por exemplo, a produção doméstica de bens de capital havia crescido 20,5% ao ano em média de 1967 a 1973, um nível bastante elevado. Criar essa indústria de bens de capital

⁴¹⁶ MALAN, P.; BONELLI, R. Os Limites do Possível: Notas sobre Balanço de Pagamentos e Indústria nos Anos 70. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 6, n.2, 1976.

⁴¹⁷ “Painel analisa balanço de pagamentos”. *Jornal do Brasil*, 09 jul. 1976, p. 16.

⁴¹⁸ PEQUENO, Hamilton. “Petróleo apenas agravou crise econômica”, 18 out. 1976, p. 27. Ver também “Painel analisa balanço de pagamentos”. *Jornal do Brasil*, 09 jul. 1976, p. 16.

no Brasil foi um processo de fato levado pelo Estado, e os dados pareciam confirmar isso. Existia alguma margem de substitutibilidade entre bens de capital importados e os produzidos internamente, mas essa substituição não teria ocorrido naturalmente como ocorreu, não funcionaria indistintamente nas duas direções. Pois, “deixadas a si mesmo, as decisões de mercado em uma economia aberta e semi-industrializada como a brasileira tendem a substituir a produção doméstica (ainda que potencial) por importações e não o contrário”.⁴¹⁹

Enfim, os esforços desenvolvimentistas pareciam válidos, apesar de todas as questões políticas aí envolvidas. E no último parágrafo deixavam claro que os fenômenos de desequilíbrio no balanço de pagamentos e aceleração da inflação observados àquele momento estavam

expressando, não tanto erros da política econômica passada ou incompetência em sua formulação atual como querem alguns, mas antes fenômenos reais associados às características do processo de formação de capital numa estrutura econômica desequilibrada, como ainda era o caso do Brasil.⁴²⁰

Malan não fora o crítico mais ferrenho da gestão econômica de Delfim Netto, nem mesmo da de Simonsen, mas tinha sua parcela de crítica e integrava claramente o grupo da oposição. Mesmo assim não escaparia às “vinganças intelectuais” de Delfim, que parece ter guardado muito bem o conjunto das críticas que lhe foram feitas. Da mesma forma que respondeu “Belíndia” de 1974, 20 anos depois – quando Bacha estava no governo em 1994 – com o “Ingana”, impostos da Inglaterra com serviços públicos de Gana; também o faria com Malan.⁴²¹ Apesar de já ter saído da chefia do ministério em 1976, Delfim guardaria esse texto de Malan e Bonelli na memória, para depois “retribuir” em 1995 (Malan como ministro da Fazenda), citando o último parágrafo inteiro do texto de 1976 em seu artigo na Folha de São Paulo e concluindo com críticas a uma suposta falta de visão de longo prazo do governo naquele momento: “os economistas não existem apenas para reconhecer os ‘limites do possível’, o que é muito importante, mas para sugerir políticas estruturais que possam levá-los mais longe, com equilíbrio interno e externo”.⁴²²

Em 1977, o livro *Brasil: Dilemas da Política Econômica* teve divulgação na mídia, e por consequência também teve o capítulo da autoria de Malan e José Alfredo

⁴¹⁹ MALAN; BONELLI, 1976, p. 392

⁴²⁰ MALAN; BONELLI, 1976, p. 403. O artigo teve inclusive certa repercussão na imprensa, ver “Informe JB – Pela clareza”, *Jornal do Brasil*, 12 out. 1976, p. 6.

⁴²¹ PAINEL. *Folha de São Paulo*, 02 jan. 1994, p. 4.

⁴²² NETTO, Delfim. Os limites do possível. *Folha de São Paulo*, 27 set. 1995. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/9/27/opiniaio/8.html>, acesso em 01/05/2019.

da Luz – esse último que fizera graduação na UFRJ e passara pela USP, por Vanderbilt e por Berkeley ao longo da pós-graduação – também orientado por Fishlow no doutorado.⁴²³ Essas divulgações na mídia ocorriam também porque, de certa forma, os economistas ainda não eram muitos, não havia tantas pesquisas, nem fácil acesso a dados ou facilidade de tratá-los com métodos estatísticos – era uma especialidade de uma minoria. Assim, dentro do contexto de oposição ao regime, em que os intelectuais faziam quase um papel partidário, havia espaço para que alguns poucos nomes se destacassem e representassem a profissão.

Em seu texto, Malan e Luz constataavam que pelo menos até o final da década o desequilíbrio do balanço de pagamentos, a inflação e a taxa de crescimento da economia seriam os temas que devem agitar os debates na área econômica. Lamentavam que outras questões, talvez mais sérias e de inevitável conteúdo político, fossem relegadas para segundo plano. Os dois economistas mostravam que mesmo depois de sepultado o período de euforia, com taxas altas de crescimento, ainda existiam algumas ilusões sobre os recursos reais disponíveis para “financiar todas atividades simultaneamente”.

Reafirmavam ideias já expostas por Malan anteriormente:

tão ou mais importante que a política econômica foi a *conjunção* de uma fase ascendente do ciclo econômico (de raízes endógenas) com um período excepcionalmente favorável da evolução da economia internacional tanto no que diz respeito ao comércio de bens e serviços quanto aos movimentos de capitais de risco e empréstimos.⁴²⁴

Na verdade, havia apenas duas alternativas: ou existem recursos internamente ou eles terão que ser importados. Deixam claro que o maior problema era a definição de prioridades – e como a definição de prioridades tinha um ônus político envolvido, nada estava sendo feito. Ao contrário do que se pensava, diziam, não estava havendo nenhuma reorientação do modelo “no sentido de dar maior ênfase ao mercado interno, no empresário nacional e no consumo de massas”. Ironicamente, acrescentam, o país estava caminhando no sentido de ratificar o modelo seguido desde o pós-guerra, internacionalizando sua economia. E concluem apontando para o problema político, mas

⁴²³ MALAN, Pedro S.; LUZ, José A. da. O desequilíbrio do balanço de pagamentos: retrospecto e perspectivas. Em CARNEIRO, Dionísio D. (Org.). Brasil: dilemas da política econômica. Rio de Janeiro: Campus, 1977.

⁴²⁴ Nota 1 na p. 35. Cita a si e Bacha. Citados 3 artigos: dois de Bacha e de Malan/Bonelli publicados na revista *World Development* em 1977 (BACHA, 1977. Malan, Pedro S., and Regis Bonelli. "The Brazilian economy in the seventies: old and new developments." *World Development* 5.1-2 (1977): 19-45) ; e o terceiro, que será usado ao longo do capítulo é o artigo de R. Bonelli e P. Malan na PPE de 1976 (Bonelli, Regis, and Pedro Sampaio Malan. "Os limites do possível: notas sobre o balanço de pagamentos nos anos 70." PPE, 6.2, 1976).

sem exatamente explicar o que as transformações políticas poderiam fazer para contrabalançar as tendências econômicas gerais:

Na ausência de transformações políticas de certo vulto, que não estão no horizonte, a progressiva internacionalização da economia brasileira, com seus associados padrões de consumo e distribuição, composição do produto e outras características menos tangíveis parece um fato com o qual um número ainda maior de brasileiros terá que se acostumar a conviver, pelo menos nos próximos 10 anos.⁴²⁵

Como dito páginas atrás, a tese de doutoramento de Pedro Malan seria defendida somente em 1977.⁴²⁶ As leituras históricas e os argumentos seriam muito próximos aos já apresentados em artigos ao longo da década. Não obstante, a discussão sobre modelos interpretativos das relações econômicas internacionais que se encontra na tese é interessante, e ainda em 1977 foi publicada em separado em português na revista do IPEA. Vejamos essa discussão proposta por Malan.

Na tese, começa pela abordagem da Intervenção Ótima no Comércio (*Optimal Trade Intervention Approach*) parte da “teoria pura das trocas”, sem introdução da questão monetária, do câmbio – “dinheiro como um véu”. Para muitos economistas, “a única área de ‘hard’ science em economia internacional”.⁴²⁷ Seria a abordagem que sugere políticas para lidar com “distorções internas” de mercado, ou também com monopólios externos. Para esse tipo de interpretação, face a esses problemas, a interferência direta no comércio externo, e no mercado de câmbio, nunca é o melhor a se fazer (*first-best policy*), e o que deve ser feito é uma política que combine impostos e subsídios para tratar essas imperfeições do mercado.

A questão era que, ao se aplicar a definição tradicional de bem-estar social, os únicos argumentos para intervenção no comércio aceitos pela teoria são aqueles que resultam em “intervenção ótima” (tarifas em monopólio; imposto-subsídios em consumo-produção).⁴²⁸ Essa definição, por sua vez, era baseada em funções tradicionais de bem-estar social (da comunidade). Não obstante, se forem retiradas essas funções, se

⁴²⁵ MALAN, Pedro S.; LUZ, José Alfredo. O desequilíbrio do balanço de pagamentos: retrospecto e perspectivas. Em *Brasil: Dilemas da Política Econômica*. Rio de Janeiro: Campus, 1977, pp. 33-59. Ver também “Sem saída?”. *Jornal do Brasil*, 12 set. 1977, p. 16.

⁴²⁶ MALAN, Pedro. Foreign-exchange constraint growth in a semi-industrialized economy: aspects of the Brazilian experience, 1946-1976. University of California – Berkeley. Tese de doutorado, 1977a.

⁴²⁷ MALAN, 1977a, p. 16. Desenvolvimentos analíticos dessa abordagem feitos por James Meade, R. G. Lipsey e K. Lancaster, entre outros [nota 4: Meade. *The theory of international economic policy*, vol II: trade and welfare, 1955. E Lipsey e Lancaster. “The general theory of the Second Best, 1956-57]. E a partir daí, surgiu nova e ampla literatura de “práticas e teoria normativa de políticas de comércio e princípios de intervenção do governo, que percorre todo o caminho desde abstrações da teoria pura das trocas até prescrições de políticas específicas”, e é atenta às relações entre ‘distorções internas’ e restrições de comércio. Na nota 5, Malan cita três textos de Jagdish BHAGWATI, e um de Harry JOHNSON.

⁴²⁸ MALAN, 1977a, p. 19.

outros objetivos sociais fossem sugeridos, as conclusões perdem seus aspectos categóricos.

Entretanto, quando funções de bem-estar social não tradicionais são utilizadas, tais como aquelas que enfatizam conflitos entre consumo presente e consumo futuro ou aquelas que levam em conta os assim chamados objetivos não econômicos,[nt.13] a teoria não tem mais respostas claras, a não ser continuar a insistir que, por princípio e genericamente, um movimento em direção ao comércio mais livre é a melhor solução”.[p. 22] [nota 13: “tais como os [‘objetivos n econ.’] deveras econômicos de buscar realizar uma mudança estrutural por meio da intervenção do governo, ou [alcançar] um determinado padrão de distribuição de renda, ou níveis específicos de produção em indústrias de importância estratégica, e assim por diante”].⁴²⁹

De modo que a classificação desses desvios do *first-best* – como procuram fazer alguns economistas, por exemplo Bhagwati – não ajudavam muito. Tanto desvios de comportamento (não maximização pelos agentes), de ambiente (imposição do governo ou não), ou tecnológicos, eles devem ser vistos como o que de fato são: a expressão dos desequilíbrios e inadequações institucionais de economias subdesenvolvidas e muitas vezes a resultante de esforços de desenvolvimento buscados sem muita confiança na capacidade do mecanismos de preços de induzir transferências não marginais de recursos reais – um dos objetivos básicos da intervenção do governo na maior parte dos países semi-industrializados.⁴³⁰

As conclusões elegantes, formalmente rigorosas da teoria pura acabavam sendo um guia pobre para políticas nas economias subdesenvolvidas, “nas quais ‘distorções’ são muitas vezes apenas nomes para características muito reais dos seus setores econômicos”. Citando Ronald McKinnon, Malan afirma que, para grande parte dos problemas (fragmentação de mercados) dos subdesenvolvidos, não há arranjo imposto-subsídio pelos quais o governo possa compensar sem custos.⁴³¹ Assim, tal abordagem “pura” não conseguia capturar tanto as razões subjacentes ao corpo social quanto as que comandavam a política econômica.

A abordagem da teoria pura a respeito da intervenção estatal, então, não nos auxilia a entender o *rationale* subjacente às intervenções reais no comércio, nem o motivo de o mercado de câmbio ter sido usualmente o *locus classicus* dessas intervenções”.⁴³²

Malan passa rapidamente pelo que chama de Abordagem das Elasticidades – construída a partir de equilíbrios parciais, em uma senda que remontava aos trabalhos de Alfred Marshall. Ela seria importante para pensar a estabilidade do câmbio, mas havia

⁴²⁹ MALAN, 1977a, p. 22.

⁴³⁰ MALAN, 1977a, p. 23.

⁴³¹ MALAN, 1977a, p. 23. McKINNON. “On misunderstanding the capital constraint”. In BHAGWATI et al. (ed.) *Trade, balance of payments and growth*. Amsterdam: North-Holland Publishing Co. 1971, pp. 69-90.

⁴³² MALAN, 1977a, p. 23.

muitas controvérsias, normalmente entre “pessimistas” e “otimistas” quanto à capacidade da mudança de preços relativos, causados por uma desvalorização do câmbio, de gerar bons resultados na balança de pagamentos, isto é, gerar mais exportações de fato. De tal modo que também não servia exatamente a uma leitura histórica das políticas econômicas brasileiras.

Uma parte importante da exposição de Malan é a crítica aos monetaristas, mais especificamente aos “neomonetaristas” – inclusive seu artigo publicado em 1977 na PPE terá o título de “‘Teorias’ de balanço de pagamentos: uma crítica à abordagem neomonetarista”.⁴³³ Nesse texto procurava evidenciar a precariedade da abordagem neomonetarista enquanto construção teórica, que na verdade constituía apenas “um caso particular de esquemas mais gerais de análise, mesmo no âmbito, ainda restrito, da teoria convencional”.⁴³⁴ Nesse intuito, utilizará “modelos australianos” para explicar abordagens mais abrangentes que as monetaristas.

Em sua visão, qualquer tipo de possível construção de uma nova ordem econômica internacional, por ser assunto muito importante e “muito sério para ser deixado a economistas”, ficaria a cargo de estadistas, assessorados por “tecnoburocratas”. Não obstante, dado o cenário complicado em que se encontrava a economia mundial e o Primeiro Mundo nos anos 1970 reacendera antigas controvérsias teóricas e marcara a reemergência da abordagem neomonetarista no que toca a economia internacional, “com seus reclamos de superioridade sobre as abordagens de extração keynesiana e suas críticas à análise de equilíbrio parcial, na qual se baseava a ênfase (cronologicamente anterior) nos efeitos de alterações em preços relativos”. Tal desenvolvimento teórico contara com o papel crucial de Mundell, Johnson e uma geração de economistas de Chicago.⁴³⁵ Uma das principais características dessa interpretação era o forte retorno da hipótese das economias operando a pleno emprego de recursos, ideia que há muito havia sido extirpada de grande parte dos departamentos de economia, pela adesão a concepções derivadas da teoria geral de Keynes.

Segundo Malan, os modelos “australianos” continham uma crítica implícita à abordagem neomonetarista. Eles serviam à interpretação da situação de uma economia

⁴³³ MALAN, Pedro. Teorias’ de balanço de pagamentos: uma crítica à abordagem neomonetarista. *PPE*, abril, 145-176, 1977b.

⁴³⁴ MALAN, 1977b, p. 146.

⁴³⁵ MALAN, 1977b, p. 147. nota 6: “Ver R. Mundell, *International Economics* (MacMillan, 1968) e *Monetary Theory: Inflation, Interest and Growth in the World Economy* (Goodyear Publishing Co., 1971); H. G. Johnson, *Further Essays in Monetary Economics* (Harvard, 1973), especialmente o Capítulo 9, e (para uma visão mais partidária) *Inflation and the Monetarist Controversy* (North Holland, 1972).

dependente, privilegiando a relação entre bens *tradeable* e *non-tradeable*, permitiam uma leitura da experiência brasileira em que o dispêndio, por meio de políticas expansionistas, superou a oferta interna e assim recorreu-se ao mercado externo, ao custo de um déficit no BP.

a situação de desequilíbrio que nos interessa discutir – porque relevante para a experiência brasileira recente – não é a retratada por um balanço de pagamentos equilibrado *cum* excesso de oferta no setor *non-tradable* (...), mas antes a situação retratada por um ponto (...), no qual, através de uma política expansionista que elevou o dispêndio (E) muito acima do produto (Y), é possível eliminar o excesso de oferta no setor *non-tradable*, ao preço de uma elevação do *déficit* no balanço de pagamentos expresso por um excesso de demanda de *tradables*, (...).⁴³⁶

Malan ressaltava que havia a possibilidade do “excesso de dispêndio” ser “visto como excessivo”, resultando em pressões inflacionárias, não havia alternativas a não ser um controle do nível de gastos “e uma alteração nos preços relativos no sentido de estimular um deslocamento do dispêndio (doméstico e externo) na direção dos bens produzidos domesticamente” – e nesse ponto era preciso distinguir a substituição *em consumo* da substituição *na produção*, dois processos com consequências distintas.⁴³⁷

Apesar das exceções honrosas dentro do neomonetarismo, como Dornbusch e suas formulações com traços heterodoxos, Malan considerava que, ao fim, o modelo monetarista mais geral “nada dizia acerca da composição do dispêndio” entre *tradables* e *non-tradables*, “e principalmente acerca da forma pela qual a evolução da renda nominal (de Y^0 para Y^1) se dá em termos de variações” dos preços dos *tradables* e *non-tradables*, e, eventualmente, nas suas respectivas ofertas.⁴³⁸ Ao final, do artigo cita Lance Taylor corroborando sua visão sobre a análise do pessoal de Chicago: insuficiente.

“O fato é que, como Lance Taylor demonstrou, para sugerir respostas a este problema são necessárias hipóteses explícitas acerca das elasticidades de substituição em consumo e na produção entre os dois setores [*tradables* e *non tradables*], das intensidades relativas dos fatores na produção dos dois setores (dos quais depende, em última análise, a evolução da distribuição funcional da renda) e das propensões marginais ao dispêndio nos dois tipos de categorias de bens”.⁴³⁹

Malan estava olhando para um processo complexo de transformação acelerada, e em sua visão, as análises estáticas, como as monetaristas, não capturavam o processo

⁴³⁶ MALAN, 1977b, p. 170.

⁴³⁷ “Este problema foi extensamente analisado em trabalho anterior, do autor do presente artigo, no qual insistimos na necessidade de distinguir a substituição em consumo da substituição na produção” [nota 57: Cita seu texto anterior (NÃO ENCONTRADO), “O desequilíbrio do balanço de pagamentos e a chamada fase de transição da economia brasileira” (IPEA/INPES, março de 1975), mimeo]. MALAN, 1977b, p. 170.

⁴³⁸ MALAN, 1977b, p. 171.

⁴³⁹ MALAN, 1977b, p. 174, nota 63: “Ver L. Taylor, ‘Short-term policy in open developing economies’, in *Journal of Development Economics*, v. 1, 1974”.

dinâmico brasileiro, não percebiam as razões implementadas e as criticavam. Em termos mais abrangentes e não só econômicos, a oferta deveria se ajustar à demanda, a estrutura teria que se adaptar aos anseios. Enquanto havia espaço para criar, reformar e estabelecer essa estrutura moderna e diversificada, ocorriam muitas modificações, expansão da produção e alta acumulação de capital, e os anseios dos agentes da esfera estatal e dos capitalistas fundidos desaguavam nas razões modernizantes sendo aplicadas. Enfim, havia um espaço de condução e determinação dos objetivos da sociedade que não se limitavam aos raciocínios de agentes de mercado (como pensados pelos monetaristas) e até mesmo se sobrepunham a eles.

Os monetaristas pensavam assim porque subentendiam o sistema preços como reflexo da liberdade dos agentes nos mercados, as razões de todos se ajustando umas às outras por meio da precificação. E Malan parecia entender que, no caso brasileiro, essa era apenas uma parte da história, envolta em um processo maior de transformação estrutural no qual razões mais intensas estavam a moldar a realidade, e num processo que não era necessariamente ruim. Isso ficava muito claro na discussão sobre a existência da restrição externa: Chicago tendia a “interpretar fenômenos como a restrição de divisas e o desemprego disfarçado como se eles contradissem a lógica e o bom senso” – assim o pensavam porque, dada a precificação livre nos mercados, não haveria como falar em restrições de emprego nem de acesso a divisas, já que a dinâmica racional mercantil seria contínua antes de entrecortada, ou seja, os mecanismos de oferta e demanda agiriam conciliando os diferentes níveis de preferências e nenhum agente sofreria de “restrições” – a não ser de uma maneira assaz abstrata, a qual todos estão sujeitos (desejo ganhar mais, ter mais utilidade, lazer etc.). O problema principal para os monetaristas é quando esse agente é o governo, o qual tem a possibilidade de agir em vista das considerações de que deseja mais e está sofrendo restrições: intervém, expande, e por fim gera crises.

Os monetaristas, então, negavam as concepções de restrição externa e de restrição de poupança, o que implicava que intervir no câmbio e na política fiscal-monetária para expandir a produção e o emprego eram contra a lógica. Como já exposto, Malan se opunha absolutamente a esse raciocínio, e em uma de suas contraposições cita, como apoio, uma frase de Bhagwati sobre a existência factual da restrição externa (nesse caso, frente à existência de poupança interna):

É perfeitamente concebível que a possibilidade de converter poupança em investimentos, por exemplo, possa ser restringida na margem pela falta de mutabilidade das capacidades combinada com possibilidades limitadas de transformação no comércio, de modo que, é a

limitação na oportunidade de comércio, e não a [in]capacidade de aumentar suficientemente a poupança, que propicia a restrição em aumentar o investimento real.⁴⁴⁰

Ao adentrar a parte mais histórico-factual da pesquisa, Malan começa pela seção “Incerteza do pós-guerra: nacional e no exterior 1946-1953”. De início, cita o economista norte-americano R. J. Gordon para mostrar que o Brasil não era um caso particular do tipo de ocorrência inflacionária(-keynesiana) no período observado. Nos clássicos episódios inflacionários e hiperinflacionários alimentados por emissão de dinheiro ao longo da Guerra e do Pós-Guerra, o papel da autoridade monetária teria sido financiar passivamente os déficits que resultavam da incapacidade ou da relutância dos políticos em financiar gastos por meio da tributação convencional.⁴⁴¹ Não obstante, Malan contrapõe-se a essa conclusão de que a causa da inflação no Brasil daqueles anos foi a inabilidade ou a relutância em projetar um sistema tributário adequado: era uma ilação muito fácil. Na verdade, o Brasil estava perseguindo políticas inflacionárias e não observando exatamente limites tributários ou se ajustando certos choques que afetassem os preços.

De fato, o que os argumentos estáticos e puramente teóricos contra o esquema de desequilíbrio em operação parecem nunca ter capturado é que países semi-industrializados empenhados no crescimento e na mudança estrutural estavam seguindo políticas inflacionárias (p.e. gerando novas rendas monetárias a uma taxa maior que a que poderia ser acomodada pelo produto interno total), e não meramente tendo custos que saíram da linha como consequência de algum choque inflacionário passado. O fato é que, uma vez que um nível de gasto é decidido pelo setor público, crédito bancário doméstico é utilizado para cobrir o financiamento que não pode ser obtido por meio de tributação, de empréstimo do público via operações open-market ou de empréstimos estrangeiros.⁴⁴²

Segundo Malan, naquele momento de transição da década de 1940 para a de 1950, dadas as condições internacionais peculiares, não havia disponibilidade de empréstimos externos, também não existia algo como um mercado doméstico de capitais. Da mesma forma “não havia desejo político de se aumentar a tributação e, sobretudo, os gastos do governo não eram tão altos em termos reais”.⁴⁴³

Algumas dessas tendências continuariam no período seguinte da história brasileira, descrito no capítulo “As dores crescentes do desequilíbrio”. O ponto que permeia a seção era fazer notar que “a alegação de que o investimento não poderia ser aumentado a despeito de um alto potencial de poupança se desgasta com o tempo [no

⁴⁴⁰ MALAN, 1977a, p. 111. BHAGWATI, J. The Theory and Practice of Commercial Policy. Em Frank Graham Memorial Lecture (1967), *Special Papers in International Economics*, n. 8, Princeton University, 1968, p. 61.

⁴⁴¹ GORDON, R. J. Recent developments in the theory of inflation and unemployment. *Journal of Monetary Economics*, v. 2, n. 2, 1976, p. 189.

⁴⁴² MALAN, 1977a, p. 109.

⁴⁴³ MALAN, 1977a, p. 109.

processo], conforme recursos cambiais são continuamente consumidos generosamente para a criação de capacidade produtiva (e não produtiva) destinada a aumentar um certo tipo de consumo”.⁴⁴⁴ Nesse sentido, de crescimento com desequilíbrio externo, o Brasil poderia ter priorizado buscar ampliar o comércio com mercados de moedas convertíveis – leia-se aumentar o valor das exportações para o Primeiro Mundo. A convertibilidade era a questão central na economia global; menos da metade do comércio do “assim chamado free-world” era feito em moedas conversíveis (se a libra estivesse conversível, seriam mais de $\frac{3}{4}$). No entanto, ter um balanço de pagamentos equilibrado por meio da ampliação paulatina das exportações não era o único objetivo do governo brasileiro e mesmo das classes dirigentes.

Em 1953, por meio da instrução 70 da Sumoc, o Brasil passou a aplicar o regime de leilões cambiais, e, na visão de Malan, por mais complicado que tenha se tornado o sistema de compra de câmbio, essa mudança havia representado “uma grande melhoria em relação ao anterior [de licenças, um tanto arbitrárias] pois proporcionou que algumas forças de mercado determinassem a taxa de câmbio efetiva em cada categoria”.⁴⁴⁵

Malan então traz uma argumentação de Hirschman sobre as ocorrências no período, e afirma que só parcialmente ela é verdadeira. Na visão de Hirschman, o arranjo entre inflação e sobrevalorização cambial deveria ser entendido “como uma pressão indireta dos grupos política e socialmente poderosos ligados ao setor primário-exportador”.⁴⁴⁶ Nas palavras do economista alemão:

a inabilidade em exportar manufaturas é o preço a pagar por industrializar sob condições socio-políticas adversas. À medida que a industrialização progride, o desejo pelo instrumento da sobrevalorização torna-se crescentemente questionável pelo ponto de vista da própria indústria.⁴⁴⁷

Malan avalia que o argumento de Hirschman é um pouco forçado. A assim chamada “inabilidade em exportar manufaturas” não pode ser reduzida a uma questão de política de câmbio. Na verdade, ao observar os anos 1950, acredita que a visão de Hirschman poderia ser expressa ao reverso: a indústria que o Brasil foi construindo de meados dos anos 1950 em diante “parece ser o preço que deveu ser pago em razão do comportamento desanimador das exportações, especialmente o café, depois de 1954”.⁴⁴⁸

⁴⁴⁴ MALAN, 1977a, p. 120.

⁴⁴⁵ MALAN, 1977a, p. 133.

⁴⁴⁶ MALAN, 1977a, p. 138.

⁴⁴⁷ HIRSCHMAN, A. O. The Political Economy of Import Substitution Industrialization. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 82, n. 1, 1968.

⁴⁴⁸ MALAN, 1977a, p. 139.

Malan passa muito rápido pelos anos 1960-64, praticamente evita falar sobre o governo Jango. Sobre os sete meses de governo Jânio Quadros, apenas afirma que ocorreu um clássico programa de desvalorização com estabilização que, “graças ao apoio incondicional da administração Kennedy pareceu sinalizar uma nova fase bem-sucedida de políticas econômicas ortodoxas em relação ao setor externo”.⁴⁴⁹ E a única afirmação sobre o governo Jango: “O legado dos ambiciosos objetivos de Kubitschek em termos de inflação e desequilíbrios na BP requeriam escolhas difíceis que o governo de Goulart não estava preparado para fazer”.⁴⁵⁰ Não há indicações dos motivos da falta de aprofundamento sobre aquele momento crítico da economia brasileira, mas talvez – apenas uma hipótese – ao fazer-se um julgamento do governo Jango, faria uma crítica às suas medidas? De modo que não era conveniente falar mal do governo Jango, pois esse era um argumento dos militares.

Sobre o período da “Euforia do crescimento: 1968-1973”, as considerações da seção são aquelas que havia colocado em seus outros textos aqui já expostos. Nas observações finais, Malan explica o que acreditava ter sido a sua contribuição com a tese: uma análise que integrava os olhares sobre “desequilíbrios estruturais do lado da oferta, evoluções cíclicas de caráter endógeno com raízes no passado e as suas relações com condições econômicas internacionais mutantes” – o que, afirma, poucos haviam feito, mesmo nas discussões para propor políticas alternativas. Não queria negar o papel muitas vezes importante de uma política econômica “adequada” (embora tal conceito fosse “notoriamente muito difícil de definir sem alguma posição explícita ou implícita frente a questões de valor como adequadas para quê? e/ou adequadas para quem?”), mas havia questões internas e externas com forças de longo-prazo e fatores estruturais atuando. No curto e médio prazos, estreitos limites do possível restringem escolhas “sólidas teoricamente”.⁴⁵¹ O objetivo, enfim, seria mostrar que não havia um paradigma consensual a ser usado como guia teórico sólido para a interpretação dos desenvolvimentos históricos reais. Mas então, quais as lições para economias semi-industrializadas que buscam *acelerar a mudança estrutural*? No nível mais geral de política do governo, Malan coloca dessa forma o primeiro ponto: “eu arriscaria dizer que a primeira lição é que as armas mais efetivas no arsenal do governo foram as mais

⁴⁴⁹ MALAN, 1977a, p. 150.

⁴⁵⁰ MALAN, 1977a, p. 150

⁴⁵¹ MALAN, 1977a, p. 223.

heterodoxas”.⁴⁵² Já a segunda lição seria que, “independentemente de uma política ser heterodoxa ou ortodoxa, a crença na sua adequação permanente é cedo ou tarde traída por eventos – internos ou externos ao país”.⁴⁵³

Talvez mais importante para Malan fosse que a experiência brasileira mostrava claramente que, em uma economia com forte estrangulamento de câmbio, nem mesmo uma alta taxa de poupança poderia trazer crescimento rápido, pois “(ex-ante) intenções de poupança precisam ser transformadas em equipamento tangível e maquinaria”. Seria possível argumentar que uma maior focalização nas políticas de incentivo às exportações teriam resultado em um caminho mais rápido de industrialização, não obstante, tal resultado depende inescapavelmente de condições internacionais favoráveis – e isso Malan esperava ter mostrado no trabalho. Quando não houve condições internacionais favoráveis o suficiente, o governo alterou a lucratividade relativa em favor da indústria e outras atividades foram penalizadas nessa operação de transferência real de recursos – usualmente o setor agrícola exportador. O máximo que se poderia esperar chegar, sem bons ventos internacionais, seria a um equilíbrio relativo em produção de exportáveis, importáveis e bens domésticos no curso do desenvolvimento. A história brasileira, entretanto, deixava claro que “esse equilíbrio não pode[ria] ser alcançado somente através de confiança nas variações de preço relativo induzidas pelo mercado”.⁴⁵⁴

Em 1977, é organizado um debate sobre as perspectivas da economia brasileira na Associação Brasileira de Imprensa, novamente com participação de Malan e o grupo de esquerda “de sempre” – Tavares, Lessa etc.⁴⁵⁵ Essa seria a primeira promoção relacionada ao Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro (IERJ), entidade que estava sendo criada por jovens economistas preocupados em desfazer a imagem de tecnocrata do profissional da categoria.⁴⁵⁶ Sobre a questão da redistribuição de renda, Malan acreditava que requereria um amplo debate para que fosse viabilizada. Já sobre o endividamento externo brasileiro, afirmou que a capacidade de pagamento do serviço da dívida externa do Brasil não estava em questão, já que os banqueiros internacionais estavam interessados em receber os juros, e assim estavam dispostos em refinanciar a parte relativa à amortização. O relevante, acrescentava, é que esta postura dos

⁴⁵² MALAN, 1977a, p. 229.

⁴⁵³ MALAN, 1977a, p. 229.

⁴⁵⁴ MALAN, 1977a, p. 229-230.

⁴⁵⁵ Nesse encontro estavam presentes Belluzzo, Dionísio D. Carneiro, João Paulo de Almeida Magalhães, Maria da Conceição Tavares e Carlos Lessa.

⁴⁵⁶ “Economistas”. *Jornal do Brasil*, 26 set. 1977, p. 14

banqueiros determina sérias restrições e condicionantes para possíveis políticas econômicas alternativas.⁴⁵⁷

A organização para criar o Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro se dera nesse mesmo ano, e um de seus intuitos era mudar a visão da sociedade a respeito do economista, o qual era visto “quase como sinônimo de tecnocrata”; ou seja, era mostrar mais publicamente ainda que os economistas também podiam ser democráticos – dada, claro, a vinda da democratização. Segundo a comissão organizadora, o sindicato já havia criado “um instituto de economistas, mas a diretoria e os demais cargos eram vitalícios. Nós queremos que o IERJ seja aberto”. Ali discutiriam problemas urbanos, de saúde, educação, distribuição de renda, manipulação de dados estatísticos que comprometiam de forma indireta o padrão de vida do trabalhador brasileiro. Com cerca de 700 economistas filiados, o Instituto não pretendia ser um mosteiro ou uma torre de marfim, mas uma entidade representativa dos economistas que tomasse posição frente aos problemas da sociedade brasileira e lutasse pelas questões específicas dos economistas. Não pretendia ser, portanto, um órgão corporativista, reiteravam os economistas da comissão organizadora. Estudantes também poderiam participar das atividades programadas pelo Instituto, e inclusive das assembleias gerais. O incipiente IERJ contava com profissionais de vários órgãos estatais e instituições privadas,⁴⁵⁸ e, na visão dos organizadores, na medida em que se criava o IERJ, sua existência permitiria um intercâmbio maior entre os economistas, o que contribuiria para evitar a limitação dentro de uma determinada área econômica.

No dia 26 de setembro de 1977, seria realizada uma mesa redonda antes da fundação propriamente dita do Instituto.⁴⁵⁹ Quando ocorrido tal encontro, Tavares comparou o momento de crise dos anos 1970 com a década de 1930. Haveria um “novo modelo”, mas qual seria? Um “novo padrão internacional de acumulação”? Quais seriam as negociações com o exterior? Tavares não tinha as respostas, mas não parecia estar tão pessimista, o capitalismo iria sair da crise, já havia saído antes, mas não se sabia para onde iria agora. Por sua vez, Malan enfatizou: “a discussão que estamos hoje realizando aqui deve prosseguir nos próximos anos. A crise mal começou”. Para ele, a

⁴⁵⁷ “Conceição Tavares compara crise econômica mundial à que marcou década de 30”. *Jornal do Brasil*, 27 set. 1977, p. 24

⁴⁵⁸ BNDE, FINEP, IBGE, CRD, FIDERJ, FUNDREM, Banco do Brasil, Ministério da Fazenda, COPPE, PUC etc.

⁴⁵⁹ Contando mais uma vez com o grupo cativo de economistas de esquerda, Pedro Malan, Conceição Tavares, F. de Oliveira, Dionísio Carneiro, Luiz Gonzaga de Mello Belluzo (da Unicamp) e Carlos Lessa OURIQUE, Francisco. Em “Economistas do Rio organizam Instituto”. *Jornal do Commercio* (RJ), Um & meio, 18 set. 1977, p. 4

pergunta central era “desenvolvimento para que e para quem?”; afirmava que “a distribuição de renda no Brasil é demasiado desigual para ser politicamente tolerada ou mesmo economicamente útil”.⁴⁶⁰

No dia 31 de janeiro de 1978, finalmente foi criado oficialmente o IERJ, e Pedro Malan foi eleito seu primeiro presidente (mencionado também como “presidente provisório”),⁴⁶¹ à frente de uma diretoria com mais quatro nomes, e ainda 15 conselheiros, e que teriam por “principal tarefa, num mandato de 11 meses, consolidar o recém-criado Instituto”. Malan encaminhou chapa única à plenária (por acordo, não houve concorrência), a qual receberia praticamente a “unanimidade dos votos dos 166 economistas presentes – houve cinco abstenções”. Destacava Malan que, sendo mais um espaço de debate de questões diretamente ligadas aos economistas, e dos problemas nacionais mais amplos, “o Instituto dá sua parcela de contribuição a ‘uma prática social que durante 14 anos esteve sob suspeição’”.⁴⁶² Os nomes eram:

Para a diretoria, junto com o Sr Pedro Malan, foram eleitos os economistas Flávio Pacheco Araújo (vice-presidente), José Manuel Baltar, Armando Marques Porto e Carlos Lessa; para Conselho Consultivo, Maria da Conceição Tavares, Marcelo de Paiva Abreu, Dionísio Dias Carneiro, José Luiz Gomes, Joseph Barat, João Paulo de Almeida Magalhães, Cleanto de Paiva Leite, Márcilio Marques Moreira, José Clemente Pereira, Silvando Cardoso, Ignácio Rangel e Isaac Kerstenetzky. Finalmente, para o Conselho Fiscal, foram eleitos os economistas Gilberto Caputo Santos, Paulo Gadelha e José Augusto Sad Abuzaid.⁴⁶³

Não bastasse essa grande agregação de economistas, o próximo passo seria aproximarem-se de outros institutos, congregando mais profissionais-intelectuais:

Como plataforma de trabalho no período de consolidação do IERJ, a diretoria se propôs a encaminhar imediatamente uma aproximação com as demais entidades do gênero (como os Institutos de Engenheiros e Arquitetos) para atuar conjuntamente na discussão de temas de interesse profissional e social; lançar uma publicação, de caráter não acadêmico, onde esses temas possam ser igualmente discutidos.⁴⁶⁴

Era o período da redemocratização sendo abertamente pensada, o AI-5 cairia nesse mesmo ano e os partidos seriam permitidos no ano seguinte. As corporações profissionais, então, promoviam esse movimento de agregação para debate e

⁴⁶⁰ Segundo o jornal, Malan estava se utilizando da introdução de R. Campos ao livro de “Luiz Gouvea Bulhões” [provavelmente Octavio Gouvea de Bulhões]. OURIQUE, Francisco. “E as mesas-redondas propagam-se”. *Jornal do Commercio* (RJ), Um & meio, 10 out. 1977, p. 2

⁴⁶¹ 1978 – 31 de janeiro de 1978, é criado o IERJ, ocorre assembleia para determinação dos cargos. “Como presidente provisório foi eleito o economista do IPEA Pedro Malan, que em seu discurso de posse observou que hoje os economistas do Rio e a diretoria do IERJ estão comprometidos na luta pela conquista de ‘uma democracia que não seja restrita às elites e que tenha compromissos com o debate e a participação de diferentes tendências de pensamento existentes no país para a resolução dos grandes problemas nacionais’”. Ver “Os Fatos”. *Movimento - cena brasileira*, 06 fev. 1978, p. 8.

⁴⁶² “IERJ elege primeira diretoria”. *Jornal do Brasil*, 1 fev. 1978, p. 20

⁴⁶³ “IERJ elege primeira diretoria”. *Jornal do Brasil*, 1 fev. 1978, p. 20

⁴⁶⁴ “IERJ elege primeira diretoria”. *Jornal do Brasil*, 1 fev. 1978, p. 20

manifestação conjunta sobre os caminhos a serem tomados naquela nova sociedade democrática. A ideia de que a tecnocracia do regime comandaria a abertura e moldaria os traços da democracia brasileira não estava apenas na cabeça de figuras como Roberto Campos em meados da década, e isso pode ser verificado pelas palavras de Pedro Malan ao início de 1978: “a solução não está na imaginação criadora da tecnocracia”. O ponto principal é que era preciso modificar o político para atingir o econômico, para redistribuir é necessário distribuir o poder político, dar voz aos que seriam beneficiados com a redistribuição de renda.

Em meu entender, é fundamental deixar claro que as possibilidades de resposta a esse desafio [redistribuir renda] dependem menos da chamada imaginação social criadora da tecnocracia (se é que esta imaginação existe) que de um processo político mais aberto que permita a articulação, a mobilização e a expressão de interesses conflitantes, em particular daqueles hoje marginalizados.⁴⁶⁵

Não obstante, assim como Campos, Malan reconhecia que não existia “um receituário técnico de algibeira” para efetivamente redistribuir renda no Brasil. A discussão sobre redistribuição não poderia se dar dissociadamente “da discussão acerca do estilo de desenvolvimento que v[inha] sendo seguido no Brasil”, nem da forma pela qual se vinha financiando a acumulação de capital. Era sábio, segundo Malan, que “um sistema capitalista” não possuía “qualquer tendência intrínseca a redistribuir renda de forma não regressiva”, e o governo brasileiro era responsável por postergar a resolução, como se fossem de menor importância os problemas sociais. Ainda não tendo chegado o peso da crise, como chegaria nos primeiros anos de 1980, Malan afirmava que, se havia um lado bom da problemática de então, é que havia colocado em questão

os próprios fundamentos de um estilo de acumulação de capital voltado para a reprodução de padrões de consumo privado de economias com renda per capita várias vezes superiores à brasileira, com outra infraestrutura social, outra provisão de bens públicos e – principalmente – sem as enormes mazelas sociais que transformam em párias quase 30 milhões de brasileiros.⁴⁶⁶

Expunha, na sequência, a ideia de que em todos países em que fora efetivada uma redistribuição de riqueza e renda, ela somente ocorrera associada à existência de sistemas políticos que não só “reconheciam explicitamente a legitimidade do conflito como criaram canais institucionais para sua livre expressão”.⁴⁶⁷

Malan seria sucedido na presidência do Instituto por Maria da Conceição Tavares, mas somente após 1979. Na gestão de Malan, em 1978, o IERJ chegou a

⁴⁶⁵ O que é necessário fazer para efetivamente distribuir a renda no país?”. *Movimento – cena brasileira* (RJ), 27 fev. 1978, p. 10

⁴⁶⁶ “O que é necessário fazer para efetivamente distribuir a renda no país?”. *Movimento – cena brasileira* (RJ), 27 fev. 1978, p. 10

⁴⁶⁷ “O que é necessário fazer para efetivamente distribuir a renda no país?”. *Movimento – cena brasileira* (RJ), 27 fev. 1978, p. 10

ajudar a criar o escritório regional do Dieese no Rio de Janeiro – segundo informações institucionais do Dieese.⁴⁶⁸ Nesse mesmo ano, ensaiava-se a “Frente Nacional pela Redemocratização”, proposta feita pelo senador da Arena José de Magalhães Pinto. Essa frente foi um movimento que agrupou, além de grande parte do MDB, setores militares descontentes e políticos dissidentes da Arena em torno da candidatura à presidência da República (alternativa à candidatura oficial do governo) do General Euler Bentes Monteiro – não contava com o apoio de Lula, o sindicalista que fundaria o Partido dos Trabalhadores nos anos seguintes.⁴⁶⁹

A mídia mostrava Pedro Malan de alguma forma inserido nessas questões, e assim expunha suas ideias enfatiza a necessidade da

aceitação progressiva da ideia da legitimidade do conflito e da necessidade de maior articulação, mobilização e expressão de interesses, em particular daqueles marginalizados (e não do ‘consenso’ que se obtém às custas da manutenção da esmagadora maioria da população brasileira na condição de ignorante e ignorada). A prática democrática depende, fundamentalmente, de um amplo nível de informação e debate que faz com que o interesse público e o interesse privado estejam sendo permanentemente cotejados, não apenas em torno das grandes questões da nacionalidade, mas também em torno de questões aparentemente menores que nem sempre percebemos do alto do nosso elitismo (e incluímos nesta elite aqueles que por delegação autodeferida pretendem falar em nome do povo).⁴⁷⁰

Na visão de Malan, era preciso mudar, havia esperanças de mudar, mas também havia o risco de a mudança se frustrar, “o perigo é um novo pacto entre as elites”. Malan transparece realista nesse momento de “frente democrática”, percebendo que o debate público político havia sido distorcido ao longo da ditadura e que não se reconheciam claramente as posições dos personagens e partidos. Assim, afigurava-se-lhe claro que, no caminho brasileiro para uma democracia nos moldes de “sociedades pluralistas avançadas”, ocorreria o desmembramento e a diferenciação da grande esquerda oposicionista:

“anos de retrocesso político tornaram extremamente opaco o processo de entendimento de algo que é corriqueiro em qualquer sociedade pluralista avançada: a identificação de quem é contra

⁴⁶⁸ “Em 1978, um grupo de dirigentes sindicais dos Eletricitários, Metalúrgicos, Fetag (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) e Petroquímicos de Duque de Caxias, aliados a um grupo de economistas do IERJ (Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro), entraram em contato com o DIEESE de São Paulo com vistas à criação de um escritório local. A iniciativa foi bem-sucedida e já no início de 1979 foi tomada a decisão de se promover a abertura do Escritório Regional, formalizada em 30 de novembro de 1979, durante Assembleia Geral Nacional dos Sócios do DIEESE”. Disponível em http://memoria.dieese.org.br/museu/escritorios_regionais/rj, acesso em 02/05/2019.

⁴⁶⁹ Essa Frente não contou com o apoio do líder sindical do ABC paulista, Luiz Inácio da Silva, o Lula, que criticou a generalização do movimento, o que não seria do “gosto da classe trabalhadora”. Ver em CHRISTIANO, Raul. De volta ao começo!: raízes de um PSDB militante, que nasceu na oposição. São Paulo: Geração Editorial, 2003, p. 42.

⁴⁷⁰ “A Frente democrática, quem a constitui?”. *Movimento – cena brasileira* (RJ), 22 maio 1978, pp. 11-12

(a favor) de quê e em que termos. Só um processo político aberto permitiria que a esfinge começasse a ser decifrada – antes que nos devorasse”.⁴⁷¹

Em outubro de 1978, com a publicação dos dados da PNAD de 1976, vários economistas comentavam o perceptível aumento da desigualdade entre 1970 e 1976, continuando a tendência dos anos 1960. Em uma mesma página do Jornal do Brasil daquele mês, encontramos os relatos de quatro economistas sobre o assunto – Delfim, Adroaldo Moura da Silva, Belluzzo e Malan. Enquanto os dois primeiros procuravam de alguma forma “relativizar” a desigualdade crescente, os dois últimos focavam-se na gravidade da situação desigual. Belluzzo utilizava vários dados em uma argumentação mais econômica, que apontava, somente no fim, para o esgotamento do “despotismo esclarecido”. Já Malan não utiliza praticamente nenhum número/dado, enfatizando a questão institucional política no seu texto intitulado pelo jornal de “Quem deveria dizer como vai o bem-estar é o povo e não o tecnocrata”:

Impossível esconder uma ambígua sensação de cansaço e perplexidade com os termos em que está sendo recolocada a discussão sobre desigualdade e pobreza no Brasil. Pangloss cedeu o lugar a Tartufo. *O tecnocrata de ontem, auto-suficiente e orgulhoso de sua clarividência, é o ‘tecnocrata execrável’ de hoje. Redescobre-se agora, como se fora algo novo, o que há muito deveria ser óbvio: o caráter especificamente político da questão e a necessidade de democracia, sem adjetivos, para que a desigualdade e a pobreza possam ser seriamente enfrentadas*. (...) É óbvio que quando a renda média real chega a duplicar em 6 anos, todas as faixas de renda acusam um ganho médio em termos reais. O que os dados preliminares da PNAD sugerem, contudo, é que este ganho médio real foi desigualmente distribuído (como seria de se esperar devido a uma orientação *geral* de política econômica centrada em uma parafernália de incentivos ao capital) e que a distância entre ricos e pobres aumentou consideravelmente no período. Este é o fato econômico e político que importa registrar. *E é no âmbito do político que, em última análise, a sociedade brasileira irá encontrar (ou não) formas de atenuar o problema*. Seria lamentável que a discussão se centrasse apenas no aspecto empírico da questão. Como sugeri em outra oportunidade, tal discussão tenderia, rapidamente, a se reduzir a uma cada vez mais esotérica troca de notas entre estatísticos e, no limite, nos conduziria, uma vez mais, a um enfadonho diálogo de surdos.⁴⁷²

A título de ilustração e comparação da postura de Malan com a de seus colegas próximos, podemos trazer uma reportagem do jornalista Joelmir Betting para o Jornal do Commercio do Rio de Janeiro em 1979, na qual informava a posição de economistas brasileiros sobre o visível problema da inflação. Betting começa jocosamente citando Churchill: “mandem-me 10 economistas e eu lhes darei 11 soluções definitivas para

⁴⁷¹ “A Frente democrática, quem a constitui?”. *Movimento – cena brasileira* (RJ), 22 maio 1978, pp. 11-12. Na capa dessa edição mostrava-se a greve de operários da Scania em São Paulo, com a manchete “as fábricas param – (pare)”. E na mesma página da fala de Malan, está a de Fernando Henrique, já argumentando em termos políticos o que o MDB deveria fazer, com quem dialogar no cenário político, muito mais “insider” da política oficial que Malan.

⁴⁷² MALAN, Pedro. “Quem deveria dizer como vai o bem-estar é o povo e não o tecnocrata”. *Jornal do Brasil*, 22 out. 1978, p. 39.

inflação do Reino”. Os economistas estavam de novo a discutir os pecados mortais da economia brasileira. Segundo Betting:

Estamos evoluindo. Na crise de 68, os economistas não atrelados ao pensamento oficial ficaram na moita: pouco disseram e nada lhes foi perguntado. Na época, o jornalismo econômico era utilizado para separar o turfe do classificado. Hoje, os economistas dão entrevistas, falam no rádio, aparecem na televisão e produzem textos cada vez mais digestivos para os jornais do dia.⁴⁷³

Betting então expõe a visão de 10 economistas sobre a inflação, aqui exporemos o relato de Bacha, Tavares e Malan, com o intuito de evidenciar a diferença entre eles, e reforçar que o discurso de Malan se conformava mais pelo lado político que pelo estritamente econômico. Começando por Edmar Bacha, a fala congrega questões práticas de salário, oferta e demanda,

O melhor remédio, não o único, contra a inflação brasileira é um segredo de polichinelo: a fartura da terra, a expansão da oferta de alimentos, cuja produção ‘per capita’ vem declinando nos últimos 10 anos – e não apenas por azares climáticos. O aumento da produção agrícola, de preferência por ganhos de produtividade, mata a inflação pela raiz lá no campo e quebra o galho das exigências salariais na cidade, aliviando as tensões inflacionárias da melhor remuneração do trabalho. Se houver aumento da produtividade no campo não haverá tensão na cidade. Estamos certamente no fim do ciclo de queda da participação do salário no produto global da economia e isso dramatiza a contribuição anti-inflacionária da agricultura. Mas é preciso localizar a fartura agrícola nos produtos de alimentação e na faixa dos pequenos produtores, dos arrendatários, dos parceiros e dos meeiros.⁴⁷⁴

Já para a Tavares, a leitura se encaminhava no sentido de ressaltar os aspectos do poder exercido dentro da economia, as questões “sistêmicas” e a relação entre o nacional e o internacional.

O predomínio da órbita financeira sobre a órbita produtiva, que se verifica no movimento recente do capitalismo internacional, conduz a economia brasileira ao sorvedouro especulativo e inflacionário, que torna a política econômica impotente para domar a conjuntura. Agora, como em 30, a necessidade de reforma interna choca-se com a própria crise internacional, num sentido mais profundo: os grupos no poder oferecem resistência maior às pressões de mudança das regras do jogo – porque não sabem sequer qual é o jogo real desse capitalismo em crise.⁴⁷⁵

Enquanto Pedro Malan trazia a temática da democracia e da participação para pensar o que seria a inflação dos anos seguintes:

As margens do novo Governo são mais estreitas. A abertura democrática cria novas demandas políticas, como a dos trabalhadores, ao tempo em que se esboça nova contração de origem externa. Meu temor é o de que falte a armação de um novo pacto social e de que isso leve a uma política ortodoxa e recessiva de combate à inflação, sem que a sociedade tenha como questioná-la e rejeitá-la.⁴⁷⁶

Todos esses relatos de Malan evidenciam que, em uma síntese mais abstrata, o empírico-científico deveria ser, se não inundado, substituído em grande medida pelo

⁴⁷³ BETTING, Joelmir. “Economistas opinam sobre inflação”. *Jornal do Commercio*, 01 abril 1979, p. 13

⁴⁷⁴ BETTING, Joelmir. “Economistas opinam sobre inflação”. *Jornal do Commercio*, 01 abril 1979, p. 13

⁴⁷⁵ BETTING, Joelmir. “Economistas opinam sobre inflação”. *Jornal do Commercio*, 01 abril 1979, p. 13

⁴⁷⁶ BETTING, Joelmir. “Economistas opinam sobre inflação”. *Jornal do Commercio*, 01 abril 1979, p. 13

político. Dada essa trajetória, não surpreendentemente, o seu próximo texto acadêmico versará sobre democracia, já apresentado no âmbito do departamento de economia da PUC-Rio, para cujo corpo docente havia entrado nesse mesmo ano de 1979. Em “Desenvolvimento econômico e democracia: a problemática mediação do Estado”,⁴⁷⁷ partia da constatação de que discutir democracia e economia no Brasil implicava necessariamente olhar para a ação mediadora do Estado e para as bases sociais de sua sustentação. Em sua visão, havia “marcante presença do ‘Estado’ na economia e na sociedade brasileiras”, que teria raízes históricas, como fonte cita *Os donos do poder e Populações meridionais do Brasil*, da autoria de dois intelectuais não exatamente relacionados ao campo da esquerda no Brasil, Raymundo Faoro e Oliveira Vianna, respectivamente.⁴⁷⁸ No entanto, outro pensador seria importante para o raciocínio de Malan, o marxista italiano Antonio Gramsci.

Gramsci seria importante porque renovava a abordagem marxista, “reintroduzindo o especificamente político” no campo intelectual que estava dominado pela lógica de um economicismo vulgar, o qual explicava tudo pela “lógica do capital”, das sobre-determinações da infraestrutura, etc. Na argumentação proposta, Malan afirma que caminhava na direção de evitar um “marxismo mal digerido” que via o Estado como um “comitê executivo da classe dominante”. Mas também não se deveria cair no ideal rousseauiano da vontade do povo. Estado é um “pacto de Poder”, de dominação:

Este Estado, é preciso entendê-lo não apenas como organização burocrática que administra a implementação de certas políticas mas como expressão de um Pacto de Dominação que se alicerça em um conjunto de alianças entre frações das classes dominantes e seus vínculos com setores das classes subalternas que o Pacto também pode englobar, conforme o caráter do regime político (forma de Estado) em questão.

De tal modo que, pela impossibilidade da coerção continuada, deveria existir algum consentimento dos governados. Socialismo e democracia não funcionam juntos, e apesar de Marx ter unido “uma concepção realista do Estado com uma teoria transformadora (revolucionária) da sociedade”, era forçoso reconhecer que inexistia àquele momento uma “teoria socialista do Estado Moderno”, ainda mais sobre a organização e relação entre Estado Moderno e democracia, um tema crucial.⁴⁷⁹ Malan

⁴⁷⁷ MALAN, Pedro. Desenvolvimento econômico e democracia: a problemática mediação do estado. Economia PUC-Rio: Texto para discussão n. 2, 1979.

⁴⁷⁸ Faoro poderia ser considerado mais “liberal” que “esquerdista”. E Vianna era um pensador autoritário progressista que na verdade nem chegou a presenciar o tempo da instauração clara da dicotomia direita-esquerda.

⁴⁷⁹ MALAN, 1979, p. 6.

então traz uma citação de Bobbio sobre o aspecto prático que revelava essa limitação teórica: “o problema do porque ali onde se realizou o socialismo não existe democracia (no sentido de que o termo não se presta a equívocos) e onde observam-se as regras do jogo democrático o socialismo até hoje não chegou e nem mesmo parece iminente”.⁴⁸⁰

Enfim, o socialismo também estaria sob a regra da ligação entre consentimento e coerção: todos regimes políticos apresentam, sem exceção, em graus variáveis “assimetria estrutural na distribuição das funções coercitivas e co-optativas do Estado”.⁴⁸¹ Cita FHC para dizer que o Estado seria “permeável as contradições da sociedade civil”,⁴⁸² e, após esboçar alguns traços desse novo Estado possível ao final do século XX, conclui que havia “espaço aberto à ação política no quadro desta concepção do Estado Moderno” e que “é muito maior que aquele previsto por certas análises economicistas que tudo determinam a partir da infraestrutura (...)”. Mas o Estado não é o único locus do conflito de classes e da dominação.

É fundamental reconhecer este ponto **para que não se pense, como certa ‘esquerda’, que se o Estado mudasse a direção do ‘modelo’ vigente ter-se-ia eventualmente um socialismo democrático contemporâneo em sociedades atrasadas política e culturalmente e, o que é talvez mais importante – potencialmente conservadoras.** Nunca será demais repetir a advertência de A. Gramsci: é possível que, derrubadas as muralhas de um regime (forma de Estado) conservador, defrontem-se os ‘vitoriosos’ com as casamatas e os ‘bunkers’ de uma sociedade civil ela mesma essencialmente conservadora.

Alto modernismo nos anos 1970?

Os dois economistas apresentam visões um tanto distintas a respeito de a) racionalidade do conhecimento; e b) a capacidade de transformação da sociedade por meio de esquemas e construtos racionais. E assim poderíamos classificar Bacha como um economista propositivo; e Malan como um economista reflexivo.

Podemos novamente, visando ser claros, esquematizar a argumentação em um gráfico – reincidento, assim, em generalizações arriscadas – e supor dois eixos. No vertical temos a questão da racionalidade: em direção ao alto encontramos a crença total na neutralidade racional, e assim na capacidade de as ciências sociais produzirem resultados que possam indicar os caminhos para o “bem-geral”, o bem social maior; indo para baixo no eixo, encontra-se a relativização do conhecimento, o entendimento

⁴⁸⁰ MALAN, 1979, p. 7.

⁴⁸¹ O conceito é de Perry Anderson citado como Anderson, *The antinomies of Antonio Gramsci*, 1976. Cita W. G. dos Santos também.

⁴⁸² nota 9: “F.H. Cardoso “Estado capitalista e marxismo” Estudos Cebrap n. 21 jul/ago/set/1977.

de que os construtos “racionais” e “científico-neutros” são produtos das visões políticas e éticas daqueles que os produzem e não compreensões globais, imparciais.

No eixo horizontal temos uma variação vai desde a posição que confia na capacidade estatal para transformar a sociedade, ou seja, que entende que no âmbito do Estado as razões se tornam políticas efetivas a serem aplicadas para modificar diretamente a dinâmica social. E se estende até a que vê que a formulação e aplicação de políticas está (ou deveria estar) sempre imersa nas disputas e que assim as transformações, quando acontecem, são ou deveriam ser formatadas e moldadas pouquíssimo pelas ideias de governos e burocratas e quase totalmente pelo arranjo de forças sociais e políticas.⁴⁸³

Gráfico 2 – Racionalidade e transformação social – Brasil 1970

O gráfico, a princípio, tem uma certa abrangência, e pode servir a descrições das posturas intelectuais-políticas tanto nos países do Terceiro Mundo quanto nos do Primeiro, e provavelmente teria características distintas em cada nação. Por exemplo, nesses conceitos que empregamos como medida, não há distinção clara entre esquerda e

⁴⁸³ Democracia, autoritarismo Do modo como o descrevemos o eixo horizontal se confunde com a variação entre “liberalismo” e “autoritarismo”

direita, mas se aplicado aos EUA, é provável que revelasse a posição racionalista e antiestatista (no “1º quadrante”) como o “local” da direita – os economistas da Universidade de Chicago – a esquerda distribuída entre o pós-modernismo e o alto modernismo. Já ao considerar o cenário brasileiro, entende-se que tanto governistas quanto oposicionistas poderiam possuir posturas muito similares. O espaço entre Malan e o alto modernismo (o “2º quadrante”) comportaria, além de Bacha, praticamente toda intelectualidade brasileira, incluindo os economistas, como Delfim Netto, Roberto Campos, Mario Henrique Simonsen, Reis Velloso (este último um forte exemplo de ideologia do alto modernismo). Até mesmo se pensarmos em termos de figuras políticas, mesmo com suas grandes diferenças em outros quesitos, nesse gráfico acreditamos que talvez não houvesse uma grande distância entre Ernesto Geisel e Leonel Brizola.

Podemos classificar os socialistas-comunistas como confiantes na racionalidade do empreendimento científico, mas há que se fazer uma ressalva. Não se pode deixar de mencionar que fazia parte de sua visão de mundo a consideração de um tipo de “conhecimento relativo”, mas relativo em termos ideológicos binários. O conhecimento seria encarado como ou ligado a uma ideologia burguesa ou ideologia proletária, e esta última no fim carregava a verdade histórica, o futuro, então ainda que existisse esse condicionamento do conhecimento ao campo social, a racionalidade (mesmo sob o manto da ideologia) existia e levaria ao progresso. Os intelectuais engajados, contudo, tinham sua função científico-ideológica nesses acontecimentos.

Um episódio concreto pode deixar mais uma vez clara a posição de Malan quanto ao papel da razão e do intelectual nas transformações sociais. Em 1979, Malan comentaria uma palestra do professor Robert Skidelsky sobre o papel dos intelectuais na história, na sociedade. Skidelsky era (ainda é) um historiador e economista britânico, que em 1983 lançaria, de sua autoria, o primeiro de três volumes da biografia de J. M. Keynes. Olhando em retrospectiva, não parece estranho que tenha nessa palestra elevado o patamar dos intelectuais a “demiurgos da História”, ao que Malan se contrapunha francamente. Segundo a reportagem relatando a palestra:

Para o professor Malan, causou espécie o uso da expressão ‘classe intelectual’ de uma forma genérica. Ele estranhou mais ainda a assertiva do professor Skidelsky de que esta classe seria o demiurgo da História. O professor Malan apontou a ausência de uma caracterização clara do termo intelectual na palestra do professor inglês, que levou a algumas ‘ambiguidades e contradições’. Além disso, para o debatedor, as possibilidades de sobrevivência da democracia como valor universal ‘certamente dependem de algo mais do que da intelectualidade’. Ele

concluiu que ‘talvez lembrar quão importante pode ser este papel não passivo em certos momentos tenha sido o valor do trabalho de Sidelsky’”.⁴⁸⁴

⁴⁸⁴ “Professor diz que as democracias liberais precisam dos intelectuais”. *Jornal do Brasil*, 12 set. 1979, p. 7.

4. Crise, redemocratização e reorientação 1980-1990: conclusões e linhas de pesquisa futura.

Desde os anos de 1971-1973, com o fim do sistema monetário internacional de Bretton Woods, o primeiro choque do petróleo e o início da estagflação nos países desenvolvidos, havia se instaurado um ambiente de incertezas sobre a possibilidade da permanência das tendências econômico-sociais e mesmo político-intelectuais que haviam existido nas décadas anteriores. O crescimento não parecia mais “garantido” e os preços não mais se comportavam conforme o previsto, a continuação do aumento do bem-estar das classes operárias era colocado em cheque por essa situação; não só as políticas keynesianas de manutenção da demanda pareciam cada vez mais ineficazes como a própria “intromissão” do governo nos mercados (tributação, realocação de renda etc) começava a ser questionada crescentemente. No entanto, como dito, o período é mais de incertezas que de afirmações peremptórias sobre o fim ou o início de quaisquer instituições, pactos sociais, instrumentos de política econômica etc.

Os anos que parecem marcar, de fato, uma virada na trajetória do pós-guerra e o começo de um novo contexto são 1978-1980 – e isso tanto no âmbito dos países desenvolvidos quanto no internacional, e em diversas áreas. Esses três anos comportam fatos que gerarão grande mudança material e política nas décadas seguintes, e também alguns fatos de não tão grande impacto individual mas que indicavam simbolicamente o início de um mundo diferente daquele que se havia vivenciado.

Em dezembro de 1978, sob a liderança de Deng Xiaoping, a China rompe a doutrina do absoluto monopólio econômico do Estado e inicia sua abertura ao capitalismo ocidental.⁴⁸⁵ Em dezembro de 1979, já longe de seu auge, a União Soviética invadiria o Afeganistão, encetando uma guerra de dez anos, o que seria seu último e desgastante movimento estratégico antes das reformas de Gorbatchov e da queda do socialismo no Leste Europeu – aceleradas em meio a deterioração trazida pelo conflito. Em maio de 1979, Margareth Thatcher é eleita primeira-ministra britânica com um discurso potente sobre a liberdade econômica, combatendo de frente as políticas keynesianas, a força dos sindicatos e as “mentalidades estatistas” no Reino Unido. Em outubro de 1979, o principal Banco Central do globo, o Federal Reserve norte-

⁴⁸⁵ No ano seguinte instaurando a política, deveras econômica, de permitir apenas um filho por casal.

americano, chefiado pelo economista Paul Volcker, inicia a trajetória de aumento dos juros – de uma só vez combatendo a inflação interna nos EUA, encolhendo a liquidez mundial de dólares, atraindo capitais internacionais, fortalecendo suas instituições financeiras, e acabando por causar um grande aumento no endividamento de países do Terceiro Mundo, em especial latino-americanos.

Se Portugal havia feito a revolução em 1974 e sua Constituição em 1976, a Espanha se tornaria de fato uma república democrática em 1978, com sua nova Constituição, e a CEE estabelecia nesse mesmo ano as negociações para a adesão dos dois países ao grupo. Alguns meses depois, seria criado o Sistema Monetário Europeu, primeiro passo concreto em direção ao Euro. Enquanto, em 1979, Israel e Egito assinavam o primeiro acordo de paz do tipo na região desde 1948, Saddam Hussein assumia o poder no Iraque e, do outro lado da fronteira, ocorria a Revolução Iraniana, derrubando a monarquia aliada aos EUA e instalando um regime republicano-islâmico-teocrático – assim surgiam o segundo choque do petróleo e as novas configurações políticas e geopolíticas do Oriente Médio e Ásia Ocidental.

Mais simbolicamente, mas nem tanto, temos outros acontecimentos: em 1978, após mais de 30 anos de produção, a Volkswagen na Alemanha determinou o fim da produção do fusca (*käfer*); em 1979, no Japão, era criado o primeiro sistema de comunicação via celular (telecomunicação móvel), e o conceito de “artigos eletrônicos” começava a despontar, inclusive com a invenção e comercialização do aparelho “*walkman*”, também de origem japonesa. Computadores pessoais/domésticos entravam em comercialização nos países desenvolvidos, após o grande sucesso de produtos como o Apple II (1977-79) – a Terceira Revolução Industrial consolidava suas tecnologias. Ainda no ano de 1979, entraria em vigor a primeira lei nacional (sueca) com foco na questão ecológica global, que consistia no banimento das até então muito utilizadas substâncias danosas à camada de ozônio (CFCs) – medida que rapidamente seria adotada por diversos outros governos ao longo da década seguinte, convergência assinalada pelo Protocolo de Montreal.

Enfim, demarcando claramente o caminho para a construção de um novo cenário, em 1980, a principal potência econômica e militar do globo elege como presidente Ronald Reagan, do partido republicano. Baseadas em posições fortemente anti-intervencionistas no que dizia respeito à tributação e realocação da renda, as teses econômicas de Reagan e de seus assessores ficaram conhecidas como “*reaganomics*”. Muito relacionadas às ideias da corrente chamada *supply-side economics*, a qual

refutava a passividade da oferta frente às políticas sobre a demanda agregada e enfatizava a diminuição dos impostos sobre os ganhos do capital – era, assim, uma das faces de “antikeynesianismo” que surgiam naquele momento. Apesar de ter mantido déficits orçamentários por vários anos, Ronald Reagan passou à história como símbolo de “antikeynesianismo” e “neoliberalismo” – assim como ocorreria a Thatcher, que por sua vez não incorreu em tantos déficits.

Excetuando a situação adversa causada pelo aumento dos juros nos EUA em 1979, países latino-americanos como Chile, Argentina e México não encaram grandes novidades nos estritos anos de 1978-1980. O Brasil, no entanto, estaria em meio a ocorrências significativas: após dez anos em vigor, o AI-5 fora revogado em 1978; João Batista Figueiredo assumiu a presidência em março de 1979 com a “missão da abertura”, e, assim, no mesmo ano, foram promulgadas a Lei da Anistia e a lei que institucionalizava o retorno do pluripartidarismo em âmbito nacional.

O discurso de posse de Figueiredo, contrastado ao de Geisel,⁴⁸⁶ indica uma clara diferença entre as conjunturas. Em 1974, Geisel falara que, sem devaneios, nem “autoconvencimento irrealista”, já se poderia antever o não distante futuro brasileiro de grandeza, paz e justiça social; acreditando na tenacidade dos governos modernizadores para superar o momento de turbulência internacional que acabara de surgir, e para dar um passo largo e seguro ao destino nosso de Grande Nação. Figueiredo, claro, também reafirmaria os ideais de 1964, mas seu discurso será permeado de outras questões problemáticas internas, de modo revelador. Em meio a diversas menções às necessárias melhorias na vida da população e à redução da desigualdade, apareciam explicitamente as questões da inflação e da dívida externa.⁴⁸⁷

⁴⁸⁶ Geisel tem mais de um discurso, referimo-nos ao primeiro, após ser eleito indiretamente. GEISEL, Ernesto. Saudação ao Povo Brasileiro, pela televisão, em 15 de janeiro de 1974, após a decisão do Colégio Eleitoral. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1974. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos/1974/01.pdf/view>, acesso em 01/05/2019. “Graças, em larga escala, à clarividência e tenacidade dos governos modernizadores da Revolução, estamos realmente atingindo a sólida e ampla base de partida – legado ímpar que receberei das mãos impolutas do eminente Presidente Emílio Garrastazu Médici – e que autoriza, sem devaneios vãos, nem autoconvencimento irrealista, antever um porvir, não distante, de grandeza, de paz e de justiça social”. (...) “o mundo todo, em derredor, começou a enfrentar uma quadra muito difícil da história”, [o Brasil também seria afetado já que participe dos mercados internacionais, mas conseguiria superar tal situação] (...) “conduzir este Brasil, tão caro a todos nós, em mais um largo e seguro e decisivo avanço para seus mais elevados destinos de Grande Nação, próspera e coesa, generosa e justa”

⁴⁸⁷ FIGUEIREDO, João Batista. Discurso ao receber a faixa presidencial das mãos do presidente Ernesto Geisel. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1979. Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jb-figueiredo/discursos/discursos-de-posse/discurso-de-posse/view>, acesso em 01/05/2019.

Reafirmo: o combate à inflação é condição preliminar do desenvolvimento. E será mantido com intensidade proporcional aos malefícios da elevação contínua dos preços.

Reafirmo a decisão de promover o equilíbrio de nossas contas internacionais. Muito do progresso até hoje alcançado só foi possível pelo aporte de recursos de poupança externa. Penso, porém, dada a dimensão da economia brasileira, que devemos financiar, nós mesmos os custos do nosso desenvolvimento.⁴⁸⁸

A abertura democrática brasileira coincide com o momento da progressiva instalação de um novo cenário econômico e político internacional – e também tecnológico. No Brasil, enquanto se procurava ir desconcentrando o poder, assim aumentando o alcance de razões alternativas serem transformadas em políticas, também se enfrentava um cenário externo que tendia no curso imediato a restringir os graus de liberdade para a aplicação da razão ainda em curso. O governo ditatorial da abertura era pressionado tanto pelas impossibilidades práticas de manter o padrão de crescimento econômico, quanto pelas crescentes manifestações (em sentido amplo) de cunho oposicionista ensejadas pela ampliação da liberdade e da participação política de uma população ansiosa pela chegada de uma democracia de fato. Em termos concretos, já em meio a uma inflação crescente desde a segunda metade dos anos 1970, a partir de 1981 o Brasil passa a ter grande e explícita dificuldade em conseguir a quantidade de divisas necessária para realizar importações (para consumo e investimento) e para cumprir o pagamento da dívida externa. Com uma restrição cada vez maior de crédito por parte dos bancos internacionais, a rolagem da dívida brasileira estava abertamente ameaçada. O governo entraria em tratativas com o FMI e procuraria aplicar políticas para incentivar as exportações, como significativas desvalorizações do cruzeiro – estas que acabavam por aumentar ainda mais a inflação interna.

Em relação às novas tecnologias e produtos eletroeletrônicos, não se pode dizer exatamente que o Brasil havia “ficado para trás”, na verdade, não chegou a empreender em termos concretos e competitivos internacionalmente nessa área. Após lograr a ampliação e consolidação de indústrias pesadas, de bens de capital, intermediários e insumos mais sofisticados (maturação do II PND) – que viriam a diminuir a necessidade de importações e mesmo aumentar em algum grau as exportações ao longo do tempo, ajudando assim na arrecadação de divisas – o país não havia alcançado o patamar requerido para desenvolver uma indústria de artigos eletrônicos de maior complexidade. A essência desse tipo de bem é um tanto diferente, pois requer outros níveis de conhecimento técnico e de investimento em pesquisa e isso se reflete na dificuldade e mesmo na impossibilidade de se dominar rapidamente as técnicas de produção.

⁴⁸⁸ FIGUEIREDO, 1979, p. 7.

Entre meados dos anos 1970 e meados dos 1980, o Brasil está em um processo de inserção de seus produtos “mais sofisticados” no comércio internacional – como dissemos, também resultados concretos do II PND – e nessa tendência surgiam as aspirações a adentrar a nova indústria eletrônica que despontava nos países desenvolvidos. Em tal contexto, o tema da propriedade intelectual-industrial vinha à tona, e a relevância dada ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e os debates envolvendo-o demonstram o momento.⁴⁸⁹ Se as indústrias brasileiras conseguiram colocar no mercado internacional muitos de seus produtos de tecnologia “da segunda revolução industrial”, o mesmo não ocorreria com os produtos de tecnologia “da terceira”. Mesmo com várias tentativas, inclusive estabelecendo uma reserva de mercado – sendo os congressistas Severo Gomes e Cristina Tavares os protagonistas na aprovação da Política Nacional de Informática em 1984 – os produtos eletrônicos de tecnologia de fato brasileira não teriam como competir com os dos países desenvolvidos. As “versões cópia” – de produtos da Apple, IBM etc – produzidas nacionalmente acabaram gerando ações reivindicando a propriedade intelectual e até mesmo ameaças de retaliação por parte dos EUA.⁴⁹⁰ Ao final da década de 1980, começava a ficar claro que, tanto pela falta de estrutura sólida de pesquisa tecnológica nacional (privada e pública) no campo dos eletrônicos quanto pelas regras do mercado internacional, o Brasil deveria compreender suas possibilidades limitadas nessa área.

Enquanto as questões de caráter mais econômico se sucediam sobrepostas umas às outras (dívida, inflação, indústria, redistribuição de renda), também se moldavam novas configurações no campo político. É nesse processo que os intelectuais vão aos poucos saindo dos holofotes e a dinâmica social política vai se estabelecendo no país, por vias mais institucionais, como os partidos e os sindicatos, mas às vezes menos, como no caso dos movimentos sociais, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado em 1984. Não obstante, a intelectualidade ainda terá espaço na mídia e, com a chegada da democracia, também no governo.

Em meio a tal contexto, Edmar Bacha e Pedro Malan aproximam-se ainda mais por trabalharem juntos na PUC-Rio e escrevem textos críticos à condução econômica do

⁴⁸⁹ CHIMENTO, Marcelo Rutowitsch. Do protagonismo ao silêncio: o INPI e a transferência de tecnologia no jornal *O Globo* de 1970 a 1999. *Cadernos de Prospecção*, v. 9, n. 2, p. 197, 2016.

⁴⁹⁰ Ver MARQUES, Ivan da Costa. Cloning computers: From rights of possession to rights of creation. *Science as Culture*, v. 14, n. 2, p. 139-160, 2005. SCHOONMAKER, Sara. HIGH- TECH DEVELOPMENT POLITICS: New Strategies and Persistent Structures in Brazilian Informatics. *Sociological quarterly*, v. 36, n. 2, p. 369-395, 1995. E em um aspecto mais geral, ver IRANI, Lilly et al. Postcolonial computing: a lens on design and development. In: *Proceedings of the SIGCHI conference on human factors in computing systems*. ACM, 2010. p. 1311-1320.

governo na primeira metade da década – inclusive o primeiro artigo em co-autoria. Em 1983, no entanto, Malan recebe um convite para trabalhar na área econômica da Organização das Nações Unidas (ONU), o qual aceita, começando uma temporada de dez anos trabalhando em Nova York – posteriormente assume um cargo no Banco Mundial e depois a tarefa de ser o negociador da dívida externa brasileira. Assim, acabou tendo poucas publicações acadêmicas ao longo dos anos 1980. Já Bacha, que manteve o contato com a academia norte-americana, inclusive estando nos EUA por alguns períodos, acabará se envolvendo diretamente com a gestão econômica no episódio do Plano Cruzado, e publicará muitos textos nesses anos.

Ao raiar da década, o departamento da PUC-Rio será visto como “neo-estruturalista” – o conceito porém nunca fora exatamente definido: não contava com um autor símbolo, nem mesmo uma obra paradigmática. Tal conceito parece remontar a meados dos anos 1970, justamente relacionado ao episódio de criação do mestrado em economia na PUC, no qual três economistas se afastam da EPGE-FGV, por discordâncias com o grupo chefiado por Langoni (que substituíra Simonsen em 1974), e juntos vão para a faculdade no bairro da Gávea com o propósito de estabelecer um programa de pós-graduação. As três figuras eram Francisco Lopes, Dionísio Dias Carneiro e Rogerio Werneck.

Na segunda metade da década de 1970, em meio à questão de como combater a inflação que ressurgia como problema no país, segundo depoimento recente de Lopes, ele e Carneiro colocavam-se como parte do grupo de economistas ligados a Mario Henrique Simonsen, os quais procuravam sustentar a “posição algo heterodoxa do mestre em relação ao uso de controles de preços no arsenal dos instrumentos de estabilização”. E, desse modo, eram criticados pelos economistas “de linhagem ortodoxa mais pura”, defensores do livre-mercado.⁴⁹¹ O relato jornalístico sobre um simpósio realizado pelo IPEA e pela ANPEC na cidade de Gramado em 1978, mostra que Lopes de fato parecia ter uma ligação com Simonsen e com o pessoal do Conselho Interministerial de Preços (CIP). No simpósio, enquanto Ignacio Rangel proferiu a aula magna e Pedro Malan palestrou sobre o futuro da economia brasileira em tom não tão otimista, Lopes expôs uma distinção entre as escolas monetarista e estruturalista de

⁴⁹¹ LOPES, Francisco. Saudades de um amigo especial. O pensamento da PUC-Rio sobre política de estabilização e a contribuição de Dionísio Dias Carneiro. Em CUNHA, L. R. A., LEOPOLDI, M. A., RAPOSO, E. *Dionísio Dias Carneiro, um humanista cético*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: LTC, 2014, p. 256.

combate à inflação, em que, “surpreendentemente, o ministro Mário Henrique Simonsen foi qualificado de, pelo menos, ‘neo-estruturalista’”. Nessa fala, Lopes procurou demonstrar que mesmo alguns monetaristas de então eram “capazes de admitir que o controle sobre os preços [era] um reforço insubstituível para se combater a inflação” – no que os outros membros da mesa, Alfredo Baumgarten, secretário do CIP, e Cláudio Contador, do IPEA, concordaram e reafirmaram a validade do CIP no cenário brasileiro.⁴⁹²

O adjetivo neo-estruturalista acabava se aplicando àqueles economistas que, por uma via como maior ou menor grau de relação com o “estruturalismo original”, sustentavam argumentos teóricos e matematizados (e isso implica o contato com a academia internacional) contrários aos da ortodoxia, entendida como o monetarismo. Dado que i) Simonsen – nem outros – nunca tomou para si e nem lhe foi atribuída qualquer aura “prebischiana” como demiurgo do neo-estruturalismo (e em 1979 já estava abdicando das ideias gradualistas para aplicar um tipo de choque recessivo frente às complicações econômicas); que ii) o “neo-estruturalismo” da PUC-Rio nunca foi algo explicitamente reivindicado por todos os membros do departamento, estes alguns anos depois já tendo se afastado das “heranças” estruturalistas; e, por último, que iii) desde os textos de Fernando Fajnzylber (já “neoestruturalistas” em uma aproximação a ideias liberais) nos anos 1980 a Cepal não teve maiores teorizações e figuras de destaque; então, o que se percebe é que essa conceituação parece bastante conjuntural, no sentido de que serve ao momento de transição em que estava a América Latina. Distanciava-se das estruturas “únicas” atrasadas,⁴⁹³ com “mercados imperfeitos”, e dos construtos intelectuais e práticas políticas daí originados e se colocava em processo de aderência econômica, intelectual e política aos padrões internacionais – leia-se, respectivamente, urbanização e mercados dinâmicos e integrados em termos internos e externos, discussões teóricas em economia baseadas em moldes norte-americanos do Pós-Guerra (com matematização e o debate sendo entre keynesianos e monetaristas), e o Estado democrático de direito. Como essa transição foi bastante rápida, permeada de inúmeras e crescentes influências externas, e ainda coincidiu com a reformulação do embate teórico econômico nos EUA – que tornou-se, grosso modo, “novos keynesianos versus monetaristas” – o conceito de “neo-estruturalismo”, além de já nascer com pouco

⁴⁹² “Cultura de exportação reduz cultivo de alimentos”. *Jornal do Brasil*, 8 dez. 1978, p. 21

⁴⁹³ As principais teses “aplicáveis” do estruturalismo foram definindo tanto porque houve industrialização quanto porque a experiência histórica acabou mostrando que produtos primários também poderiam ter valorização no comércio internacional, melhorando os termos de troca.

reconhecimento, parece não ter tido um mínimo de tempo de maturação. Quase em absoluto desuso hoje, é por vezes utilizado sem grandes critérios para adjetivar ou designar escritos correntes da Cepal.

Como é sabido, nos debates dos anos 1980 e 1990, o departamento da PUC-Rio se destacará principalmente pelas ideias sobre a estabilização de preços no Brasil. Francisco Lopes, Persio Arida, André Lara Resende, Eduardo Modiano, Dionisio Dias Carneiro e Edmar Bacha serão os principais nomes da PUC envolvidos nas questões sobre como conter a inflação – e, posteriormente, a hiperinflação. O texto de Lopes já citado – “Saudades de um amigo especial. O pensamento da PUC-Rio sobre política de estabilização e a contribuição de Dionisio Dias Carneiro” – faz um apanhado de fatos e excertos de textos bastante informativos sobre o caminho das ideias que o grupo apresentava e indica algumas influências que estiveram presentes. Um dos pontos mais interessantes em sua descrição (relatado em tom jocoso e sem maior aprofundamento) é o descompasso que vai se criando na segunda metade dos anos 1980 entre as ideias que os economistas da PUC passavam a apresentar e a visão que tinham de si mesmos. Enquanto caminhavam gradualmente na direção de ideias mais “ortodoxas”, de necessidade de contingenciamento fiscal e monetário, continuavam a se reconhecer e a serem vistos de alguma forma como não ortodoxos e ligados a proposições teóricas alternativas com graus de heterodoxia. No artigo “Moeda, inércia e conflito: reflexões sobre políticas de estabilização” de 1987,⁴⁹⁴ enquanto tentava (momentaneamente) uma leitura diferente da inercialista e já citava Robert Lucas para falar da antecipação dos agentes às ações do governo, Bacha mantinha a ideia do “acordo social” – que, no fim, cravava (e procurava intencionalmente cravar) uma distância conceitual em relação aos ortodoxos, para os quais o governo deveria aplicar políticas racionais e diminuir a influência estatal, sem menções a “acordos”, pois os possíveis “acordos” seriam dinâmicos via precificação.

Enfim, a leitura de Lopes sobre o texto de Bacha:

[no caso do] reposicionamento doutrinário de Edmar (...) Pode ter ocorrido, também, alguma atração pela conclusão politicamente correta que dela resultaria logicamente. Essa conclusão, claro, era a usual panaceia do acordo social que, como registramos antes, Francisco [Lopes]⁴⁹⁵ também usou quando pensou em apresentar a ideia original do Cruzado para o mundo político. Veja a forma com que Edmar coloca a questão: “Após termos tentado suprimir o conflito distributivo pela via autoritária em 1964 e a apaziguá-lo pela via populista em 1986, parece ter chegado a hora de tentarmos superá-lo pela via do acordo social” (...)

⁴⁹⁴ BACHA, Edmar. Moeda, inércia e conflito: reflexões sobre políticas de estabilização no Brasil. Economia PUC-Rio: Texto para discussão n. 181, 1987.

⁴⁹⁵ O autor escreve em terceira pessoa.

Na realidade, porém, a noção de acordo social efetivamente vislumbrada por Edmar provavelmente deixaria qualquer economista de esquerda de cabelos arrepiados.⁴⁹⁶

Bacha via a necessidade de viabilizar o acordo institucionalmente, com partidos e organizações de classe, mas o que sugeria que deveria ser feito em termos econômicos era “controlar o acesso do governo ao Banco Central”; desindexar a economia combatendo os déficits; reduzir gastos improdutivos do governo e refinar a dívida externa – de fato, propostas estranhas ao posicionamento de esquerda/heterodoxo.

Em outro episódio em 1988, no qual Lopes apresentou uma nova proposta, já com claro indicativo da imposição de uma restrição monetária, o jornalista George Vidor expunha no O Globo a aparente contradição entre o que se esperava dos economistas da PUC e o que eles entregavam:

Para anular a inflação inercial desta vez, Chico Lopes não sugere congelamento de preços ou algo semelhante. Seu programa é de deixar boquiaberto o pessoal da Fundação Getúlio Vargas, que, por anos a fio, bateu na tecla do controle da moeda, sem, no entanto, produzir um programa como o que agora é apresentado.⁴⁹⁷

Essas expectativas “frustradas” existiam porque a desde que iniciou-se mais enfaticamente o debate sobre inflação, os economistas da PUC apresentavam visões anti-recessão de cunho keynesiano. No caso de Bacha é muito clara sua posição em diversos textos. Já Malan não se envolveu diretamente com o tema da inflação – em retrospectiva afirma que não acreditava que tivesse maiores contribuições a fazer em meio a seus talentosos colegas.⁴⁹⁸ Dos pouco textos acadêmicos que publicou nos anos 1980, os temas essenciais seriam a dívida externa, o Balanço de Pagamentos, enfim, as relações econômicas internacionais do Brasil.

Bacha também não deixaria de discutir o cenário externo, e em 1980 produz o primeiro texto em que aborda diretamente o tema, em co-autoria com Diaz-Alejandro, “*Financial markets: a view from the periphery*”, no qual discorrem sobre a experiência histórica, desde o início do século XX, dos mercados financeiros no âmbito internacional e nos países periféricos, relacionando ambos.⁴⁹⁹ No que dizia respeito à experiência recente de então, já estava ficando bem claro que a situação de abundante financiamento externo que prevalecera na maior parte da década de 1970 não se prolongaria pela década seguinte. Assim, como os países do Terceiro Mundo requeriam

⁴⁹⁶ LOPES, 2014, p. 303.

⁴⁹⁷ LOPES, 2014, p. 313.

⁴⁹⁸ MALAN, 2019.

⁴⁹⁹ ALEJANDRO, Carlos Diaz; BACHA, Edmar. *Financial markets: a view from the periphery*. Economia PUC-Rio: Texto para discussão n. 8, 1980.

grande volume de crédito, deveriam começar a pensar em estratégias para o novo cenário.

Falando sobre o mercado financeiro que se desenvolvia na periferia, e sobre os as indicações dos economistas dos países desenvolvidos, Bacha e Diaz-Alejandro diferenciam a ortodoxia acadêmica da ortodoxia prática, esta última cujas ideias apareciam nos editoriais da imprensa ligada ao mercado financeiro. E mesmo economistas ortodoxos que eram cientistas cuidadosos/atentos/respeitosos nos países desenvolvidos chegavam aos países em desenvolvimento e se tornavam assertivos, inflexíveis. Com vistas ao cenário interno dos países em desenvolvimento, a ortodoxia prática afirmava que deveriam ser criados mais ativos financeiros para que o capital não fosse destinado a bens não produtivos (terras, imóveis, bens duráveis) e sim a bens produtivos. Segundo os autores, a experiência da América Latina confirmava que criar novos ativos fazia realmente os agentes investirem neles, mas não confirmavam o aumento do investimento produtivo. As razões da “aberração” não eram claras, mas a ortodoxia acadêmica, que era constituída por economistas “de Maynard Keynes a James Tobin”, afirmava que investimento não era coincidente com a poupança, e isso os ortodoxos práticos não conseguiam entender. Deveriam, pois era algo que poderia ajudar a explicar as falhas nas tentativas de reforma financeira na América Latina.⁵⁰⁰

A influência das ideias keynesianas, ainda vistas como *mainstream* (ortodoxia acadêmica dos desenvolvidos) por Bacha, aparecerá em vários outros textos. Por exemplo, em um livro de 1980 para o Banco Mundial que deveria ter sido publicado anos antes (1977), *Models of Growth and Distribution for Brazil*,⁵⁰¹ em coautoria com Taylor, Eliana Cardoso e Frank Lysy. Citavam como referência um artigo dos anos 1960 em que Amartya Sen sistematizara a diferença entre os mecanismos neoclássicos e “neo-keynesianos” de determinação da renda. A ideia era afastar-se da visão neoclássica, na qual os preços variam livremente, os fatores recebem conforme sua produtividade, e então existe uma taxa de poupança (comportamental) a qual o investimento deve se igualar; e seguir a perspectiva neo-keynesiana, pela qual o investimento é determinado por expectativas, considerações não-mercantis, e possivelmente pela taxa de juros. No caso do Brasil, a visão neo-keynesiana ainda

⁵⁰⁰ ALEJANDRO; BACHA, 1980, p. 37.

⁵⁰¹ TAYLOR, Lance, BACHA, Edmar; CARDOSO, Eliana; LYSY, Frank. *Models of Growth and Distribution for Brazil*. World Bank, Oxford University Press, 1980.

permitia a consideração de que ocorria poupança forçada em um cenário de arrocho salarial.⁵⁰²

Com vistas aos assuntos mais relacionados à década que se iniciava, Bacha publica o artigo “Notas sobre inflação e crescimento”, publicado na RBE em 1980. Nesse texto, procurava “integrar aspectos da macroeconomia kaleckiana com a tradição estruturalista latino-americana, dando-se atenção a desenvolvimentos recentes na análise monetária e financeira”. Kalecki surge nesse momento junto a Keynes como base teórica, seriam as referências principais do livro texto para o qual esse artigo na RBE fora um preâmbulo: *Introdução à macroeconomia: uma perspectiva brasileira*, de 1982.⁵⁰³ Como escrito no excerto acima, a menção às ideias estruturalistas também estaria presente, apesar de ter menor peso na concepção do livro – eram aplicadas no sentido de interpretar a dinâmica da produção agrícola, mas Bacha não citava nenhum autor da Cepal nesse tema, na verdade citava a si próprio e colocava-se em contraposição às ideias do “grupo da USP”, representado por artigo de Pastore no qual procurava mostrar a existência de elasticidade na produção agrícola, e não o “estrangulamento” como era a ideia de Bacha.

Já explicitada no artigo, e reconfirmada no livro, estava a perspectiva de que o conflito distributivo entre capital e trabalho era essencial para a compreensão da dinâmica econômica – uma visão kaleckiana.

A idéia básica é que a inflação reflete o conflito entre capitalistas e trabalhadores na disputa do produto social. Na medida em que os capitalistas, diretamente ou através do Estado, controlam a expansão dos meios de pagamento, eles podem determinar o ritmo dos investimentos.⁵⁰⁴

Elaborada como livro texto, a obra tinha um caráter bastante didático e, assim, explicava os fundamentos das teorias kaleckianas-keynesianas, que em essência partiam do famoso princípio da demanda efetiva. No entanto, é interessante notar como a questão do excesso de moeda já aparecia a Bacha como algo não desprezível, mas que pela “falta de análise empírica” não era possível afirmar que algum excesso de oferta de

⁵⁰² SEN, A. K. Neo-Classical and Neo-Keynesian Theories of Distribution. *Economic Record*, 39, 53-64, 1963. Segundo Taylor: “De acordo com a posição neokeynesiana, o investimento é determinado por expectativas, considerações de não mercado e, possivelmente, pela taxa de juros. Certamente não é afetado pela oferta de poupança gerada por salários e taxas de lucro marginalmente determinados no curto prazo. Pelo contrário, os pagamentos dos fatores e os níveis de emprego se ajustam para permitir o fornecimento de poupança para igualar a demanda de investimento. Em particular, se o investimento real aumentar, a distribuição de renda mudará para agentes econômicos com maior propensão à poupança para permitir que o financiamento necessário apareça. A poupança extra é em algum sentido não intencional e é chamada de “forçada” por esse motivo”. TAYLOR et al., 1980, p. 7.

⁵⁰³ BACHA, Edmar. *Introdução à macroeconomia: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1983.

⁵⁰⁴ BACHA, 1980, p. 541. Mencionava Kalecki, Cardoso e Lara Resende: “Estas notas desenvolvem uma versão simplificada de um modelo de inflação e crescimento inspirado nas idéias de Kalecki (1972) e baseado em trabalhos recentes de Eliana Cardoso (1979) e André Lara Resende (1979)”.

moeda implicasse uma elevação nos preços. Na verdade, Bacha sugeria que o princípio da demanda efetiva era válido para o curto prazo e que a teoria quantitativa da moeda valia no médio-prazo, e isso significava que o que se ajustava na equação era o produto e não os preços (o Y e não o P na fórmula clássica $YP=VM$). Sugeria que a diferenciação entre as correntes estava em acreditar ou não na “velocidade de ajuste” da economia a essa variação monetária.

É bom insistir nisso, nessa questão de que o importante, no fundo, não é se somos estruturalistas ou monetaristas, mas se acreditamos que as velocidades de ajuste são rápidas ou lentas, se o mecanismo de mercado é suficientemente ágil para produzir o equilíbrio de ocupação normal da capacidade num curto prazo de tempo.⁵⁰⁵

A experiência brasileira, contudo, em suas poucas evidências empíricas, indicava que os preços e os *mark-up's* (genericamente “lucros”) dependiam dos custos e não guardavam relação direta com a quantidade de moeda. Utilizando o argumento da causalidade reversa para redarguir as ideias monetaristas, Bacha afirmava que, ao se verificar uma correlação entre quantidade de moeda e nível de preços, isso também poderia indicar que a moeda estaria se adequando ao nível de preços, este estabelecido por outras causas. Não era possível “inferir nenhuma relação de causalidade entre moeda e preços através de uma regressão onde se supõe que haja causalidade”, e na verdade a experiência brasileira mostrava que o governo respondia “mais ou menos passivamente às necessidades dos negócios. Ou seja, quando aumenta P , o governo aumenta quantidade de moeda”.⁵⁰⁶ Enfim, o conteúdo do livro também se baseava em diversos artigos pregressos de Bacha e em vários artigos de seus colegas da PUC-Rio, todos na mesma linha tendente ao keynesianismo, como Lara Resende, Lopes, Dias Carneiro.⁵⁰⁷

Em seus posicionamentos na mídia, Bacha também traria essas ideias. Em um artigo publicado no Jornal do Brasil em outubro de 1982, quando o país já sofria claramente dos dois males da dívida externa e da inflação, Bacha acreditava que de alguma forma, ainda que escassa, era possível entender as “austeridades” propostas pelo governo como meio de reequilibrar o balanço de pagamentos, porém era inaceitável “a tentativa de iludir a opinião pública” com a indicação de que a austeridade teria o

⁵⁰⁵ BACHA, 1983, p. 84.

⁵⁰⁶ BACHA, 1983, p. 85.

⁵⁰⁷ Dentre muitos outros Cita um artigo que escreveu em 1980 em parceria com Francisco Lopes, No qual, procurando uma solução para que a eliminação não afetasse o crescimento de longo prazo, mostravam que a diminuição do espaço temporal entre reajustes dos preços causavam uma aceleração inflacionária. BACHA, Edmar; LOPES, Francisco. Inflation, growth and wage policy: in search of a Brazilian paradigm. PUC-Rio: Texto para discussão n. 10, 1980.

“propósito paralelo de controlar o ritmo da alta de preços”. O argumento de que existia “excesso de demanda” na economia brasileira e que aí estava a causa principal da inflação era falaciosa, havia, na verdade, praticamente um excesso de oferta.⁵⁰⁸

Entraram em cena no Brasil, então, as teorias sobre a inflação inercial, tendo os economistas da PUC destaque, principalmente Persio Arida e Lara Resende –⁵⁰⁹ toda a questão das teorias inerciais são bem analisadas no trabalho de Carvalho.⁵¹⁰ Assim como fizera a fábula da Belíndia sobre a desigualdade brasileira, Bacha criará uma outra história ilustrativa agora sobre o episódio da inflação inercial, intitulada *Inflação*. Aí, contava que em uma arquibancada de estádio, se um dos torcedores, mais a frente, levanta-se, a tendência seria que os outros também se levantassem e, a partir daí, ninguém mais assistiria ao jogo sentado a não ser que houvesse uma coordenação de todos para sentarem-se ao mesmo tempo – os torcedores eram os agentes que precificavam os bens, estarem de pé significava atenção e reação ao preço do próximo, e a coordenação seria o plano de estabilização.⁵¹¹ Bacha publicou esse texto criativo na nova revista do IBGE em 1985, instituição para cuja presidência acabara de ser nomeado pelo governo Sarney. Nesse cargo, teria envolvimento direto com a elaboração e aplicação do Plano Cruzado, e em mais de uma ocasião posterior relataria que foi essa experiência que definira seu afastamento das ideias mais estatistas e heterodoxas.

Regis Bonelli estaria junto com Bacha nessa empreitada, assumindo a diretoria geral da instituição. Ao chegarem ao IBGE, deparam-se com uma “demanda política para lotear” o instituto – demanda política sobre os cargos de diretores, delegados estaduais e outros – o que configurava uma pressão externa.⁵¹² Havia a pressão interna também, que se manifestava em greves, grupos políticos dentro do IBGE, como o “PDT prestista”, o que poderia gerar situações conturbadas. Não obstante, Bacha afirma que esforçando-se conseguiu lidar razoavelmente bem com essas questões. Quanto ao

⁵⁰⁸ BACHA, Edmar. Por uma política econômica positiva. *Jornal do Brasil*, 26 out. 1982, p. 21.

⁵⁰⁹ Segundo Lopes, até 1983, a ideia do gradualismo de Simonsen prevalecia. O passo seguinte foi o advento do conceito de choque de estabilização.

⁵¹⁰ CARVALHO, André Roncaglia de. *The conceptual evolution of inflation inertia in Brazil*. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

⁵¹¹ BACHA, Edmar. Inflação: os preços em alta no país do futebol. *Nova Imagem*, Rio de Janeiro: IBGE, n. 1, p. 51-54, 1985.

⁵¹² “As nomeações eram feitas pelo Presidente”. Como resistir à pressão política para empregar apadrinhados políticos? “tomou muito mais tempo do que tinha planejado”. Bacha bateu de frente em um processo que durou 6 meses. Conseguiu manter 25 dos 27 delegados estaduais. No RS, os funcionários pediram outra indicação de delegado, que Bacha atendeu e afirma ter sido uma boa mudança. O outro caso foi no Maranhão, a família Sarney não abria mão de ter um indicado seu – Bacha teve de nomear um pastor protestante para o cargo. BACHA, Edmar. Relato Memória IBGE. 2006, 5 min e 13 min. . Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=cCyff2dMOBE>, acesso em 01/05/2019.

trabalho mais ligado a área econômico-estatística, durante sua gestão realizou-se o processo de levar os índices de preços e contas nacionais que estavam a cargo da FGV para o IBGE. Nesse mesmo sentido, procuraram fazer os dados ficarem mais acessíveis, mais transparentes (ao contrário do que acontecia na ditadura). No que toca a essa experiência de Bacha com o Estado, já em sua “forma democrática”, o resultado foi de frustração:

Essa experiência para mim foi muito [inaudível] de mudar minha ideia sobre o que o Estado é capaz de fazer. (...) Entrei com a ideia de ‘temos de reinventar o Estado, para torná-lo... as instituições estatais com maior capacidade de responder as demandas sociais’. E eu constatei que esse problema era muito complicado. Por que as pressões tanto internas quanto externas eram enormes, pressões que não tinham a ver com o objetivo final de estatísticas boas (...) Essa experiência pra mim foi muito reveladora.⁵¹³

E completa com o comentário de que havia nascido e crescido em um período em que existia uma “enorme fantasia socialista”, o que se desfez durante a Nova República.

No que toca ao Plano Cruzado, os índices de inflação seriam muito importantes, pois avaliariam o seu desempenho – o IPCA, por exemplo, revelaria se o vetor de preços estabelecido no dia 28 de fevereiro de 1986 estava sendo respeitado ou não, e essa informação era importante para o sucesso do plano, e assim para a imagem do governo. Bacha relata que acabou se encontrando em uma situação em que era tanto o executor (pois integrava o governo) quanto árbitro (porque responsável pelas avaliações estatísticas) do plano – assim, procurou se proteger chamando outros profissionais para avaliar o índice. O grande fantasma durante o período era o “arrocho salarial”, pairava no ar se os novos burocratas na democracia iriam manter o arrocho da ditadura. Mas já de saída, o Plano Cruzado deu 8% de aumento nos salários em geral e 16% no salário mínimo, e definiu que quando a inflação (partindo de 0%) alcançasse 20%, os salários aumentariam os mesmos 20% no mês seguinte – era o gatilho salarial. Na metade do ano, o plano parecia estar dando minimamente certo mas com percalços: parecia necessário realizar a alteração de alguns preços e rearranjar o esquema original, assim foi feito o Cruzadinho em junho de 1986 – em meio ao qual, segundo Bacha, ocorreria uma indisposição com restante do governo e também com diretoria. Na altura do Cruzado II ao final do ano, com a economia já entrando em turbulência pela escassez de oferta gerada pela contínua imposição de preços fixos, manobrada pelo governo para assegurar a vitória do PMDB nas urnas, Bacha já estaria pedindo demissão.

⁵¹³ BACHA, Edmar. Relato Memória IBGE. 2006, 33 min.

Não obstante Bacha afirme que o Cruzado foi o divisor de águas, é possível perceber que mesmo antes do plano, em 1984-85, já começara a haver um entendimento de sua parte de que a recessão do início dos anos 1980 marcara algo mais que uma crise momentânea. Marcava o encerramento de um período de grandes transformações aceleradas, fim esse que deslocara a atenção da ideia de o que deveria ser para a perspectiva de análise mais detida do presente, os desequilíbrios arrastados e empurrados enquanto se estava correndo agora pairavam a frente da nação.

Com o brutal impacto da grave recessão de 1981-1984, o modelo de rápido crescimento e evolução que havia caracterizado a economia e a sociedade brasileiras desde o término da Segunda Guerra Mundial parou de funcionar (...) tão rápida tinha sido a mudança que mal dera azo a reflexões quanto a todas as suas possíveis consequências. (...) a força avassaladora da mudança verificada eclipsou a gravidade de muitos problemas brasileiros, os quais recentemente começaram a ser percebidos por uma sociedade tão habituada ao crescimento e à mudança que não conseguiu compensar as descontinuidades e os hiatos desse processo.⁵¹⁴

Mesmo que o crescimento parecesse estar voltando em 1985, dadas as restrições externas de financiamento o período de recessão de 1981-1984 marcara “um dramático retorno ao modelo de crescimento mais tradicional que prevalecera no Brasil em inícios do século XX”. A economia brasileira ingressou em nova era de restrições cambiais, e comparada à experiência anterior, a crise de então ocorria “sob a dupla ameaça de uma taxa de inflação extraordinariamente elevada e déficits públicos extremamente grandes”.⁵¹⁵ Além disso, parecia começar a ver com outros olhos o fenômeno da dependência externa, e assim a própria abertura da economia.

“A relativa exposição da economia às condições do mercado mundial ou sua dependência em relação aos mercados estrangeiros de capital é outro fator geralmente citado como explicação do relativo atraso do bem-estar social brasileiro. No entanto, países altamente dependentes como a Tailândia, a Coreia do Sul e a Malásia demonstram que estes fatores, por si, não constituem explicação suficiente. A dependência e a integração ao mercado mundial não os impediram de realizar muito mais progresso que o Brasil em áreas cruciais de bem-estar e igualdade.”⁵¹⁶ [A] 10% mais ricos como % PIB 1980: Brasil (50,6); Coreia (27,5); Malásia (39,8). B) 40% mais pobres como % PIB: Brasil (7); Coreia (16,9); Malásia (11,2). C) % de crianças em escolas secundárias: Brasil (32); Coreia (85); Malásia (53)].⁵¹⁷

Enfim, a partir do Cruzado se sucederiam os outros planos de estabilização – Bresser, Verão, Collor e então o Real. Em todo esse processo, a palavra “plano” perdeu a ligação com a ideia de planejamento para médio e longo-prazo. Na verdade, essa

⁵¹⁴ BACHA, Edmar; KLEIN, Herbert S. *A transição incompleta: Brasil desde 1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 13. Livro composto de textos de um seminário ocorrido em dezembro de 1984 na Universidade de Colúmbia. Malan cita essa passagem de Bacha e Klein, MALAN, Pedro; BONELLI, Regis. Brazil 1950-1980: Three decades of growth-oriented economic policies. IPEA, texto para discussão n. 187, 1990, p. 2.

⁵¹⁵ BACHA; KLEIN, 1986, p. 18.

⁵¹⁶ BACHA; KLEIN, 1986, p. 19.

⁵¹⁷ BACHA; KLEIN, 1986, p. 20.

concepção de programação econômica já havia começado a perder sua efetividade desde os anos 1979-1980, quando o III PND não teve qualquer tipo de funcionalidade.

O III PND no governo de Figueiredo foi elaborado porque desde 1969 estava em vigência um Ato Complementar que estipulava a elaboração de “Planos Nacionais de Desenvolvimento, de duração igual à do mandato do Presidente da República”.⁵¹⁸ Era também, então, uma “formalidade”, e não necessariamente resultado do anseio por realizar uma programação econômica por parte da gestão ministerial. Como Simonsen estava disposto a fazer uma política recessiva para conter a inflação e o crescimento da dívida externa, o III PND teria proposições bastante distintas em relação ao plano que o antecederia. Ao final de 1979, houve debates sobre o plano, o qual já estaria reformulado pela gestão econômica que assumira em agosto sob a liderança de Delfim Netto – Simonsen saíra do governo, pois não houve adesão política a sua proposta de austeridade. Ao observar o conteúdo do documento enviado ao Congresso, notando que diminuira de 400 páginas na versão de Simonsen para 100 na de Delfim, Malan diria que o plano ficara ainda “mais amorfo”, “constituindo-se em reflexo de um pragmatismo conscientemente adotado”. Notava também que haviam sido omitidas no documento quaisquer referências a projeções quantitativas e a políticas de fomento ao crescimento – de resto, era uma versão condensada das políticas expressas na versão anterior. Na visão de Malan, o documento elaborado pelo governo revelava que o governo considera “o planejamento assunto para ser resolvido por tecnocratas pragmáticos e, portanto, fora do nível de entendimento do Congresso e da sociedade”.⁵¹⁹ Em suma, frente a um ambiente de crescente incerteza, o governo optou pela não programação econômica e pela gestão pragmática sem maiores explanações sobre o caminho a ser seguido. O plano enviado ao Congresso pela gestão de Delfim tornara-se uma absoluta formalidade, e o governo conatava com a não existência de maior oposição para validar a opção tomada.

Após o – nem sequer – fracasso do III PND durante a crise econômica do governo Figueiredo, seria elaborado sob regime democrático o PND-Nova República (1986-89),⁵²⁰ que acabaria tendo pouquíssima importância, dada a preeminência do

⁵¹⁸ Ato Complementar nº 43, de 29 de janeiro de 1969. Reformulado em parte pelo Ato Complementar nº 76, de 1969.

⁵¹⁹ “Várias”. *Movimento – cena brasileira*, 11 nov. 1979, p. 15; “Economista acha o PND genérico”. *Jornal do Brasil*, 30 out. 1979, p. 23; e “Inconfidências”. *Jornal do Commercio*, 26 out. 1979, especial, p. 5.

⁵²⁰ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7486.htm, acesso em 04/05/2019.

plano de estabilização, e acabaria sendo engolido em meio às vicissitudes do Cruzado. Logo depois, ainda no governo Sarney, surgiria o Plano de Ação Governamental (1987-91),⁵²¹ bastante elaborado, calculado, com um claro esforço de programação e apresentação, mas que também seria desprovido de relevância no período. Nos anos 1990, seria institucionalizado um novo modelo: o plano plurianual – que renderia naquela década o PPA (1991-95) e o PPA “Brasil em Ação” (1996-1999).⁵²²

Ao longo da década de 1980, uma ideia reiteradamente expressa por Malan foi a retomada de uma visão de mais longo prazo na condução da política econômica. Para o que, porém, era necessária algum tipo de estabilização dos preços e dos problemas do Balanço de Pagamentos (BP). Os escritos de Malan dos anos 1980 tratarão, principalmente, da economia internacional e da dívida externa brasileira. Textos que tratam do comportamento do BP, mais especificamente da balança comercial, continuavam a abordagem que chamara de australiana anos antes, enfatizando a relação entre bens tradables e non tradables (ou comerciáveis e domésticos) para uma economia pequena aberta ao exterior – em um “dependent economy model” como descrito por Swan. Em um artigo em co-autoria com Braga e Branco, “Balança comercial, preços relativos e a relação câmbio/salários no Brasil: 1973/83”, publicado na PPE em 1985, os autores elaboram um modelo para testar a validade para o caso brasileiro de uma desvalorização cambial frente a choques de oferta – como os choques do petróleo.⁵²³ Essa desvalorização alteraria os preços relativos entre bens comerciáveis e domésticos, contribuindo em teoria para corrigir o desequilíbrio na balança comercial.

Diante de choques de oferta [como os do petróleo], cujos principais efeitos são o *deficit* comercial e o desemprego, o modelo mostra que a correção do desequilíbrio externo requer uma elevação do preço relativo dos bens comerciáveis, produzida por uma desvalorização real da moeda doméstica, que seja percebida como permanente pelos agentes econômicos. A desvalorização contribuirá também para a redução do desemprego, a qual, entretanto não pode prescindir de políticas compensatórias de demanda e de oferta.⁵²⁴

⁵²¹ Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/sarney/programa-de-acao-governamental-1987-1991/view>, acesso em 04/05/2019.

⁵²² Para uma compilação sobre os planos, ver MATOS, Patrícia de Oliveira. *Análise dos planos de desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2002. O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal, destinado a organizar e viabilizar a ação pública, com vistas a cumprir os fundamentos e os objetivos da República. Por meio dele, é declarado o conjunto das políticas públicas do governo para um período de 4 (quatro) anos e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas.

⁵²³ BRAGA, H., BRANCO, F., MALAN, P. Balança comercial, preços relativos e a relação câmbio/salários no Brasil: 1973/83. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 15, n. 1, 1985.

⁵²⁴ BRAGA, H., BRANCO, F., MALAN, 1985, p. 97. A desvalorização cambial seria necessária mas não suficiente no caso brasileiro, pois as indexações generalizadas e a contínua necessidade de importações tornavam o cenário mais complicado.

A experiência brasileira, no entanto, indicava que a desvalorização cambial não era suficiente para reajustar a situação externa. Nesse sentido, outras medidas como a negociação da dívida se faziam necessárias. As críticas aos acordos, na visão de Malan, mal pensados e mal realizados pelo governo brasileiro com o FMI em 1982-83 podem ser encontradas em textos como “Brazil's debt: from the miracle to the fund” e “A questão Externa”.⁵²⁵ Apesar de não abdicar da crítica, cobrando uma “postura mais afirmativa e mais determinada”, Malan faz a ressalva de que a questão de como proceder nas negociações internacionais era de fato muito complicada, e assim não indica receituários prontos para lidar com a dívida, com o FMI, com os governos dos países desenvolvidos ou com os bancos internacionais – ao contrário do que faziam certas vozes no cenário nacional, com prescrições taxativas, inflexíveis, algumas inclusive propondo o “calote”. Um ponto importante era o governo brasileiro conseguir sustentar uma credibilidade tanto interna quanto externa, segundo Malan. Porém o que se percebe é que isso não ocorreria ao longo de toda a década de 1980, com exceção dos poucos meses em que o Plano Cruzado parecia estar dando certo. E até mesmo por isso dois diagnósticos feitos por Malan, um em 1982, “Recessão e renegociação”,⁵²⁶ e outro em 1989 “Chegamos a 1989: e agora?”,⁵²⁷ seriam bastante parecidos em seu reconhecimento dos problemas gerais na condução da política econômica e no cenário econômico brasileiro.

Em 1982, Malan falava de objetivos como “progresso em áreas sociais como distribuição de renda, educação, saúde e habitação”; e em 1988 falava na “redução das disparidades sociais” e em “melhorar a educação e o desenvolvimento humano” (citando Amartya Sen nesse último ponto). O problema no BP praticamente não havia se alterado entre 1982 e 1989, e continuava a ser uma restrição ao retorno do crescimento e da estabilidade. Em 1982, Malan também falava da “miopia de curto prazo” da condução da política econômica e da “necessidade de reviver um mínimo de planejamento econômico”; em 1988, afirmará a “redução dramática no horizonte

⁵²⁵ BACHA, Edmar; MALAN, Pedro. Brazil's debt: from the miracle to the fund. Economia PUC-Rio: Texto para discussão n. 80, 1984. MALAN, P. "A questão Externa". Em: Fórum Gazeta Mercantil. *FMI x Brasil: a armadilha da recessão*. S.P., G.M., 1983, pp. 69-102.

⁵²⁶ MALAN, P. S. "Recessão e renegociação". In: ARIDA, P. (Org.). *Dívida externa, recessão e ajuste estrutural : o Brasil diante da crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

⁵²⁷ Seção do capítulo MALAN, Pedro. Brasil: três finais de década. Em MAGALHÃES, J. P. A.; MINEIRO, A. S.; ELIAS, L. A. *Vinte anos de política econômica*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. Composta das últimas páginas do artigo de Malan e Bonelli, MALAN, Pedro; BONELLI, Regis. Brazil 1950-1980: Three decades of growth-oriented economic policies. IPEA, texto para discussão n. 187, 1990.

temporal em que operam os agentes” e em melhorar a “capacidade de planejamento de mais longo prazo”. Porém, aqui aparece um questão interessante, enquanto em 1982 a questão do setor público aparecia como restrição mas de uma forma mais indicativa: “a inadequação de receita pública face aos gastos do setor público definido em sentido lato para abranger as estatais bem como os subsídios e repasses ao setor privado via orçamento monetário”. Já em 1989, a descrição é um tanto mais assertiva:

[era preciso superar a] Profunda crise administrativa e financeira do setor público, mediante aumento da poupança pública e a redefinição do papel do Estado (...) O investimento público se reduziu drasticamente porque a capacidade de financiamento (interna e externa) do Estado virtualmente se extinguiu.⁵²⁸

E se em 1982, citava como objetivo a “estabilização e gradual redução da taxa de inflação”, mas não havia afirmações claras sobre moeda e déficit fiscal; em 1989 afirmaria que “para readquirir credibilidade, a política econômica no Brasil atual deve focalizar, no curto prazo, a redução da inflação e a retomada do controle sobre as políticas monetária e fiscal”. Então, assim como Bacha, mas de uma maneira distinta, Malan também encaminhou-se ao longo dos anos 1980 para uma visão de que, para a estabilização e retomada do crescimento, as contenções monetária e fiscal eram necessárias. A diferença clara é que Bacha partira de uma posição normativa explicitamente heterodoxo-keynesiana e foi alterando suas concepções sobre ajuste fiscal e monetário, com grande influência do envolvimento pessoal no fracasso de um plano de estabilização. Já Malan não sustentava posições normativas, e em 1989 continuava não sustentando muito claramente e repetia, inclusive com os mesmos termos, o argumento sobre a flexibilidade normativa diante da realidade prática.

Um entendimento mais profundo dos processos de longo-prazo que levaram à situação atual parece ser necessário para compreender os desafios atuais e para alcançar um consenso viável sobre soluções possíveis. A experiência mostra que sejam as políticas de tendência predominantemente heterodoxas ou ortodoxas, uma ingênua crença em sua adequação “permanente” é cedo ou tarde traída pelos eventos, tanto internos quanto externos ao país. O sucesso vem, em grande medida, da habilidade em adaptar as políticas às condições cambiantes – sem perder de vistas a evolução da economia global e, particularmente, os objetivos de desenvolvimento econômico e social de longo prazo do país.⁵²⁹

Porém no início dos anos 1980 contava com alguma visão de que seriam necessários ajustes no setor público, o que acabaria tornando-se, ao final da década, a visão da quase falência do Estado brasileiro e da adequação de controle fiscal e monetário.

⁵²⁸ MALAN, 1982, pp. 40-41.

⁵²⁹ MALAN; BONELLI, 1990, p. 4. Ver página 176 desta dissertação.

Se quisermos dar mais um breve exemplo, em 1989, Bacha publicará um artigo propondo o “modelo de três hiatos” (*three gap model*), no qual aos hiatos de poupança e divisas era adicionado o hiato fiscal. Dito de forma absolutamente genérica: a partir desse modelo, procurava mostrar que as restrições orçamentárias e austeridade fiscal do governo eram fundamentais para lidar com a dívida externa e com a inflação.⁵³⁰ Essa percepção de Bacha estava em linha com as ideias que se consolidavam naquele momento sobre a crise das nações latino-americanas – e de fato, esses países acabaram superando inflação e dívida externa com conjuntos de políticas que envolviam controles fiscal e monetário. É no processo em que essas perspectivas acabaram sendo assimiladas que aparece o famigerado termo “consenso de Washington”, registrada em um artigo de John Williamson publicado pelo *Institute of International Economics* em 1990 – no qual elencava as reformas macroeconômicas vistas como necessárias no âmbito dos governos dos países desenvolvidos, das instituições financeiras e organizações internacionais: eliminar deficits fiscais, priorizar gastos, reforma tributária, menores intervenções nas taxas de juros e de câmbio etc.⁵³¹ Em uma obra do mesmo instituto publicada logo antes, também em 1990, o Brasil aparecia como um dos países latino-americanos que menos se esforçava em buscar as reformas – e naquele momento ainda não se sabia o que esperar do governo Collor que assumira em março.⁵³²

Pouco mais de um ano depois, já com o a gestão federal afundada em nova crise, Bacha participaria do II Forum da Liberdade (abril de 1991).⁵³³ O encontro tinha por temática a relação (aproximações e distanciamentos) entre a Social Democracia e o Liberalismo, e nesse enquadramento Bacha se colocava do lado social-democrata, até porque era filiado ao recém-fundado (1988) Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), e dentre os liberais apareciam os economistas da FGV-Rio/EPGE, como Paulo Rabello de Castro e Paulo Guedes. Para Bacha, nesse momento, liberais e sociais-democratas mais concordavam que discordavam, os adversários eram o populismo e a irresponsabilidade fiscal, tanto pela direita quanto pela esquerda – e as eleições de 1989

⁵³⁰ BACHA, Edmar. Um modelo de três hiatos. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 19, n. 2, 1989; na versão em inglês: BACHA, Edmar L. A three-gap model of foreign transfers and the GDP growth rate in developing countries. *Journal of Development economics*, v. 32, n. 2, 1990.

⁵³¹ WILLIAMSON, John. What Washington Means by Policy Reform. Em WILLIAMSON, John. (ed.). *Latin American adjustment: How much has happened?* Washington, DC: Institute of International Economics, April 1990, pp. 5-20.

⁵³² WILLIAMSON, John. The Progress of Policy Reform in Latin America." Washington, D.C.: Institute for International Economics, 1990, pp. 43-45.

⁵³³ Site oficial e dados em <http://forumdaliberdade.com.br/i-ao-xx/>, acesso em 29/04/2019. Video disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=X3BAs-fOdaw&t>, acesso em 29/04/2019.

havia mostrado isso de forma clara. No estado em que o Brasil estava, infelizmente, não se discutia mais estratégias para o desenvolvimento, mas estratégias para evitar o caos. Também infelizmente, sociais-democratas e liberais, quando reunidos, não conseguiriam sequer 5% dos votos. Naquele momento, ainda antes da revisão da Constituição de 1988, marcada para 1992, Bacha apostava no parlamentarismo para poder chegar algum dia a uma racionalidade na política econômica e evitar o populismo – isso permitiria uma saída mais liberal dentro da democracia.

Em 1991, Malan ainda publicaria um texto intitulado “Uma crítica ao consenso de Washington”, que era baseado uma fala sua realizada em uma conferência de comemoração aos trinta anos do famoso livro de Albert Hirschman, *A estratégia do desenvolvimento econômico*.⁵³⁴ Tal encontro fora realizado em Buenos Aires em novembro de 1989, e enquanto os conferencistas discursavam em solo argentino, na Alemanha o Muro de Berlim começara a ser derrubado – e tal notícia impactante chegou em meio ao evento.⁵³⁵ Não só a geopolítica global se alterava naquele momento, pois Albert Hirschman, aos seus 74 anos, em seu discurso na conferência, aproveitava a ocasião para mostrar que o argumento principal do seu livro homenageado estava equivocado. A tese sobre os desequilíbrios econômicos que geravam tensões e então avanços no processo de desenvolvimento, oposta à ideia do “crescimento equilibrado”, já não parecia tão adequada à interpretação da trajetória dos países subdesenvolvidos.⁵³⁶ Essa mudança daria elementos para a publicação anos mais tarde de seu livro *A propensity to Self-Subversion*, no qual Hirschman celebra o contínuo ceticismo sobre suas próprias teorias e idéias, e insinua que a história humana fornecia “trajetórias intrincadas e muitas vezes não repetíveis”, as quais se pareciam mais com “truques que história tirava da manga” e não com “regularidades científico-sociais, sem falar em leis”.⁵³⁷ Em sua fala em 1989, após contradizer suas próprias ideias, afirmava que, com aquela conclusão, poderia reivindicar um elemento de continuidade em seu pensamento: a recusa em definir um único caminho certo a ser seguido.⁵³⁸

⁵³⁴ O livro resultante da conferência foi TEITEL, Simon. (Ed.) *Towards a new development strategy for Latin America: Parthways from Hirschma's thought*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1992.

⁵³⁵ Como relata Luca Meldolesi em seu discurso na conferência pelos 60 anos do livro de Hirschman, “The Strategy of Economic Development by Albert Hirschman at its 60th Anniversary”, Disponível em <https://colornihirschman.org/conference/2/second-conference-on-hirschmans-legacy-a-bias-for-hope>, acesso em 09/05/2019.

⁵³⁶ HIRSCHMAN, Albert O. The Case Against “One Thing at a Time”. *World Development*, Vol. 18, No. 8, pp. 1119-1122, 1990

⁵³⁷ HIRSCHMAN, Albert O. *A propensity to self-subversion*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

⁵³⁸ HIRSCHMAN, 1990, p. 1122. Tradução nossa. No original: With this conclusion I can lay claim to at least one element of continuity in my thought: the refusal to define “one best way.”

Não parece, então, coincidência que Pedro Malan considerasse, e ainda considere, Albert Hirschman um grande economista, e toda sua obra digna de ser lida até hoje. O interesse pela história e a recusa em prescrições normativas peremptórias eram características que uniam ambos. Não obstante, o período de crise econômica pelo qual o Brasil passava – assim como muitos países latino-americanos – acabava “exigindo” algum tipo de posicionamento sobre as questões em evidência. Assim Malan, em seu artigo, apresentaria com um pouco mais de clareza o tipo de política macroeconômica necessária, sobre a qual “pessoas sensatas” poderiam discordar em pontos específicos, mas havia uma concordância geral. Demanda agregada tinha de se adaptar ao produto potencial para não gerar pressões inflacionárias, evitar déficits orçamentários sustentados, pois prejudicavam a situação do BP.

É sobejamente sabido que para que sejam sustentáveis os déficits de conta corrente, estes *precisam* ser acompanhados por um déficit fiscal financiável, *mais* o investimento privado que exceder a poupança privada. Compreende-se amplamente que um mínimo de estabilidade macroeconômica requer a manutenção da taxa de crescimento da produção da demanda agregada mais ou menos alinhadas com o crescimento da produção potencial, de maneira a evitar pressões inflacionárias indevidas por excesso de demanda e efeitos de *spill-over* no balanço de pagamentos, decorrentes de um excesso insustentável de importações sobre exportações. Entende-se bem também que um déficit orçamentário sustentado contribui para que se colha um déficit no balanço de pagamentos, na medida em que a poupança negativa do governo amplia a defasagem entre investimento e poupança, que é a contrapartida do déficit na conta corrente do balanço de pagamentos. Sabe-se que a forma de financiamento do déficit público é de crucial importância na definição da natureza e escopo da política monetária. O papel das expectativas a respeito do grau de acomodação das políticas fiscal e monetária é crucial, como também o é a sincronização entre os movimentos da taxa de câmbio, nível salarial e taxa de juros. Todos concordam em que essas questões globais são essenciais para a estabilidade macroeconômica. Pessoas sensatas poderão discordar quanto a pontos específicos de implementação de políticas, porém o campo está razoavelmente bem definido.⁵³⁹

Haveria ainda mais dois tipos de políticas a serem adotadas. As políticas microeconômicas, que consistiam em aumentar eficiência de preços relativos, sobre fala mais genericamente.⁵⁴⁰ E, finalmente, as políticas para “assegurar o desenvolvimento social e econômico de longo termo, com mudança tecnológica”, e era aí que se encontrava o mote do título, a crítica à absoluta desatenção do “consenso” a essas políticas fundamentais.

Neste ponto, verificase uma separação fundamental. Segundo o assim chamado Consenso de Washington – para utilizar o termo apropriado de John Williamson – uma vez que a estabilidade macroeconômica e a reforma microeconômica sejam atingidas, ou uma vez que esses objetivos estiverem sendo seriamente buscados de modo sustentável, o crescimento e o desenvolvimento advirão quase naturalmente, como cogumelos selvagens em solo fértil umedecido por uma chuva de primavera.⁵⁴¹

⁵³⁹ MALAN, 1991, p. 9.

⁵⁴⁰ No entanto tais questões micro, “envolvendo o desenvolvimento institucional, sistemas fiscais, políticas de preços de bens e serviços públicos, regulamentação e supervisão, incentivos e desincentivos”, acabavam fazendo parte de uma discussão “muito mais polêmica do que o debate macroeconômico”.

⁵⁴¹ MALAN, 1991, p. 10

O desempenho decepcionante dos países latino-americanos por quase uma década colocava grandes dúvidas sobre se a agenda concentrada apenas no “macro-micro” poderia ser suficiente. Na verdade, era preciso mais, as reformas sozinhas não trariam os investimentos, não acenderiam os “espíritos animais” dos investidores. Seria, então, necessária alguma coordenação que sobrepujasse a tendência do mercado de permanecer em opções de espera: “opção de postergar investimentos em fábricas de equipamentos; opção de postergar a repatriação de *flight capital*; opção de permanecer em ativos altamente líquidos” etc.⁵⁴² O encarregado da coordenação seria o setor público, mas em moldes atualizados, sem “papel intensivo” e sem planejamentos a la Pós-Guerra.

“um setor público modernizado terá que desempenhar um papel essencial, ainda que não intensivo, de coordenação na programação dos investimentos para o crescimento futuro com mudança estrutural tecnológica. Não é preciso que se produzam antiquados planos detalhados, mas sim um padrão seguramente muito mais contrutivo e ágil de interações entre os setores público e privado (...)”⁵⁴³

Malan é enfático com a palavra futuro, utiliza diversas vezes, e ao afirmar que acreditava no caminho peculiar de cada país, e nas “políticas apropriadas” para alcançá-lo, faz uma ressalva na qual, apesar de não deixar claro, parece estar vetando o protecionismo, o atraso, e dizendo que o futuro econômico, frente à crescente competitividade global, repousava nos setores econômicos modernos, isto é, aqueles que tinham capacidade de se integrar à economia mundial.

Hirschman está certo. Não há um caminho único, nem fórmula simples ou modelo simples a ser seguido. Cada país da região deve analisar em profundidade o que *poderia ser* no futuro, como economia e como sociedade, e adotar, é claro, as “políticas apropriadas”. Mas políticas também apropriadas a uma *estratégia de crescimento* voltada para o futuro, respaldada nos setores modernos das estruturas econômicas, social, política e institucional do país em questão. Se isto não for feito, a América Latina, como a África, continuará a caminhar em direção a uma posição de importância relativa cada vez menor numa economia mundial cada vez mais competitiva e tecnologicamente avançada.⁵⁴⁴

Em 1993, Malan já utilizaria o conceito de “Estado eficiente”, o qual era necessário para realizar “reformas de mercado”,⁵⁴⁵ esse um dos pontos fundamentais

⁵⁴² Para essa argumentação, Malan se baseia em “Dornbusch, R. “From Stabilization to Growth”, July 1989, pp. 21-30. (Mimeografado)” [sic].

⁵⁴³ MALAN, 1991, p. 11.

⁵⁴⁴ MALAN, 1991, p. 11.

⁵⁴⁵ RANIS, Gustav. (Ed.). *Hacia Un Crecimiento Moderno: Ensayos en Honor de Carlos Díaz-Alejandro*. Washington D. C.: Inter-American Development Bank, 1996, pp. 156-161. O livro contém uma seleção de ensaios apresentados na conferência intitulada “Rumo ao crescimento moderno: a América Latina na década de 1990”, realizada na sede do BID em Washington, DC, em maio de 1993. Tanto a conferência como o livro foram feitos em memória de Carlos Díaz-Alejandro.

levantados no “excelente livro” de Moisés Naim sobre as reformas econômicas na Venezuela.⁵⁴⁶

O fim da Alta Modernidade

Tendo de alguma forma completado o percurso, podemos retornar ao conceito de Alta Modernidade e traçar novamente comparação entre o processo europeu e norte-americano e o brasileiro, agora em fase posterior.

Algo há que sucede a Alta Modernidade europeia e norte-americana. O que veio a sucedê-las pode ser descrito como sua Modernidade Tardia (1945-1980), no início da qual as sociedades já estão significativamente urbanizadas e logo se consolidam os Estados democráticos de direito, que já estavam a caminho desde os anos 1920.⁵⁴⁷ As aspirações a grandes transformações sociais tendem a decair e mesmo o discurso científico a ser relativizado, o que desaguardaria então no que se convencionou chamar de Pós-Modernidade (ou Modernidade Reflexiva), emergindo nas últimas décadas do século XX, impulsionada tanto pelas transformações culturais encetadas nos anos 1960, quanto pela Terceira Revolução Industrial, a globalização etc. Dado que esse último estágio já completa 40 anos e se afigura longo, a Modernidade Tardia dos desenvolvidos parece, então, um período de transição entre dois estágios maiores. E o que caracteriza mais especificamente esse período? Fatos como o renascimento e a ampliação como nunca antes vista do comércio internacional, a hegemonia econômica norte-americana, a reconstrução dos países europeus e seu crescimento econômico, o que ensejou a expansão das empresas multinacionais pelo globo, mas uma das ocorrências principais foi o advento do chamado Estado de bem-estar social, com a redução das desigualdades. As políticas de bem-estar social foram resultado, dentro do contexto citado, da consolidação das democracias e da expansão do papel do governo dentro da economia, isto é, do aumento dos gastos governamentais como proporção do PIB, especialmente no que diz respeito aos gastos e transferências sociais. A instauração dos Estados democráticos de direito parece ter influenciado diretamente essas mudanças: a ampla representatividade política e a estabilidade das garantias legais

⁵⁴⁶ NAIM, M. *Paper Tigers and Minotaurs: The Politics of Venezuela's Economic Reform*. New York: The Carnegie Endowment, 1993.

⁵⁴⁷ Mesmo que houvesse ainda espaços para “aprimoramentos” dos sistemas legais. Um “aprimoramento” muito claro nos EUA foram os direitos civis à população negra, reivindicados nos anos 1950, mas só conquistados nos anos 1960.

havia permitido o caminho para uma sociedade mais igualitária, ao dar voz e direitos de forma universal.

Vejamos a linha histórica dessa desigualdade que se arrefeceu. Nas duas primeiras décadas do século XX, havia concentração de renda nos países europeus e não existia uma tendência muito clara de diminuição, já no período Entre Guerras ocorre uma oscilação, mas com alguma tendência de queda, e dos anos 1940 até a década de 1980 a desigualdade decresce de forma contínua – existindo um certo padrão de as décadas de 1960 e 1970 serem as com maior taxa de redução de desigualdade. Exemplificando com os dados disponíveis: na França entre 1900 e 1914, o 1% mais rico da população manteve sua parcela entre 53% e 55% da *riqueza líquida total*, passando a 42% em 1938, a 31% em 1965 e 17% em 1980. No Reino Unido, o mesmo dado, de 1900 a 1914 fica entre 70 e 67%, passando a 54% em 1938, a 31% em 1965 e 18% em 1980. Na Alemanha, nos mesmos primeiros 14 anos do século passado, a *renda bruta* do 1% mais rico mantém-se no patamar de 18% da renda bruta total, oscila nos anos seguintes e passa a 16% em 1938, 12% em 1965, e 9% em 1983. Na Itália, o índice de Gini passa de 48 a 42 entre 1901 e 1948, e do nível de 40 ao início dos anos 1960 para 30 ao início dos 1980. Nos Estados Unidos, os dados são um pouco diferentes mas a tendência de queda da desigualdade entre 1940 a 1980 é a mesma.⁵⁴⁸

No conjunto dos países desenvolvidos, analisados por Vito Tanzi, os gastos governamentais passam de uma média de 19,6% em 1920 para 28% do PIB em 1960 e havia ainda espaço para crescer até o patamar dos 40%, alcançado em 1980 – a partir daí mais ou menos estáveis até hoje. Sendo que, dentro desse aumento, os gastos sociais em média praticamente dobraram como porcentagem do PIB entre 1960 e 1980.⁵⁴⁹ Em suma, na Modernidade Tardia dos países desenvolvidos havia crescimento econômico e o Estado também expandia suas funções não só como mantenedor do crescimento direto (com políticas de estilo keynesiano) mas como provedor de serviços e assistência e redirecionador de renda.

Se a combinação entre crescimento econômico, expansão das funções estatais e Estado democrático de direito parece gerar redução da desigualdade, não seria esse o caso do Brasil entre 1946 e 1964? Por um lado sim, por outro não. Diminuiu-se a

⁵⁴⁸ ATKINSON, Anthony B.; MORELLI, Salvatore. *Chartbook of economic inequality*. ECINEQ WP, v. 324, 2014. Gráficos e dados disponíveis interativamente em <https://www.chartbookofeconomicinequality.com/>, acesso em 02/05/2019.

⁵⁴⁹ TANZI, Vito. *Government versus markets: The changing economic role of the state*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011, pp. 9-10.

desigualdade nos anos 1950, principalmente no que diz respeito ao trabalhador oficialmente empregado, porém, configurava-se aquele um Estado democrático de direito frágil, tanto em alcance como em estabilidade, e ao sinal de crise econômica e política, desfaleceu e deu lugar novamente a uma ditadura. Naqueles 18 anos, boa parte da população não tinha o direito ao voto e possuía poucas ou nulas garantias de outros tipos de direito hoje considerados fundamentais.⁵⁵⁰ Um fato importante e representativo é que das eleições ficavam excluídos os analfabetos, estes em quantidade muito expressiva na população. Em suma, havia pouca participação de fato. Na eleição de 1950, por exemplo, foram computados cerca de 8 milhões de votos,⁵⁵¹ sendo a população de cerca de 52 milhões de habitantes,⁵⁵² ou seja, menos de 16% da população escolheu todos os representantes, e em 1960, a porcentagem foi de cerca de 17% – hoje esse nível é de 68% (50% se contarmos somente os votos válidos). Além disso, as vastidões do interior do Brasil praticamente desconheciam o que era de fato um Estado de Direito e mal tiveram tempo de se aproximar da democracia. Com relação aos indígenas brasileiros, da década de 1940 até o final da de 1960 – sem falar dos séculos anteriores – houve praticamente um genocídio desses povos autóctones no interior, principalmente no Centro-Oeste brasileiro, com inúmeros tipos de violência e exploração, como demonstrou o agora famoso Relatório Figueiredo.⁵⁵³

Esse é um quadro de um pequeno recorte do que foi a Alta Modernidade brasileira em suas mudanças brutais – e isso que se estava em um regime democrático. A grande crise econômica e o processo de verdadeira democratização ocorridos nos anos 1980 marcam o fim desse período. Para ficarmos com um exemplo de como a democracia começou a alcançar de fato o interior e também a dar voz e garantias aos povos indígenas, o longo e tumultuado processo de construção da usina hidrelétrica de Belo Monte é ilustrativo.⁵⁵⁴

⁵⁵⁰ A violência arbitrária era praticamente legalizada dentro dos órgãos policiais, mesmo nas grandes cidades como São Paulo. A falta de Estado de Direito do interior do país era a regra, algo que só veio a ser revertido de fato com a Nova República. Sobre um exemplo de arbitrariedade, na polícia paulista e paulistana ver BATTIBUGLI, Thaís. *Democracia e segurança pública em São Paulo (1946-1964)*. Doutorado em Ciência Política, FFLCH-USP, 2006.

⁵⁵¹ Disponível em https://web.archive.org/web/20111109131717/http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/representacao_politica/1950/rep_polit_1950aeb_03.pdf

⁵⁵² Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00>

⁵⁵³ Relatório Figueiredo de 1967. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/violacao-dos-direitos-dos-povos-indigenas-e-registro-militar/relatorio-figueiredo> Acesso em abril de 2019.

⁵⁵⁴ Em 1989, durante o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, realizado em fevereiro em Altamira (PA), a índia Tuíra, em sinal de protesto, levanta-se da plateia e encosta a lâmina de seu facão no rosto do

O processo de final da Alta Modernidade brasileira revela claramente um outro aspecto do advento de um Estado democrático de direito: o enrijecimento da sociedade. Não por outro motivo, esse tipo de Estado surge após o período de grandes transformações, é praticamente uma questão de conceito e definição, mas que encontra embasamento histórico: não existiu Alta modernidade que se desse com base em um contrato social do tipo Estado democrático de direito. Para haver transformações de vulto, as razões de alguns se impuseram sobre as razões de muitos outros. A metáfora de Delfim Netto é, portanto, verdadeira, goste-se ou não dela: no desenvolvimento, quem ficar parado vai ser atropelado.⁵⁵⁵

Os países desenvolvidos também se enrijeceram relativamente com seus Estados democráticos de direito do Pós-Guerra, porém a viabilidade política e o espaço econômico-prático (sempre interligados) para crescimento econômico com ampliação da esfera do Estado e das políticas de desconcentração de renda ensejou o episódio conhecido como “grande nivelamento” – a equalização da renda e da riqueza. No caso brasileiro, o enrijecimento se deu sem as mesmas condições econômicas e políticas do caso desses países. Primeiramente, pode ser lembrado que no Brasil de 1945-80, apesar de turbulências políticas, não houve um grande abalo dos “contratos sociais”, marcadamente o período das guerras mundiais para os desenvolvidos – e mesmo depois de 1980, não haveria mais algo como a pressão da existência da URSS, que fora importante no Pós-Guerra para impulsionar o suporte mútuo no capitalismo do Primeiro Mundo, liderado pelos EUA. O espaço para o crescimento econômico com expansão de exportações e de empresas multinacionais, apesar de não desprezível de 1980 em diante, seria muito menor, quase incomparável ao cenário que os países desenvolvidos encontraram no Pós-Guerra.

O Estado brasileiro (seus gastos totais) como parcela do PIB passa de cerca de 27% em 1980 (próximo aos 28% dos países desenvolvidos em 1960), para cerca de 36-40% chegando ao ano 2000 –⁵⁵⁶ em 1998 foi cerca de 38% (próximo aos 40% dos

presidente da Eletronorte, José Antônio Muniz, que falava sobre a construção da usina Kararaô (atual Belo Monte). A cena é reproduzida em jornais e torna-se histórica. O nome Kararaô foi alterado para Belo Monte em sinal de respeito aos índios. Somente mais de 20 anos depois, em 2011, viria a ser firmado o projeto e o contrato da obra, concluída em 2016.

⁵⁵⁵ Conferir em <https://jornal.usp.br/cultura/acervo-delfim-netto-guarda-preciosidades-em-forma-de-livros/>, acesso em 02/05/2019.

⁵⁵⁶ RODRIGUES, Rodrigo Vilela; TEIXEIRA, Erly Cardoso. Gasto público e crescimento econômico no Brasil: uma análise comparativa dos gastos das esferas de governo. Rev. Bras. Econ., Rio de Janeiro, v. 64, n. 4, p. 423-438, Dec. 2010

desenvolvidos em 1980) –⁵⁵⁷ continuando praticamente no mesmo patamar desde então. Dado que se instalou uma democracia com garantias constitucionais e legais e o Estado expandiu seus gastos, talvez esses 20-30 anos no Brasil pudessem ter tido a mesma tendência ao período análogo (1940-1980) nos países desenvolvidos. Não foi o que sucedeu. Ao enrijecer-se, o Brasil cristalizou as desigualdades. O índice de Gini que era 58 em 1980, após subir durante os anos 1980 (63,3 em 1989), chegará ao ano 2000 no mesmo nível de 58.⁵⁵⁸ Alcançando cerca de 53-54 em 2010, mesmo patamar de 2017.⁵⁵⁹ Esses dados sobre desigualdade podem ser ainda mais frustrantes se calculados em outros termos, como mostra o trabalho de Pedro Souza.⁵⁶⁰ Souza mostra também que a parcela da renda total apropriada pelo 1% mais rico no Brasil praticamente não se alterou desde 1930 – sendo 24,3% em 1930-35, 24,6% em 1970-75, e 23,2% em 2010-2015.⁵⁶¹ Fica claro que o Brasil se locomove muito lentamente em direção a redistribuição de renda.

Além de o Brasil ser um país com baixa produtividade, e assim baixa renda percapita, em relação aos países da OCDE, consolidou uma estrutura tributária não progressiva e uma estrutura administrativa e corporativa estatal para privilegiados.⁵⁶² Os gastos sociais aumentaram entre 1980 e 1995, mas não em educação nem saneamento, mas antes em Previdência e assistência social.⁵⁶³ E essa seria a regra das décadas seguintes, não enfatiza nem privilegia aqueles investimentos que tem maior potencial de distribuição de renda. A progressividade no imposto de renda chegou a aumentar entre 1994 e 1995 mas depois diminuiu, e o imposto se manteve pouco progressivo até hoje.

⁵⁵⁷ Somando os dados de carga tributária e déficit público para o ano de 1998, encontrados nos trabalhos LIMA, Emanuel Marcos; REZENDE, Amaury Jose. Um estudo sobre a evolução da carga tributária no Brasil: uma análise a partir da curva de Laffer. *Interações* (Campo Grande), v. 20, n. 1, p. 239-255, 2019. RONDINEL, Ricardo; DENARDIN, Anderson Antonio. O déficit do setor público brasileiro no período 1990-1998. *Economia e Desenvolvimento*, [S.l.], jul. 2011.

⁵⁵⁸ Conferir índice de Gini nos dados do Banco Mundial. Disponível em <https://data.worldbank.org/>

⁵⁵⁹ Dados do Banco Mundial. <https://data.worldbank.org/>

⁵⁶⁰ SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013. 2016, pp. 240-241.

⁵⁶¹ SOUZA, 2016, p. 249.

⁵⁶² GOBETTI, Sérgio Wulff; ORAIR, Rodrigo Octávio. Progressividade tributária: a agenda negligenciada. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2016.

⁵⁶³ “nessa década, apesar das limitações orçamentárias existentes para o financiamento do GSF [gasto social federal], a ausência de medidas efetivas voltadas para o aumento de sua eficiência e equidade foi a marca registrada do período, com a conclusão de vários estudos, aí incluídos os de instituições internacionais (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, etc.) que apontavam o desperdício de recursos destinados ao atendimento das demandas sociais”. Em OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. *Evolução, determinantes e dinâmica do gasto social no Brasil: 1980/1996*. Brasília: IPEA - Texto para Discussão n. 649. 1998.

O efeito no campo intelectual, de arrefecimento da visão da sociedade como um objeto a receber uma razão, ou razões, é não só, mas também, reflexo da queda da perspectiva de diferenciação entre sociedade e Estado, entre sociedade e razão superior. O que por sua vez decorre da democratização de fato da sociedade, no sentido de ampla participação política e garantias legais com alcance na sociedade. Chega-se à percepção de que a mudança, se ocorrer, é trazida mais pela dinâmica política democrática e menos pelos anseios de uma intelectualidade. Obviamente, as ciências sociais não deixaram de ter a sociedade como seu objeto de estudo, a diferença está na potencialidade da razão: a tendência a abandonar a expectativa (implícita ou explícita) de que o raciocínio apresentado, lendo de forma ampla o seu objeto, indicasse caminhos de transformação significativa. Não parece ser outro o contexto em que pensadores da “velha geração” como Antonio Candido e Florestan Fernandes criticarão, nos anos 1970-80, o processo de profissionalização/especialização nas ciências sociais. A especialização não se presta à “visão do todo”, e surge de uma sociedade que se complexificou e fragmentou o escopo da aplicabilidade da razão. A crítica de Fernandes e Candido era no fundo uma crítica ao modelo de ciência e intelectualidade da sociedade liberal pós-Alta Modernidade – a qual, para piorar, ainda estava sendo implementada pelo regime militar. Atormentavam-se com o fato inevitável de que a sociedade estava se complexificando e tendendo ao enrijecimento, e se utilizavam da crítica frente ao fato de que visão global, a qual procurava trabalhar com grandes interpretações e ler as importantes mudanças – e até imaginá-las e propô-las – não fazia mais tanto sentido para a intelectualidade ascendente.

Ao contrário do que Pécaut insinua, o movimento da SBPC e dos intelectuais e cientistas profissionais entre 1975-1980 não aparece como uma “herança positivista que não se esgotasse jamais”.⁵⁶⁴ Por mais que um ou outro possam ter falado da função da ciência se impor, esse não é o tom do movimento.⁵⁶⁵ Na verdade, era um movimento que vai se sustentar pela legitimidade da classe-estamento dos cientistas e intelectuais, que não havia perdido prestígio ao longo das décadas; um movimento que *não* se afirma como criador ou renovador de um Estado que domina racionalmente a si próprio e à nação (território, povo, recursos), avançando e transformando através do conhecimento científico e de sua aplicação. Esse tipo de concepção do Estado descrito era mais próximo do que estava imposto àquele momento, ou seja, se existia uma “herança

⁵⁶⁴ PÉCAUT, 1990, p. 277.

⁵⁶⁵ Citação que Pécaut coloca na p. 277.

positivista”, ela existia encarnada no governo autoritário do regime militar (e até por isso não haviam minado a classe/estamento/grupo dos cientistas e intelectuais, ao contrário, os ampliaram). O movimento da SBPC e similares se afirmam na segunda metade dos anos 1970, então, menos pela pretensão de dizer “qual papel a ciência deve ter na condução da sociedade” e mais pela intenção de identificar “qual papel o cientista deve ter na condução e na vivência cotidiana da sociedade”; o cientista-intelectual é entendido mais como agente social-político e menos como instrumento da racionalidade; o progresso vem menos de dominar o conhecimento e moldar o futuro da nação, e mais de reconhecer-se parte do corpo social e atuar pelo bem comum, no qual estaria incluído obviamente o avanço da ciência nacional. Como o próprio Pécaut afirma – a nosso ver, entrando em contradição com o que dissera antes – na página seguinte: “essa *intelligentsia* de oposição redescobre para si, mais do que nunca, um destino de ator político, um ator que não se coloca ‘acima da sociedade’, nem se rende aos prazeres da ideologia: dessa vez, se instala dentro da sociedade e do sistema de relações de forças”.⁵⁶⁶ O papel imediato era o papel de defensores das liberdades, contrários à repressão, uma oposição ao autoritarismo, o que os situa no campo da esquerda; e o papel que almejavam quando se conquistasse uma sociedade democrática.

Há, claro, outros aspectos que poderiam ser citados para esse retraimento da capacidade da razão, como a internacionalização dos mercados, as convergências teóricas no campo da macroeconomia em torno de modelos não intervencionistas – os quais estão em linha com a menor potência transformativa a que a maior parte do mundo tendeu pós-1970.

Enfim, se estamos falando desse encontro entre razão e sociedade, é significativo que nos anos 1980-1990 ficasse muito claro que a própria cidade de Brasília estivesse tomada pelo Brasil que antes havia procurado deixar para trás para poder transformá-lo racional e efetivamente. É quase uma não-metáfora, porque muito real, da sociedade entrando no Estado. Idealizada para 500 mil habitantes, número ultrapassado já em 1970, Brasília “foi aos poucos tornando-se uma síntese do país, reproduzindo as mazelas e contradições” do precário “desenvolvimento nacional e comprovando que as

⁵⁶⁶ Como já dito, Pécaut, em meio a diversas ideias interessantes lançadas, se expressa muitas vezes por conceitos e afirmações que ultrapassam a sua linha de raciocínio imediatamente anterior ou posterior, não se fazendo claro e não revelando o sentido que deveria ser dado a suas colocações. No caso desta citação, não parece fácil desvendar o que o autor quis dizer com a expressão “render-se aos prazeres da ideologia”, a frase em seu todo parece mesmo contraditória; no entanto, a desconsiderar tal expressão, o sentido da frase se faz claro: o cientista agora se vê e se pretende como um ator político dentro do processo de conquista da democracia e posteriormente dentro do próprio sistema democrático.

utopias não se constroem apenas de estruturas físicas e desenhos ideais”.⁵⁶⁷ Em 1970 havia cerca de 550 mil habitantes em Brasília, em 1990 haveria cerca de 1 milhão e 600 mil. Um processo em que o espaço estatal organizado foi inundado pelo real, com as diversas invasões de terra nos entornos da cidade, feitas por candangos e retirantes, que fundaram Taguatinga, Ceilândia, Sobradinho, Planaltina etc.

Não obstante, entre os intelectuais nos anos 1980 havia a esperança de que a instalação da democracia trouxesse transformações de fato. Esse processo de relacionar a democracia a uma mudança das características da sociedade será amplo em seu alcance. Enquanto os economistas iam perdendo essa visão ao longo dos anos 1980, com as crises e o fracasso dos planos econômicos; na área política e jurídica ainda haveria um ponto importante a ser alcançado: a Constituição. Só com um regime constitucional baseado e com ampla garantia de direitos seria possível alcançar a mudança na sociedade. Inclusive alguns juristas viam a chegada ao Estado democrático de direito como tendo um “componente revolucionário de transformação do *status quo*”.

568

A Constituição de 1988 foi a depositária de muitas aspirações de transformação social. Porém, seu guardião, o Poder Judiciário acaba tendo um papel um tanto contraditório no Brasil contemporâneo.⁵⁶⁹ Ao mesmo tempo em que tem a obrigação de ser o agente que garante os anseios de transformação (gerando ocorrências complexas como a judicialização da saúde, e de outras áreas) é também o agente que trabalha pela estabilização das posições adquiridas, inclusive das suas próprias.⁵⁷⁰ Como Raymundo Faoro renunciara, os donos do poder cristalizaram seus direitos.

⁵⁶⁷ BURSZTYN, Marcel. Da utopia à exclusão: vivendo nas ruas em Brasília. Rio de Janeiro: Garamond, 1997, p. 20.

⁵⁶⁸ “O Estado democrático de Direito concilia Estado democrático e Estado de Direito, mas não consiste apenas na reunião formal dos elementos desses dois tipos de Estado. Revela, em verdade, um conceito novo que incorpora os princípios daqueles dois conceitos, mas os supera na medida em que agrega um componente revolucionário de transformação do *status quo*”. Ver DA SILVA, José Afonso. O estado democrático de direito. *Revista de Direito Administrativo*, v. 173, p. 15-24, 1988.

⁵⁶⁹ Para uma apresentação que sumariza o debate da área do direito na América Latina, ver VERONESE, Alexandre. A judicialização da política na América Latina: panorama do debate teórico contemporâneo. *Escritos* (Fundação Casa de Rui Barbosa), v. 3, p. 215-265, 2009.

Sobre a cristalização das esperanças de transformação na Constituição de 1988, e o papel então que o judiciário passa a assumir de (também) agente transformador nessa modernidade tardia periférica, ver TOVAR, Leonardo Zehuri. Promessas da modernidade e ativismo judicial. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 5, n. 2, 2015. E também VIANNA, Luiz Werneck et al. *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1999.

⁵⁷⁰ No Brasil, judiciário e ministério público juntos consomem mais de 1,6% do PIB, na Alemanha esse percentual é de 0,34%. (BR, jud 1,3; mp 0,32. ALE, jud 0,32; mp 0,02%), e mesmo se comparado ao Chile (jud 0,22%) e à Argentina (0,13%). CARDOSO, Luciana Zaffalon Leme. *Uma espiral elitista de afirmação corporativa: blindagens e criminalizações a partir do imbricamento das disputas do Sistema de Justiça paulista com as disputas da política convencional*.: Fundação Getúlio Vargas - São Paulo,

Como procura mostrar Júlio Aurélio Lopes,⁵⁷¹ o judiciário no mundo contemporâneo internalizou as “externalidades negativas” que prevaleciam outrora na dinâmica social. Antes do advento do Estado democrático de direito, uma ação praticada entre partes guardava independência em face às demais, isto é, uma ação praticada e as razões nela aplicadas não respondiam às razões de todos afetados por essa mesma ação. Por exemplo, o poder público, geralmente em interesse com o privado, executar o deslocamento forçado (em maior ou menor grau) de uma comunidade pobre que habita o centro para a periferia; a abertura de rodovias derubando florestas; as demissões em massa, sem qualquer direito ao trabalhador; etc. Já agora, existe uma interdependência integral nas relações sociais, as razões respondem umas às outras e os efeitos das ações são “imediatos” – assim o direito tende a prevenir as condutas, qualificando e refreando ações.

Significa que o ideal de todo direito é a prevenção de condutas, à medida que as qualifica desde a sua prática com efeitos que lhes são automaticamente atribuídos. Isso é, ainda que concretamente a norma jurídica não seja aplicada imediatamente e demore para ser efetivada (ou jamais o seja), como ideal regulador o direito se caracteriza pela previsão de efeitos imediatos aos acontecimentos, distinguindo-se essencialmente da política e do mercado, nos quais os efeitos pretendidos são necessariamente posteriores às ações empreendidas.⁵⁷²

Lopes conceitua a Política como criadora e destruidora, em sua dinâmica há sempre ativo e passivo, porém, se os resultados de uma ação já aparecem em confronto à própria ação em seu momento de origem, a política se frustra: “só há política onde seu sujeito está subtraído aos resultados imediatos de suas ações”. Enfim, o direito se expandiu e tendeu a invadir a política e mesmo o mercado, assim “a contemporaneidade emergente das relações de interdependência absoluta é o pior ambiente já encontrado pela política como atividade social. Uma sociedade em que o risco se difunde converte qualquer inovação em ameaça, se não catástrofe potencial”.⁵⁷³

Criou-se no Brasil a estrutura de um Estado democrático de direito, que em parte procura de fato garantir direitos a todos, e em parte mantém um sistema de apropriação das rendas por uma minoria, dando pouca abertura a transformações desse “modelo”, e ajuda a assegurar inclusive a manutenção de um sistema político blindado em um

Tese de Doutorado em Direito, 2017. <https://www.brasildefato.com.br/2017/05/15/judiciario-do-brasil-custa-mais-carro-e-tem-menos-juizes-que-a-alemanha/>, acesso em 06/05/2019.

⁵⁷¹ LOPES, Júlio Aurélio Vianna. *A invasão do direito: a expansão jurídica sobre o Estado, o mercado e a moral*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

⁵⁷² LOPES, 2005, pp. 17-24.

⁵⁷³ LOPES, 2005, pp. 27-30.

formato de imobilismo.⁵⁷⁴ Como também mostra o já citado estudo de Souza sobre a desigualdade no Brasil:

Em condições minimamente democráticas, a concentração no topo apresenta um forte caráter inercial, pois os mais ricos dispõem de recursos políticos e econômicos que facilitam a sua organização em grupos capazes de exercer poder de veto ou barganhar em posições vantajosas. Com isso, a redução prolongada da desigualdade via reformas graduais e duradouras tem grande dificuldade de sair do papel. Ao mesmo tempo, o próprio jogo democrático e o perigo de desorganização social tornam altamente improvável a adoção de medidas mais radicais e imediatas. Dessa forma, as mudanças na concentração de renda ocorrem sobretudo em momentos de crise e ruptura, que ocasionalmente fornecem a determinados atores a capacidade temporária de reformar profundamente o arranjo institucional vigente, alterando a distribuição dos ativos e suas taxas de retorno.

Apesar de todas as conquistas desde a Constituição Federal de 1988, é no mínimo prematuro falar em um novo contrato social com baixa tolerância à desigualdade. As estimativas com base nos dados tributários apontam, ao menos até agora, para uma inequívoca estabilidade da concentração no topo nos últimos anos. A maior permeabilidade do Estado às reivindicações das camadas mais pobres resultou mais em uma acomodação do que em uma reviravolta no seu padrão de atuação. Como discutido no capítulo 6, muitos privilégios foram mantidos ou reforçados, e algumas dimensões estruturais tampouco passaram por grandes transformações. No limite, é razoável postular que a democracia pode servir mais para conter o aumento da nossa desigualdade do que para reduzi-la.⁵⁷⁵

Com essas considerações em mente, podemos retornar a aspectos mais econômicos. O fim da Alta Modernidade brasileira coincide com o período de alta inflação e hiperinflação no país, e isso não é exatamente uma coincidência. A experiência inflacionária brasileira dos anos 1980-90 é também resultante da conjunção entre a) uma desaceleração na capacidade real de transformações materiais em uma sociedade capitalista – leia-se investimento e crescimento econômico com preços dos bens visando lucros – b) uma manutenção do papel e do peso econômico que o Estado vinha tendo e c) uma premência imagético-política por transformações socioeconômicas (queda da desigualdade e melhora da vida da população, geralmente relacionadas ao salário).

Podemos, de forma bem simplificada, imaginar a renda nacional compartilhada entre Estado, Capital e Trabalho.⁵⁷⁶ Enquanto nas décadas de 1950, 1960 e 1970, os três fatores cresciam – claro, considerando o desvio da crise de 1964 e do arrocho salarial

⁵⁷⁴ Sobre a blindagem do sistema político, ver NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

⁵⁷⁵ SOUZA, 2016, pp. 331-332

⁵⁷⁶ Excluindo obviamente da renda pertencente ao Estado aquelas parcelas que, por meios estatais, acabam sendo destinadas de forma direta ou ao trabalho ou ao capital, e acrescentando-as a seus devidos fatores. Somente como exercício ilustrativo, por exemplo: subsídios e linhas de crédito industriais; compra de insumos básicos para saúde e educação públicas. Pode-se imaginar que os salários dos servidores públicos são uma composição entre Estado, capital e/ou trabalho. A diferença salarial entre profissionais com a mesma ou similar profissão, um no setor público e outro no privado, seria a parcela de fato estatal. Isto é, que se auffer por pertencer a tal estamento. Todas aposentadorias públicas acima do teto do INSS seriam consideradas parte do fator Estado. A diferença poderia ser medida em termos de produtividade também.

até 1967 – e a fatia que cabia ao capital e ao Estado cresciam em proporção maior; na década de 1980, a renda para de se ampliar e assim Estado e Capital procuram manter suas parcelas enquanto o Trabalho entra de novo em jogo por conta do processo de redemocratização. Em tal contexto, o congelamento de preços com aumento significativo do salário mínimo, como no Plano Cruzado, significava estabelecer uma nova situação em que a corrida parasse, e se aceitasse uma renda maior ao fator Trabalho – o que, por esse e outros motivos, não foi “aceita”. Nesse sentido, fazer um rearranjo e reenquadramento dos fatores contendo de fato os ímpetus outrora “transformadores”, que na altura dos anos 1990 já haviam se tornado em grande medida ímpetus pela não perda de posição (renda), seria mesmo encarado pelas visões tributárias do alto-modernismo como algo péssimo e contraprodutivo. E no Plano Real, para o qual contribuíram decisivamente Bacha e Malan, isso foi feito: em relação ao Estado (conter déficit fiscal), ao capital nacional (estabelecer os juros “mais altos do planeta”, e promover certa abertura comercial), e ao trabalho (manutenção e elevação lenta e gradual do salário mínimo). O fim da Alta Modernidade pôde ser vista como o fim do desenvolvimentismo.

O que também ocorreu com quadros do departamento de economia da PUC-Rio foi deixar para trás um “enfoque sociológico”, que visava atuar diretamente sobre a estrutura social, e passar a sustentar uma visão “técnica”, de que o Estado não tem como agir direta e intensivamente sobre a sociedade. Os conflitos e “deformidades” que antes cabia ao Estado resolver, agora se resolveriam pela própria sociedade, pelas disputas políticas e pelos mercados. O longo episódio da inflação, que era lida também pelo enfoque sociológico, falava-se no “conflito distributivo” com o sentido de dominá-lo e possivelmente alterá-lo, passou a ser lido como uma questão fiscal, levando as considerações de que o gasto público tem de estar equilibrado – e que o conflito distributivo existe mas não é a ação intensa do Estado que vai alterá-lo a golpes racionais. Um deslocamento de uma visão de um Estado e seus burocratas e técnicos que agem diretamente sobre a sociedade para um Estado e burocratas-técnicos que impondo o mínimo possível de uma razão sua sobre essa sociedade permitem que ela evolua por si – pois, enfim, já havia canais bastante democráticos e o erguimento de um Estado democrático de direito, com voto universal e direitos trabalhistas etc. A evolução por si da sociedade, no entanto, talvez tenha se provado mais lenta que o que previam os pessimistas, ajudada também por arroubos de intervencionismo que fracassaram.

Como um último comentário, podemos dizer que, no âmbito político, as expectativas do alto-modernismo brasileiro (a ideia da socialização das rendas, da formação da nação, do desenvolvimentismo etc. todas imbricadas) se concentraram nos partidos de esquerda após os anos 1980, mormente no Partido dos Trabalhadores.⁵⁷⁷ Assim, tudo indica que a percepção de que o paradigma da formação e do desenvolvimentismo estavam esgotados só pôde surgir por meio da constatação de que haviam transcorrido quase 30 anos de sistema democrático, mais de 20 anos da Constituição e quase 10 anos do Partido dos Trabalhadores no governo federal, e mesmo assim o Brasil andava a passos lentos, continuava um país extremamente desigual, no qual a miséria diminuiu mas não foi eliminada, no qual a educação pública é quase uma catástrofe, no qual os mais ricos ficaram mais ricos, e a violência nas diversas regiões ou se manteve ou cresceu. O descompasso entre, de um lado, as promessas difusas e a imagética modernista e, de outro, a continuidade de um contexto precário e de lenta mudança, parece ter sido o estopim tanto para o vislumbre de Marcos Nobre quanto para as manifestações de junho de 2013 – não por acaso, a melhor interpretação do ocorrido ficou a cargo desse mesmo cientista político.

Para encerrar, precisamos demarcar alguns dos próximos passos a serem tomados, haja vista que o presente trabalho deixa diversas questões pendentes (talvez mais do que deveria). Em suma, é preciso entender melhor as ideias de certos economistas da academia norte-americana como por exemplo Rudiger Dornbusch, captando qual o seu papel tanto na introdução da questão monetária e fiscal no âmbito das teorias não monetaristas e mais heterodoxas. Dornbusch era muito lido por economistas brasileiros e trabalhava com as mesmas questões nos anos 1980.⁵⁷⁸ Também precisamos procurar entender se uma leitura similar a que aqui fizemos se aplica também a outros países latino-americanos. E por fim, compreender melhor as visões dos economistas e historiadores sobre o fim do keynesianismo, o debate entre monetarismo e keynesianismo no sentido da interpretação histórica.

⁵⁷⁷ Com exceção de raras figuras saudosistas de um passado autoritário conservador como Enéas Carneiro.

⁵⁷⁸ Em 1987, Dornbusch escreveu sobre o fim da hiperinflação na Alemanha nos anos 1920 e da necessidade de juros altos. DORNBUSCH, R., "Lessons from the German Inflation Experience of the 1920s," in R. Dornbusch, *Exchange Rates and Inflation*. Cambridge: MIT Press, 1988, pp. 409-38.

Referências

BACHA, Edmar. Relato Memória IBGE. 2006, Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=cCyff2dMOBE>, acesso em 01/05/2019.

ECONOMIA: EDMAR BACHA. Memória e Poder. Belo Horizonte: TV Assembleia, 17 março, 2018. Programa de TV. Vídeo disponível em: https://www.almg.gov.br/acompanhe/tv_assembleia/videos/index.html?idVideo=1314743&cat=87, acesso em 15/01/2019.

MOURA, Alkimar. “Lembranças de uma amizade mais do que cinquentenária”. IEPE, 2017. Discurso de Alkimar Moura nos 75 anos de Bacha. Alkimar foi colega de Bacha na UFMG e no CAE. Disponível em http://iepecdg.com.br/wp-content/uploads/2017/02/Bacha_texto_Alkimar_final.pdf

BACHA, Edmar. Entrevista concedida ao autor. Rio de Janeiro, 24 abr. 2019.

MALAN, Pedro. Entrevista concedida ao autor. Rio de Janeiro, 24 abr. 2019.

Textos de Bacha

BACHA, Edmar. Comparación entre la productividad industrial de México y los Estados Unidos. *El Trimestre Económico*, Vol. 33, No. 132(4), Out-Dez. de 1966, pp. 657-673.

BACHA, Edmar. A distributed lag supply function for coffee in Brazil. Yale University, abril de 1966. Disponível no acervo Delfim Netto da biblioteca FEA-USP.

BACHA, Edmar. Crítica bibliográfica - O Café do Brasil: Vinte Anos de Substituição no Mercado Internacional por Antônio Delfim Netto e Carlos Alberto de Andrade Pinto. *Revista Brasileira de Economia*, v. 21, n. 4, 1967.

BACHA, Edmar. "A política cafeeira do Brasil, 1952/1967", Dados n. 5, 1968.

BACHA, Edmar. “Taxas de câmbio de equilíbrio: formulação teórica e exemplificação”. *Revista brasileira de economia*, v. 24, n. 1, p. 145-161, 1970.

BACHA, Edmar; TAYLOR, Lance. Foreign exchange shadow prices, a critical review of current theories. *The Quarterly Journal of Economics*, Vol. 85, No. 2, maio de 1971

BACHA, Edmar. Algumas dificuldades de interpretação dos dados sobre a indústria de transformação nas Contas Nacionais. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 1, n. 2, 1971.

BACHA, Edmar et al. A análise da rentabilidade de projetos de investimento no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 1, n. 1, 1971.

BACHA, Edmar et al. Análise governamental de projetos de investimento no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1971.

BACHA, E.; MATTA, M. & MONDENESI, R. L. *Encargos Trabalhistas e Absorção de Mão-de-Obra*. Rio de Janeiro: Ipea, 1972.

BACHA, Emar; MATA, Milton da. Emprego e salários na indústria de transformação 1949-1969. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 3, n. 2, 1973.

BACHA, Edmar; TAYLOR, Lance. The unequalizing spiral: a first growth model for Belindia. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 90, n. 2, 1976.

BACHA, E.; CARNEIRO, D.; TAYLOR, L. Sraffa y la economía clásica: relaciones de equilibrio fundamentales. *El Trimestre Económico*, 44(173(1)), 1977.

BACHA, Edmar. Issues and evidence on recent Brazilian economic growth. *World Development* 5.1-2, 1977.

BACHA, Edmar. An interpretation of unequal exchange from Prebisch-Singer to Emmanuel. *Journal of Development Economics*, v. 5, 1978a.

BACHA, Edmar. *Política econômica e distribuição de renda*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978b.

BACHA, Edmar; UNGER, R. Mangabeira. *Participação, salário e voto: um projeto de democracia para o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ALEJANDRO, Carlos Diaz; BACHA, Edmar. Financial markets: a view from the periphery. Economia PUC-Rio: Texto para discussão n. 8, 1980.

TAYLOR, Lance, BACHA, Edmar; CARDOSO, Eliana; LYSY, Frank. *Models of Growth and Distribution for Brazil*. World Bank, Oxford University Press, 1980.

BACHA, Edmar. *Introdução à macroeconomia: uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1983.

BACHA, Edmar; LOPES, Francisco. Inflation, growth and wage policy: in search of a Brazilian paradigm. PUC-Rio: Texto para discussão n. 10, 1980.

BACHA, Edmar. Por uma política econômica positiva. *Jornal do Brasil*, 26 out. 1982, p. 21.

BACHA, Edmar. Inflação: os preços em alta no país do futebol. *Nova Imagem*, Rio de Janeiro: IBGE, n. 1, p. 51-54, 1985.

BACHA, Edmar; KLEIN, Herbert S. *A transição incompleta: Brasil desde 1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 13.

BACHA, Edmar. Moeda, inércia e conflito: reflexões sobre políticas de estabilização no Brasil. Economia PUC-Rio: Texto para discussão n. 181, 1987.

BACHA, Edmar. Um modelo de três hiatos. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 19, n. 2, 1989.

BACHA, Edmar. A three-gap model of foreign transfers and the GDP growth rate in developing countries. *Journal of Development economics*, v. 32, n. 2, p. 279-296, 1990.

BACHA, Edmar. Múltiplos encontros. *Conjuntura Econômica – FGV*, janeiro de 2018.

Textos de Malan

BERGSMAN, Joel; MALAN, Pedro. A Estrutura de Proteção Industrial no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, v. 24, n. 2, p. 97-190, 1970.

BRASIL. IPEA. *A Industrialização brasileira: diagnóstico e perspectivas* (versão preliminar). Rio de Janeiro, 1968.

MALAN, P. A rentabilidade macroeconômica de projetos de investimento. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v.2, n. 2, 1972.

MALAN, Pedro. Ainda sobre a distribuição da renda. *Revista de Administração de Empresas*, 1974a.

MALAN, Pedro. Inflation and economic development in Brazil 1946/1963. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 4, n. 3, 1974b.

MALAN, P.; BONELLI, R. Os Limites do Possível: Notas sobre Balanço de Pagamentos e Indústria nos Anos 70. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v.6, n. 2 1976.

MALAN, Pedro. *Foreign-exchange constraint growth in a semi-industrialized economy: aspects of the Brazilian experience, 1946-1976*. Tese de doutorado, University of California – Berkeley, 1977a.

MALAN, Pedro. Teorias' de balanço de pagamentos: uma crítica à abordagem neomonetarista. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v.7, n. 1, 1977b.

MALAN, Pedro; LUZ, José Alfredo. O desequilíbrio do balanço de pagamentos: retrospecto e perspectivas". Em: Carneiro, Dionísio Dias (coord.). *Brasil: dilemas da política econômica*. Rio de Janeiro: Campus, 1977.

MALAN, Pedro S.; BONELLI, Regis. The Brazilian economy in the seventies: old and new developments. *World Development*, v. 5, n. 1-2, p. 19-45, 1977.

MALAN et al. *Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939/52)*. Rio de Janeiro: IPEA, 1977.

MALAN, Pedro. "Quem deveria dizer como vai o bem-estar é o povo e não o tecnocrata". *Jornal do Brasil*, 22 out. 1978, p. 39.

MALAN, Pedro. Desenvolvimento econômico e democracia: a problemática mediação do estado. Economia PUC-Rio: Texto para discussão n. 2, 1979.

MALAN, P. "A questão Externa". Em: Fórum Gazeta Mercantil. *FMI x Brasil: a armadilha da recessão*. S.P., G.M., 1983, pp. 69-102.

MALAN, P. S. "Recessão e renegociação". In: ARIDA, P. (Org.). *Dívida externa, recessão e ajuste estrutural : o Brasil diante da crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra , 1982.

BRAGA, H., BRANCO, F., MALAN, P. Balança comercial, preços relativos e a relação câmbio/salários no Brasil: 1973/83. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 15, n. 1, 1985.

MALAN, Pedro. Brasil: três finais de década. Em MAGALHÃES, J. P. A.; MINEIRO, A. S.; ELIAS, L. A. *Vinte anos de política econômica*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

MALAN, Pedro; BONELLI, Regis. Brazil 1950-1980: Three decades of growth-oriented economic policies. IPEA, texto para discussão n. 187, 1990.

BACHA, Edmar L.; MALAN, Pedro. Brazil's debt: from the miracle to the fund. Economia PUC-Rio: Texto para discussão n. 80, 1984.

Fontes em Jornais

O jornal (RJ), 10 dez. 1960, p. 6

“Seminário de Análise Econômica na FNCE”. *Correio da manhã*, terça-feira, 21 de março, 1961, p. 14.

“Treinamento em problemas do desenvolvimento na Cepal”. *Diario de noticias* (RJ), 15 jan. 1963, p. 6.

“Cepal promoverá curso para treinar técnicos”. *Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados* (PR), 10 fev. 1963, segundo caderno, p. 2.

“Niterói reúne os acadêmicos de economia”. *Correio da Manhã*, Sábado, 16 de setembro 1967, p. 7.

“Técnicos vieram ver como Nordeste está empregando investimentos industriais”. *Diario de Pernambuco*, 14 maio 1969, p. 7.

Diario de Pernambuco, 29 maio 1969, p. 7.

O Estado de São Paulo, 27/08/1970, capa.

Jornal do Brasil, 23 ago. 1972, p. 3.

Folha de São Paulo 15 out. 1972, 2º caderno, p. 21.

Jornal do Brasil, 27 mar. 1973, revista econômica/mercado de trabalho, p. 4.

“O encontro irresistível”. *Jornal do Commercio* (RJ), 12 jun. 1973, p. 10.

“CAMPOS diz que estabilidade na AL condicionará abertura”. *O Estado de São Paulo*, p. 8, 20 set. 1973.

“A renda mal distribuída”. *Jornal do Brasil*, Especial, 28 jul. 1974, p. 5.

“Painel analisa balanço de pagamentos”. *Jornal do Brasil*, 09 jul. 1976, p. 16.

“Informe JB – Pela clareza”, *Jornal do Brasil*, 12 out. 1976, p. 6.

“Oposicionistas preparam modelo”, *Folha de São Paulo*, 26 julho 1977, p. 4

“Sem saída?”. *Jornal do Brasil*, 12 set. 1977, p. 16.

BETTING, Joelmir. “Economistas opinam sobre inflação”. *Jornal do Commercio*, 01 abr. 1979, p. 13

“Furtado quer doutrina sem molde alheio”. *Jornal do Commercio* (RJ), 20 ago. 1979, p. 7.

“Economistas”. *Jornal do Brasil*, 26 set. 1977, p. 14

“Conceição Tavares compara crise econômica mundial à que marcou década de 30”. *Jornal do Brasil*, 27 set. 1977, p. 24

“Economistas do Rio organizam Instituto”. *Jornal do Commercio* (RJ), Um & meio, 18 set. 1977, p. 4

“E as mesas-redondas propagam-se”. *Jornal do Commercio* (RJ), Um & meio, 10 out. 1977, p. 2

“Os Fatos”. *Movimento - cena brasileira*, 06 fev. 1978, p. 8.

“IERJ elege primeira diretoria”. *Jornal do Brasil*, 1 fev. 1978, p. 20

“O que é necessário fazer para efetivamente distribuir a renda no país?”. *Movimento – cena brasileira* (RJ), 27 fev. 1978, p. 10

“Professor diz que as democracias liberais precisam dos intelectuais”. *Jornal do Brasil*, 12 set. 1979, p. 7.

“Cultura de exportação reduz cultivo de alimentos”. *Jornal do Brasil*, 8 dez. 1978, p. 21

“Várias”. *Movimento – cena brasileira*, 11 nov. 1979, p. 15;

“Economista acha o PND genérico”. *Jornal do Brasil*, 30 out. 1979, p. 23;

“Inconfidências”. *Jornal do Commercio*, 26 out. 1979, especial, p. 5.

PAINEL. *Folha de São Paulo*, 02 jan. 1994, p. 4.

NETTO, Delfim. Os limites do possível. *Folha de São Paulo*, 27 set. 1995.

Bibliografia Geral

ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

ALBERTI;SARMENTO;ROCHA. *MH Simonsen – um homem e seu tempo*. Depoim. Cpdoc, 2002

ALEXANDER, Jeffrey C. Marxism and the spirit of socialism: cultural origins of anti-capitalism (1982). *Thesis Eleven*, v. 100, n. 1, 2010.

ARAUJO, G. S.; SILVA, J. A. G. da. Benefício-custo: um critério de avaliação de projetos. *Revista DAE*, v. 29, n. 73, 1969.

ARAUJO, M. P. N. Por uma história da esquerda brasileira. *Topoi*, v.3, n.5, 2002.

ARAUJO, M. P. N. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. São Paulo: Editora FGV, 2000.

ATKINSON, Anthony B.; MORELLI, Salvatore. *Chartbook of economic inequality*. ECINEQ WP, v. 324, 2014.

BACHA, E. et al. (org.). *Estado da Economia Mundial - Desafios e Respostas - Seminário em Homenagem a Pedro Malan*. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

BATTIBUGLI, Thaís. *Democracia e segurança pública em São Paulo (1946-1964)*. Doutorado em Ciência Política, FFLCH-USP, 2006.

BELLUZZO, L. G. M. Entrevista em *Cadernos do desenvolvimento*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, 2011.

BHAGWATI, J. The Theory and Practice of Commercial Policy. Em Frank Graham Memorial Lecture (1967), *Special Papers in International Economics*, n. 8, Princeton University, 1968.

BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luis Felipe; e REGO, José Márcio. *Conversas com economistas*. São Paulo: Editora 34, 1996.

BLISS, C. JOSHI, V. *Ian Malcolm David Little 1918–2012*. Em Biographical Memoirs of Fellows of the British Academy, XIII, 315–349. The British Academy, 2014. Disponível em <https://www.thebritishacademy.ac.uk/publications/little-ian-malcolm-david-1918-2012>.

BNDE. *Exposição sobre o Programa de Reparelhamento Econômico, 1966*. Rio de Janeiro: BNDE, 1967.

BOSI, Alfredo. O positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração. Em PERRONE-MOISÉS, Leyla. (Org.). *Do Positivismo à Desconstrução – Idéias Francesas na América*. São Paulo: Edusp, 2004.

BU, Liping. Educational exchange and cultural diplomacy in the Cold War. *Journal of American Studies*, v. 33, n. 3, 1999.

BURSZTYN, Marcel. *Da utopia à exclusão: vivendo nas ruas em Brasília*. Rio de Janeiro: Garamond, 1997, p. 20.

CABELLO, Andrea et al. A História das Origens do Departamento de Economia da Universidade de Brasília. *O Eco da Graduação*, v. 1, n. 1, 2016.

CAMPOS, R. Perspectiva do fundo de quintal. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 4, 15 abr. 1969a.

CAMPOS, R. A espada enferrujada. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 8, 12 ago. 1969b.

CAMPOS, Roberto. Desenvolvimento Econômico E Político Da América Latina - Uma Difícil Opção. *Revista Brasileira de Economia*, 1972.

CAMPOS, R. Os triângulos não amorosos. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 4, 15 ago. 1973.

CAMPOS, Roberto. As válvulas da caldeira. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 5, 4 dez. 1974.

CAMPOS, Roberto. “O Poder Legislativo e o desenvolvimento”. Em MENDES, Cândido (org.). *O Legislativo e a tecnocracia*. Rio de Janeiro: Imago Editora/Conjunto Universitário Cândido Mendes, 1975.

CAMPOS, Roberto. Entrevista com Roberto Campos em janeiro de 1975. Arquivo CPDOC. Localização CPDOC: RC d bem 1975.01.00.

CAMPOS, R. SIMONSEN, M. H. *A Nova Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, [1974] 1976.

CARDOSO, Luciana Zaffalon Leme. *Uma espiral elitista de afirmação corporativa: blindagens e criminalizações a partir do imbricamento das disputas do Sistema de*

Justiça paulista com as disputas da política convencional.: Fundação Getúlio Vargas - São Paulo, Tese de Doutorado em Direito, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. “1964 meio século depois”. *Nova Economia*, Belo Horizonte, vol. 23, n. (1), janeiro-abril de 2014.

CARVALHO, André Roncaglia de. *The conceptual evolution of inflation inertia in Brazil*. São Paulo: FEA/USP. Tese de Doutorado, 2015.

CASTRO, C. M. O PET visto por seu criador. [S. l.: s. n., s. d.]; disponível em http://www.pet-odonto.ufpr.br/pet_claudiocastro.pdf, acesso em 20/04/2019.

CHALMERS, A. F. *What is this thing called science?* St Lucia: University of Queensland Press, 2013.

CHENERY, H. B. Comparative advantage and development policy. *The American economic review*, v. 51, n. 1, p. 18-51, 1961;

CHENERY. H. B. The application of investment criteria. *Quarterly Journal of Economics*, 1958;

CHIMENTO, Marcelo Rutowitsch. Do protagonismo ao silêncio: o INPI e a transferência de tecnologia no jornal *O Globo* de 1970 a 1999. *Cadernos de Prospecção*, v. 9, n. 2, p. 197, 2016.

CHRISTIE, John RR. “The development of the historiography of science”. Em OLBY, R. et al. *Companion to the history of modern science*. Londres: Routledge, 1990.

COPPOLARO, Lucia. *The making of a world trading power: the European Economic Community (EEC) in the GATT Kennedy round negotiations (1963–67)*. Burlington: Ashgate, 2013.

COUTINHO, M. Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina, de Celso Furtado. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 19, n. 3, 2015.

CURI, Luiz F. B. *Nationalökonomie nos trópicos: pensamento econômico alemão no Brasil (1889-1945)*. São Paulo: FFLCH/USP. Tese de Doutorado, 2018.

CYSNE, Rubens Penha. ‘Brasil 2001’e ‘Brasil 2002’Simonsen X Herman Kahn. *Revista Conjuntura Econômica*, v. 55, n. 1, p. 22-23, 2001.

DAMPIER, William. *A history of science and its relations with philosophy and religion*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

D'ARAÚJO, Maria Celina. (Org.). Fundação Getúlio Vargas: Concretização de um ideal. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. (Orgs.). Tempos modernos: João Paulo dos Reis Velloso, memórias do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

D'ARAUJO, Maria Celina; FARIAS, Ignez Cordeiro; HIPOLITO, Lucia. (Orgs.). *IPEA 40 anos: uma trajetória voltada para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: IPEA, 2005.

DAVALLE, Regina A. *A frente ampla: um fenômeno de crise e deslocamento de representação (1966-1968)*. Dissertação de mestrado em Ciência Política, IFCH-Unicamp, 1989.

DE VROEY, Michel. IS-LM à la Hicks versus IS-LM à la Modigliani. *History of Political Economy*, v. 32, n. 2, 2000.

DE VROEY, Michel. *Involuntary Unemployment*. London/New York: Routledge, 2004.

DE VROEY, Michel; DUARTE, Pedro Garcia. In search of lost time: The neoclassical synthesis. *The BE journal of macroeconomics*, v. 13, n. 1, 2013.

DI CROPANI, Ottaviano de Fiore. Prestes, o nacional desenvolvimentismo e a revolução mundial. *Lua Nova*, São Paulo, n. 31, Dec. 1993.

DIAZ ALEJANDRO, C. "Industrialization and Labor Productivity Differentials". *Review of Economic and Statistics*, vol. XLVII, maio de 1965.

DORNBUSCH, R., "Lessons from the German Inflation Experience of the 1920s," in R. Dornbusch, *Exchange Rates and Inflation*. Cambridge: MIT Press, 1988, pp. 409-38.

DOS SANTOS, Cássio Miranda. Tradições e contradições da pós-graduação no Brasil. *Educação & sociedade*, v. 24, n. 83, 2003.

ECKAUS, Richard; ROSENSTEIN-RODAN, P. (Eds.). *Analysis of Development Problems: Studies of the Chilean Economy*. Amsterdam: North Holland Publishing, 1973.

ESCOBAR, Arturo. Encountering development: *The making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 2011.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. *Educar*, Curitiba, n. 28, 2006.

FERREIRA, M. M.; MOREIRA, R. L. (Orgs.). *CAPES 50 anos: depoimentos ao CPDOC/FGV*. Brasília, DF: CAPES, 2002

FERREIRA, Manoel Orlando. A Formação do Economista no Brasil . *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, 1966.

FEYRABEND, P. *Against method*. Londres: Verso, 1993.

FIGUEIREDO, João Batista. Discurso ao receber a faixa presidencial das mãos do presidente Ernesto Geisel. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1979.

FINGER, J. M. Effects of the Kennedy Round Tariff Concessions on the Exports of Developing Countries. *The Economic Journal*, v. 86, n. 341, 1976.

FLEMMING, J. S.; LITTLE, I. M. D. *Why we need a wealth tax*. Londres: Methuen, 1974.

FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FURTADO, Celso. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, Celso. *Brasil, a construção interrompida*. São Paulo: Paz e Terra. 1992

FRIEDMAN, Jeremy. *Shadow Cold War: The Sino-Soviet Competition for the Third World*. Chapel Hill: UNC Press Books, 2015.

FOUCAULT, Michel. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *70 anos de lutas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FURTADO, C. *Obra autobiográfica: fantasia organizada, a fantasia desfeita, os ares do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1961.

FURTADO, Celso. *A Pré-Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, Celso; MANESCHI, Andrea. Um modelo simulado de desenvolvimento e estagnação na América Latina. *Revista Brasileira de Economia*, v. 22, n. 2, 1968.

GEISEL, Ernesto. Saudação ao Povo Brasileiro, pela televisão, em 15 de janeiro de 1974, após a decisão do Colégio Eleitoral. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1974.

GOBETTI, Sérgio Wulff; ORAIR, Rodrigo Octávio. Progressividade tributária: a agenda negligenciada. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2016.

GORDON, R. J. Recent developments in the theory of inflation and unemployment. *Journal of Monetary Economics*, v. 2, n. 2, 1976.

GUILLERM, A; BOURDET, Y. *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

HALDANE, J. B. S. et al. *Economic Research Relevant to the Formulation of National Urban Development Strategies: Volume 1*. Londres: Routledge, 2017.

HARRIS, John; TODARO, Michael. "Migration, unemployment, development: a two-sector analysis". *The American Economic Review*, Vol. 60, No. 1, 1970.

HARRIS, Nigel. *The End of the Third World*. Nova York: Penguin Books, 1987.

HESPANHOL, Gian Carlo Maciel Guimarães. *Um estudo sobre o pensamento econômico de Delfim Netto*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, 2017.

HIRSCHMAN, Albert O. *The Strategy of Economic Development*. New Haven: Yale University Press, 1958.

HIRSCHMAN, A. O. The Political Economy of Import Substitution Industrialization. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 82, n. 1, 1968.

HIRSCHMAN, Albert O. The Case Against “One Thing at a Time”. *World Development*, v. 18, n. 8, 1990

HIRSCHMAN, Albert O. *A propensity to self-subversion*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

HOLANDA, A. N. Problemas de Avaliação de Projetos em Países Subdesenvolvidos. *Revista Brasileira de Economia*, v. 24, n. 3, p. 77-112, 1970.

HUDEC, Robert E. GATT and the Developing Countries. *Colum. Bus. L. Rev.*, 67, 1992, pp. 67-77.

JACKSON, John Howard. The puzzle of GATT: legal aspects of a surprising institution. In: Jackson, John Howard (org.). *The jurisprudence of GATT & the WTO: insights on treaty law and economic relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

KAHAN, Alan. *Mind vs. money: The war between intellectuals and capitalism*. Nova York: Routledge, 2017.

KAHN, A. E. Investment criteria in development programs. *Quarterly Journal of Economics*, fev. 1951;

KAHN, H.; WIENER, A. J. *The year 2000: A framework for speculation on the next thirty-three years*. Nova York: MacMillan, 1967.

KALDOR, Nicholas. Los tipos de cambio duales y el desarrollo económico". *Boletín Económico de América Latina*, v. 9, n. 2, 1964.

KIM, Marlene. URPE at UC Berkeley: The Activities, Protests, and Legacy of the Economics Students and URPE's Once Largest Chapter. *Review of Radical Political Economics*, v. 50, n. 3, 2018.

KLÜGER, Elisa. *Meritocracia de laços: gênese e reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil*. São Paulo: FFLCH/USP. Tese de Doutorado, 2017.

KRAGH, Helge. *An introduction to the historiography of science*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

KREININ, Mordechai E.; FINGER, J. M. Critical Survey of the New International Economic Order, A. J. World Trade L., v. 10, p. 493, 1976.

KUHN, Thomas. The structure of scientific revolutions. Chicago: University of Chicago press, 2012.

KUNIHOLM, Bruce R. Turkey and the West. *Foreign Affairs*, Vol. 70, No. 2, pp. 34-48, 1991.

KUTULAS, Judy. *After Aquarius Dawned: How the Revolutions of the Sixties Became the Popular Culture of the Seventies*. UNC Press Books, 2017.

LAGO, L. A. C. do. *Milagre Econômico Brasileiro*. In: ABREU et al., 2010.

LAHUERTA, Milton. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. *Cadernos AEL*, v. 8, n. 14/15, 2010.

LAKATOS, Imre. Falsification and the methodology of scientific research programmes. Em LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (Eds.). *Criticism and the Growth of Knowledge: Volume 4: Proceedings of the International Colloquium in the Philosophy of Science, London, 1965*. Londres: University Cambridge Press, 1970.

LAKATOS, Imre. The Popperian versus the Kuhnian Research Programme. Em GRIM, Patrick. *Philosophy of Science and the Occult*. Nova York: State University of NY Press, 1990.

LATHAM, Michael E. *Modernization as ideology: American social science and "nation building" in the Kennedy era*. Londres: University of North Carolina Press, 2000.

LEE, Frederic. *A history of heterodox economics: challenging the mainstream in the twentieth century*. Nova York: Routledge, 2009.

LEWIS, W. A. Economic Development with Unlimited Supplies of Labour. *The manchester school*, v. 22, n. 2, 1954.

LIMA, Emanuel Marcos; REZENDE, Amaury Jose. Um estudo sobre a evolução da carga tributária no Brasil: uma análise a partir da curva de Laffer. *Interações (Campo Grande)*, v. 20, n. 1, 2019.

LITTLE, Ian Malcolm David; MIRRLEES, James A. *Manual of industrial project analysis in developing countries, Vol. II: Social Cost Benefit Analysis*. Paris: OECD Development Centre of the Organization for Economic Co-operation and Development, 1969.

LOPES, Júlio Aurélio Vianna. *A invasão do direito: a expansão jurídica sobre o Estado, o mercado e a moral*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

LOPES, Francisco. Saudades de um amigo especial. O pensamento da PUC-Rio sobre política de estabilização e a contribuição de Dionísio Dias Carneiro. Em CUNHA, L. R. A., LEOPOLDI, M. A., RAPOSO, E. *Dionísio Dias Carneiro, um humanista cético*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: LTC, 2014.

LOUREIRO, Felipe. "Empresários, trabalhadores e grupos de interesse: a política econômica nos governos Jânio Quadros e João Goulart". Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 2012.

LYTLE, Mark Hamilton. *America's uncivil wars: the sixties era from Elvis to the fall of Richard Nixon*. Nova York: Oxford University Press, 2005.

MACHLINE, Claude. Análise de investimentos e inflação. *Revista de Administração de Empresas*, v. 6, n. 18, p. 51-126, 1966.

MAGNUSSON, Lars. *Mercantilism: the shaping of an economic language*. Londres: Routledge, 2002.

MANCIBO, Deise. *Da gênese aos compromissos: uma história da UERJ (1950- 1978)*. Rio de Janeiro : EdUERJ, 2016

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. *Educação & sociedade*, v. 30, n. 106, 2009.

MARX, Karl. *Capital, Volume I*. Nova York: International Publishers, 1967.

MATA, Tiago Jorge Fernandes. *Dissent in economics: Making radical political economics and post Keynesian economics, 1960-1980*. Londres: London School of Economics and Political Science, PhD Thesis, 2006.

- MATA, Tiago. Migrations and boundary work: Harvard, radical economists, and the committee on political discrimination. *Science in Context*, v. 22, n. 1, 2009.
- MATOS, Patrícia de Oliveira. *Análise dos planos de desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2002.
- MCGUIRE, M.; GARN, H. The Integration of Equity and Efficiency Criteria in Public Project Selection. *The Economic Journal*, v. 79, n. 316, 1969.
- MOTTA, R. P. S. O Perigo é Vermelho e vem de Fora: O Brasil e a URSS. *Locus*, v. 13, n. 2, 2007.
- MOURA, Alkimar. “Lembranças de uma amizade mais do que cinquentenária”. IEPE, 2017.
- MUSACCHIO, Aldo; LAZZARINI, Sérgio. *Reinventando o capitalismo de Estado. O Leviatã nos negócios: Brasil e outros países*. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2015.
- NAIM, M. *Paper Tigers and Minotaurs: The Politics of Venezuela's Economic Reform*. New York: The Carnegie Endowment, 1993.
- NYE, Joseph S. Soft power. *Foreign policy*, n. 80, 1990.
- NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. Evolução, determinantes e dinâmica do gasto social no Brasil: 1980/1996. Brasília: IPEA -Texto para Discussão n. 649. 1998.
- OLIVEIRA VIANNA, Francisco J. *Instituições Políticas Brasileiras*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.
- PAULA, João Antonio de. “O ensino e a pesquisa em economia na Universidade Federal de Minas Gerais”. *Análise (PUCRS)*, vol.17, nº 2, 2006.
- POPPER, Karl. *The logic of scientific discovery*. Londres: Routledge, 2005.
- POPPER, Karl. *Conjectures and refutations: the growth of scientific knowledge*. Nova York: Routledge, 2002.

PRASHAD, Vijay. *The darker nations: a people's history of the third world*. New York: The New Press, 2007

RANIS, Gustav. (Ed.). *Hacia Un Crecimiento Moderno: Ensayos en Honor de Carlos Díaz-Alejandro*. Washington D. C.: Inter-American Development Bank, 1996, pp. 156-161.

RONDINEL, Ricardo; DENARDIN, Anderson Antonio. O déficit do setor público brasileiro no período 1990-1998. *Economia e Desenvolvimento*, [S.l.], jul. 2011.

RODRÍGUEZ, Octavio. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 317-320.

RODRIGUES, Rodrigo Vilela; TEIXEIRA, Erly Cardoso. Gasto público e crescimento econômico no Brasil: uma análise comparativa dos gastos das esferas de governo. *Rev. Bras. Econ.*, Rio de Janeiro , v. 64, n. 4, 2010.

RIDENTI, Marcelo. Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960. *Tempo social*, v. 17, n. 1, 2005.

RUGITSKY, Fernando. Growth, distribution, and sectoral heterogeneity: Reading the Kaleckians in Latin America. *Economía*, v. 17, n. 3, 2016.

SACHS, Wolfgang; ESTEVA, Gustavo. *Des ruines du développement: essai. Le serpent à plumes*, 2003.

SACHS, Wolfgang (Ed.). *Development dictionary, The: A guide to knowledge as power*. Londres: Zed Books, 2010.

SAES, A. M. et al. *Fipe 40 anos: pesquisa, ensino e debate sobre a economia brasileira*. São Paulo: Narrativa Um, 2014.

SAMPAIO, Helena. Evolução do ensino superior brasileiro, 1808-1990. *Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo (NUPES)*, Documento de Trabalho, v. 8, 1991.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Décadas de espanto e uma apologia democrática*. São Paulo: Rocco, 1998.

SCHECTER, Darrow. *The History of the left from Marx to the present: theoretical perspectives*. Londres: Continuum, 2007.

SEN, A. K. Neo-Classical and Neo-Keynesian Theories of Distribution. *Economic Record*, 39, 53-64, 1963.

SILVA, José Afonso da. O estado democrático de direito. *Revista de Direito Administrativo*, v. 173, p. 15-24, 1988

SILVA, Ricardo. Liberalismo e democracia na Sociologia Política de Oliveira Vianna. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 10, nº 20, jul./dez. 2008.

SIMONSEN, M. H. O ensino de economia em nível de pós-graduação no Brasil. *Revista Brasileira de Economia*, v. 20, n. 4, dez. 1966.

SINGER, Paul. Intelectuais de esquerda no Brasil: a experiência do poder. Em: SOLA, Lourdes (Org.). *O Estado da Transição: política e economia na Nova República*. São Paulo: Vértice, 1988.

SMITHIN, J. *Macroeconomic Policy and the Future of Capitalism: The Revenge of the Rentiers and the Threat to Prosperity*. Aldershot, UK: Edward Elgar, 1996.

SOARES, Alessandro O.; TAUIL, Rafael M.; COLOMBO, Luciléia. O bipartidarismo no Brasil e a trajetória do MDB. *Sinais*, v. 1, n. 19, 2016.

SORJ, B. A construção intelectual do Brasil contemporâneo da resistência à ditadura ao governo FHC. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. *A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013*. UnB: Tese de Doutorado, 2016.

SUNDQUIST, James. *Politics and policy: the Eisenhower, Kennedy, and Johnson years*. Washington: Brookings Institution Press, 2010.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo. *Moeda, mercadoria e crise mercantil: os debates econômicos na Inglaterra na década de 1620*. Belo Horizonte: Tese de Doutorado, FACE/UFMG, 2010.

TANZI, Vito. *Government versus markets: The changing economic role of the state*. Cambridge University Press, 2011.

TANZI, Vito; SCHUKNECHT, Ludger. *Public Spending in the 20th Century: A Global Perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000

TAVARES, Maria da C. *Características da distribuição da renda no Brasil*. Escritório CEPAL/JLPES, Rio de Janeiro, 1969.

TEITEL, Simon. (Ed.) *Towards a new development strategy for Latin America: Parthways from Hirschma's thought*. Baltimore: John Hopkins University Press, 1992.

TINBERGEN, J. The Relevance of theoretical criteria in the selection of investment plans. Em MILLIKAN, M. F. (ed.) *Investment criteria and economic growth*. Cambridge: Cambridge University Press, 1955.

TINEL, Bruno. *A quoi servent les patrons: Marglin et les radicaux américains*. Lyon: ENS éditions, 2004.

TOLIPAN, Ricardo; TINELLI, Arthur Carlos (coord.). *A Controvérsia sobre a Distribuição de Renda e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

TRIBE, Keith. Donald Winch 1935–2017. *The European Journal of the History of Economic Thought*, v. 25, n. 1, 2018.

VANEK, Jaroslav (Ed.). *Self-management: economic liberation of man: selected readings*. Harmondsworth: Penguin Books, 1975.

VARDI, Liana. *The Physiocrats and the World of the Enlightenment*. Nova York: Cambridge University Press, 2012.

VARELA, Raquel et al. Autogestão e crise econômica na revolução portuguesa (1974-1975). *Sociologia & Antropologia*, v. 5, n. 2, 2015.

VERSIANI, Flavio. "Intercâmbio, verbas e pluralismo: a ANPEC na evolução do ensino e da pesquisa em economia no Brasil", in SZMRECSÁNYI, Tamas e COELHO, Francisco S. *Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Atlas/Ordem dos Economistas do Brasil, 2007.

WARSH, David. How Ken Galbraith Became President of the AEA. 9 Maio, 2006.

WEINTRAUB, E. Roy. Sidney Weintraub and American Post Keynesianism: 1938-1970. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 37, n. 1, p. 31-42, 2014.

WILLIAMSON, John. "What Washington Means by Policy Reform," in J. Williamson, ed., *Latin American adjustment: How much has happened?* Washington, DC: Institute of International Economics, April 1990, pp. 5-20.

WILLIAMSON, John. *The Progress of Policy Reform in Latin America*. Washington, D.C.: Institute for International Economics, 1990, pp. 43-45.

WINCH, Donald. Adam Smith: Scottish moral philosopher as political economist. *The Historical Journal*, v. 35, n. 1, p. 91-113, 1992.